REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 114 OSGLR?-FEIRA, 05 DE AGOSTO DE 2014

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 19

Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líder
Alfredo Nascimento (41,63)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (125)
Mozarildo Cavalcanti (57,126)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 0

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23

Líder
Humberto Costa - Bloco (116,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Inácio Arruda (89,94,115,127)
Marcelo Crivella (36,120,128)

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa (116,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 6

Acir Gurgacz (49,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (1,91,117)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,115,127)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (36,120,128)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17

Líder

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,123)
Jayme Campos (28,106,110,124)
Alvaro Dias (73,122)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,122)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Líder do SD - 1

Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PSB - 4

Líder
Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98)

Vice-Líder
Lídice da Mata (29,38,83,129)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 115ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE AGOSTO DE 2014 8
1.1 – ABERTURA 8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE 8
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação
1.2.1.1 – Requerimentos
Nº 744/2014, de autoria do Senador Antonio Russo, solicitando prorrogação de licença para tratamento de saúde pelo período de 180 dias 10
Nº 745/2014, de autoria do Senador Blairo Maggi, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 1º a 5 de setembro próximo. 10
Nº 746/2014, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 22 do corrente. 13
Nº 752/2014, de autoria do Senador José Sarney e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial, em 4 de novembro próximo, destinada a comemorar 50 anos da fundação da Congregação Irmãs de Maria. 13
Nº 753/2014, de autoria do Senador Paulo Davim, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 4 a 6 de setembro próximo 14
Nº 754/2014, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 232/2014. **Deferido.** 14
Nº 755/2014, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 184 e 187/2014. 14
Nº 756/2014, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 30 do corrente a 6 de setembro próximo. 14
Nº 757/2014, de autoria do Senador Luiz Henrique, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 30 do corrente a 6 de setembro próximo. 16
1.2.1.2 – Comunicações
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias **(Ofício nº 255/2014)**. *Designação do Deputado Rodrigo Maia, como titular, e do Deputado Onyx Lorenzoni, como suplente, para comporem a referida Comissão* 17
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro em diversas comissões **(Ofício nº 16/2014)**. *Designação do Senador Fleury, como titular, para compor as Comissões Mistas Permanente sobre Mudanças Climáticas; Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas; e Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL* 17
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte **(Ofício nº 176/2014)**. *Designação do Senador João Alberto Souza, como titular, para compor a referida Comissão*. 18
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte **(Ofício nº 69/2014)**. *Designação do Senador Wellington Dias, como titular, para compor a referida Comissão* 18
Da Liderança do Solidariedade na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autori-

dades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte **(Ofício nº 271/2014)**. *Designação do Deputado Fernando Francischini, como titular, para compor a referida Comissão*..... 18

Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 652/2014 **(Ofício nº 868/2014)**. *Designação dos Deputados Assis Carvalho e Geraldo Simões, como titulares, e dos Deputados Ronaldo Zulke e Margarida Salomão, como suplentes, para comporem a referida Comissão.*..... 18

Da Liderança do Bloco PP/PROS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 652/2014 **(Ofício nº 496/2014)**. *Designação do Deputado Jerônimo Goergen, como titular, para compor a referida Comissão*..... 19

Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte, referente à sua instalação, e designação da data de 2 de setembro próximo para eleição do Presidente e do Vice-Presidente **(Memorando nº 1/2014**)..... 19

1.2.1.3 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 30/2014, tendo como primeiro signatário o Senador João Capiberibe, que *acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.*..... 19

1.2.1.4 – Parecer

Nº 640/2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 54/2014..... 23

1.2.1.5 – Arquivamento

Publicação do Parecer nº 32/2014-CN, que conclui pelo arquivamento dos Ofícios nºs 35/2010-CN; 2 e 18/2012-CN; 27, 28 e 30/2013-CN **(vide item 2)**..... 29

1.2.2 – Oradores

SENADORA *ANA RITA* – Registro do transcurso de oito anos de existência da "Lei Maria da Penha" e comentários sobre outra propostas de defesa de gênero..... 30

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Retorno, ao exercício do mandato, do Senador Wilson Matos, primeiro suplente, em virtude do afastamento do titular Alvaro Dias..... 33

1.2.4 – Comunicação

Do Senador Wilson Matos, de filiação partidária (PSDB) e adoção do nome parlamentar..... 34

1.2.5 – Oradores (continuação)

SENADOR *MÁRIO COUTO*, como Líder – Denúncia sobre suposta ilegalidade de exploração de madeira no Município de Prainha-PA..... 34

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta (incluido na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 110/2014, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, firmado em Brasília, em 23 de novembro de 2009*. **Aprovado**. À promulgação..... 36

1.3.2 – Item extrapauta (incluido na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 59/2014 ,de iniciativa da CPMI de combate à violência contra a mulher, que *altera o art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher*. **Aprovado**..... 36

1.3.3 – Item extrapauta (incluido na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei do Senado nº 672/2011, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social para os fins que especifica*. **Aprovado** com a **Emenda nº 1-CAS**..... 37

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 672/2011 (**Parecer nº 641/2014-CDIR**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados..... 38

1.3.4 – Item extrapauta (incluido na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 661/14, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50/2013, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Aprovado**, com voto contrário do Senador Randolfe Rodrigues, tendo usado da palavra o Senador Randolfe Rodrigues..... 40

1.3.5 – Item extrapauta (incluido na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 52/2014 (nº 1.123/2013, na Câmara dos Deputados), que *susta a Resolução – RDC nº 52, de 6 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários*. **Retirado da pauta**, tendo usado da palavra a Senadora Ana Rita e os Senadores Vital do Rêgo, Humberto Costa e Eunício Oliveira 41

1.3.6 – Item 1

Projeto de Decreto Legislativo nº 31/2013, de autoria do Senador Roberto Requião, que *susta os efeitos da Resolução nº 34/89 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito*. **Aprovado**, com voto contrário dos Senadores José Agripino e Edson Lobão após leitura e aprovação do **Requerimento nº 747/2014**, e rejeição dos **Requerimentos nºs 345 e 591/2014** (votação nominal), tendo usado da palavra a Senadora Lídice da Mata, os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Marcelo Crivela, Sérgio Petecão, Randolfe Rodrigues, Ana Amélia, José Agripino, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Mário Couto, Vanessa Grazziotin, Antonio Aureliano, Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares..... 44

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31/2013 **(Parecer nº 642/2014)**. **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 56

1.3.7 – Item extrapauta (incluido na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 608/2014, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Mensagem nº 53/2014 (nº 193/2014, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. TIAGO DE BARROS CORREIA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL. **Aprovado** (votação nominal). 58

1.3.8 – Item extrapauta (incluido na pauta nos termos do Requerimento nº 748/2014, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei da Câmara nº 90/2014 (nº 6.242/2013, na Casa de origem), de iniciativa da Presidente da República, que *altera as Leis nºs 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, na parte em que dispõe sobre o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA; cria o Quadro em Extinção de Combate às Endemias; e autoriza a transformação dos empregos criados pelo art. 15 da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, no cargo de Agente de Combate às Endemias.* **Aprovado**, após **Parecer nº 643/2014-PLEN**, proferido pelo Senador Inácio Arruda, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À sanção. 62

1.3.9 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Gim, que *acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.* **Não houve oradores na quinta sessão de discussão, em primeiro turno**..... 84

1.3.10 – Leitura de requerimentos

Nº 749/2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando informações ao Tribunal de Contas da União. **Aprovado** 85

Nº 750/2014, de iniciativa de Líderes, solicitando urgência para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 417/2007. **Aprovado** 91

Nº 751/2014, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 221/2014. 92

1.3.11 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária..... 93

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Oradores

SENADOR *KAKÁ ANDRADE* – Congratulações ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe pela realização da primeira Mostra Curta-SE e de outros eventos culturais..... 95

SENADOR *ACIR GURGACZ* – Destaque à importância do Projeto Multivias para o Município de Vilhena – RO e para a região do Cone Sul; e outros assuntos..... 97

1.4.2 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 744/2014, de autoria do Senador Antonio Russo. **Aprovado.**..... 99

Requerimento nº 745/2014, de autoria do Senador Blairo Maggi. **Aprovado**. 100

1.4.3 – Oradores (continuação)

SENADOR *LUIZ HENRIQUE* – Satisfação pelas respostas positivas dos candidatos à Presidência da República acerca do Novo Código Florestal durante debate no âmbito da Confederação Nacional da Agricultura; e outro assunto..... 100

SENADOR *EUNÍCIO OLIVEIRA*, como Líder – Destaque à facilitação ao empreendedorismo decorrente da aprovação do novo SuperSimples. 101

SENADOR *HUMBERTO COSTA*, como Líder – Críticas à matéria publicada pelo jornal Folha de S.Paulo sob o título "Ação na CPI da Petrobras foi combinada com assessores do Planalto". 103
SENADOR *LOBÃO FILHO* – Apresentação do plano de governo de S.Exª para o estado do Maranhão. 105
SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Satisfação com a aprovação de projeto que disciplina a criação, fusão e incorporação de municípios; e outro assunto. 107
SENADORA *ANA AMÉLIA* – Considerações acerca dos conflitos entre israelenses e palestinos; e outros assuntos. 109
SENADOR *PEDRO SIMON* – Reflexões acerca da política brasileira e das eleições de 2014. 113
1.4.4 – Projeto de Lei de Conversão recebido da Câmara dos Deputados
Nº 14/2014 (proveniente da Medida Provisória nº 647/2014), que *dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializada com o consumidor final; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências* **(Ofício nº 1.409/2014, do Presidente da Câmara dos Deputados)**. 116
1.4.5 – Comunicação da Presidência
Inclusão do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2014 (proveniente da Medida Provisória nº 647/2014), na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária 117
1.4.6 – Oradores (continuação)
SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Balanço acerca dos avanços advindos da Lei "Maria da Penha". 132
SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Registro de solenidade para apresentação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. 134
SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Celebração do transcurso de 112 anos do início da Revolução Acriana; e outro assunto. 144
SENADOR *PAULO PAIM* – Satisfação com a aprovação de projeto de lei de autoria de S.Exª que dispõe sobre o Plano de Previdência Social de pescadores; e outros assuntos. 148
SENADOR *RUBEN FIGUEIRÓ* – Preocupação com a gestão da Presidente Dilma Rousseff na Presidência da República; e outro assunto. 158
SENADOR *JAYME CAMPOS* – Registro do transcurso do oitavo ano de existência da Lei "Maria da Penha"; e outro assunto. 162
SENADOR *VALDIR RAUPP* – Esclarecimentos acerca da possibilidade de aumento da tarifa de energia elétrica e considerações sobre este setor. 164
SENADOR *RANDOLFE RODRIGUES* – Entusiasmo com a mobilização de atletas brasileiros contra o atual texto do Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte. 166
SENADOR *CASILDO MALDANER* – Comentários sobre a Feira do Empreendedor, realizada pelo Sebrae no Estado de Santa Catarina 169
1.4.7 – Discursos encaminhados à publicação
SENADOR *JAYME CAMPOS* – Registro do transcurso de 8 anos de existência da Lei Maria da Penha e defesa de projeto apresentado por S. Exª que cria o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas. 172
SENADOR *LOBÃO FILHO* – Exposição de benefícios proporcionados por Programas do Governo Federal ao Estado do Maranhão. 173
SENADORA *ANGELA PORTELA* – Considerações acerca da importância do Fundo de Participação dos Municípios e da aprovação, pelo Senado Federal, da PEC nº 39, de 2013. 174
SENADORA *MARIA DO CARMO ALVES* – Comemoração dos oito anos de vigência da Lei Maria da Penha e registro da sua importância no combate à violência contra a mulher; e outro assunto. 175
1.5 – ENCERRAMENTO 176
2 – PARECERES
Nº 30/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 5/2014-CN, que *altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências* 177
Nº 32/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre os Ofícios nºs 35/2010-CN; 2 e 18/2012-CN; 27, 28 e 30/2013-CN. 182
3 – ATAS
3.1 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL
Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2014 190
3.1.1 – Comisão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação
Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2014 255
3.1.2 – Comissão Temática da Liberdade de Expressão e Participação Social
Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 2 de junho de 2014 276
4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 6.8.2014 315

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
Por Unidade da Federação 316
Bancadas dos Partidos 317
Por ordem alfabética 318
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 319
7 – LIDERANÇAS 320
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 325
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 329
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 338
CAS – Comissão de Assuntos Sociais 347
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 351
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 358
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 365
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 376
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 384
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 394
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 403
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 411
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 416
CSF – Comissão Senado do Futuro 419
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 420
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) 421
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 422
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 422
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 422
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 423
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) 425
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) 427
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 429
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) 431
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) 433
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) 435

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 437
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 443
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 446
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 474
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 448
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 449
Comissões Mistas Especiais 450
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 454
13 – CONSELHOS E ÓRGÃO
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 459
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 460
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 464

Ata da 115ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 6 de agosto de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros,
Paulo Paim, Valdir Raupp, Inácio Arruda, Ruben Figueiró e Anibal Diniz

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 7 minutos e encerra-se às 17 horas e 25 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO

Senado Federal
54ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

115ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 10 HORAS

Período : 05/08/14 07:00 até 06/08/14 20:35

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
Bloco-PSDB	MG	ANTONIO AURELIANO	X	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	
Bloco-PTB	PE	DOUGLAS CINTRA	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PTB	DF	GIM	X	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
DEM	GO	JOSÉ EDUARDO FLEURY	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X

PDT	SE	KAKÁ ANDRADE	X	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
Bloco-PCdoB	RO	ODACIR SOARES	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
SD	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 744, DE 2014

À
Mesa Diretora do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em razão do Laudo Médico de cópia anexa e com fundamento nos artigos 43, inciso I, e 215, inciso I, letra *b* – Requerimento Interno do Senado Federal, requeiro seja, por 180 (cento e oitenta) dias, prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde que me vem sendo deferida.

Brasília, 6 de agosto de 2014.

Senador ANTONIO RUSSO

(À Publicação)

REQUERIMENTO Nº 745, DE 2014

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por essa Presidência, como representante do Senado Federal, sem ônus para a Casa, para participar da Convenção do Agronegócio na Alemanha, a ser realizada pela Bayer CropScience, entre os dias 1º e 5 de setembro do corrente ano, com o objetivo de reunir produtores rurais brasileiros para conhecer tendências e discutir a evolução do agronegócio nacional, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Na oportunidade, nos termos do art. 39, inciso I, do RISF, informo que estarei ausente do País no período de 01/09/2014 a 05/09/2014.

Sala das Sessões, em de agosto de 2014.

Senador Blairo Maggi

Bayer CropScience

Exmº Senhor
Senador Renan Calheiros,
DD Presidente do Senado Federal

A Bayer CropScience realizará na Alemanha, de 01 a 05 de setembro de 2014, a Convenção do Agronegócio 2014, que objetiva reunir produtores rurais brasileiros para conhecer tendências e discutir a evolução do agronegócio nacional.

Solicitamos a Vossa Excelência indicar um Senador para representar o Senado Federal no evento, de preferência um que tenha experiência na área em questão.

A indicação não irá gerar qualquer ônus ao Senado Federal, uma vez que o convite contempla as despesas com passagens aéreas, deslocamentos e acomodação.

Respeitosamente,

Gerhard Bohne
Diretor de Operações da Bayer CropScience Brasil

26 de Junho de 2014

Bayer CropScience
Rua Domingos Jorge, 1100
Socorro
04779-900 São Paulo/SP

Phone +55 11 5694-7398
Fax +55 11 5694-7313
www. bayercropscience.com.br

Bayer CropScience

Exmº Sr. Senador Blairo Maggi,

A Bayer CropScience realizará na Alemanha de 1 a 5 de setembro a Convenção do Agronegócio 2014, que objetiva reunir produtores rurais brasileiros para conhecer tendências e discutir a evolução do agronegócio nacional.

Dentro desses objetivos e na qualidade de importante empresário do agronegócio, gostaríamos de convida-lo a participar deste evento, as expensas da Bayer CropScience.

A indicação não irá gerar qualquer ônus ao Senado Federal, uma vez que o convite contempla as despesas com passagens aéreas, deslocamentos e acomodação.

Cordiais saudações,

05 de Agosto de 2014

Bayer CropScience
Rua Domingos Jorge, 1100
Socorro
04779-900 São Paulo/SP

Phone +55 11 5694-7398
Fax +55 11 5694-7313
www. bayercropscience.com.br

Gerhard Bohne
Diretor de Operações da Bayer CropScience Brasil

Brasília, 5 de agosto de 2014

• **Documento s/nº**

• **Origem:** Bayer CropScience

Nos termos do que dispõe o art. 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e conforme convite formulado por meio do documento s/nº, da Bayer CropScience, indico o Excelentíssimo Senhor Senador Blairo Maggi, para representar o Senado Federal, na Convenção do Agronegócio 2014, a realizar-se na Alemanha, no período de 1º a 5 de setembro de 2014.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

(Aprovado)

REQUERIMENTO Nº 746, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada minha ausência dos trabalhos desta Casa no dia 22 de agosto de 2014, como representação a serviço do Senado Federal, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, quando participarei da cerimônia de abertura oficial da 23ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

Sala das Sessões, em

Senador CYRO MIRANDA
PSDB-GO

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

REQUERIMENTO Nº 752, DE 2014

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 04/11/2014, destinada a comemorar os cinquenta anos da fundação da Congregação Irmãs de Maria.

Justificação

A Congregação Irmãs de Maria foi criada em 1964 pelo Padre Aloysius Schwartz em Busan, Coréia, para servir os mais pobres por meio do estabelecimento de programas de bem estar social para crianças. A instituição atua no estabelecimento de creches; promovendo a educação infantil e o ensino fundamental; oferecendo serviços médicos aos doentes e providenciando albergue aos sem lar. A promoção da educação acadêmica e profissionalizante ocorre em tempo integral, contando com instalações físicas adequadas onde são desenvolvidas atividades de aprendizagem técnico-profissionalizantes como cursos de enfermagem, secretariado, informática e artes. Além disso, a Congregação oferece de forma gratuita uma alimentação balanceada; vestuário; materiais escolares; e assistência médica, odontológica e farmacêutica. Ao longo desses anos, a convite de autoridades governamentais e eclesiásticas, a Congregação tem crescido e expandido as suas atividades a países como as Filipinas, o México, a Guatemala e o Brasil. É pelo trabalho de alta relevância social e pela excelência dos serviços prestados aos mais necessitados que solicitamos a realização de Sessão Especial para homenagear tão relevante instituição.

Sala das Sessões, de de .

Senador José Sarney
(PMDB – AP)

Senador Valdir Raupp
(PMDB – RO)

Senador Flexa Ribeiro
(PSDB – PA)

Senador Eduardo Suplicy
(PT – SP)

Senador Jorge Viana
(PT – AC)

Senador Pedro Simon
(PMDB – RS)

Senador Ruben Figueiró
(PSDB – MS)

(À publicação)

REQUERIMENTO Nº 753, DE 2014

Nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença dos trabalhos da Casa, de 4 a 6 de setembro de 2014, oportunidade em que estarei participando de Reuniões do Parlatino em Cuba.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do mesmo Regimento, que estarei ausente do País no mesmo período, conforme convite da Secretaria de Comisiones do Parlamento Latino-americano.

Nestes termos,

Aguarda deferimento.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 2014.

PAULO DAVIM
Senador

REQUERIMENTO Nº 754, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2014, de minha autoria, que *"Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para dispor sobre a profissão de assistente de advocacia*".

Sala das Sessões, , de agosto de 2014. – Senador **Marcelo Crivella.**

(Deferido.)

REQUERIMENTO Nº 755, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, de autoria do Senador José Pimentel, que "Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria." com o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria.", por regularem a mesma matéria.

Salas das Sessões, em de junho de 2014. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2014

Requeiro nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal e arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, respectivamente, nas cidades de Hamburgo e Berlim, no período de 30 de agosto a 6 de setembro, em que a convite da Confederação Nacional da Indústria, integrarei a delegação organizada pela CNI e a Federação das Indústrias Alemãs (BDI), no 33º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), que contará também com a presença de parlamentares, empresários e dirigentes do Sistema Indústria.

Após o Encontro Econômico Brasil-Alemanha, na condição de relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente do Senado, irei proferir a palestra "Nova Política Florestal Brasileira", na companhia do Senador Luiz Henrique, também relator da matéria, que acontecerá na renomada Faculdade de Direito da Universidade Humboldt, na cidade de Berlim.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período citado acima.

Sala das Sessões,

JORGE VIANA
Vice-Presidente do Senado

Carta nº 469/2014-Pres

Brasília, 24 de julho de 2014

A Sua Excelência o Senhor
Senador Jorge Viana
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal Brasília – DF

Assunto: Convite para o Encontro Empresarial Brasil-Alemanha

Excelentíssimo Senhor Senador,

Tenho o prazer de convidar Vossa Excelência para participar do Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias Alemãs (BDI) promovem, anualmente, alternando sua realização nesses países.

O Produto Interno Bruto da Alemanha alcançou US$ 3,6 trilhões em 2013, consolidando o país como a 4ª economia do mundo. Seu intercâmbio comercial atingiu US$ 2,6 trilhões, destacando-se como o 4º maior parceiro brasileiro.

O objetivo do EEBA é fortalecer as relações econômicas entre as duas nações. Sediado pela BDI, o encontro deste ano será realizado em Hamburgo, de 31 de agosto a 2 de setembro. Cabe destacar a escolha daquela cidade pela sua importância como centro industrial, além de ser referência no setor de infraestrutura portuária e capital do meio ambiente.

Comparecerão ao EEBA 2014 autoridades, parlamentares, empresários dos dois países e público estimado em 800 pessoas.

Assim, reitero a importância da participação de Vossa Excelência na delegação organizada pela CNI, que contará também com a presença de dirigentes do Sistema Indústria.

Em 2015, o Encontro será realizado no Brasil, em Joinville, para o qual também, desde já, convido Vossa Excelência.

Atenciosamente,

Robson Braga de Andrade
Presidente da CNI

À Sua Excelência o Senhor Senador
Jorge Viana
Ala Rui Carneiro, Gabinete 1, Senado Federal
70165-900
Brasília, Distrito Federal

Berlim, 6 de agosto de 2014

Excelentíssimo Senhor Senador,

Com referência a entendimentos sobre o assunto, tenho o prazer de informar Vossa Excelência de que está confirmada a palestra "Nova Política Florestal Brasileira", a ser proferida por Vossa Excelência e pelo Senador Luiz Henrique da Silveira no dia 4 de setembro, às 16 horas, na Faculdade de Direito da Universidade Humboldt, em Berlim.

Ao renovar a Vossa Excelência a expressão de minha mais alta estima e consideração, permaneço, juntamente com minha equipe na Embaixada, ao seu inteiro dispor.

Maria Luiza Ribeiro Viotti

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

REQUERIMENTO Nº 757, DE 2014

Requeiro nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal e arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, respectivamente, nas cidades de Hamburgo e Berlim, no período de 30 de agosto a 6 de setembro, do corrente ano, em que a convite da Confederação Nacional da Indústria, integrarei a delegação organizada pela CNI e a Federação das Indústrias Alemãs (BDI), no 33º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), que contará também com a presença de parlamentares, empresários e dirigentes do Sistema Indústria.

Após o Encontro Econômico Brasil-Alemanha, na condição de relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente do Senado, irei proferir a palestra "Nova Política Florestal Brasileira", na companhia do Senador Jorge Viana, também relator da matéria, que acontecerá na renomada Faculdade de Direito da Universidade Humboldt, na cidade de Berlim.

Também participarei de um encontro com interlocutor de alto nível da Chancelaria Federal Alemã, acompanhado do Governador do Estado de Santa Catarina e o Prefeito Municipal de Joinville/SC (docts. Anexos)

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período citado acima.

Sala das Sessões,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República

Carta nº 469/2014-Pres

Brasília, 24 de julho de 2014

A Sua Excelência o Senhor
Senador Luiz Henrique
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal Brasília – DF

Assunto: Convite para o Encontro Empresarial Brasil-Alemanha

Excelentíssimo Senhor Senador,

Tenho o prazer de convidar Vossa Excelência para participar do Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias Alemãs (BDI) promovem, anualmente, alternando sua realização nesses países.

O Produto Interno Bruto da Alemanha alcançou US$ 3,6 trilhões em 2013, consolidando o país como a 4ª economia do mundo. Seu intercâmbio comercial atingiu US$ 2,6 trilhões, destacando-se como o 4º maior parceiro brasileiro.

O objetivo do EEBA é fortalecer as relações econômicas entre as duas nações. Sediado pela BDI, o encontro deste ano será realizado em Hamburgo, de 31 de agosto a 2 de setembro. Cabe destacar a escolha daquela cidade pela sua importância como centro industrial, além de ser referência no setor de infraestrutura portuária e capital do meio ambiente.

Comparecerão ao EEBA 2014 autoridades, parlamentares, empresários dos dois países e público estimado em 800 pessoas.

Assim, reitero a importância da participação de Vossa Excelência na delegação organizada pela CNI, que contará também com a presença de dirigentes do Sistema Indústria.

Em 2015, o Encontro será realizado no Brasil, em Joinville, para o qual também, desde já, convido Vossa Excelência.

Atenciosamente,

Robson Braga de Andrade
Presidente da CNI

À Sua Excelência o Senhor Senador
Luiz Henrique
Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Gab. 2
Senado Federal
70165-900
Brasília, Distrito Federal

Berlim, 6 de agosto de 2014

Excelentíssimo Senhor Senador,

Em aditamento à carta do último dia 14, tenho o prazer de informar Vossa Excelência de que está confirmada a palestra "Nova Política Florestal Brasileira", a ser proferida por Vossa Excelência e pelo Senador Luiz Viana no dia 4 de setembro, na Faculdade de Direito da Universidade Humboldt.

Tenho o prazer de informar, ademais, que foi solicitado, para a mesma data, encontro de Vossa Excelência com interlocutor de alto nível na Chancelaria Federal alemã para tratar do 33º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, a ter lugar em Joinville, em 2015. Em função das férias de verão na Alemanha, ainda não foi possível receber a confirmação e os detalhes do encontro, o que espero ocorra muito em breve.

Ao renovar a Vossa Excelência a expressão de minha mais alta estima e consideração, permaneço, juntamente com minha equipe na Embaixada, ao seu inteiro dispor.

Maria Luiza Ribeiro Viotti

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

COMUNICAÇÕES

Ofício nº 255-L-Democratas/14

Brasília, 5 de agosto de 2014.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados RODRIGO MAIA e ONYX LORENZONI permutam as vagas de suplente e titular, respectivamente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Respeitosamente, – Deputado **Mendonça Filho**, Líder do Democratas

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

Of. nº 16/14-GLDEM

Brasília, 5 de agosto de 2014

Senhor Presidente,

Indico a V. Exª o nome do Senador Fleury, como titular das seguintes Comissões: Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas _ CMMC e Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas _ FIPA e Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL para substituir o Senador Wilder Morais nas vagas destinadas ao Partido Democratas.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino** Líder do DEM no Senado Federal

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

OF. GLPMDB nº 176/2014.

Brasília, 6 de agosto de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao OF. nº 246/2014-CN, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador João Alberto Souza – PMDB/MA para compor, como membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos,licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Ofício nº 69/2014 – GLDBAG

Brasília, 6 de agosto de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco de Apoio ao Governo indica o Senador Wellington Dias, como titular, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais em prejuízo na prestação do serviço público de transporte. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

(Será feita a substituição solicitada.)

Of. nº 271/SD/2014-Lid

Brasília, 6 de agosto de 2014.

Assunto: Substituição de membros para CPMI

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência a minha indicação como Membro Titular na Comissão Parlamentar de Inquérito – CPMI destinada a investigar irregularidades envolvendo o Metrô, em substituição ao Deputado Wladimir Costa.

Na certeza da compreensão e do atendimento ao pleito, expresso meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Franscischini**, Líder do Solidariedade

(Será feita a substituição solicitada.)

OF. nº 868/GAB-LidPT

Brasília, 6 de agosto de 2014

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os deputados Assis Carvalho – PT/PI e Geraldo Simões – PT/BA em substituição aos deputados Vicentinho – PT/SP e Alessandro Molon – PT/RJ e como membros suplentes o deputado Ronaldo Zulke – PT/RS e a deputada Margarida Salomão – PT/MG em substituição aos deputados Artur Bruno – PT/CE e Carlos Zarattini – PT/SP, na Comissão Mista destina a analisar a Medida Provisória nº 652, que "cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional".

Atenciosamente, – Deputado **Vicentinho,** Líder da Bancada na Câmara.

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

Of. Lid. Bloco PP/PROS nº 496/2014

Brasília, 6 de agosto de 2014

Assunto: Substituição de Parlamentar para a MPV nº 652/2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) como Titular na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MPV nº 652, de 2014, em substituição ao Deputado Eduardo da Fonte (PP/PE).

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo da Fonte**, Líder do Bloco PP/PROS

(Será feita a substituição solicitada.)

Memorando nº 1/2014-CPMIMETRO

Brasília, 6 de agosto de 2014

Assunto: Instalação da CPMI do Metrô

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na presente data, ocorreu a instalação da CPMI criada pelo Requerimento nº 4, de 2014-CN.

Por fim, informo que designei a data de 2 de setembro de 2014 para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

Respeitosamente, – Senador **Eduardo Suplicy,** Presidente.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2014

Acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 27-A:

"Art. 27-A. O total da despesa anual da Assembleia Legislativa, sem qualquer exclusão ou exceção, não pode exceder despesa realizada no exercício financeiro de 2013, calculada entre o período de janeiro a dezembro e corrigida pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA deste período, ou o que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. Constitui crime de responsabilidade:

I – do Governador de Estado, efetuar repasse que supere o limite definido neste artigo;

II – do Presidente da Assembleia Legislativa e dos demais membros da Mesa Diretora do órgão, realizar despesa acima do limite fixado neste artigo."

Art. 2º O § 3º do art. 32 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. .....

.....

§ 3º Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto nos arts. 27 e 27-A.

....." (NR)

Art. 3º O art. 75 da Constituição Federal passa a vigorar com o acréscimo do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 75. .....

.....

§ 2º Aos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal aplica-se o disposto no art. 27-A." (NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

Esta Proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo conter a expansão excessiva dos gastos das Assembleias Legislativas e Tribunais de Contas dos Estados (TCEs). É amplamente sabido que os Estados brasileiros encontram-se em situação de forte restrição fiscal. Não há unidade da Federação que possa alegar que dispõe de recursos suficientes para prover adequados serviços de saúde, segurança pública ou educação. No entanto, as assembleias e TCEs expandem seus gastos ano após ano, consumindo parcela considerável das receitas estaduais, com despesas muito além daquelas necessárias para prover um serviço eficiente.

Os gastos totais de assembleias e tribunais estaduais somaram, em 2013, nada menos que R$ 14,5 bilhões, sendo R$ 9,4 bilhões nas assembleias e R$ 5,1 bilhões nos tribunais.

Para colocar essa despesa em perspectiva, tome-se em comparação o custo do Parlamento Europeu. De acordo com a revista *The Economist*, de 17 de maio de 2014, os eleitores europeus estão desiludidos com o alto custo daquele parlamento, equivalente a US$ 2,5 bilhões por ano (aproximadamente R$ 5,75 bilhões/ano). Ou seja, o Parlamento Europeu, considerado muito caro, gasta R$ 3,65 bilhões a menos que a soma das assembleias estaduais brasileiras. Com um detalhe: um quarto das despesas daquele Parlamento refere-se à obrigatória tradução de todos os documentos para as 24 diferentes línguas dos países membros, despesa que obviamente não encontra paralelo nas assembleias brasileiras. Ademais, há os custos de viagem dos membros e a obrigatoriedade de se fazer reuniões em três cidades europeias diferentes: Bruxelas, Estrasburgo e Luxemburgo.

A mesma matéria de *The Economist* continua elencando fontes de desperdícios naquele Parlamento: "*o sistema de despesas dos parlamentares é um escândalo: não é preciso apresentar recibos das despesas, existe pouca auditoria e a contratação de parentes é comum*"[1]. E, com tudo isso, o Parlamento Europeu gasta R$ 3,65 bilhões a menos, por ano, que o somatório das assembleias estaduais.

Trazendo a comparação para o plano nacional, constata-se que as assembleias e TCEs gastam R$ 5,3 bilhões a mais, por ano, que a somatória de seus órgãos congêneres na esfera federal: Câmara dos Deputados, Senado e

TCU. Nós, do Legislativo federal, que também somos bastante criticados por nossos gastos, temos despesa bem menor que o conjunto das assembleias e TCEs.

As despesas das assembleias e TCEs têm crescido em termos reais ao longo dos anos, ao contrário do que seria de se esperar. Afinal, ambas as instituições realizam funções bastante padronizadas. As assembleias propõem e aprovam leis, bem como fiscalizam ações do Poder Executivo local. Os TCEs cumprem função fiscalizadora com atribuições definidas nas constituições federal e estaduais. Por isso, suas estruturas operacionais e seus gastos não precisam crescer, ao longo do tempo, acima da inflação. Uma vez montada a estrutura de funcionamento de uma casa legislativa ou de um TCE (construção de sede, aquisição de equipamentos, etc.), os anos seguintes exigirão apenas as despesas de funcionamento (salários, material de escritório, etc.) e de reposição dos ativos depreciados (troca de móveis, de veículos, etc.).

Isso é muito distinto, por exemplo, da ação de uma secretaria de saúde, que amplia o número de postos de atendimentos, constrói novos hospitais, expande a clientela atendida. Difere, também, da ação de uma secretaria de educação, que incorpora novos alunos, contrata novos professores. Também não se compara às despesas de uma secretaria de obras, que, a cada ano, gasta um montante maior ou menor de recursos, em função do número e do porte das obras realizadas.

Quando uma assembleia ou um tribunal de contas aumenta, ano após ano, a sua despesa acima da inflação, isso significa que, provavelmente, ela está contratando mais funcionários, concedendo aumentos reais aos seus servidores e dirigentes ou, ainda, ampliando o seu gasto de consumo.

Dados do Tesouro Nacional mostram que a chamada "despesa legislativa", que representa o somatório de despesas das assembleias e TCEs em suas áreas fim, cresceu em termos reais, entre 2002 e 2012, nada menos que 47%, passando de R$ 7,9 bilhões para R$ 11,6 bilhões (em valores de 2012). Se supusermos que, em 2002, o gasto desses órgãos era suficiente para o cumprimento de suas funções, não haveria motivos para que, em 2012, eles se situassem em nível 47% mais alto.

Note-se que um dos fatores de elevação vegetativa da despesa, que é o aumento de gastos com aposentadorias e pensões, está excluído do conceito de "despesa legislativa".

1 "The European Parliament – Elected, yet strangely unaccountable",The Economist, 17 de maio de 2014

Quando consideramos a evolução da despesa legislativa por estado, entre 2002 e 2012, constatamos que, em nove estados, a despesa mais que dobrou. Em RR, multiplicou-se por 3,2. Onde cresceu pouco, essa despesa variou 25% entre 2002 e 2012, o que ainda é um aumento considerável.

As despesas das assembleias e tribunais de contas consomem parcela significativa das receitas dos estados. Em média, elas representam 4,1% da Receita Corrente Líquida (RCL). Em Roraima chegam a consumir 7,7% da RCL.

Uma forma de verificar se isso representa uma despesa elevada, é comparar com outras categorias de despesa. Tomamos, a título de exemplo, os gastos estaduais com investimentos. Esses gastos são importantes para a população, visto que representam a construção de estradas, infraestrutura urbana, sistemas de saneamento básico, etc. Em média, os gastos das assembleias e TCEs em 2013 equivalem a quase a metade de tudo o que se gastou com investimentos em 2012. Em Goiás e no Rio Grande do Sul os gastos com aqueles órgãos superam 80% do que se gasta em investimentos.

Quando analisamos os gastos das assembleias dividido pelo número de deputados, percebemos uma grande dispersão de valores entre os estados. Enquanto no Acre esse indicador é de R$ 4,7 milhões por deputado; no Rio de Janeiro, essa cifra chega a R$ 15,9 milhões. Por que uma assembleia precisa gastar três vezes mais que a outra por deputado?

No caso dos TCEs não há, sequer, diferença no número de conselheiros entre estados, visto que o art.75, parágrafo único, da Constituição Federal determina que todos eles devem ter sete conselheiros. Assim, o custo total de todos os TCEs deveria ser bastante similar, o que faria com que os estados de menor receita gastassem uma parcela maior dessa receita com o órgão. Ainda que se possa argumentar que estados com orçamentos maiores exigiriam auditorias mais complexas e mais caras, elas não seriam tão mais caras a ponto de, por exemplo, dobrar o custo de operação do TCE.

De fato, o estado de maior receita (SP) tem a menor relação entre a despesa do seu TCE e sua RCL. Contudo dois outros estados de alta RCL (MG e RJ) têm despesa muito maior como proporção da receita, ao passo que estados de menor receita, como CE e BA, figuram com baixa relação entre despesa do TCE e RCL. Ou seja, há estados que gastam com os seus TCEs muito acima do que seria exigido por uma operação eficiente desses órgãos. O MT, por exemplo, apresenta razão entre gastos e RCL equivalente ao dobro da média nacional.

Em geral, estados que têm alta relação "despesa com TCE" e RCL também tendem a ter alta relação "despesa com a assembleia" e RCL. Ou seja, parece haver uma decisão política, em cada estado, na qual alguns destinam muitos recursos para os dois órgãos, enquanto outros controlam mais fortemente ambas as despesas.

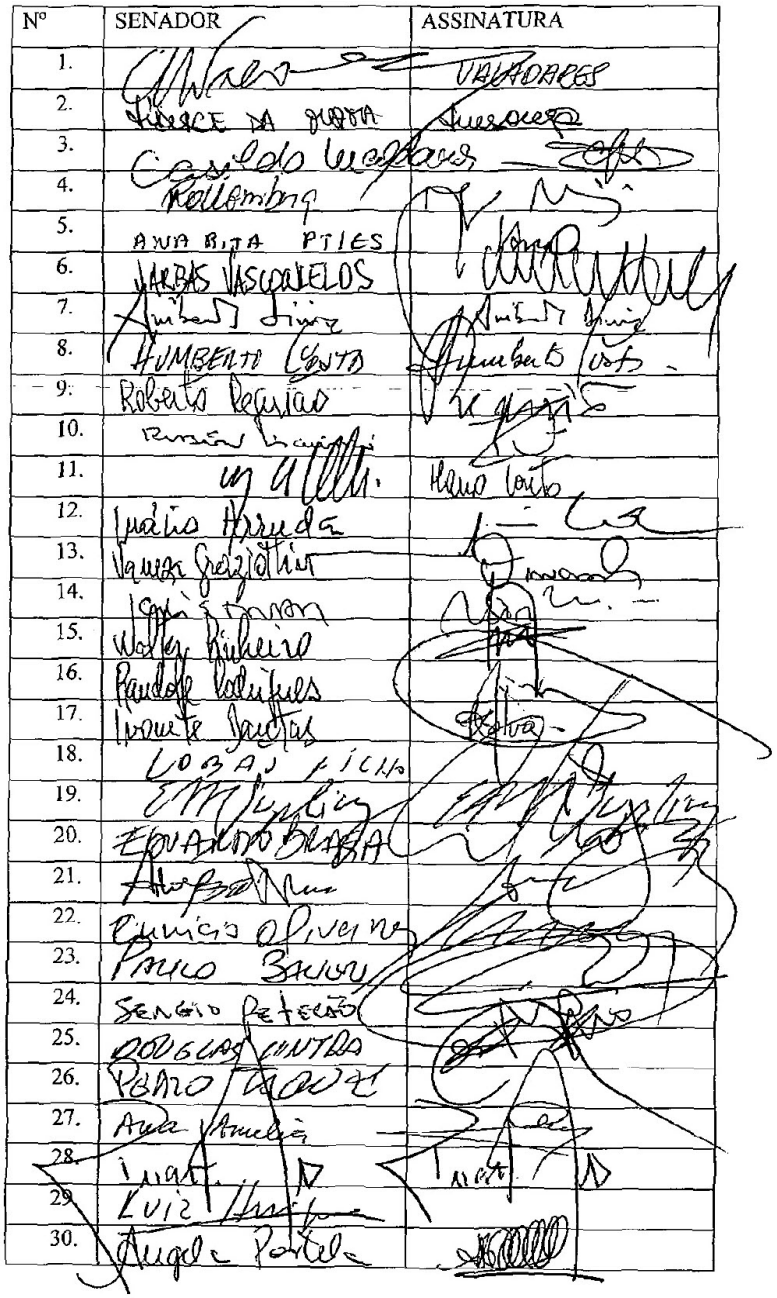
É necessário, portanto, impor limite a esses gastos. Note-se que tal iniciativa deve vir do legislador federal, visto que os legisladores estaduais jamais tomarão a iniciativa de conter os próprios gastos. Os governadores de estado, na maioria dos casos, são reféns do poder político das assembleias e TCEs, que absorvem para si verbas que teriam uso muito mais eficiente se aplicadas na provisão de serviços públicos diretamente à população.

Por fim, registro que, ao contrário do que se usualmente propõe, não estou sugerindo limitar as despesas dos órgãos em questão a um percentual da receita. Não o faço porque não há motivos para que, ao longo do tempo, se mantenha uma razão fixa entre os gastos de assembleias e TCEs e as receitas estaduais. As receitas tendem a crescer em termos reais, acompanhando o crescimento da economia, o que permitiria a permanente expansão dos gastos daqueles órgãos. Acredito que suas despesas, hoje já inchadas, devem crescer, no máximo, no mesmo ritmo da variação dos preços. Daí porque sugiro um limite igual ao gasto de 2013, permitindo-se a correção pela inflação nos anos seguintes.

Pela grande relevância da matéria, no que diz respeito à responsabilidade fiscal e eficiência da gestão pública, peço o apoio dos meus ilustres Pares a essa proposta.

Sala das Sessões,

Senador JOÃO CAPIBERIBE
PSB/AP



Nº	SENADOR	ASSINATURA
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		
27.		
28.		
29.		
30.		

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

Seção VIII
Do Processo Legislativo

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PARECER

PARECER
Nº 640, DE 2014

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem (SF) nº 54, de 2014 (nº 185/2014, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Maria Helena Mallmann para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 6 de agosto de 2014, apreciando o Relatório sobre a Mensagem (SF) nº 54, de 2014, opina pela APROVAÇÃO, da escolha do nome da Senhora MARIA HELENA MALLMANN, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, inciso II da Constituição Federal, por dezoito (18) votos favoráveis e um (1) voto contrário.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2014.

Senador VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

Senador GIM, RELATOR

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 39ª REUNIÃO, DE 06/08/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo

RELATOR: Senador Gim

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	4. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Douglas Cintra (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Blairo Maggi (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **GIM**

Vem ao exame desta Comissão a indicação, pela Excelentíssima Senhora Presidente da República, da Doutora MARIA HELENA MALLMANN para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

De acordo com o art. 111-A da Constituição Federal, os Ministros do TST são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, na forma do art. 52, III, *a*, da Carta Magna.

As normas regimentais aplicáveis à apreciação, por esta Casa, das indicações de magistrados pelo Presidente da República encontram-se disciplinadas no art. 383 do Regimento Interno, com redação dada pela Resolução nº 41, de 29 de agosto de 2013, do Senado Federal, sendo esta Comissão competente para emitir parecer de mérito sobre tais indicações, nos termos do art. 101, II, *i*, do mesmo Regimento.

Conforme a norma regimental mencionada, a Mensagem Presidencial deve vir acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu *curriculum vitae*, no qual deve ser registrada a formação acadêmica, as atividades profissionais exercidas pelo indicado e os respectivos períodos, além de relação de eventuais publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas.

Extraímos do *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão que a Senhora MARIA HELENA MALLMANN, que é natural da cidade de Estrela (Rio Grande do Sul), exerceu o cargo Juíza do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, entre os anos de 1981 e 2001, em virtude de aprovação no concurso para ingresso na Magistratura do Trabalho.

A Doutora MARIA HELENA MALLMANN tornou-se Juíza do TRT da 4ª Região em julho de 2001. Desde então, assumiu diversos cargos, entre os quais destacamos:

a) Presidente da 3ª Turma do TRT da 4ª Região, de 18.08.2006 a 11.12.2009;

b) Presidente da 10ª Turma do TRT da 4ª Região, desde 13.12.2013;

c) Vice-Presidente do TRT da 4ª Região, de 2009 a 2011;

d) Presidente do TRT da 4ª Região, de 2011 a 2013;

e) Conselheira da Escola Judicial, de 2007 a 2009;

f) Integrante do Órgão Especial, nos anos de 2010/2011 e 2012/2013, respectivamente, como Vice-Presidente e Presidente do TRT da 4ª Região, sendo membro por antiguidade desde 14.11.2011;

g) Conselheira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), como representante da Região Sul do Brasil, de 09.02.2012 a 21.02.2014;

h) Integrante da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região, desde 13.12.2013;

i) Integrante da Sessão Especializada em Execução, desde 13.12.2013;

Além dos cargos acima mencionados, a ilustre magistrada atuou na representação da classe a que pertence, valendo-se destacar os seguintes cargos por ela ocupados:

a) Representante do TRT da 4ª Região no Conselho Fiscal da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (FEMARGS), de 2002 a 2003;

b) Representante do TRT da 4ª Região no Conselho Deliberativo da FEMARGS, de 2004 a 2013;

c) Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da IV Região (AMATRA IV), de junho de 1990 a junho de 1992;

d) Presidente da AMATRA IV, de junho de 1992 a junho de 1994;

e) Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), de maio de 1993 a maio de 1995;

f) Presidente da ANAMATRA, de maio de 1995 a maio de 1997; e

g) Coordenadora da Escola Nacional da Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), de dezembro de 1991 a dezembro de 1993.

A magistrada participou do curso de formação judicial superior *Dimensión Jurídica de la Integración Política y Econômica* em Barcelona, Espanha, no período de 1.10.2007 a 23.11.2007, e do Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 2 a 6 maio de 2011.

A magistrada já recebeu as seguintes condecorações:

a) Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no grau de Comendador pelo TST, em 11.08.2008; e

b) Insígnia da Ordem de Mérito *Jus et Labor*, no grau de Grande Oficial pelo TRT da 8ª Região, em 18.11.2003.

É, ainda, autora de obras acadêmicas, das quais destacamos:

a) O Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho no Terceiro Milênio, artigo publicado na Revista LTR, ano 60, p. 793-794, junho de 1996;

b) Juiz: Mito ou Cidadão, artigo publicado na Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas, nº 9, p. 17-21, 1997;

c) Dia da Mulher, Jornal O Sul, Porto Alegre, texto eletrônico, em 07.03.2010;

d) A Justiça do Trabalho na Praça, Jornal o Sul, Porto Alegre, texto eletrônico, em 29.10.2012; e

e) A Justiça no Foco, artigo publicado na revista Trabalho em Revista, Curitiba, v. 31, nº 365, p. 12, dezembro de 2012.

O *curriculum vitae* de MARIA HELENA MALLMANN revela, portanto, sua rica experiência acadêmica e profissional.

As declarações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno desta Casa informam: (i) que o filho da magistrada ocupa o cargo de juiz substituto do trabalho do TRT da 4ª Região, nele ingressando via concurso público em 09.10.2007; (ii) que a magistrada nunca participou como sócia, proprietária ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais; (iii) que a magistrada encontra-se em condição de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal; e (iv) que a magistrada não figura como autora ou ré em ações judiciais, salvo nas ações de nº 10801024122, nº 10602624804 e nº 1090348396, nas quais se discute o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dos exercícios de 2000, 2001 e 2003, incidente sobre imóvel de sua propriedade.

A Ilustre MARIA HELENA MALLMANN apresentou sucinta argumentação escrita, exigida pelo Regimento Interno desta Casa, na qual demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Ante o exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Tribunal Superior do Trabalho.

Sala da Comissão, 06 de agosto de 2014.

Senador Vital do Rêgo , Presidente

, Relator

ARQUIVAMENTO

– Publicação, no Diário do Senado Federal, do **Parecer n° 32 de 2014-CN**, da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, concluindo pelo arquivamento dos OFNs 35 de 2010; 2 e 18 de 2012; 27, 28 e 30 de 2013, que encaminham Programação e Relatórios de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. **(vide item 2 do sumário)**

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

As matérias a que se referem os pareceres vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há orador inscrito.

Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Sem microfone, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já vai ter.

Senador Mário Couto, permita que, agora, na Comissão de Assuntos, fiz dois elogios a V. Exª. Tive que fazer uma composição naquele do salário mínimo, mas eu aprovei o outro seu lá agora...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... que é a questão do caranguejo, do marisco e companhia limitada.

Dois projetos seus foram aprovados lá.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – V. Exª recebeu meus elogios ontem justamente, porque V. Exª é um homem, além de humilde, que luta pelos humildes.

Presidente, eu quero me inscrever pela Liderança da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está assegurado a V. Exª pela Liderança da oposição, Senador Mário Couto.

Senadora...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Quero avisar, Presidente, ao Estado do Pará, especialmente ao Município de Prainha, que eu vou falar hoje a barbaridade que estão fazendo numa localização naquele Município, fronteira com Almeirim. Vou fazer uma denúncia muito grave no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

V. Exª falará logo após a Senadora Ana Rita, pela ordem de inscrições.

Chamo para a tribuna a Senadora Ana Rita, como oradora inscrita.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Anibal Diniz, V. Exª está inscrito, mas pela ordem neste momento...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... com a boa vontade da nobre e querida Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para fazer uma congratulação especial com o povo do Acre, que hoje comemora o aniversário do início da Revolução Acriana, liderada pelo Coronel Plácido de Castro. Foi uma revolução em que um exército de seringueiros, comandado por um gaúcho de São Gabriel, José Plácido de Castro, conseguiu, pelo enfrentamento armado, a conquista daquele território, que antes era um território boliviano, as terras não descobertas, e passou a fazer parte do Brasil.

Com a Revolução Acriana – que depois, diplomaticamente, foi concluída pelo Barão do Rio Branco – o Acre se tornou Brasil, de tal maneira, Senador Paim, que os acrianos têm muito orgulho de dizer que são brasileiros por opção, exatamente porque os brasileiros do Acre fizeram uma revolução armada, foram à luta e sacrificaram vidas para que aquela região fosse Brasil. E, hoje, 6 de agosto, é exatamente o aniversário do início dessa revolução.

Vou-me pronunciar posteriormente, com mais demora, para falar sobre o sentido dessa conquista para o povo do Acre e também para o Brasil, que, num primeiro momento, não reconheceu, não deu a estrutura necessária, não deu apoio, não deu atenção. O Acre tem uma trajetória de fazer esse enfrentamento isolado. Exatamente por isso, o Acre é uma terra tão especial, uma terra onde o povo ousou ir à luta armada para ser Brasil. Então, o Acre é brasileiro por opção. Exatamente por isso, sentimo-nos um pouco mais brasileiros que os brasileiros, porque fizemos questão de ser Brasil. Os nossos antepassados recorreram às armas para conquistar aquela terra para o Brasil. E nós temos uma dívida de gratidão também com o povo do Rio Grande do Sul porque nos presenteou, digamos assim, esse líder fantástico, José Plácido de Castro, que, aos 25 anos, comandou um exército vitorioso, que conquistou aquele território para o Brasil.

E, assim, hoje, aniversário da Revolução Acriana, tenho certeza de que o Senador Jorge Viana também deve se pronunciar logo, quero fazer meus cumprimentos ao povo do Acre por esta comemoração e dizer que, logo mais, estarei me pronunciando com mais demora e mais detalhes a respeito do sentido dessa Revolução Acriana para o povo do Acre e também para a história do Brasil, porque foi um acontecimento histórico que envolve a bravura de um exército de seringueiros sem as mínimas condições que conquistou aquele território para o Brasil.

Era isso, Sr. Presidente, espero, inclusive, que o próprio Senado possa fazer um cumprimento ao povo do Acre nesta data de 6 de agosto pelo aniversário do início da Revolução Acriana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Anibal Diniz, a Mesa se soma ao povo do Acre nesta data tão importante aqui lembrada por V. Exª.

E vamos, de imediato, então, à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, colegas Senadoras, expectadores e ouvintes da Rádio e TV Senado, público aqui presente, estou vendo que temos aqui a presença de muitos alunos, com certeza aqui, do DF, acompanhando a sessão de hoje, nesta quinta-feira, 7 de agosto, completam-se oito anos da sanção da Lei Maria da Penha pelo ex-Presidente Lula. A Lei nº 11.340, de 2006, dá cumprimento à Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, da OEA, bem como à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, da ONU. Ela é uma das mais importantes conquistas da nossa sociedade e das mulheres brasileiras, fruto das pressões do movimento feminista, dos movimentos de direitos humanos e de milhares de mulheres e de homens que lutaram e lutam para que a chaga da violência contra a mulher seja seriamente tratada.

Reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo, a Lei Maria da Penha é inovadora. Uma das suas grandes inovações é tratar a violência doméstica e familiar como um tema complexo, é prever uma rede de atenção e assistência às mulheres em situação de violência. A lei sustenta-se em um tripé: prevenção, assistência e contenção. Se faltar um dos pés fica comprometida.

Também foi a primeira resposta jurídica ampla a romper com o paradigma de que a violência doméstica é privada, ou seja, que em briga de marido e mulher não se mete a colher. Em briga de marido e mulher se mete a colher, sim!

A lei, como muitos sabem, leva o nome da farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que, em 1983, recebeu um tiro de seu marido e protagonizou um caso simbólico de violência doméstica e familiar.

Embora com apoio significativo, dados do Instituto Patrícia Galvão e Data Popular mostram que 98% da população dizem conhecer a legislação. A implementação da lei trouxe à tona muitas resistências, e resistên-

cias que revelam e que revelaram a aceitação da violência doméstica como crime de menor poder ofensivo e reforçavam as relações de dominação do sistema patriarcal. É importante lembrar que a Lei Maria da Penha representou uma verdadeira guinada na história de impunidade e na cultura jurídica tradicional.

Por meio da lei, vidas que seriam perdidas são salvas; mulheres em situação de violência ganham direito e proteção. Isso aliado ao fortalecimento da autonomia das mulheres. Contudo, a efetivação da lei e da sua aplicação ainda enfrenta muitos desafios.

É importante entender que o tema da violência ou violências contra mulheres não diz respeito apenas às mulheres. O engajamento dos homens é fundamental, porque contribui para mostrar que uma nova masculinidade está em curso. Se os homens não reproduzirem relações violentas, avançaremos muito mais rapidamente para relações de afeto baseadas na igualdade e reconhecimento.

É necessário também ampliar as políticas públicas que permitam restaurar a harmonia familiar e emancipar as mulheres social, econômica e psicologicamente. Além disso, intensificar e fortalecer o apoio às mulheres e oferecer serviços públicos gratuitos, para romper com o ciclo da violência doméstica e familiar, são fundamentais, assim como é necessária a aplicação pelos Estados e Municípios de mais recursos para a criação de secretarias estaduais e municipais, de políticas para as mulheres, mais delegacias especializadas, centros de referência, expansão das promotorias da mulher, entre outras estruturas públicas. Tudo isto mostra que ainda há muito trabalho para extirpar de vez do mapa a chaga da violência contra as mulheres.

Dentro deste esforço, lembro que tramitam no Congresso Nacional 14 projetos apresentados pela CPMI da Violência Contra Mulheres, da qual fui Relatora. São propostas altamente importantes para conseguirmos avançar no enfrentamento à violência contra mulheres. Entre elas, destaco o importante PLS 292, de 2013, que inclui o feminicídio como qualificador do crime de homicídio no Código Penal – o projeto está pronto para ser votado em plenário.

Outra proposta que considero muito importante, já aprovada aqui no Senado, encontra-se em tramitação na Câmara Federal. Trata-se da criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Além do fundo de enfrentamento à violência doméstica, outras propostas da CPMI estão prontas para o Plenário da Câmara, como a que torna crime de tortura a violência doméstica, o PL 6.293, de 2013; a que determina que, em até 24 horas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, na linha do que V. Exª fez, cumprimento a moçada, já que eles estão saindo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª já destacou: são estudantes do Centro de Ensino Fundamental nº 1, de Brazlândia, Distrito Federal. Sejam todos bem-vindos!

A Senadora Ana Rita, uma das mais brilhantes Senadoras da Casa, preside a Comissão de Direitos Humanos e é do Espírito Santo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Sejam sempre bem-vindos e bem-vindas ao Senado! É um prazer receber tantos alunos e professores do Distrito Federal e do entorno do Distrito Federal. Muito obrigada pela presença.

Conforme eu ia dizendo, existe a proposta que também determina que, em até 24 horas do encaminhamento da vítima a abrigo, a Justiça e o Ministério Público devem ser comunicados para análise imediata dos requisitos de prisão preventiva do agressor – trata-se, Sr. Presidente, do PL 6.294, de 2013. E a que institui auxílio-transitório da Previdência para mulheres em risco social provocado por violência doméstica e familiar, o PL 6.296, de 2013.

São todas matérias que não podem esperar. Todos os dias mulheres são assassinadas, são violentadas. Faço um apelo para que o Congresso Nacional aprove o mais rápido possível esses projetos, em especial, aos colegas Senadores e Senadoras para que aprovemos o projeto que inclui o feminicídio no Código Penal brasileiro.

No Brasil, uma em cada cinco mulheres, 20%, já sofreu algum tipo de violência física, sexual ou outro abuso praticado por um homem. Nosso País é o sétimo que mais mata mulheres no mundo. Segundo o Mapa da Violência no Brasil, um estudo patrocinado pelo Instituto Sangari, com base em informações fornecidas pelo banco de dados do Sistema Único de Saúde, o Datasus, nos últimos 30 anos, foram assassinadas 91 mil mulheres, sendo 43 mil só na última década.

Conforme o Mapa, as mulheres estão morrendo predominantemente no espaço doméstico. O lar, o doce lar, não é mais seguro: 68,8% dos homicídios ocorrem dentro de casa e são praticados pelos cônjuges. E, entre os Estados da Federação, o meu Estado, o Espírito Santo, ocupa o lamentável primeiro lugar em assassinatos contra mulheres: o nosso Estado responde por 9,8 homicídios em cada 100 mil mulheres, mais que o dobro da taxa nacional; e Vitória é a la capital mais violenta do País, com 13,2 homicídios para cada 100 mil mulheres.

Já a pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, realizada pelo Sesc e a Fundação Perseu Abramo, projeta que a cada dois minutos, Sr. Presidente, cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. Srªs Senadoras, Srs. Senadores, são dados alarmantes. Sem que a lei seja tomada como uma política de Estado, continuaremos a ter problemas.

Só iremos superá-los, se, efetivamente, a legislação for assumida por todas e todos. Se não criarmos mecanismos eficientes, para colocá-la em prática, a legislação se torna inócua e continuamos vulneráveis. Enfrentar a violência contra mulheres requer tomar em sério o tema.

Lembro que, em nosso relatório final da CPMI da Violência contra as Mulheres, apontamos medidas concretas de superação ao atual estado de banalização da violência. Fizemos sugestões aos Governos Federal e estaduais, ao Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Conforme diagnosticado pela CPMI, é necessário que Estados e Municípios elaborem políticas públicas destinadas a enfrentar essa chaga social.

Dentro deste contexto, quero elogiar ações do Governo da Presidenta Dilma, e merece destaque o Programa Mulher, Viver sem Violência executado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres: um investimento de R$226 milhões para prestar todo o tipo de assistência às mulheres em situação de violência, na chamada Casa da Mulher Brasileira. A casa é um espaço que reúne Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams); juizados e varas; defensorias; promotorias; equipe psicossocial, com psicólogas, assistentes sociais, sociólogas e educadoras, para identificar perspectivas de vida da mulher e prestar acompanhamento permanente; e equipe para orientação ao emprego e renda; e a estrutura física conta com brinquedoteca e espaço de convivência para as mulheres.

Sem dúvida, Sr. Presidente, é uma grande iniciativa do Governo da Presidenta Dilma para o enfrentamento a todas as formas de violência contra mulheres. Compromisso e atitude, este é o caminho para superarmos a violência contra mulheres.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de lembrar nesta data de hoje, sendo que amanhã, dia 7, estaremos aqui celebrando o aniversário da Lei Maria da Penha.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – São oito anos de sanção da lei pelo Presidente Lula. E é importante, Senador Anibal, vou conceder a palavra a V. Exª, lembrar que a legislação é necessária.

Nós temos uma legislação importante, que é a Lei Maria da Penha, altamente elogiada pelos demais países do mundo, construída com a participação de diversas mulheres, dos movimentos sociais de mulheres. No entanto, ela ainda não está sendo implementada do jeito que precisa ser. Para que ela seja, de fato, implementada, é preciso compromisso – é preciso compromisso! – cada vez maior não só do nosso Governo, que tem feito a sua parte, mas é preciso, sobretudo, compromisso dos governos estaduais e municipais. Se não houver um comprometimento do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, das defensorias públicas, a lei vai continuar no papel.

É importante registrar que já tivemos alguns avanços em diversos Estados, com contratação de profissionais, contratação de defensores públicos, constituição de novas varas especializadas. Mas o nosso País é imenso, e a violência contra as mulheres ainda é muito grande. Então, nós precisamos que haja um olhar atento, preferencial, prioritário por parte dos nossos gestores.

Investir no enfrentamento da violência contra as mulheres é salvar vidas, inclusive, Sr. Presidente, de crianças e adolescentes, que muitas vezes convivem com um ambiente de violência permanente dentro de casa. E nós contribuiremos para termos adultos também violentos se nós não enfrentarmos essa chaga.

Então, fica aqui o nosso apelo, nosso pedido. É um pedido de alguém que fala em nome de várias mulheres, porque, como Relatora da CPMI, eu me sinto responsável por continuar cobrando e exigindo que a Lei Maria da Penha seja aplicada, porque tive a oportunidade de dialogar, de presenciar diversos depoimentos, e depoimentos que nos marcaram durante o período da CPMI, Senador Paulo Paim, de mulheres que vivem num tormento imenso por causa da violência, que é muito constante em suas vidas. Então faço esse apelo.

Contamos aqui com a colaboração, com o apoio, com o compromisso dos nossos colegas Senadores e Senadoras, para que aquilo que está ainda tramitando nesta Casa possa ser aprovado. E aí poderemos cobrar com firmeza a implementação dessas leis e desses projetos que conseguimos elaborar, por meio da CPMI, que vão fortalecer a implementação da Lei Maria da Penha.

Eu concedo a palavra, meu tempo já está se esgotando, ao Senador Anibal Diniz.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Rita, por me conceder este aparte. Eu quero cumprimentá-la pela qualidade e precisão de seu pronunciamento, fazendo um esforço histórico no sentido de resgatar, desde o surgimento da Lei Maria da Penha, desde a situação causadora dessa nomenclatura, e dizer que esse aumento ou permanência da violência contra a mulher no Brasil é algo a que nós temos de estar permanentemente nos opondo. A gente tem de se contrapor a isso, porque, verdadeira-

mente, não se admite, ainda, com todos os instrumentos que foram criados – a própria Lei Maria da Penha –, com toda a evolução educacional e cultura de nosso País, a gente não tem como conviver passivamente com essa escalada da violência contra a mulher. Eu sou da opinião de que a gente... Todos os esforços são bem-vindos, todos os esforços precisam ser empreendidos no sentido de combater a violência, mas também a gente precisa criar instrumentos para maior equilíbrio de gênero e maior representatividade da mulher nas instâncias de poder, porque, quanto mais a gente tiver equilíbrio de gênero, eu acredito que menos violência haverá e menos discriminação haverá. Inclusive, Senadora Ana Rita, eu tenho feito muita questão de fazer menção ao projeto que apresentei aqui no Senado, que tenta contribuir para esse equilíbrio de gênero, para que, nas eleições com duas vagas para o Senado, a gente possa ter equilíbrio de gênero com uma vaga destinada às mulheres e outra vaga destinada aos homens. Senador Siba Machado também apresentou uma proposição na Câmara dos Deputados...

(Soa a campainha.)

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... no sentido de que os 30% hoje assegurados, digamos assim, às chapas proporcionais, possam se converter em vagas efetivas no Parlamento. Dessa maneira, a gente pode contribuir para tirar o Brasil desta situação vexatória: o Brasil hoje está na 158ª posição no *ranking* mundial de presença da mulher no Parlamento. E nós temos de dar uma resposta a isso, abrindo a possibilidade para que haja maior presença da mulher no Parlamento. Eu tenho certeza de que, dessa maneira, a gente estará contribuindo também para diminuir a violência e para diminuir a discriminação contra a mulher no Brasil. Parabéns a V. Exª pela precisão do pronunciamento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradeço profundamente ao Senador Anibal Diniz que tem sido um parceiro, juntamente com outros Senadores e Senadoras, como o Senador Paulo Paim, Senadora Maria do Carmo, Senador Mário Couto e diversos outros que se fazem presentes aqui e são parceiros nessa luta. Mas o Senador Anibal Diniz tem uma preocupação com a representação política das mulheres, e o Projeto de V. Exª vem fortalecer essa luta das mulheres brasileiras. Então, muito obrigada, Senador Anibal, pela intervenção.

Eu finalizo minha fala, fazendo aqui um apelo ao meu Estado do Espírito Santo: não dá mais para as instituições públicas trabalharem em políticas públicas com cada um em seu próprio espaço. É preciso que haja, cada vez mais, um entrosamento, uma articulação, um diálogo entre os Poderes Judiciário, Executivo, o Ministério Público, a Defensoria Pública, para que, juntos, de forma integrada e articulada, possamos, realmente, romper com esse ciclo de violência.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vitória e o Espírito Santo como um todo têm matado muitas mulheres. A cada dia que nós abrimos os jornais, são muitas mulheres que morrem assassinadas. Recentemente, uma mulher de Santa Maria de Jetibá teve todo o seu cabelo arrancado, extirpado, ficou em carne viva o couro cabeludo em função de uma violência praticada, possivelmente, pelo seu ex-companheiro. E essa mulher está sendo acompanhada.

Nós precisamos que a Justiça do Estado do Espírito Santo faça o seu trabalho de forma séria, correta, juntamente com a Secretaria de Segurança, para, de fato, esse caso ser investigado do jeito que precisa ser investigado, com a seriedade que precisa ser dada a essa situação. Precisamos dar um basta à impunidade. Precisamos enfrentar a violência com muita seriedade e com muita responsabilidade.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, é esse o nosso apelo, Sr. Presidente.

Muito obrigada pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Mário Couto, V. Exª fala como Líder, mas com a mesma tolerância que eu tive com a nobre Senadora Ana Rita, pela importância do tema. V. Exª destacou o seu tema também.

Enquanto V. Exª vem à tribuna, tenho a honra de comunicar a V. Exª:

Em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, reassumindo nesta data a representação do Estado do Paraná em substituição ao Senador Alvaro Dias, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Nome parlamentar: Wilson Matos.

Sala de Sessão, 6 de agosto de 2014.

Recebido.

É a seguinte a Comunicação:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, reassumindo nesta data a representação do Estado do Paraná, em substituição a Alvaro Dias, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Nome Parlamentar: Wilson Matos

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2014.

O Senador Mário Couto, com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu tenho dito, aqui nesta tribuna, por várias vezes, que sou Senador do PSDB e que meu Partido discute suas ideias, os temas, os problemas do Brasil, mas nós não somos submissos a ninguém.

Considero-me um Senador independente. Sempre digo que, no Congresso, no Senado, paraenses queridos da terra de Nossa Senhora de Nazaré, não sou submisso a ninguém, que não troco o meu mandato, porque a mim ele não pertence. O meu mandato pertence ao povo do Estado do Pará, que me mandou para cá com mais de um milhão e meio de votos. Falo aqui por cada paraense. Defendo aqui aquilo que o paraense queria defender: os direitos dos mais pobres.

Vou falar de um tema hoje de muita importância e que está acontecendo no meu Estado, no Município de Prainha.

Não troco, não me curvo a ofertas de governos. Se este Senado não fosse submisso, se este Senado não se ajoelhasse aos pés de Dilma, o Brasil, com certeza, não estaria passando pelo que está passando hoje. E o povo do meu Pará não estaria sofrendo como sofrem hoje os mais humildes.

Vejam só! Por isso, paraenses, eu me orgulho de bater no peito e dizer aqui que falo o que quero. Não tenho cargos públicos. Não recebo emendas. Não conheço a Dilma, nunca falei com ela. Mas conheço bem, muito bem, o meu Estado e o meu povo. E conheço os problemas do meu Estado.

Venho para cá com a voz deles, defendendo-os e orgulhando-me de ser paraense.

Pasme, Sr. Presidente, no Município de Prainha, na localização denominada de Cupim, região que fica a cerca de um quilômetro do Rio Caminaú, afluente do Rio Jauari. Ali, Sr. Presidente, estamos à beira de um conflito sangrento.

O Pará, por muito tempo, por muitas vezes, já assistiu conflitos agrários, já assistiu paraenses caírem, morrerem por causa exatamente de terras. Agora, se aproxima mais um desses fatos, e vou mostrá-los aqui, por ser independente. Não tenho receio de nada.

Brasileiros e brasileiras, no meu Estado, de vez em quando, aparece um milionário para tentar humilhar os mais pobres; de vez em quando aparece um irresponsável, um incompetente, um desastrado, um bandido, para querer humilhar os mais pobres. E é isso que está acontecendo, exatamente, lá no Município de Prainha. Alguém rico, milionário começa a entrar nas áreas, sem nenhuma – sem nenhuma, repito – condição na qual se possa dizer que ele está regular. Completamente irregular.

O Ibama fecha os olhos! O Ibama faz que não vê! O Ibama é um órgão incompetente! Este País tem de mudar! Essa história de Ibama tem de acabar! O Ibama não atua – só quando quer, só quando lhe servem!

Como o empresário milionário pode chegar a uma região com mais de cem famílias e fazer o que quer, fazer uma verdadeira derrubada de árvores? Aquelas madeiras, que são denominadas madeiras nobres, já foram todas destruídas; agora, estão destruindo refugos. E vou mostrar a vocês o que é a desgraça no Brasil daqueles que são fracos.

Eu não sou contra empresário madeireiro, não sou contra, mas que esteja na legalidade e respeite o povo pobre.

A Prefeita de Prainha, Prefeita Patrícia – diga-se de passagem –, tem lutado em proteção dos menos favorecidos. Prefeita guerreira, prefeita honesta, prefeita competente, prefeita trabalhadora, que defende as pessoas mais frágeis, correndo até risco de vida. Esteve lá, no local, olhou, e eu recebi a denúncia hoje.

Não só falo, mas eu também faço as ações. Estou encaminhando ao Ibama de Brasília. E eu espero, Ibama; eu vou lhes dar um prazo, Ibama; e, se vocês não forem ao local, eu vou chamá-los aqui no Senado Federal, junto com essas cem famílias, para que vocês digam, na frente deste Senador, por que vocês não estão fiscalizando essa área.

Vou mandar para o Ibama, Senador Paim, que é um homem que condena esse tipo de ações.

Aqui, eu não estou condenando nenhum madeireiro que possa ter o seu trabalho industrial legalizado. Aqui, eu estou denunciando a ilegalidade. Aqui, eu estou denunciando a ameaça. Aqui, eu estou denunciando os maus-tratos, a sem-vergonhice, a estupidez que estão fazendo com cem famílias, Senador Paulo Paim.

Antigamente, traziam água para a gente, Senador. Agora, não tem mais. O que é isso? É falta de empréstimo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A água está chegando aí, já.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – A gente pode fazer um empréstimo para comprar água. Eu mostro, Senador Paulo Paim. Olhe, Senador, olhe aqui.

TV Senado, onde é melhor para mostrar isto aqui? Olhe aqui, TV Senado: mais de duas mil toras de madeira na ilegalidade. Mais de duas mil toras de madeira na ilegalidade! Olhe aqui, TV Senado, olhe a estupidez, a aberração. Olhe aqui, TV Senado. Olhe quantas toras de madeira irregulares. Olhe a canalhice! Porque são poderosos, podem. Porque são poderosos, humilham. Porque são poderosos, destroem. Passam por cima de todos ou tentam passar. Nas suas frentes encontraram o Senador Mário Couto. Seja quem for, eu não quero saber quem é, vocês vão ter que parar e pagar pelo que fizeram.

Olhem como são poderosos. Isso é um ramal feito para ir até onde estão as grandes árvores. Olhe, Brasil. Olhe que tipo de ramal foi feito pelos empresários. Esse ramal eu queria que fosse feito na minha terra, lá em Salvaterra, onde se levam os meus agricultores para as pequenas vilas. Ramal de dez metros. Aqui eu acho que vão colocar até asfalto para tirar as madeiras irregulares.

Sr. Presidente, tenho em minha mão o primeiro requerimento e o estou mandando à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público Federal. Sei que há muitos oradores que esperam eu descer desta tribuna para falarem aqui. Por isso não vou ler a cada um, mas eu faço uma pausa no meu pronunciamento para falar ao Senador Presidente, Renan Calheiros.

Presidente Renan Calheiros, quero contar com a ajuda de V. Exª neste caso. Isso é uma afronta ao meu Estado. Isso é uma afronta aos menos favorecidos. Estou mandando os ofícios aos órgãos competentes, mas, se eu não for feliz na minha caminhada, precisarei de V. Exª. Preciso do Presidente do Senado Nacional para ajudar nesta luta, para que os pobres agricultores da minha terra, lá no Município de Prainha, não sejam massacrados.

Quero trazer aqui, vou fazer o requerimento para V. Exª, o autor dessa "..." – tire a palavra chula do meu pronunciamento. Vamos trazê-lo aqui, junto com as cem famílias que estão sendo massacradas por ele, e vamos dar direito a quem o tem, meu caro Presidente deste Congresso Nacional. Eu espero a sua ajuda neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Pode contar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Kaká Andrade.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Pela ordem, eu gostaria de pedir a palavra pela Liderança do PDT, conforme designação já entregue aí na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós temos o Senador Acir Gurgacz, que está inscrito, e temos também V. Exª.

Eu queria só propor a inversão: que nós começássemos logo a Ordem do Dia e, em seguida, nós respeitaríamos a ordem de inscrição de cada Senador e de cada Senadora.

Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com certeza, nós apoiamos a sua decisão, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – A Oposição concorda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Oposição concorda. Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O PMDB concorda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga, nós estamos propondo a inversão da pauta para nós começarmos com a Ordem do Dia, como ficou acertado ontem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Concordamos com a proposta de V. Exª. Acho que é fundamental darmos curso à Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, é importante soar a campainha porque tem comissões funcionando neste momento, para que todas sejam encerradas, para que os Senadores venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu peço aos Srs. Senadores que estão em outras comissões que, por favor, na forma do Regimento, suspendam os trabalhos das comissões porque nós já começamos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2014, de iniciatva da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, firmado em Brasília, em 23 de novembro de 2009.

O parecer do Senador Suplicy é favorável.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2014

(nº 1.411/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre a Isenção de visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, firmado em Brasília, em 23 de novembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaporte Diplomáticos, firmado em Brasília, em 23 de novembro de 2009.

Parágrafo único. Ficarão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem o referido Acordo, bem como quaisquer outros ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A integrar do texto do acordo encontra-se publicado no DSF de 21/5/2014.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2014, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que *altera o art. 1º da Lei 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, o número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher, Disque 180 – Violência contra a Mulher.*

O parecer nº 624, de 2014-CDH, da relatora Senadora Ana Rita é favorável.

Não foram oferecidas emendas até o encerramento da discussão do projeto.
Discussão do projeto. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.
Passa-se à votação.
As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2014
(Nº 6.013/2013, na Casa de origem)
(Da CPMI da Violência Contra a Mulher no Brasil)

Altera o art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º O § 2º do art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....
.....
§ 2º O serviço de atendimento objeto desta lei deverá ser operado pela Central de Atendimento à mulher, sob a coordenação do Poder Executivo." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 672, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.251, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que teve como Relator o Senador Paulo Davim), que *institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social para os fins que especifica.*

Parecer sob nº 634, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta. Esse projeto teve como Relatora a Senadora Angela Portela.
Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.
Discussão do projeto e da emenda, em turno único. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir o projeto e a emenda, em turno único, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.
As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Votação da Emenda nº 01-CAS.
As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.
Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

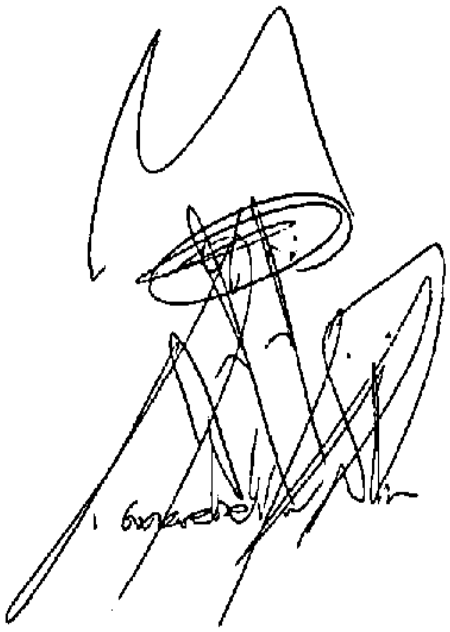
PARECER
Nº 641, DE 2014

COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011, que *institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social para os fins que especifica*, consolidando a Emenda nº 1 – CAS, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 06 de agosto de 2014.



ANEXO AO PARECER Nº 641, DE 2014

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2011.

Institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituída contribuição, devida pelos aposentados e pensionistas segurados do regime geral de previdência social, em favor de entidades que atuam na defesa de seus interesses individuais e coletivos.

§ 1º A contribuição de que trata o *caput* será recolhida uma vez ao ano e consistirá na importância mínima de R$ 2,00 (dois reais), valor que será atualizado, anualmente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, e será revertida para as entidades indicadas, sem custos administrativos.

§ 2º Aos aposentados e pensionistas referidos no *caput* deste artigo é assegurado o direito de opor-se ao pagamento dessa contribuição, tornando-a inexigível, mediante notificação escrita ao responsável pelo recolhimento.

§ 3º O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é o órgão responsável pelo desconto da importância referida no § 1º da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, no mês de dezembro de cada ano, e por sua destinação às entidades confederadas, na forma do regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado no DSF, de 7/8/2014

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Requerimento, Senador Randolfe e Senador Acir.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 661, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 661, de 2014, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013, além das comissões constantes do despacho, seja ouvida também a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Tarifa de remuneração de serviço de transporte público.

Votação do requerimento.

Senador Randolfe, Senador Eduardo, há um requerimento sobre uma matéria que está na Ordem do Dia, solicitando que seja ouvida também a Comissão do Meio Ambiente, sobre o Projeto 50, da Câmara, que trata da tarifa de remuneração de serviço de transporte público.

Nós vamos colocar o requerimento em votação. Se o requerimento for aprovado, a matéria vai para a Comissão de Meio Ambiente; se o requerimento não for aprovado, a matéria será apreciada imediatamente.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Não, derrubado o requerimento.

Derrubado o requerimento.

Contra o requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – O voto dele é contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aprovado o requerimento, contra o voto do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Não, contra o requerimento.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Uma vez que já se encontra instruída pela CCJ e pela Comissão de Infraestrutura, a matéria vai ao exame da CMA.

Eu peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Nós vamos ter, pelo menos, uma votação nominal.

Nós vamos tentar hoje, Senador Pedro Taques...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) –Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –... concluir a votação que ontem, infelizmente, tivemos que interromper, por um problema no painel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) –Presidente, só uma informação.

Nós votamos agora um requerimento sobre...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós votamos um requerimento cuja apreciação teria que ser anterior à votação da matéria, a votação do projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Isso, ao PLC 50, da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Ao PLC 50.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Exatamente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Querido Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O requerimento aprovado pede a audiência da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Exatamente. Nós derrubamos o requerimento. Perfeito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não. O requerimento foi aprovado contra o voto de V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Querido Presidente, pela ordem.

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo a V. Exª para colocar em votação o requerimento para aprovação do substitutivo da Câmara ao PLS 417, de 2007, que trata sobre os cuidados com as crianças. É leitura do requerimento, senhor, de urgência.

É um PLS importante, Senador, que trata de cuidado com as crianças. É um substitutivo da Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, insistindo ainda no PLC nº 50 (*Fora do microfone.*), eu tinha solicitado, ao levantar o braço, eu tinha solicitado a verificação para a apreciação do requerimento. Eu tinha solicitado que o requerimento em relação ao PLC fosse verificado pelo Plenário, fosse feita a verificação pelo Plenário. Ao levantar e ao me manifestar, eu estava pedindo a rejeição daquele requerimento. Eu não sei se o Plenário tinha tido essa compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Me permita, Presidente. Eu não sei se o Plenário estava claro sobre do que se tratava.

Esse requerimento se trata do PLC nº 50. É um PLC de importância, no meu entender, para o País. Trata-se de um PLC que traz a transparência para as tarifas do transporte coletivo, algo da maior importância para o País, algo que foi uma das principais demandas e reivindicações das manifestações de junho. Já foi aprovado pelo Plenário da Câmara. É um PLC de autoria do Deputado Ivan Valente. Foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Já foi aprovado, sob a relatoria do Senador Inácio Arruda, na Comissão de Infraestrutura. E nós iríamos aprovar aqui, no plenário, inclusive sob consenso no plenário. Ocorreu, obviamente, um cochilo no plenário em relação a esse requerimento, numa votação em que, me parece, claramente não havia a atenção do Plenário. E num rápido – claro – cochilo do Plenário, eu me manifestei contrário ao requerimento.

E peço, obviamente, a verificação em relação a esse requerimento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira, Líder.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse requerimento já foi votado. Nós estamos em outra matéria. V. Exª consultou o Plenário e disse o seguinte: "Os Srs. e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram." Todos ficaram quietos. O Senador Randolfe levantou o braço. V. Exª registrou o voto contrário do Senador Randolfe.

Então, essa matéria é matéria vencida. Não tem mais que haver verificação de quórum. Nós temos que ir na sequência, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, ela foi votada para voltar para a CMA para ser redigida. Foi votada.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Já foi votada. O requerimento já foi votado e aprovado no plenário. Não tem que discutir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não tem que discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria dizer ao Senador Randolfe, só lembrando e, desde logo, pedindo desculpas, é que anunciamos o requerimento, anunciei a matéria, fiz a primeira votação, a segunda, a terceira votação, de modo que me comprometo com V. Exª para que possamos, aqui, votar, depois, um requerimento para trazer de volta a matéria para o plenário do Senado Federal. Talvez seja a maneira de, exatamente, agilizarmos a apreciação por este Plenário. Mas a posição de V. Exª ficou indiscutivelmente clara.

Esse é o último projeto que vamos apreciar com votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2014

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2014 (nº 1.123, na Câmara dos Deputados), que *susta a Resolução RDC nº 52, de 6 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, que*

dispõe sobre a proibição do uso de substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários.

Parecer favorável, sob nº 620, de 2014, da CCJ, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

Não sei se há...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Esse é o requerimento, Sr. Presidente, ou é a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não sei se há acordo para apreciar essa matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu pediria...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, não posso fazer acordo porque não conheço a matéria...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – ...não conheço a matéria, é mérito, não é requerimento. Requerimento, tudo bem, mas é mérito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, há um requerimento de oitiva da Comissão...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ...de um dispositivo. Eu queria pedir a V. Exª que pudesse votar e também abrir a votação da votação nominal, Sr. Presidente. E o requerimento de oitiva da Comissão de um projeto que está sobre a mesa, Sr. Presidente.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Presidente, é o Item 1 da pauta, que tem o requerimento de oitiva de Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Rita e Senador Vital do Rêgo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu só quero me certificar. Esse PL é o que trata da questão dos obesos, não é isso?

Então, eu queria fazer um apelo aqui aos Líderes partidários, para que apreciem e deliberem...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É um PDS.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É o PDS dos obesos, não é isso? É o 52. Então, há um pedido, uma solicitação, um apelo por parte de diversos profissionais de saúde, mas também de diversos pacientes da área de saúde, para que o Senado Federal aprove esse PDS. Não é isso, Senador Vital? É um PDS.

Sabemos que não há um acordo entre os Líderes partidários, mas fazemos um apelo aqui para que esse acordo seja feito, porque o pedido é muito forte, o pedido é muito grande e a necessidade é imensa. Talvez possamos aqui definir um pouco melhor os critérios, mas há a necessidade de que, realmente, a Anvisa libere esta medicação, porque ela é de suma importância para os obesos do nosso País.

Então, faço aqui esse apelo para que os Líderes partidários dialoguem e cheguem a um acordo, no sentido de garantir a aprovação desse PDS 52, que é uma necessidade para os pacientes e também para os profissionais da área de saúde que trabalham com pessoas obesas.

É isso, Sr. Presidente.

O apelo aqui está feito para os Líderes partidários.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para comunicar a V. Exª que, atendendo a um apelo de V. Exª, e, em virtude de um impedimento regimental, as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça e as da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que estavam para se tornar deliberativas, em virtude desse impedimento, nós estamos aqui para continuar a nossa Ordem do Dia e apressar o processo de votação de matérias que iniciamos ontem.

Eu quero me solidarizar com a Senadora Ana Rita na luta pela discussão e debate do PDS nº 52. É uma matéria que foi amplamente discutida na Comissão de Constituição e Justiça. A Anvisa cometeu uma violência descomunal contra brasileiros e brasileiras que precisam de tratamento contra a obesidade, já que esses tratamentos hoje estão suspensos.

O PDS já foi aprovado na Câmara, já foi aprovado por larga maioria na Comissão de Constituição e Justiça e estamos querendo que ele vá a voto. Se não há acordo, que se coloque em votação e que se posicionem as pessoas...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... a respeito desse ataque que a ANVISA fez contra os brasileiros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Eu queria aqui dizer que não concordo com a colocação da votação desse projeto. Esse projeto extrapola as funções do Poder Legislativo.

O decreto legislativo tem por função coibir o abuso do órgão regulador quando esse interfere em algo que deveria ser objeto de legislação. Isso não aconteceu. Está nas atribuições da Anvisa.

E considero que nenhum de nós aqui tem autoridade médica suficiente para dizer o que é bom ou o que não é para o consumo da população.

Então, isso exige mais discussão. Tivemos um debate acalorado na Comissão de Constituição e Justiça, e eu peço a V. Exª que permita que esse debate se faça aqui também ao longo de outro momento que não o dia de hoje.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve um acordo ontem à noite de que nós daríamos sequência à votação, tendo em vista que houve um problema no painel. Aí, chegamos aqui como Líder sem saber o que está sendo votado, e começam a ser enxertadas coisas, pedidos de coisas, sem discutir com a Bancada, sem haver informações.

Então, eu faço um apelo a V. Exª, que é sempre tão cumpridor daquilo que é acertado nesta Casa, para que nós demos sequência ao que foi acertado ontem, e, depois, pode-se abrir uma discussão com os Líderes sobre essas matérias que estão chegando à mesa.

Eu concordo com a posição do Senador Vital, e, na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu não tinha conhecimento dessa matéria que estava sobre a mesa. Já retirei de pauta.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu não estou questionando V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Já retirei de pauta.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu não estou questionando V. Exª. Estou apenas colocando que havia um entendimento para que déssemos sequência à sessão de ontem à noite, tendo em vista que houve um problema aqui, para votarmos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vamos fazer.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – ... a indicação. Eu não tenho nenhuma objeção a que essa matéria, na sequência, possa ser votada. O PMDB concorda que ela seja votada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não. Ela não será votada. Não há acordo para que ela seja apreciada.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu só quero colocar a posição do PMDB, que é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu concordo com a posição do PMDB.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente Renan, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Esse quórum que está registrado aí no painel é o quórum de ontem à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Da sessão de ontem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Então, esse quórum não é o mesmo que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos verificar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Estou só observando a V. Exª por causa de votações de projetos que podem...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não. Nós vamos fazer uma votação nominal até para verificarmos o quórum...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... de hoje, porque...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Porque pode prejudicar projetos que...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Como houve um problema na sessão de ontem, na última votação, nós, em comum acordo com o Plenário, convocamos esta sessão para as 10 horas, para darmos continuidade à sessão anterior.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – A minha única observação é o quórum de hoje, para que não haja problema com votações de projetos que exijam quórum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Exª tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 1:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2013

(Em urgência – Requerimento nº 565/2014 – art. 336, II, Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2013, do Senador Roberto Requião, que *susta os efeitos da Resolução nº 34/89 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito.*

O parecer sob nº 326, de 2014, da CCJ, da Relatora Senadora Lídice da Mata é favorável. O projeto foi incluído na Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 565, de 2014, de urgência, nos termos do sob art. 336, II, do Regimento Interno.

Há, sobre a mesa, um requerimento que será lido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, existem dois requerimentos sobre a mesa: um pedindo a oitiva de duas comissões, uma matéria que foi levantada,e um pedindo a retirada da urgência, exatamente para possibilitar a oitiva das duas comissões. Então, nós gostaríamos da leitura e votação desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) –

Nos termos do art. 352, II, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida ao Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2013. Senador José Pimentel e outros Senadores.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 747, DE 2014

Nos termos do art. 352, inciso II, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida para o PDS 31/2013.

Sala das Sessões, em

(À Publicação)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para encaminhar.

Considero que esse projeto de resolução, do Senador Requião, está tão na Ordem do Dia que, hoje, uma das principais matérias do Bom Dia Brasil, da Rede Globo, foi justamente sobre a diferenciação de preços no caso da utilização de crédito, inclusive especificamente se tratando do caso de combustível, de postos de gasolina. Houve diversos pronunciamentos, inclusive do Banco Central, no sentido de considerar que a negociação deve ser livre no comércio, o que fortalece os argumentos do Senador Requião.

Eu creio que a permanente procrastinação deste debate traz, sim, prejuízos ao consumidor brasileiro. Eu creio que essa matéria, cada vez mais, se afirma como uma matéria necessária. Existia a regra de não diferenciação num quadro que era nefasto ao consumidor, em função da alta inflação. Não é a realidade que vivemos agora. É possível construir-se um cenário em que aquele que pague à vista possa ter um desconto e possa, portanto, ser beneficiado por um preço menor.

Portanto, eu me pronuncio contrariamente ao requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só para registrar, Sr. Presidente, existem manifestações de diversos órgãos de defesa do consumidor pedindo mais debates. Entendemos que a matéria é importante, mas precisa ser debatida. Assim, pedimos a votação do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, contra o voto da Senadora Lídice, do Senador Valadares e de outros Srs. Senadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu pediria agora a votação do requerimento que pede a oitiva das duas comissões, Sr. Presidente. Está sobre a mesa também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Passa-se à apreciação preliminar dos **Requerimentos nºs 345 e 591**, **de 2014**, dos Senadores Delcídio do Amaral e João Vicente Claudino, lidos anteriormente, respectivamente, de audiência da CMA e de audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o projeto.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Presidente, está ficando difícil para mim entender essa tentativa de impedir o Plenário do Senado a examinar o projeto que acaba com o monopólio dos cartões de crédito. Esse projeto já está há muito tempo tramitando no Senado, tem sido discutido exaustivamente, e esses requerimentos são simplesmente protelatórios. Porque os autores sabem que este ano nós não teremos mais reunião de comissão, o Senado está parado. E é importante para o Brasil, neste momento em que a inflação nos atinge, que consigamos reduzir o peso do preço dos cartões de crédito.

Permita-me, Presidente, aprofundar um pouco essa questão. O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor sequer existe. Ele estabeleceu esse monopólio dos cartões de crédito e a proibição do desconto, incorporando o preço do cartão de crédito a todos os custos do País, de uma forma ilegal. Ele não tinha poderes para isso. Quem pode decidir uma questão dessa ordem é o Congresso Nacional.

Alguns comerciantes em alguns Estados já conseguiram liminares para que a possibilidade do desconto lhes fosse facultada. Mas alguns promotores, baseados nessa resolução, processam os comerciantes por improbidade.

Veja bem, Presidente, o cartão de crédito carrega com o preço da sua bandeira 3%, 4%, mais o PIS, o Pasep, o ICMS, o imposto de renda. São cinco gravames. É evidente que para a classe média alta, para Senadores, por exemplo, isso não se constitui num grande problema, porque os cartões nos oferecem inclusive milhagem, pontos para a compra de passagens aéreas. Mas, para o trabalhador de salário mínimo, para a maioria absoluta do povo brasileiro, sequer essa compensação existe.

E não tem nenhum sentido, depois de votada a urgência, depois de iniciado o processo de discussão em Plenário, regredirmos para enviar às comissões uma medida que é retardatória. Que medo está tomando conta de alguns colegas nossos que querem evitar a votação em Plenário de uma medida que beneficia a população brasileira?

Eu tenho, Presidente, uma dificuldade brutal para entender o que está acontecendo. Estamos aqui no Senado, Senadores responsáveis vão discutir rapidamente isso e colocar o seu voto, derrubando a pressão da inflação que carrega a economia nacional. Por que retirar? Que pressão é essa? A impressão que eu tenho é que nós queremos nos subordinar às bandeiras de cartão de crédito. O Senado da República não pode ser conduzido pelos interesses econômicos.

E eu lembro aqui o nosso Papa Francisco: não se pode, Presidente, servir a dois senhores, a Deus e a Mamon, aos interesses do povo e aos interesses do dinheiro. E o Mamon da Bíblia, que o Papa tanto cita, nada mais é do que a forma em hebraico de se dizer a palavra dinheiro. O dinheiro e o lucro dos cartões, que é brutal, e os cartões estão se disseminando no País inteiro. Qualquer trabalhador de salário mínimo recebe pelo correio um cartão de crédito

e, com esse cartão, passa a ser um contribuinte das bandeiras dos cartões. Eles não podem retardar uma votação do Congresso Nacional. Afinal, nós somos Senadores ou somos amanuenses das bandeiras de cartão de crédito?

Não aceito isso! Coloco aqui minha insatisfação e minha revolta. E acredito que, do ponto de vista regimental, nem esses pedidos, esses requerimentos poderiam ser votados. Estamos em processo de votação preferencial com urgência. Por que, Srs. Senadores, querem impedir que nós votemos? Se alguém acha que o cartão de crédito tem de ser privilegiado, que temos agora uma Casa da Moeda paralela no Brasil, emitindo dinheiro com lucros incríveis, que vote de cara aberta no Plenário e coloque suas razões e não impeça o Senado Federal de colocar em votação e resolver esse problema de uma vez por todas.

As razões têm de ser colocadas com clareza: eu quero ser favorável ao lucro dos cartões de crédito e vou dar meu voto. Mas isso, sem dúvida alguma, vai refletir, inclusive, nas próximas eleições para Governos de Estado, Presidência da República e tudo o mais. O Senado da República não pode fugir à sua responsabilidade de resolver esse problema, e os Senadores têm de votar sim ou não, expondo-se, e não se escondendo em requerimentos protelatórios.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB/AL) – Nós...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Para esclarecimento. Eu gostaria de... Como o Senador Roberto Requião...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB/AL) – Senador Suplicy, V. Exª tem a palavra para uma comunicação, e não como aparte ao Senador Requião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu louvo a iniciativa do Senador Roberto Requião, mas acredito que cabe ainda alguns esclarecimentos.

Eu, por exemplo, gostaria de fazer uma pergunta ao Senador Roberto Requião.

Hoje, pela manhã, na Band News, houve uma reportagem em que se demonstrou, por exemplo, uma pesquisa mostrou que, nas favelas, 53% de sua população usam o cartão de crédito. Ou seja, há um crescimento, mesmo entre a população mais pobre, da utilização dos cartões de crédito.

Eu gostaria de perguntar ao Senador Roberto Requião: Em que medida a proposição de V. Exª que visa beneficiar, justamente – conforme suas palavras –, a população mais pobre, efetivamente, isso vai ocorrer, na medida em que... Prezado Senador Requião, estou falando aqui para aprender com V. Exª. Em que medida a proposição de V. Exª vai permitir, com vantagem, a essa população mais pobre que utiliza bastante, hoje, e mais e mais, o cartão de crédito ser beneficiada? É a indagação que eu faço, construtivamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O favelado vai comprar um quilo de feijão, um cacho de banana e, se ele pagar à vista, não tem desconto. Então, o cartão de crédito está acrescentando um valor em cima do preço à vista...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ... e o comerciante que der um desconto vai ser punido, porque há uma resolução absolutamente ilegal que impede o desconto.

Não há motivo nenhum, até porque o cartão de crédito é optativo. Por exemplo, Senador, eu dificilmente, apesar de estar aqui tentando defender o interesse da população, deixaria de usar um cartão de crédito, porque eu não ando com dinheiro no bolso. É uma opção pessoal que eu tenho. Agora, o comprador vai negociar com o comerciante o desconto.

Por que o cartão de crédito tem de ganhar e, se não houver o uso do cartão de crédito, ele tem de pagar o custo do cartão de crédito, o custo do PIS, do Pasep, do ICMS e do Imposto de Renda? Não há nenhuma razoabilidade nisso.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mesmo com o cartão de débito, que é venda à vista, ele paga também. Ele paga o mesmo preço, e o cartão de débito não tem esse desconto, é considerado uma venda à vista. Então, nós estamos vendo aqui a defesa da bandeira, a defesa do interesse econômico contra o interesse da população.

Agora, Senador, por que os cartões de crédito estão inundando favelas com cartão de crédito para universalizar a sua moeda, concorrendo com o Tesouro Nacional, concorrendo com o Banco Central? Nós estamos sendo tungados pelos cartões de crédito.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E a população mais pobre, que não tem defesa, é que está sendo ferrada. Agora, por que protelar isso? A troco de que retardar a votação e mandar para comissões? O que o Delcídio do Amaral quer com esse requerimento? Candidato ao Governo do Mato Grosso do Sul quer aumentar a inflação no seu Estado? Eu não consigo entender essas razões.

Mas, então, que se coloque em votação, que se recuse esses requerimentos e que cada um sustente as suas razões no Plenário, pagando publicamente por elas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Passa-se...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Passa-se à apreciação preliminar dos Requerimentos nºs 345 e 591, dos Senadores Delcídio do Amaral e João Vicente Claudino, lidos anteriormente, respectivamente de audiência da CMA e da CAE sobre o projeto.

Votação, em globo, dos requerimentos.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, eu requeiro, desde já, que esta votação seja nominal, para o Congresso não ser engolido por um acordo que eu não sei que razão tem. Que cada Senador se responsabilize, claramente, pelo seu voto.

Estou pedindo verificação de quórum para esta votação e votação nominal da questão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Aprovado, Sr. Presidente. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Desde logo...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Desde logo, nós aceitamos o pedido de V. Exª de verificação nominal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O PCdoB encaminha o voto contrário aos requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O PSOL encaminha o voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, voto contrário. Voto contrário. O PSOL encaminha o voto contrário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – A Liderança do Governo encaminha o voto contrário ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – O PSB contrário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aprovado o requerimento e aceito o pedido de verificação do Senador Roberto Requião, apoiado pela Senadora Lídice, pelos Senadores Randolfe Rodrigues...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – A favor.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Apoiamento também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... Ricardo Ferraço, Anibal, Lúcia Vânia...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –... Mário Couto, Crivella, Aureliano, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique e outros Senadores.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o painel para que possamos iniciar, imediatamente, a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo aqui ao meu Líder do Partido dos Trabalhadores, o Senador Humberto Costa, para que a gente possa, diante desta votação, ou ter a bancada liberada ou votarmos meritoriamente de acordo com o que está propondo o Senador Roberto Requião, porque ele tem uma proposta absolutamente meritória e faz total sentido votarmos a favor do que ele está defendendo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o PRB... Para encaminhar, Presidente.

O PRB encaminha o voto "sim" ao requerimento, pois nos tribunais ainda não há uma decisão consolidada sobre o tema. Acho que o Senador Requião lembra bem que é preciso discutir melhor este projeto, Sr. Presidente. Nós vamos votar "sim" para o requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O PSB vota "não" ao requerimento que leva à procrastinação deste debate. Considero que está amadurecida a discussão no Plenário. Sou Relatora e considero que é uma matéria que beneficiará o consumidor brasileiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, o Líder do PSDB, que não se encontra no plenário agora, há instantes, dizia que estava votando a favor do meu decreto, portanto "não" ao requerimento.

Eu quero ainda lembrar ao Plenário que esse decreto foi discutido na Comissão de Constituição e Justiça e teve apoio unânime, e o pedido de urgência foi feito pela comissão por proposta do Senador, Líder do PSDB, Senador Aloysio.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, o senhor poderia só fazer um esclarecimento sobre essa votação, por favor? Por favor, esclarecer essa votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto contrário ao requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, o PDT encaminha voto "não" nessa votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas vota "sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Petecão, nós estamos apreciando dois requerimentos de audiências de comissões para a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente Renan Calheiros, a oposição concorda em gênero, número e grau com a exposição feita pelo Senador Requião. E o parabenizo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, o PSOL encaminha "não" ao requerimento. Consideramos essa matéria fundamental em defesa do consumidor brasileiro e entendemos que a matéria está pronta para ser votada no Plenário do Senado.

O PSOL encaminha "não" ao requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Renan Calheiros, o Partido Progressista encaminha "sim" aos requerimentos, por entender que, numa Casa democrática, o melhor é o debate. Aqui não se está discutindo o poder de algum grupo econômico, está se discutindo a melhor garantia para o consumidor.

Hoje, já existe, na prática, essa prática. Então, você vai praticamente engessar o que, hoje, está funcionando. E as entidades que defendem os consumidores, todas as entidades – Idec, Proteste, Procon, Procon de São Paulo, Procon do Brasil –, estão nos alertando sobre essa alteração. Não é adequado comparar alguns setores em que há até cartel na definição de preços. Então, haja ou não cartão, a situação é definida pelo cartel.

De qualquer modo, e também seria...

Eu até agradeço ao Senador Suplicy por ter levantado que a periferia esteja usando esse instrumento que é consagrado universalmente: uso de um cartão por questão de segurança, porque quem compra com cartão...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP– RS) – O cartão banca o lojista que vende e banca o pagamento. Banca o pagamento, mesmo que o cliente do cartão não pague ao cartão. Agora, se leva um cheque... Quantos lojistas se abanam com um cheque sem fundos? Quantos lojistas se abanam com um cheque sem fundos? Quantos? Levar R$1 mil no bolso para pagar uma geladeira, um eletrodoméstico? Vai ter que levar, porque é à vista.

Nós estamos retirando do consumidor o seu direito, porque o lojista já está oferecendo ao comprador e ao usuário essa facilidade. Todas as vezes em que vou a uma loja – todas as vezes em que vou a uma loja – eu pergunto:

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP– RS) – "Eu posso pagar à vista. Eu posso pagar à vista. Quanto você me faz?" "Cinco por cento." "Está aqui. Cinco por cento."

Eu faço isso, Senador.

Nós vamos engessar um sistema que está funcionando. Essa é a questão. E o lojista sabe que ele tem segurança. A percepção clara é a seguinte: o que dá a relação dele com o cartão? É a garantia do pagamento. A garantia do pagamento.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP– RS) – O cheque, ele vai ficar se abanando com o cheque sem fundos.

Por que, hoje, posto de gasolina e hotel dizem: "Não aceitamos cheques"? Cheque é pagamento à vista. E, com dinheiro no bolso, você vai... Como eu disse, eu fiquei muito feliz por saber desse dado na favela.

Nós queremos tirar das periferias o direito a ter, como qualquer consumidor, um instrumento de boa relação no comércio? É isso? E queremos impedir que a Casa debata? Que democracia é essa, Presidente? Que democracia é essa? Democracia é debater o contraditório, debater uma lei que vai impactar sobre as pessoas. É isso.

Eu não estou seguindo a minha cabeça só, mas a racionalidade de saber onde está a verdadeira defesa do consumidor. Se hoje já é assim, se hoje já é assim, eu tenho cara para mostrar aqui, nesta Casa. É a racionalidade.

Cheque é pagamento à vista. Aí a gente vai à loja, e não aceitam o cheque. Você tem que levar no bolso ou na carteira dinheiro para fazer o pagamento! Qualquer pessoa de bom senso que esteja nos acompanhando aqui sabe que é isso, minha gente! Sabe que é isso!

Quando a pessoa aceita pagar um quilo de banana na loja, é a possibilidade, se ela não tem, no ato, o dinheiro vivo, R$10, 00, R$5,00, de o cartão aceitar e pagar R$5,00.

Nós estamos massificando o consumo. O Governo abre crédito, dá vantagens, uma série de coisas, mas agora queremos limitar o uso de um instrumento que dá certo. Este é um País burocrático, e quem paga a conta é a sociedade, porque não se quer aceitar nesta Casa uma discussão democrática. Temos Comissão de Defesa do Consumidor. Para que ela serve? Para que a Comissão de Defesa do Consumidor serve?

Com todo o respeito à iniciativa do Senador, com todo o respeito ao relatório da Senadora Lídice, o que está Casa está propondo é tão somente ampliar o debate sobre a matéria, porque eu tenho dúvida. Ela é muito simpática, ela é muito popular, mas na prática não vai ser isso. Eu tenho responsabilidade e sou candidata: Ah, meus eleitores... Os que estão me assistindo sabem que eu uso racionalidade nas coisas. Eu não posso deixar de abordar isso, porque nós estamos retirando do consumidor esse direito, que ele já tem.

E todas as entidades de defesa... Eu não acredito que Idec, Proteste e Procon sejam financiadas por cartão de crédito e estejam defendendo e advogando os cartões de crédito, porque a missão dessas instituições – Proteste, Idec e Procon – é defender o usuário, é defender o consumidor. E, se elas assumem essa atitude, essas instituições... Não é a Senadora Ana Amélia. É o Idec, é o Procon, é o Proteste. Se eles assumem que mudar vai prejudicar o consumidor, eu não posso ficar em silêncio em relação a esta matéria.

É isso, Sr. Presidente. É apenas isso. Muito obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para deixar claro que a defesa do meu projeto de decreto é o voto "não" e acrescento uma informação.

Há um grande movimento nos tribunais dos Estados Unidos para acabar com esse monopólio do cartão de crédito. O consumidor tem que ter o direito de optar. Se ele quiser usar o cartão, ele usa, mas não pode o comerciante ser proibido de dar um desconto para quem quiser pagar de outra maneira. Estamos ferindo a economia popular, a economia dos mais pobres. E eu aqui não sou do Idec nem do Procon. Sou Senador do Paraná com compromisso com os meus eleitores e com o povo brasileiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de aduzir os argumentos muito bem colocados pela Senadora Ana Amélia. Concordo com os argumentos em gênero, número e grau. E eu gostaria de aduzir alguns poucos argumentos.

Todos nós que temos relações comerciais, que compramos, estamos habituados a ver tabuletinhas em alguns lugares: "Não aceitamos cheque", porque a instituição do cheque, ao longo do tempo, ficou desmoralizada pelo cheque sem fundos, pela fraude do cheque. Você compra à vista ou com o cartão de crédito.

Quando eu tinha 20 anos, 25 anos de idade, eu tinha dinheiro no bolso. Era o Brasil seguro. O tempo passou e a instituição do cartão de crédito generalizou-se. Eu nunca – eu, pessoalmente, pessoa física – tenho dinheiro no bolso. Nunca! Agora o cartão de crédito está no bolso o tempo todo.

Se eu quero regatear quando vou comprar... Comprei uma televisão e resolvi pagá-la em três parcelas em vez de pagar em dez. E obtive um bom desconto para pagamento à vista das parcelas.

É a livre negociação. Você pode fazer, é um direito que você tem, tendo cartão de crédito, querendo pagar à vista, não querendo pagar à vista. É um direito que você tem de negociar com o comerciante.

Agora, o Brasil é um país inseguro, Presidente! O Brasil é um país inseguro! Todos o Brasil sabe dos olheiros que ficam nas portas dos bancos vendo os saques para numa motocicleta assaltar, roubar e, às vezes, matar pessoas que estão com dinheiro no bolso.

O incentivo à compra com dinheiro, eu não quero dizer que seja um incentivo à segurança, mas é uma porta que se abre a mais.

Eu jamais votaria – tendo este condicionante – numa matéria que pudesse colocar em risco uma quantidade maior de pessoas do que as que já estão hoje. Aqueles que vão sacar dinheiro, o aposentado que vai sacar o dinheiro dele, da aposentadoria, no final do mês, e tem um ladrão olheiro na porta do banco que o acompanha,

que o assalta e leva o seu dinheiro. Eu não quero aumentar o contingente de pessoas que andam com dinheiro no bolso porque o instituto do cartão de crédito está balanceado pela, vamos dizer, obrigação ou "vantagem" de comprar à vista com desconto. Eu prefiro que esta matéria seja melhor esclarecida, que se ouçam as Comissões de Defesa do Consumidor – e eu tenho um documento na minha mão – para que a gente dirima todas as dúvidas e faça aquilo que acredito que seja a intenção do Senador Roberto Requião, que é chegar ao consumidor com o benefício, para que esse benefício aconteça de verdade, na sua intereireza, e que não se corra o risco de com este benefício diminuir ainda mais o nível de segurança para as pessoas que seriam induzidas a comprar com dinheiro.

Por essa razão é que eu voto a favor do requerimento.

O voto é "sim".

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente. Para encaminhar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só para encaminhar. Só para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós estamos votando o requerimento...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pode encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) -...e eu queria só fazer um apelo para nós concluirmos a votação, anunciarmos o resultado, porque, se o requerimento for aprovado, nós vamos mandar, remeter a matéria para as comissões. Se os requerimentos forem derrotados, nós vamos apreciar a matéria. Então nós vamos ter ainda um espaço muito grande para discutir esse assunto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, ainda tem Senadores se dirigindo ao plenário. Enquanto isso, V. Exª dá a palavra para quem está solicitando e seremos breves

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não, não! Nós temos outras matérias, autoridades. Nós precisamos concluir... Ontem, a votação da Aneel, que nós não concluímos, tem aqui os agentes de saúde que estão pedindo uma excepcionalidade para votar uma matéria de seu interesse.

(Manifestação da galeria.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é exatamente por conta dos agentes que nós temos aqui, de ser uma matéria da maior importância, de ter a manifestação já dos líderes da Casa, um parte dos líderes...

Acabei de encaminhar um requerimento com assinatura do Líder do meu Partido, da Liderança do PMDB, do PP, do PDT, do PSB e de outros, o Líder do Governo também, Eduardo Braga, o meu colega Senador Lindbergh, ontem, tinha feito uma manifestação, o Líder do PCdoB, a Liderança do PCdoB, o Senador Walter Pinheiro tinha colocado, e nós temos um regime diferenciado, Sr. Presidente. A apreciação de matéria está prejudicada por conta do calendário eleitoral, por uma série de situações que nós enfrentamos. E essa matéria, esse PLC nº 90, de 2014, que trata de um trabalho, que disciplina a carreira de especialista em meio ambiente, a gente traduz em mata-mosquito, num trabalho da maior importância. A Câmara dos Deputados deu um tratamento diferenciado, em comum acordo com todos os Líderes da Casa. É uma matéria pacífica de ser conduzida, mas da maior importância.

Eu pediria a V. Exª, que tem sido muito sensível, especialmente com esse tema, que pudéssemos dar um regime diferenciado, atendendo à solicitação dos líderes da Casa, para essa matéria, na sessão de hoje, para que não tenhamos um prejuízo enorme para esses cidadãos, esses servidores que nos ajudam a levar este País para a frente, a evitar problemas de saúde da maior gravidade, e ajustar melhor a ação do meio ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Manifestação da galeria.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o PMDB apoia a colocação do Senador Jorge Viana e pede a rapidez na votação do projeto, Sr. Presidente.

(Manifestação da galeria.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – O PSB também apoia, Sr. Presidente.

(Manifestação da galeria.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só quero dizer que o Senador Crivella, o Senador Crivella...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

...nosso ex-Ministro, também tem feito todo o esforço junto à Casa, os outros colegas, a Senadora Lídice, os líderes todos estão nessa condução e é muito importante, Sr. Presidente, que V. Exª possa nos dar a oportunidade de apreciar essa matéria ainda hoje.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós aguardamos o requerimento de V. Exª.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Presidente José Sarney.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

54ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

REQUERIMENTO Nº 345 e 591, DE 2014 (VERIFICAÇÃO)

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	10	Abertura:	06/08/14 11:25
Data Sessão:	05/08/2014	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	06/08/14 11:42

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	NÃO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	NÃO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	NÃO
Bloco-PSDB	MG	ANTONIO AURELIANO	NÃO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	NÃO
PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	NÃO
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	NÃO
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
Bloco-PTB	PE	DOUGLAS CINTRA	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
PTB	DF	GIM	SIM
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	NÃO
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	NÃO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	NÃO
PT	AC	JORGE VIANA	NÃO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	NÃO
PDT	SE	KAKÁ ANDRADE	NÃO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	NÃO
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	NÃO
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
Bloco-PCdoB	RO	ODACIR SOARES	NÃO
PSDB	SC	PAULO BAUER	NÃO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	NÃO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	NÃO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	SIM
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	NÃO
SD	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	NÃO

SIM : 24 **NÃO : 27** **ABST. : 00** **PRESIDENTE : 1** **TOTAL : 52**

Primeiro-Secretário

Presidente: PAULO PAIM

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 06/08/14 11:42 Página : 1

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os requerimentos foram rejeitados.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, Rodrigo Rollemberg.

Quero manifestar o apoio da bancada do Partido Socialista Brasileiro à votação do PLC 90, de 2014, por entender a importância desse projeto para o fortalecimento do Ibama.

Portanto, nossa posição é favorável à votação da matéria.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Passamos imediatamente à apreciação da matéria.

Discussão do projeto.

Não havendo quem queira discutir...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – É o projeto dos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sim, os requerimentos foram rejeitados. Nós vamos apreciar imediatamente a matéria.

Não há outro caminho senão esse.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É dos cartões que nós estamos tratando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Cartões de crédito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Eu quero, Sr. Presidente, e V. Exª comunicou assim, que, se rejeitado o requerimento, teríamos um momento de discussão.

Eu quero aqui cumprimentar o Senador Requião e dizer que nós estamos discutindo uma coisa muito simples e muito clara. Não há necessidade de tempo, não há necessidade de tempo para que a gente possa avaliar melhor a matéria por uma simples razão: é matemática, Sr. Presidente, é óbvio. Se a compra é feita com o cartão de crédito, o cartão de crédito cobra taxas, o cartão de crédito cobra juros, então o preço da mercadoria é acrescido disso. Então a pessoa tem que ter o direito de optar se quer pagar essas taxas ou não.

Nós reclamamos muito do custo Brasil, mas, quando temos a oportunidade, Senador Requião, como hoje, de ajudar a abaixar o custo Brasil, entra essa polêmica.

Então eu quero cumprimentar os Senadores que votaram "não", para que possamos votar a matéria no dia de hoje, que é clara, no meu entendimento, e pedir ao Senado Federal que estenda a mão aos consumidores brasileiros, estenda a mão ao povo brasileiro, porque aquele mais humilde, aquela pessoa que vive de salário mínimo, aquela pessoa que vive com dois, três salários mínimos e que não tem cartão de crédito, esses é que são penalizados, porque, no custo, mesmo à vista, da mercadoria vai embutido o valor e as taxas administrativas do cartão de crédito.

Então eu quero dizer que o PCdoB, Sr. Presidente, vota a favor da matéria apresentada pelo Senador Requião, votando, assim, a favor do Brasil, a favor dos consumidores.

Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu quero registrar o meu voto como "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Exª, Senador Suplicy.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, que uma coisa fique bem clara: nós não estamos abolindo o cartão de crédito. Nós estamos dando a opção para o comprador de negociar com o vendedor: ou paga à vista ou paga por um DOC e consegue o desconto.

Por exemplo, eu tenho na mão aqui um projeto de autoria do Senador Eunício que tenta impedir que o comerciante, no cartão de crédito, quando quer receber à vista o dinheiro do pagamento, pague mais 4%. Daí já não são 6 ou 7. Passam a ser 11%.

Agora, quem quiser comprar com o cartão de crédito, quem não se preocupar com o acréscimo do preço...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ... que o cartão ocasiona vai ao comerciante e paga. Agora, o outro pode negociar. Nós estamos abrindo a possibilidade da negociação.

E a inspiração para esse decreto se baseou no movimento que toma conta dos Estados Unidos contra a moeda de plástico, que escraviza e se transforma numa segunda casa da moeda. Nós estamos democratizando.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Nós estamos favorecendo a possibilidade da livre negociação, a possibilidade de o comprador pedir desconto para o vendedor. Nós estamos liberando o sistema e não o engessando.

Eu não consigo entender que alguém levante um argumento em contrário, porque essa possibilidade de o comerciante vender com desconto ajuda o combate à inflação no Brasil e favorece, decididamente, Senador Crivella, o consumidor.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, não quero falar. Só quero me inscrever para a votação.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não se pode servir, Senadora, a Deus e a Mamon. E *mamon* é o dinheiro em hebraico. Nós estamos tentando favorecer, impondo a condição da moeda de plástico, o comércio, a ganância e o dinheiro.

E a minha proposta, simplesmente, libera a negociação, não abole o cartão de crédito.

Eu, pessoalmente, numa compra pequena, vou continuar usando o cartão de crédito, mas não se pode obrigar uma pessoa pobre, que ganha salário mínimo, a pagar 7, 11% a mais porque o Senado se recusa a votar, no plenário, uma questão já discutida mil vezes.

Além do mais, Presidente, esse projeto vai ainda para a outra Câmara, que é a Câmara Federal, onde será discutido à exaustão.

Eu faço um apelo à racionalidade dos Senadores, à sensibilidade e até, Senador Crivella, à caridade. Não vamos impor ao favelado uma despesa que ele não precisa pagar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, na discussão, na votação, quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Exª já está inscrito.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto para discutir a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice, Senador Crivella, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero saudar os agentes de saúde que estão aqui, neste plenário, na tarde de hoje.

Sr. Presidente, não acredito, não consigo entender como se pode ser a favor de uma matéria que prejudique sensivelmente o povo brasileiro. Já não basta a inflação para corroer o salário do povo brasileiro, já não basta a violência que há neste País, já não basta a corrupção do dia a dia, a corrupção é diária neste País. O pobre cada vez mais enfraquecido e mais pobre neste País. Aqueles que vêm à tribuna defender a corrupção devem ter o pesadelo da noite, o pesadelo de maltratar o povo brasileiro. Não se pode mais, Srªs e Srs. Senadores, aturar tanta imposição deste Governo. Não consigo entender como pessoas ainda podem ser contra a liberdade. Senador Requião, este projeto significa tirar a liberdade do povo brasileiro. E é só no Governo deste tipo, no Governo Dilma, que se tenta a toda hora massacrar o povo brasileiro. Basta, Brasil! Não se aguenta mais isto!

Como é que querem, agora, impor ao povo brasileiro, aos mais carentes, que se compre só a cartão de crédito? Se não chegasse a inflação, se não chegasse este monstro que foi combatido há tantos anos pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, e, agora, volta pela incompetência deste Governo que está no Poder. E agora se impõe... Devia-se ter vergonha de colocar um projeto deste tipo para ser votado pelas Srªs e Srs. Senadores, porque este projeto humilha, desgraça a vida do povo brasileiro. O rico pode. Mas não tem de se pensar em rico neste País, tem de se pensar nos pobres que estão sofrendo a cada dia e que veem na televisão o desastre do Governo da Dilma.

Sr. Presidente, eu confio em cada um, eu confio em cada uma. Sr. Senador Requião, quero lhe parabenizar. Sr. Senador Requião, quero lhe parabenizar pela postura. Isso se chama, Senador, um processo antidemocrático, uma imposição à liberdade, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Ninguém pode torturar o povo brasileiro. Por isso, Senador Renan Calheiros, não quero me alongar, mas quero dizer que aqueles que votarem neste projeto estão votando contra o povo brasileiro. O povo brasileiro não pode ser cerceado na sua liberdade de escolher o que quiser. Não se pode tirar do povo brasileiro o direito que ele tem.

Eu quero, Senador, antecipadamente, pedir votação nominal para saber quais são os Senadores que estão a favor do povo, quais são os Senadores que defendem o povo brasileiro. Muito obrigado, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, como eu quero a votação mais urgente possível, vou apenas – além de concordar com todos os argumentos já usados aqui pelo Senador Requião – lembrar que, no que diz respeito à segurança pública, o cartão de crédito também se constitui um perigo. As pessoas são sequestradas, Senador Agripino Maia, para poderem depois ser levadas aos caixas e retirarem o dinheiro no cartão de crédito.

A questão da segurança pública ultrapassa, no Brasil, se tem dinheiro na mão ou se tem cartão de crédito. Algumas vezes, pessoas são mortas depois de retirarem tudo o que tinham do banco para o bandido.

Portanto, Sr. Presidente, muito mais pelas razões vinculadas à economia e à defesa do consumidor, eu peço urgência para essa votação.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós queríamos, antes de conceder a palavra a V. Exª, registrar, com muita satisfação, a honrosa presença da Ministra Ideli Salvatti.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Ministra da Pesca também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Ministra da Pesca, das Relações Institucionais e, agora, dos Direitos Humanos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão do cartão de crédito preocupa a nós todos. Tenho uma filha que foi sequestrada. Usando cartão de crédito, foi levada até o caixa eletrônico para ali fazer o saque.

A questão do cartão do crédito também me preocupa, porque é uma aposta na inadimplência. Quando as pessoas atrasam, os juros são os mais altos do mundo e acrescidos com multas pesadas.

Da tribuna desta Casa, saudei quando votamos a matéria que dava aos brasileiros a portabilidade do crédito, que dava aos brasileiros a condição, se tivessem um bom crédito, de poderem negociar os juros. Não baixaram nenhum centavo os juros deste País. Pelo contrário, continuam sendo estratosféricos e os mais caros do mundo.

Hoje, a desigualdade que temos no nosso País, essa violência anômica se dá muito por salários aviltantes e um sistema financeiro desapiedado, desalmado, que tira do trabalhador o seu suor, as suas lágrimas e até o sangue.

É muito complicado, Sr. Presidente, deixarmos como apenas única opção o cartão de crédito.

Eu tenho cartão e tenho também cartão de débito, mas, quando uso o cartão de débito, não me dão desconto nenhum. É pagamento a vista, e não há risco nenhum de inadimplência. É o tal do cadastro positivo. Então, devia haver um desconto quando nós pagamos com cartão de crédito de débito automático. Isso está de acordo com a lei que votamos aqui. Mas não se dá desconto. Pelo contrário, no uso do cartão de crédito estabelecido generalizadamente e, eu diria até, obrigatoriamente, nós não temos essa opção.

E digo mais: aquela dona de casa humilde, aquele trabalhador desprevenido, quando vai a uma loja com o seu cartão de crédito, até se sente constrangido de fazer qualquer tipo de negociação por não ter argumentos ou não estar preparado. E os vendedores, esses, sim, têm grandes argumentos. Então, já me aconteceu. Eu disse que "quero pagar à vista"; ele falou: "É o mesmo preço." "Então, no cartão e à vista é o mesmo preço?" "É o mesmo preço..." Então, essas coisas prejudicam, sobretudo, os mais pobres. E é isso que nós temos que levar em consideração na hora de votarmos esse projeto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui, também, manifestar minha solidariedade ao Senador Roberto Requião e enaltecer o mérito da matéria proposta por ele e, ao mesmo tempo, dizer que as opiniões são divergentes e é incrível como, às vezes, os argumentos são utilizados de maneira farta para dizer exatamente o contrário.

Na realidade, a proposição do Senador Roberto Requião não é um limitador à opção do consumidor. Na realidade, é uma opção a mais. A pessoa pode, tranquilamente, ao fazer a sua compra, ter a oportunidade de pagar no cartão de crédito com o juro próprio do cartão de crédito, o acréscimo, que é natural, e pode, também, ter a opção de negociar um valor a menos se pago à vista, e não tem que, necessariamente ser com cheque.

O Senador Crivella foi muito preciso ao dizer que a gente pode tranquilamente usar o cartão de crédito para fazer débito. O débito automático é à vista e por que, ao pagar no débito à vista, tem-se que pagar o juro de quando está pagando a prazo?

Então, na realidade, eu quero entender que a proposição do Senador Roberto Requião não é um limitador; amplia a opção do consumidor e, exatamente por isso eu fiz um apelo ao nosso Líder do Partido dos Trabalhadores na Casa, Senador Humberto Costa, para que fosse liberada a Bancada nessa votação ou, na melhor das hipóteses, podermos orientar o voto da Bancada, de acordo com o que foi proposto pelo Senador Roberto Requião; exatamente porque a gente está vendo nessa proposição uma opção a mais para o consumidor e não um limitador, como foi dito aqui por alguns Senadores.

Acho que não se trata de ser contra ou a favor do consumidor brasileiro nesse momento. Nós estamos aqui, conscientemente, fazendo o bom debate de uma proposição que visa manter o consumidor com esse leque maior de opções: ou comprar à vista com descontos, ou pagar no cartão de crédito com o juro próprio praticado por cada uma das bandeiras.

Nesse sentido, quero aqui manifestar meu apoio pleno à proposição do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aureliano, com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria manifestar-me totalmente favorável ao projeto do Senador Requião, na medida em que ele torna mais livre, dá mais liberdade para o comerciante e para a população estabelecerem uma relação comercial mais efetiva. E tudo que se falou aqui no que se refere à insegurança da população, ao problema de carregar dinheiro... Carregar dinheiro é uma opção da pessoa.

O ser humano tem a liberdade de carregar o cartão de crédito, de carregar cartão, de carregar o dinheiro ou o cheque. A dúvida a respeito do cheque é outra. É uma questão de crédito da pessoa, de ter ou não, mesmo porque a aprovação do crédito que a pessoa vai ter é dada pelo cartão de crédito, então, na verdade, o cartão de crédito também limita.

Quero parabenizar o Senador Requião, porque é, na verdade, uma demonstração clara de que se está dando mais liberdade tanto ao consumidor quanto ao comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Mário Couto.

Senador Inácio Arruda.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Nós já estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não, nós vamos anunciar a votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para sublinhar a nossa posição de Bancada do PCdoB, e minha também, porque nós convivemos com o comércio nas nossas cidades. Todos os Senadores convivem com o comércio em nossas cidades e sabem o constrangimento que é você forçar o comerciante a não ter o direito de dar o desconto e obrigá-lo a comprar a prazo, sem desconto. É algo realmente absurdo.

Acho que essa opção tem que ser dada. Temos que cumprimentar o Senador Requião que insistiu nessa matéria e está levando o Senado a tomar uma posição justa em relação ao direito do consumidor em nosso País. Portanto, a nossa posição se mantém favorável ao projeto de lei do Senador Requião.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, já vou encaminhar o voto da oposição. Se o voto puder ser aberto, melhor ainda. Mas a oposição vota com o projeto do Senador Requião, fazendo justiça à democracia e ao direito da liberdade do cidadão. Por isso, já encaminho a favor do projeto.

E, se for votação aberta, quero olhar os nomes dos Senadores que vão votar contra esse questionamento de liberdade da democracia do povo brasileiro. Muito obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço. Somente para me pronunciar favorável à iniciativa do Senador Requião, que tem o parecer da Senadora Lídice da Mata, protegendo a negociação, que na prática já existe, mas que é proibitiva, pelo Conselho Nacional do Consumidor. Entretanto, essa iniciativa legaliza essa negociação, protegendo a população, os compradores.

Naturalmente que os cartões de crédito podem não gostar, mas a maioria imensa do povo brasileiro que tem um cartão de crédito vai gostar, vai aplaudir e vai estar de acordo com esse projeto do Senador, que será votado por todos nós.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Declaro encerrada a discussão e passamos à votação. *(Pausa.)*

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Aprovado! *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aprovada a matéria, contra os votos do Senador Agripino, Alexandre e Lobão.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Muito bem, Presidente. É bom anunciar os nomes de quem foi contra.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

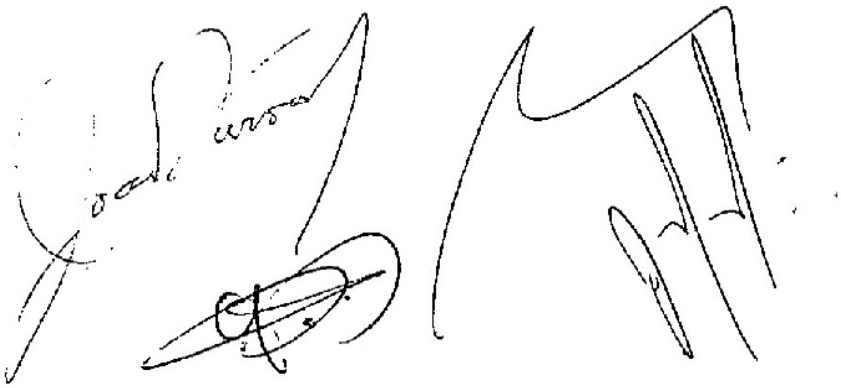
PARECER
Nº 642, DE 2014

COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2013.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2013, que *susta os efeitos da Resolução nº 34/89 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito.*

Sala de Reuniões da Comissão, 06 de agosto de 2014.



ANEXO AO PARECER Nº 642, DE 2014

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2013.

Susta a Resolução nº 34/89 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica sustada a Resolução nº 34/89 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (*Pausa*.)
Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.
Em votação a redação final.
Os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)
Aprovada a redação final.
A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agora vamos tentar concluir, Srs. Senadores, e eu peço a participação de todos, uma apreciação que ontem não deu para encerrá-la, exatamente por problema no painel.

Item extrapauta:

PARECER Nº 608, DE 2014

Discussão, em turno único, do Parecer nº 608, de 2014, da CI, que teve como Relator o Senador Humberto Costa, sobre a Mensagem nº 53, de 2014 (nº 193/2014, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Tiago de Barros Correia para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Discussão do parecer. (*Pausa*.)
Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.
Passa-se à votação. As Senadoras e os Senadores já podem votar. (*Pausa*.)

(Procede-se à votação.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Enquanto está na votação, eu queria solicitar uma informação de V. Exª, porque não pude acompanhar a reunião de Líderes, ontem. Eu não sei se ficou acordado que se contariam a quarta e a quinta sessões para a votação da PEC 63. Não tenho informação sobre isso, em relação ao Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não ficou acordado, mas nós assumimos um compromisso. Na medida em que não houver a reunião dos poderes para estabelecer um calendário, para adotar um calendário, nós vamos continuar fazendo as reuniões. Nosso desejo, hoje, é realizar a quinta sessão de discussão.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, eu quero aqui, com muita alegria, uma satisfação enorme, saudar aqui o nobre amigo Luiz Otávio. Luiz Otávio é um dos mais brilhantes políticos que já conheci em minha terra. Luiz Otávio foi Presidente da Assembleia, Senador da República, meu amigo particular, um grande pai de família, um homem probo, um homem honesto, um homem direito, um homem sincero, um homem amigo.

Por isso, quero saudá-lo e vê-lo aqui no Senado nacional, aqui é sua Casa. Candidate-se a Senador, que você ganhará no Pará, o povo gosta de você, tenho certeza disso. Receba meu carinho e minha gratidão, Senador – Senador, posso chamá-lo assim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se todos já votaram, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Requião, Senador Eduardo Braga, Deputada Rebecca.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Jorge Viana está no plenário, e não votou ainda. Ele tem que correr aqui, para votar. O Senador Petecão também está desatento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Já votei; já votei!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Já votou.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª colocasse em votação o projeto de lei que trata dos inibidores de apetite. São centenas

de pessoas que estão na expectativa de ter liberado esse medicamento que vai colaborar enormemente para o combate à obesidade mórbida. Portanto, solicito a V. Exª. Nós já temos, Sr. Presidente, a adesão de todos os Líderes, com exceção do Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria dizer à Senadora Lúcia Vânia que a disposição da Mesa é apreciarmos essa matéria. Se não houver objeção da Casa, já que nós não fizemos um acordo para tramitação, eu colaborarei da melhor maneira possível.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal
54ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

PARECER Nº 608, DE 2014 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. TIAGO DE BARROS CORREIA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL.

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	11	Abertura:	06/08/14 12:05
Data Sessão:	05/08/2014	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	06/08/14 12:11

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
Bloco-PSDB	MG	ANTONIO AURELIANO	VOTO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	VOTO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	VOTO
PR	MT	BLAIRO MAGGI	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
Bloco-PTB	PE	DOUGLAS CINTRA	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PDT	BA	JOÃO DURVAL	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	VOTO
PDT	SE	KAKÁ ANDRADE	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
Bloco-PCdoB	RO	ODACIR SOARES	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	VOTO
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO

Presidente: PAULO PAIM

SIM : 40 NÃO : 05 ABST. : 01 TOTAL : 46

Primeiro-Secretário

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 06/08/14 12:11 Página : 1

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –SIM, 40.

A Mesa registra a manifestação do Senador Randolfe Rodrigues.

NÃO, 5.

Houve 1 abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome de Tiago Barros Correia para a Aneel.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas saudar o Presidente Renan Calheiros, porque a prudência ontem à noite prevaleceu sobre a racionalidade e o painel hoje está funcionando adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Muito obrigado, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não corremos nenhum risco, graças à inteligência e à prudência de V. Exª na condução dos trabalhos ontem à noite.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu queria registrar o meu voto favorável na votação do Tiago Barros. Eu saí para receber uma comissão de fiscais de renda e, quando voltei, já havia fechado o painel. Mas quero registrar, consignando o meu voto favorável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, faço o registro do meu voto também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Exªs.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, também gostaria de registrar o meu voto. Eu estava fora em uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI) – Só para registrar o meu voto "sim" na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra a manifestação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há, sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 90.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 748, DE 2014

Requeremos urgência, nos termos do art.336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC 90 de 2014.

Sala das Sessões, em

(À Publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

(Manifestação da galeria.)

Não tendo havido objeção do Plenário, passamos à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2014, de autoria da Presidente da República, que *altera a Lei nºs 10.410 de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente; e a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, na parte em que dispõe sobre o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama; cria o Quadro em Extinção de Combate às Endemias; e autoriza a transformação dos empregos criados pelo art. 15 da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, no cargo de Agente de Combate às Endemias.*

A matéria depende de parecer da Comissão de Constituição, Justiça.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para que emita um rápido parecer sobre a matéria em nome da Comissão de Constituição, Justiça.

PARECER Nº 643, DE 2014-PLEN

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, a matéria em tramitação foi debatida exaustivamente na nossa Comissão. Não foi possível oferecer o parecer na oportunidade, mas o nosso voto é pela aprovação. O projeto vem da Câmara, está muito bem sustentado e, portanto, o nosso voto é pela aprovação imediata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Encerrada a discussão, passamos à votação da matéria que tem parecer favorável do Senador Inácio Arruda.

(Procede-se à votação.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PT vota "sim".

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira, como vota o PMDB?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, o PMDB com muita alegria encaminha o voto "sim" e pede aos companheiros para assim votarem.

(Manifestação da galeria.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – E também o Bloco da Maioria também encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O Partido Progressista, Presidente, encaminha o voto "sim".

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Partido Progressista encaminha o voto "sim".

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – O PTB encaminha o voto "sim".

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pedro Taques, como vota o PDT?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, o PDT vota "sim" em homenagem aos agentes comunitários de saúde do Brasil.

(Manifestação da galeria.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – ... a Liderança do Governo vota "sim", numa justa homenagem e reconhecimento pelo trabalho que esses inúmeros trabalhadores fazem pela saúde brasileira.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota "sim"...

(Manifestação da galeria.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) –... no reconhecimento do trabalho que esses funcionários fazem em defesa do povo brasileiro, da nossa saúde e do nosso meio ambiente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas, com muita convicção, vota "sim" a essa matéria e pede aos seus que votem "sim".

(Manifestação da galeria.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia, o PSDB vota "sim".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Acompanho o PT, votando "sim", Sr. Presidente, a favor dos agentes de saúde.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PT vota "sim".

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2014

(Nº 6.242/2013, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Altera as Leis nºs 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, na parte em que dispõe sobre o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA; cria o Quadro em Extinção de Combate às Endemias; e autoriza a transformação dos empregos criados pelo art. 15 da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, no cargo de Agente de Combate às Endemias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica criada a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, composta pelos cargos de Gestor Ambiental, Gestor Administrativo, Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo, abrangendo os cargos de pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

....."(NR)

"Art. 4°.....

Parágrafo único. As atividades mencionadas no *caput* poderão ser distribuídas por áreas de especialização ou agrupadas de modo a caracterizar um conjunto mais abrangente de atribuições, nos termos do edital do concurso público."(NR)

"Art. 5° É atribuição do cargo de Analista Administrativo o exercício de todas as atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Ibama e do Instituto Chico Mendes."(NR)

"Art. 7° Constitui atribuição do cargo de Técnico Administrativo a atuação em atividades administrativas e logísticas de apoio relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Ibama e do Instituto Chico Mendes."(NR)

"Art. 8° Constitui atribuição do cargo de Auxiliar Administrativo o desempenho das atividades administrativas e logísticas de nível básico relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Ibama e do Instituto Chico Mendes."(NR)

"Art. 11. O ingresso nos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente referidos no art. 1° desta Lei ocorrerá mediante aprovação prévia em concurso público, de provas ou de provas e títulos, no padrão inicial da classe inicial.

§ 1º O concurso de que trata o *caput* poderá ser organizado em etapas, incluindo, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital do concurso.

§ 2º.....

I - diploma de graduação em nivel superior ou habilitação legal equivalente, para os cargos de Gestor Ambiental e Analista Ambiental;

II - diploma de graduação em nível superior, com habilitação legal específica, conforme edital do concurso, para os cargos de Gestor Administrativo e Analista Administrativo;

III - certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente, para o cargo de Técnico Ambiental; e

IV - certificado de conclusão de ensino médio, e habilitação legal específica, se for o caso, conforme definido no edital do concurso, para o cargo de Técnico Administrativo.

§ 3º O concurso para o ingresso no cargo de Analista Ambiental poderá ser realizado por área de especialização, podendo ser exigida formação específica, conforme estabelecido no edital." (NR)

"Art. 14. O desenvolvimento do servidor na Carreira de Especialista em Meio Ambiente de que trata o art. 1º ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior." (NR)

"Art. 15. O desenvolvimento do servidor nos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta Lei observará as seguintes regras:

I - para fins de progressão funcional:

a) cumprimento do interstício de 1 (um) ano de efetivo exercício em cada padrão; e

b) resultado igual ou superior a 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual, no interstício considerado para progressão; e

II - para fins de promoção:

a) cumprimento do interstício de 1 (um) ano de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

b) resultado igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual, no interstício considerado para promoção; e

c) participação em eventos de capacitação com conteúdo e carga horária mínima definidos em ato do Poder Executivo.

§ 1º Para fins de promoção, a participação em eventos de capacitação, estabelecida na alínea *c* do inciso II do *caput*, será desconsiderada nos primeiros 2 (dois) anos a partir da data da publicação, para permitir a adequação do órgão, das entidades e dos servidores a essa exigência.

§ 2º A avaliação de desempenho individual aplicada para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental - GDAEM será utilizada para fins de avaliação de desempenho para progressão e promoção.

§ 3º Ao servidor ocupante de Cargo de Natureza Especial ou de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 4, 5 ou 6 ou equivalentes aplica-se, para fins de progressão e promoção, somente o disposto nas alíneas *a* dos incisos I e II do *caput* e *c* do inciso II do *caput*.

§ 4º Os critérios de progressão previstos nas alíneas *a* e *b* do inciso I do *caput* aplicam-se a partir de 1º de janeiro de 2014."(NR)

"Art. 16-A. O interstício para a progressão funcional e promoção, na forma prevista na alínea *a* dos incisos I e II do *caput* do art. 15, será computado em dias, se contado da data de entrada em exercício do servidor no cargo.

§ 1º No caso de servidores já em exercício, o interstício de que trata o *caput* observará a data da última progressão funcional ou promoção concedida ao servidor.

§ 2º A contagem do interstício para progressão funcional e promoção será suspensa nas ausências e nos afastamentos do servidor, ressalvados aqueles considerados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, como de efetivo exercício, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 3º Em caso de afastamento considerado como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração, o servidor receberá a mesma pontuação obtida anteriormente na avaliação de desempenho para fins de progressão funcional e promoção, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 4º Não haverá progressão funcional ou promoção caso não tenha havido avaliação anterior, ainda que por força de afastamento considerado como de efetivo exercício."

"Art. 17-A. Cabe ao órgão de lotação ao qual o servidor esteja vinculado implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente de que trata o art. 1º.

§ 1º A capacitação e a qualificação observarão o Plano Anual de Capacitação com o objetivo de aprimorar a formação dos servidores do quadro de pessoal efetivo e o desempenho das atividades de cada unidade.

§ 2º As necessidades de capacitação e qualificação do servidor cujo desempenho tenha sido considerado insuficiente serão priorizadas no planejamento do Plano Anual de Capacitação do órgão de lotação ao qual o servidor esteja vinculado."

"Art. 17-B. O exercício das atribuições típicas dos cargos que integram a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata esta Lei, em localidades situadas na Amazônia Legal, assegurará aos seus titulares prioridade na realização do curso de capacitação específico para fins de promoção e nos concursos de remoção."

"Art. 18-A. Os atos de progressão funcional e promoção serão publicados, respectivamente, em Boletim Interno do órgão de lotação e no Diário Oficial da União, produzindo efeitos financeiros a partir do primeiro dia subsequente à data em que o servidor completou os requisitos exigidos."

Art. 2º A Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14-B. Os servidores de que trata o art. 14-A, que foram enquadrados na Classe A, Padrão I da estrutura de que trata o Anexo VI desta Lei, ficam reenquadrados na quantidade de um padrão para cada ano completo de efetivo exercício no cargo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama ou do Instituto Chico Mendes.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não gerará efeitos financeiros retroativos anteriores a 1º de janeiro de 2014."

"Art. 16. O desenvolvimento do servidor nos cargos do PECMA de que trata o art. 12 desta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - (revogado);

V - (revogado).

§ 1º Para os fins do disposto no *caput*, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, observados os seguintes requisitos:

I - para fins de progressão funcional:

a) cumprimento do interstício de 1 (um) ano de efetivo exercício em cada padrão; e

b) resultado igual ou superior a 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual, no interstício considerado para progressão; e

II - para fins de promoção:

a) cumprimento do interstício de 1 (um) ano de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

b) resultado igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual, no interstício considerado para promoção; e

c) participação em eventos de capacitação com conteúdo e carga horária mínima definidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º Para fins de promoção, a participação em eventos de capacitação estabelecida na alínea *c* do inciso II do § 1º poderá ser desconsiderada até 1º de julho de 2016.

§ 3º A avaliação de desempenho individual aplicada para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Executiva e de Suporte do Meio Ambiente - GTEMA poderá ser utilizada para fins de avaliação de desempenho para progressão e promoção.

§ 4º Ao servidor ocupante de Cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 4, 5 ou 6 ou equivalentes aplica-se, para fins de progressão e promoção, somente o disposto nas alíneas *a* dos incisos I e II do § 1º e *c* do inciso II do § 1º.

§ 5º O interstício necessário para a progressão funcional e promoção, na forma prevista nas alíneas *a* dos incisos I e II do § 1º, será computado em dias, contado da data de entrada em exercício do servidor no cargo.

§ 6º No caso de servidores já em exercício, o interstício de que trata o § 5º observará a data da última progressão ou promoção concedida ao servidor.

§ 7º A contagem do interstício para progressão funcional e promoção será suspensa nas ausências e nos afastamentos do servidor, ressalvados aqueles considerados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, como de efetivo exercício, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 8º Em caso de afastamento considerado como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração, o servidor receberá a mesma pontuação obtida anteriormente na avaliação de desempenho para fins de progressão funcional e promoção, até

que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 9° Não haverá progressão funcional ou promoção caso não tenha havido avaliação anterior, ainda que por força de afastamento considerado como de efetivo exercício.

§ 10. Ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o *caput*."(NR)

"Art. 16-A. Cabe ao órgão de lotação ao qual o servidor esteja vinculado implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes do PECMA de que trata o art. 12.

§ 1° A capacitação e a qualificação observarão o Plano Anual de Capacitação, com o objetivo de aprimorar a formação dos servidores do quadro de pessoal efetivo e o desempenho das atividades de cada unidade.

§ 2° As necessidades de capacitação e qualificação do servidor cujo desempenho tenha sido considerado insuficiente serão priorizadas no planejamento do Plano Anual de Capacitação do órgão de lotação ao qual o servidor esteja vinculado.

§ 3º O exercício das atribuições típicas dos cargos que integram o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata esta Lei, em localidades situadas na Amazônia Legal, assegurará aos seus titulares prioridade para realização do curso de capacitação específico para fins de promoção e nos concursos de remoção."

"Art. 16-B. Os atos de progressão funcional e promoção serão publicados, respectivamente, em Boletim Interno do respectivo órgão de lotação ou no Diário Oficial da União, produzindo efeitos financeiros a partir do primeiro dia subsequente à data em que o servidor completou os requisitos exigidos."

Art. 3º Fica criado o Quadro em Extinção de Combate às Endemias e autorizada a transformação dos empregos ativos criados pelo art. 15 da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, no cargo de Agente de Combate às Endemias, a ser regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º O Quadro em Extinção de Combate às Endemias será composto exclusivamente pelo cargo de Agente de Combate às Endemias, de nível auxiliar, sendo vinculado ao Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

§ 2º A transformação dos empregos em cargos públicos de que trata o *caput* deste artigo, com o consequente ingresso no Quadro em Extinção de Combate às Endemias, dar-se-á automaticamente, salvo por opção irretratável, a ser formalizada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de entrada em vigor desta Lei, na forma do Termo de Opção constante do Anexo I.

§ 3º Os empregados que formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão no Quadro Suplementar de Combate às Endemias, de que trata o art. 11 da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, vinculados à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 4º A estrutura remuneratória do cargo público de Agente de Combate às Endemias passa a ser a constante dos Anexos II e III, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV.

§ 5º A transformação de que trata o *caput* não ensejará a alteração de nível de escolaridade do cargo, independentemente do grau de escolaridade apresentado no momento da transformação.

Art. 4º Fica garantida a irredutibilidade de vencimentos aos servidores enquadrados no Quadro em Extinção de Combate às Endemias.

Parágrafo único. Na hipótese de redução decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da reestruturação de tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza, conforme o caso.

Art. 5º O ingresso no cargo de Agente de Combate às Endemias ocorrerá no primeiro dia subsequente ao término do prazo de opção de que trata o § 2º do art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. O enquadramento inicial no cargo observará a tabela de correlação prevista no Anexo IV.

Art. 6º O enquadramento no Quadro em Extinção de Combate às Endemias não se configura como demissão, nos termos da legislação trabalhista, não ensejando o pagamento de multa rescisória ou verbas indenizatórias referentes ao contrato de trabalho, ressalvadas as férias, vencidas e proporcionais, e a gratificação natalina.

Art. 7º O desenvolvimento funcional do servidor de que trata esta Lei ocorrerá mediante progressão e promoção.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, progressão é a passagem do servidor para o padrão imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

Art. 8º A progressão entre os padrões que compõem cada classe observará o interstício mínimo de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício.

Parágrafo único. O interstício de que trata o *caput* será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não sejam considerados de efetivo exercício, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

Art. 9º Para fins de promoção, deverá ser observado o interstício mínimo de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe.

Art. 10. A estrutura remuneratória do cargo de Agente de Combate às Endemias será composta de:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Exercício da Atividade de Combate às Endemias - GEACE.

Art. 11. Fica instituída a Gratificação de Exercício da Atividade de Combate às Endemias - GEACE, devida aos ocupantes do cargo público de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro em Extinção de Combate às Endemias, do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

§ 1º A Geace será devida aos titulares do cargo público de que trata esta Lei, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas.

§ 2º A Geace não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, parcelas remuneratórias ou vantagens.

§ 3º A Geace não é devida aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 12. O valor da Geace é o constante do Anexo III desta Lei.

Art. 13. Aplica-se aos ocupantes do cargo de Agente de Combate às Endemias a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, prevista na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 14. Os cargos transformados por esta Lei serão automaticamente extintos na ocorrência de quaisquer das hipóteses de vacância dispostas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 15. É vedada a redistribuição dos cargos de Agente de Combate às Endemias a outros órgãos da administração pública federal, independentemente do cumprimento das disposições do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 16. Os Agentes de Combate às Endemias integrantes do Quadro em Extinção de Combate às Endemias poderão ser colocados à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante convênio, ou para gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de consórcio público, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, mantida a vinculação ao Ministério da Saúde e sem prejuízo dos respectivos direitos e vantagens.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogado o art. 22 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002.

ANEXO I

TERMO DE OPÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome:</td><td>Cargo:</td></tr>
<tr><td>Matrícula SIAPE:</td><td>Unidade de Lotação:</td><td>Unidade Pagadora:</td></tr>
<tr><td colspan="2">Cidade:</td><td>Estado:</td></tr>
<tr><td colspan="3">Venho, nos termos do disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, optar por não integrar o CARGO DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.
Local e data _____, ____/____/____.

_____
Assinatura

Recebido em: ____/____/____.

_____
Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor
do Ministério da Saúde</td></tr>
</table>

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO
DOS CARGOS DE QUE TRATA O ART. 3º DESTA LEI

Em R$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR	
		do ingresso no Cargo público, nos termos do § 2º do art. 3º	de 1º de janeiro de 2015
ESPECIAL	V	3.233,91	3.492,24
	IV	3.205,54	3.463,88
	III	3.178,17	3.436,50
	II	3.139,12	3.397,45
	I	3.112,13	3.370,46
C	V	3.085,29	3.343,62
	IV	3.059,43	3.317,75
	III	3.033,71	3.292,05
	II	3.008,16	3.266,49
	I	2.972,22	3.230,56
B	V	2.947,03	3.205,36
	IV	2.922,80	3.181,13
	III	2.898,72	3.157,05
	II	2.874,78	3.133,11
	I	2.850,97	3.109,30

A	V	2.818,06	3.076,40
	IV	2.795,43	3.053,77
	III	2.772,93	3.031,27
	II	2.750,57	3.008,90
	I	2.729,87	2.988,15

ANEXO III
VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - GEACE

Em R$

VALORES DA GEACE A PARTIR	
do ingresso no cargo público, nos termos do § 2º do art. 3º	de 1º de janeiro de 2015
795,00	835,00

ANEXO IV

TABELA DE CORRELAÇÃO DA ESTRUTURA SALARIAL DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO QUADRO DE PESSOAL DA FUNASA, DE QUE TRATA O ART. 15 DA LEI Nº 11.350, DE 2006, PARA O CARGO DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS INSTITUÍDO POR ESTA LEI

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V	ESPECIAL	V
	IV		IV
	III		III
	II		II
	I		I
C	V	C	V
	IV		IV
	III		III
	II		II
	I		I
B	V	B	V
	IV		IV
	III		III
	II		II
	I		I
A	V	A	V
	IV		IV
	III		III
	II		II
	I		I

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 5:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2013

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *acrescenta os §§9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na magistratura e no Ministério Público, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 461, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Vital do Rêgo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Aloysio Nunes Ferreira e da Senadora Gleisi Hoffmann.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Quinta e última sessão de discussão da Proposta de Emenda em primeiro turno.

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

A matéria será oportunamente apreciada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDS nº 52 consta da... Há um requerimento de urgência, para que essa matéria seja apreciada. É um projeto de decreto legislativo muito importante, que trata dos inibidores.

Há praticamente... Não sei se há consenso aqui no plenário, mas nas Comissões nós conseguimos alcançar um consenso para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se não houver objeção da Casa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não há consenso para que nós possamos prosseguir, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União, acerca da legalidade da retenção de valores a título de contribuições previdenciárias patronais, incluindo as alíquotas do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) e do Risco Ambiental de Trabalho (RAT), já aprovado na CAS.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 749, DE 2014
(REQUERIMENTO Nº 37, DE 2014 - CAS)

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Tribunal de Contas União, nos termos do art. 71, inciso VIII, da Constituição Federal, consoante o art. 1º, XVII, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os arts. 1º, XXV, 264, IV e §§, e 265 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e nos termos regimentais, solicita-se a essa Corte que responda à presente

INFORMAÇÃO

acerca da legalidade da retenção de valores a título de contribuições previdenciárias patronais, incluindo as alíquotas de **Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) e de Risco Ambiental de Trabalho (RAT)**, bem como de contribuições devidas por lei a terceiros (definidas no art. 109 Instrução Normativa nº 971/2009, da Receita Federal do Brasil – RFB), em contratos administrativos firmados com entidades beneficentes alcançadas pela isenção prevista no art. 195, § 7º, da Constituição Federal, *verbis*:

> **Art. 195.** .....
>
> .....
>
> § 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

No que tange à contribuição a terceiros, o art. 109-A da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 anota, entre outras, a seguinte hipótese de não-incidência dessa espécie tributária:

> **Art. 109-A.** Não estão sujeitos à contribuição de que trata o art. 109 [contribuições devidas por lei a terceiros, p.ex.: Sistema S, FNDE, Incra etc.]:
>
> .....
>
> VIII – entidades beneficentes de assistência social certificadas na forma da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e que cumpram os requisitos legais.

Em termos mais precisos, a presente consulta assenta-se nas seguintes indagações:

1) Em um contrato decorrente de licitação, firmado entre um ente público, sujeito à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e uma entidade beneficente amparada pela isenção previdenciária definida no art. 195, § 7º, da Constituição Federal, e nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, é regular a retenção, pelo ente contratante, de parcelas a título de contribuições previdenciárias patronais, incluindo as alíquotas de **SAT e RAT**, bem como das contribuições a terceiros versadas no art. 109 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, incluídas na composição de custos/preços que integrou o respectivo edital de licitação e/ou minuta de contrato?

2) Na hipótese em comento, é possível, sob o ponto de vista da regularidade do procedimento, repassar o valor desses itens à contratada?

3) Ainda na hipótese central da presente consulta, é legalmente possível à contratante, em substituição ao procedimento da retenção, reduzir unilateralmente o valor do contrato em proporção equivalente à provisão para as contribuições mencionadas na primeira questão, quando esses itens forem incluídos na composição de custos/preços que integrou o respectivo edital de licitação e/ou minuta de contrato? Esse tipo de glosa colide com o princípio da vinculação aos termos do edital?

O móvel da presente consulta é a possibilidade, no âmbito da Administração Pública, de processos licitatórios regulares serem vencidos, eventualmente, por entidades enquadradas na situação retrodescrita. Em tese, esse tipo de contratação pode ocorrer quando os objetivos institucionais da licitante harmonizam-se com o objeto licitado (ex.: entidades voltadas à promoção de inclusão social de pessoas com deficiência que, no exercício desse mister, firmam contratos com entidades da Administração Pública, direta ou indireta, voltados à prestação de

serviços ou fornecimento de mão de obra mediante alocação profissional de pessoas deficientes – abstração feita à hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24, inciso XX, da Lei 8.666, de 1993). Sob tais circunstâncias, a remuneração da entidade contratada geralmente ocorre por meio da cobrança de uma taxa de administração, cuja arrecadação deve ser aplicada integralmente no custeio e na promoção das suas atividades fins, enquanto entidade beneficente de assistência social, i.e., sem fins lucrativos.

Na hipótese desta consulta, a eventual retenção contratual de parcelas a título de contribuições patronais para a seguridade social (previdenciárias, SAT/RAT e terceiros) parece traduzir-se em fonte ilegal de receita da contratante – que, em tese, não precisa repassar esses valores aos respectivos destinatários legais das contribuições –, além de gerar prejuízos reflexos aos objetivos constitucionais das políticas públicas de assistência social, insertos no art. 203 de nossa Lei Maior, na medida em que subtraem recursos que, em tese, seriam devidos às entidades regularmente reconhecidas como beneficentes.

Cumpre anotar que, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 971/2009, esse tipo de retenção não é devida, *verbis*:

> **Art. 149.** Não se aplica o instituto da retenção:
>
> .....
>
> III – à contratação de entidade beneficente de assistência social isenta de contribuições sociais;

Anota-se que não se logrou sucesso na tentativa de encontrar, na base de dados de jurisprudência desse TCU, nenhum precedente versando precisamente sobre as indagações aqui apresentadas.

Há acórdãos que tratam da possibilidade da inclusão de provisões para tributos, inclusive de natureza previdenciária, como itens de custo em planilhas para licitações nas hipóteses de contratação de entidades com imunidade ou isenção tributária. Todavia, os precedentes encontrados analisam apenas a legalidade da inclusão, ou não, desses itens nas planilhas de custo tão somente sob o ponto de vista do princípio da isonomia entre licitantes. Não enfrentam a legitimidade da retenção ou glosa dos respectivos valores pela Administração quando a contratada possui isenção ou imunidade tributária.

Registre-se, neste ponto, que a demanda trata de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria inserta no universo de competências dessa nobre Corte de Contas: normas de execução de contratos administrativos, fontes de receita de entidades públicas e eficiência de políticas públicas.

Ademais, a Consulta indica precisamente o seu objeto, foi formulada articuladamente e a matéria atine ao plexo de competências desta Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, o que demonstra a sua pertinência temática.

Dessa forma, estão atendidos os requisitos de admissibilidade da Consulta, conforme reza o art. 264 do Regimento Interno do TCU.

Sala de Reuniões, 6 de agosto de 2014.

Senadora LÚCIA VÂNIA

Senador Paulo Davim

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Requerimento nº 37, de 2014-CAS (Req de Informações - Art. 216 RISF)

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 08 /2014 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: Senadora Vanessa Grazziotin (Vice-Presidente no Exercício)

INICIATIVA: Senadora Lúcia Vânia e Senador Paulo Davim

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PC DO B, PSOL, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- JOSÉ PIMENTEL (PT)
ANA RITA (PT)	4- WELLINGTON DIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	7- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- VAGO
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	2- VAGO
CASILDO MALDANER (PMDB)	3- EDUARDO BRAGA (PMDB)
VITAL DO RÊGO (PMDB)	4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)	5- ROMERO JUCÁ (PMDB)
ANA AMÉLIA (PP)	6- BENEDITO DE LIRA (PP)
PAULO DAVIM (PV)	7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM, SD)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
FLEURY (DEM)	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	1- DOUGLAS CINTRA (PTB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)
GIM (PTB)	3- VAGO

Atualizada em 05/08/2014

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ofício nº 103/2014 – PRESIDÊNCIA/CAS.

Brasília, 6 de agosto de 2014.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Assunto: Requerimento de Informações ao Tribunal de Contas da União

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, nesta data, o Requerimento nº 37, de 2014 – CAS, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, de Informações ao **Tribunal de Contas da União**, referente à *legalidade da retenção de valores a título de contribuições previdenciárias patronais, incluindo as alíquotas de Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) e de Risco Ambiental de Trabalho (RAT), bem como de contribuições devidas por lei a terceiros, em contratos administrativos firmados com entidades beneficentes alcançadas pela isenção prevista no art. 195, § 7º, da Constituição Federal.*

Segue em anexo o Requerimento.

Respeitosamente,

Senador **VANESSA GRAZZIOTIN**
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, pela ordem, apenas para me solidarizar com os agentes de saúde.

Eu tive que estar no cafezinho rapidamente, mas quero, aqui, Sr. Presidente, prestar as mais elevadas homenagens a essa laboriosa classe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento do Senador Crivella, que, com fundamento no art. 336, inciso II, pede urgência para o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 417, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem em seus quadros pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos em crianças e adolescentes.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 750, DE 2014

REQUEREMOS, com fundamento no **art. 336**, inciso **II**, do RISF, a atribuição de **urgência** para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (**SCD**) **nº. 417, de 2007** (*"Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos em crianças e adolescentes."*).

Sala das Sessões, de agosto de 2014.

ASSINATURA	NOME
	MARCELO CRIVELLA
	HUMBERTO COSTA
	[illegible]
	RODRIGO ROLLEMBERG
	EUNÍCIO DE OLIVEIRA.

(À Publicação)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que registre que, nas votações anteriores, acompanhei o partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Esta Presidência registrará, com satisfação, as manifestações de V. Exª.

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Igualmente, eu peço que registre, justificando a minha ausência na votação anterior, a votação de acordo com a orientação do partido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente Renan, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer uma indagação a V. Exª: se as matérias que nós temos, ainda, para votar, se teria alguma votação nominal, ou se os demais projetos são votações de acordo de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós tivemos votações nominais, mas nós tivemos, sobretudo, a continuidade da sessão de ontem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Perfeito. Quer dizer que nós não teremos nenhuma votação nominal de agora para frente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não. Já acabamos as votações nominais e vamos, daqui a pouquinho, encerrar a sessão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em votação, o requerimento. **(Requerimento nº 750/2014)**

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria, oportunamente, constará da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Requerimento do Senador Ciro Nogueira, que requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2014, de autoria do Senador Alvaro Dias, que estabelece a política e os instrumentos de fiscalização e controle sobre as entidades responsáveis pelo futebol e dá outras providências, seja também apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por tratar de matéria no âmbito de sua competência.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 751, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2014, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "*estabelece a política e os instrumentos de fiscalização e controle sobre as entidades responsáveis pelo futebol brasileiro e dá outras providências*", seja apreciado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por tratar de matéria no âmbito de sua competência.

Sala das Sessões, – Senador **CIRO NOGUEIRA**

(À publicação.)

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Houve duas votações anteriores, e eu estava fora, num acontecimento político na CNA, um grande acontecimento para o meio rural. Quero até aproveitar para cumprimentar o grande evento que está acontecendo agora, neste momento, na CNA.

No meu voto, eu acompanho a Liderança, "sim".

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Este projeto já foi amplamente discutido na comissão de mérito, que é a Comissão de Educação, Esporte e Cultura. Inclusive, nela também já foi analisada a juridicidade desse projeto, e eu não vejo por que encaminhá-lo para outra Comissão. Isso é apenas para postergar.

Então, em nome do PSDB, somos contra esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Fizemos apenas a leitura do requerimento e deixaremos a apreciação do requerimento para uma próxima oportunidade.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência registra as manifestações de V. Exª.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da CCJ, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.*

Parecer nº 1.470, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2013

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Vital do Rêgo, que *altera a Constituição Federal para disciplinar a instituição de consórcio público destinado à atuação exclusiva no âmbito do sistema único de saúde e na atenção básica à saúde.*

Parecer nº 1.228, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Paulo Davim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

7

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 1999

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1999 (nº 4.812/2001, naquela Casa), da Senadora Emília Fernandes, que *acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

Parecer sob nº 264, de 2014, da CE, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável com adequação redacional que propõe.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, DE 2013

Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013 (apresentado como conclusão do Relatório nº 4, de 2013, da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos), que *institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.*
Pendente de Parecer conjunto da CCJ, CI e CAE sobre o Projeto e as Emendas nºs 1 a 56-Plen

9

REQUERIMENTO Nº 1237, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.237, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009-Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135, 376 e 382, de 2012, Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

10

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (formação dos professores de educação física).*

11

REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

12

REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

13

REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

14

REQUERIMENTO Nº 172, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 196, de 2009, e 31, de 2010, por regularem matéria correlata (exercício das profissões de pedagogo e psicopedagogo).*

15

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2013 – Complementar, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (incidência do ICMS nos serviços de rastreamento).*

16
REQUERIMENTO Nº 210, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2014, do Senador Cássio Cunha Lima, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2011 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2011), com os Projetos de Lei do Senado nºs 339 e 453, de 2008; e 541, de 2009 (que já se encontram apensados), por regularem matéria correlata (desfiliação partidária).*

17
REQUERIMENTO Nº 211, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2014, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; e 236, de 2012, por regularem matéria correlata (reforma do Código Penal).*

18
REQUERIMENTO Nº 234, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 234, de 2014, do Senador Eduardo Braga, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 443, de 2012, por regularem matéria correlata (formação dos professores de educação física).*

19
REQUERIMENTO Nº 236, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 236, de 2014, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 65, de 2007, e 48, de 2012, por regularem matéria correlata (afastamento para reeleição dos chefes do Poder Executivo).*

20
REQUERIMENTO Nº 245, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 245, de 2014, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2011, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (suspensão da construção de novas usinas termonucleares).*

21
REQUERIMENTO Nº 474, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2014, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Kaká Andrade.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, pessoas queridas que nos acompanham Brasil afora, pela internet e através do complexo de comunicação do Senado Federal, minhas senhoras e meus senhores, o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe tem antiga tradição de valorizar e divulgar a arte e a cultura no nosso Estado, através de eventos conhecidos como Sexta Cultural.

Os temas têm sido os mais diversos. Para que se tenha pleno conhecimento de sua dimensão, convém citar alguns deles: exposições fotográficas, como a mostra Colorindo a Cor, retratando a Lei Maria da Penha; lançamento de obras literárias, como o terceiro volume do livro do escritor Vieira Neto, *Teatro Quase Integral*; apresentações folclóricas, como do grupo Maracatu Renascer, do Município de Japaratuba; arraiais juninos, com a presença de quadrilhas; shows sertanejos. A lista não se esgota aí, muito mais já foi mostrado.

Gostaria de me ater um pouco mais à última edição do evento, que aconteceu agora, entre os dias 28 e 31 de julho. Foi a primeira Mostra Curta-SE, no auditório daquela Corte de Contas, onde foram exibidos oito curtas-metragens e dois longas-metragens, atraindo a atenção de uma grande quantidade de pessoas, tanto servidores quanto do público externo.

Todos estes dez filmes apresentam uma característica em comum: foram produzidos em Sergipe! Retratam o cotidiano de nossa gente, de nossas cidades, do nosso Sertão.

No curta A Mão que Borda, dirigido por Caroline Mendonça, o enfoque é dado às bordadeiras do Município de Cedro de São João. Estas mulheres realizam uma atividade hoje integrada ao que se chama de economia criativa – transformam um bem cultural em um produto comercial da maior importância para a economia local.

Em Sergipe, muitas famílias vivem da pesca. Esta realidade comum no cotidiano de nossa gente é abordada no curta Do Outro Lado do Rio, que em magníficos 11 minutos e conta a história de um pescador e de sua filha adolescente. Mostra, por um lado, a difícil vida real e cotidiana do pai e, por outro lado, em contraste, os sonhos e a timidez de sua filha. Esta produção teve locações em Barra dos Coqueiros e em Aracaju, e ainda retrata a religiosidade e a fé, que sempre foram características marcantes do povo do meu Estado.

Os dois longas-metragens exibidos foram Sargento Getúlio e Aos Ventos que Virão. São obras do talentoso diretor Hermano Penna, considerado o mais sergipano de todos os diretores brasileiros e que, recentemente, foi agraciado pela Assembleia Legislativa com o título de Cidadão Sergipano.

Baseado em obra homônima do acadêmico João Ubaldo Ribeiro, que tão precoce e recentemente nos deixou, Sargento Getúlio é ambientado na década de 40 do século passado e conta a saga de um sargento que recebe a missão de levar de Paulo Afonso, na Bahia, a Aracaju um prisioneiro que é inimigo político de seu chefe. Seguem em um carro velho e, em meio à viagem, em virtude de alterações no panorama político, o personagem Getúlio recebe ordem para soltar o prisioneiro, mas rebela-se e decide terminar a tarefa para a qual fora escalado.

Sargento Getúlio veio do alto sertão sergipano, mais exatamente de Poço Redondo, Município vizinho de Canindé de São Francisco, e teve Lima Duarte no papel principal, junto com atores sergipanos como Antônio Leite, Orlando Vieira, Amaral Cavalcante, Luiz Antônio Barreto, dentre outros.

A apresentação deste filme soou até como homenagem a João Ubaldo Ribeiro, pois aos dois meses de idade sua família mudou-se para Aracaju, onde passou parte de sua infância.

A mesma cidade de Poço Redondo foi também palco das cenas de Aos Ventos que Virão, que conta a saga de um ex-cangaceiro e sua luta para dar outro rumo a sua vida, após a morte de Lampião. Muda-se para São Paulo, onde trabalha na construção civil, e depois ingressa na vida política.

Não quero esgotar aqui todos os títulos exibidos. São todos de fácil acesso aos interessados, muitos inclusive disponíveis na internet. Meu objetivo é congratular-me com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe por essa iniciativa das mais felizes, em manter sempre este espaço para a divulgação da arte e da cultura do nosso povo. Congratular-me pela possibilidade de aproximar essas obras do público.

Dessa forma, viabiliza, também, a aproximação com a sociedade sergipana, permitindo que a população acompanhe, de perto, o desempenho de suas atividades institucionais e que tenha plena consciência do importantíssimo papel que desempenha como corte de contas.

Destaco, ainda, que um espaço como este aberto pelo TCE, na verdade, transforma-o em muito mais do que um mero divulgador de nossos talentos. Ao proceder assim, o Tribunal de Contas do Estado contribui com possibilidades essenciais de sustentação das nossas manifestações artísticas e culturais, fornece meios para sua afirmação e aproxima a população da arte e da cultura. Além disso, contribui sobremaneira para que novas gerações de cineastas surjam em Sergipe, para que novas produções sejam feitas tendo-o como pano de fundo, de norte a sul, da capital ao sertão.

Nenhum país, nenhum Estado, nenhum Município e nenhuma gente têm a identidade perene se não cultiva seus valores, se não valoriza suas tradições e sua história.

(Soa a campainha.)

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Da mesma forma que uma flor que precisa do ar para ver exalado seu perfume e precisa da luz para resplandecer suas cores, a arte e a cultura precisam de iniciativas como esta, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para se tornarem perenes e integradas sempre à memória do nosso povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Kaká Andrade, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO) – Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente, também.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO. Pela ordem.) – Eu queria registrar meu voto "sim" nas duas votações que houve anteriormente. Eu não estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Fica registrada a manifestação de voto de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pela ordem.) – Eu queria que V. Exª me inscrevesse pela Liderança do PP.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – V. Exª está inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Concedemos a palavra ao Senador Acir Gurgacz, como orador inscrito.

V. Exª tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, ontem nós estivemos, junto com o Prefeito José Rover, de Vilhena, no DNIT, aqui em Brasília, para tratar do Projeto Multivias, no qual estamos trabalhando há mais de um ano, juntamente com os técnicos da Prefeitura Municipal de Vilhena e do DNIT, para adequá-lo à travessia urbana da BR-364 naquela cidade.

Vilhena é, chegando a Rondônia, a primeira cidade, é a cidade que dá as boas-vindas à população brasileira que chega para conhecer o Estado de Rondônia e é uma das cidades mais bonitas, mais organizadas que temos no Estado.

Agora o projeto está na fase de conclusão, faltando apenas alguns detalhes nos estudos de pavimentação e deverá ser licitado ainda no mês em setembro. Dessa forma, há uma possibilidade grande de iniciarmos essa obra ou de vermos essa obra sendo iniciada ainda este ano, na temporada da nossa seca da Amazônia.

Essa é uma obra que conseguimos levar para o Cone Sul, para Vilhena, onde também conseguimos viabilizar a iluminação de um trajeto de 10 quilômetros da BR-364 no perímetro urbano da cidade, além da reforma do aeroporto, da pavimentação de ruas e avenidas e da construção (mais ou menos R$6 milhões para a pavimentação asfáltica e drenagem de ruas na cidade de Vilhena), e também de um centro de assistência social, entre outras obras importantes para a nossa cidade.

O Projeto Multivias vai prolongar as marginais ao longo da BR-364, facilitando o acesso ao setor industrial, onde está situado o maior frigorífico do Estado, ao setor de chácaras e também aos balneários de Vilhena.

As obras contemplarão as avenidas Celso Mazutti e Marechal Rondon. Está prevista a construção de um viaduto entre a Avenida Presidente Nasser e a Rua Marcos Henrique, que melhorará o acesso para a Unir (Universidade Federal de Rondônia), que tem uma importância muito grande não só para Vilhena, mas para toda a região do Cone Sul. O projeto ainda inclui três rotatórias e uma ciclovia, que vai cortar toda a cidade, dando uma melhoria de acesso para a população e embelezando ainda mais a nossa bela cidade de Vilhena.

Também, através de emenda parlamentar, no valor de R$270 mil, o aeroporto Brigadeiro Camarão, em Vilhena, foi recentemente reformado. O investimento permitiu uma nova e moderna estrutura, com amplo saguão de embarque e desembarque, espaço adequado para restituição de bagagem com esteira e a instalação dos equipamentos de raios X. Os equipamentos fazem parte das exigências da Anac para que o aeroporto comporte pousos e decolagens de aeronaves maiores.

São obras que fizemos juntamente com o Prefeito Municipal de Vilhena.

Recentemente assumimos compromisso com os produtores de milho e soja da região para viabilizar junto ao Ministério da Agricultura a construção de um armazém de grãos, em especial para armazenar a produção de milho, no Município de Cerejeiras, cujo Prefeito, Airton, está aqui presente, no plenário, nos cobrando. Já entramos em contato com a Conab para que seja viabilizado urgentemente, pois a produção de milho já aconteceu, está havendo a colheita e não tem onde armazenar. Então, pedimos urgência para que a Conab nos atenda, pois os agricultores estão fazendo a sua parte, estão produzindo em quantidade e também em qualidade, mas precisamos do Governo para que tenhamos a infraestrutura necessária para atender à demanda da produção agrícola do nosso Estado de Rondônia, em especial do Cone Sul, não só de Cerejeiras, Corumbiara, Pimenteiras, mas de toda a região da grande Cerejeiras, de Vilhena, Colorado. Também estão aqui os nossos Prefeitos de Colorado do Oeste, de Cabixi, acompanhando o nosso trabalho e também pedindo que haja a construção desse armazém o mais rápido possível.

O terreno para a construção já está regularizado, já que foi repassado do Estado para a União, e a documentação já se encontra em fase final no cartório, sendo que o Ministro deve assinar a escritura nos próximos dias. O Ministério da Agricultura e a Conab também já estão trabalhando na adequação do projeto do arma-

zém e a expectativa agora é de que em breve possa ser lançado o edital para a contratação da mão de obra, ou seja, para a construção desse galpão, que é da maior importância para todos nós.

Também trabalhamos junto ao Governo Federal para agilizar o início da obras de restauração da BR-364, no trecho de Vilhena a Pimenta Bueno, e da conclusão do processo de federalização da BR, que, hoje, é a RO-399, que, nos seus 162 quilômetros, que liga a BR-364 a Pimenteiras, passando por Colorado e Cerejeiras, passará a se chamar BR-435, e também será completamente com a restauração e a construção do asfalto entre Cerejeiras e Pimenteiras. É uma obra importante para o Cone Sul e para todo o nosso Estado.

Também atuamos junto ao DNIT para a construção de um trevo com passagem superior, ou seja, um viaduto na BR-364, no acesso às cidades de Colorado, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras, pois, hoje, não há, sequer, um trevo, e o risco de acidente é muito grande na BR-364.

Já foi contemplado, exatamente na restauração da BR, e será construído esse viaduto, dando maior segurança para quem sai de Vilhena ou quem vem de Porto Velho e vai a Colorado do Oeste, a Pimenteiras, a Cabixi e a Cerejeiras também.

Já na área social e educacional, levamos recursos para cursos de qualificação profissional, o ProJovem Trabalhador, e para a construção de um centro de referência e assistência social, entre outras ações que realizamos nessa região.

A região do Cone Sul é importante para todos nós. É importante para Vilhena, está em franco desenvolvimento, aumentando ano a ano a produção de grãos, tanto de milho, soja e outras variedades, mantendo também o ritmo de crescimento da produção de carne bovina. É uma região que está com o maior índice de crescimento da agricultura, do agronegócio no Estado de Rondônia.

Outro assunto, Sr. Presidente, foi a promulgação da emenda à Constituição que prorroga os benefícios tributários da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, ou seja, até 2073, realizada no dia 4, em sessão solene do Congresso Nacional.

Isso representa uma grande uma conquista para toda a Amazônia Legal, não somente para Manaus e não somente para o Amazonas. É uma medida que beneficiará não apenas o Estado do Amazonas, mas todos os Estados da Região Norte, especialmente o nosso Estado de Rondônia também.

Principalmente com a ligação ou com a reabertura da BR-319, nós poderemos ter o comércio passando a produção e também fortalecendo o comércio entre o Estado do Amazonas e o Estado de Rondônia.

Eu tenho colocado para todos os rondonienses que nós devemos comemorar essa decisão pelos benefícios industriais, comerciais e ambientais que teremos, mas também porque no nosso contexto aprovamos o projeto de lei que prorroga por mais 36 anos – ou seja, até 2050 – as isenções tributárias para a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, nosso querido Município que fica no extremo oeste de Rondônia, na fronteira com a Bolívia, conhecido como Pérola do Mamoré.

Recentemente, o Governo do Estado, através do nosso Governador Confúcio Moura, aprovou uma legislação estadual para a isenção de 80% do ICMS nas operações realizadas por lojas francas instaladas na cidade de Guajará-Mirim. Essas medidas serão fundamentais na retomada do crescimento da cidade, compromisso que assumimos com a população de Guajará-Mirim e também de Nova Mamoré, em audiência pública da Comissão de Agricultura, que realizamos no dia 30 de agosto do ano passado.

Nessa audiência, nós nos comprometemos também em lutar pela construção de um terminal portuário na cidade, pela reforma do aeroporto municipal, pela ponte binacional e pela restauração da BR-425, que já está em pleno andamento, uma obra da maior importância para Guajará-Mirim.

Estou trabalhando para honrar cada um desses compromissos e tenho certeza de que, com o apoio do Governo do Estado, do Governo Federal, da Prefeitura, dos Vereadores, dos empresários e comerciantes e da população da cidade, vamos transformar novamente Guajará-Mirim numa cidade próspera, com uma economia ativa e referência para Rondônia e para toda a nossa Amazônia.

Temos grandes investimentos do Governo Federal em Rondônia, como as usinas hidrelétricas do Rio Madeira. Mas o fato é que somos um Estado novo, carente de quase tudo e precisamos de muito mais do que investimentos para gerar riquezas em outros Estados.

Essas usinas são importantes e estratégicas para o País, mas precisamos de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia e de melhores condições para alavancar o desenvolvimento e o crescimento do nosso Estado de Rondônia.

Precisamos de mais atenção na infraestrutura de transportes, na logística para escoamento da produção agrícola da Região Centro-Oeste e do próprio Estado de Rondônia e de mais apoio para o desenvolvimento de nossa agroindústria estadual.

Duas obras fundamentais nesse processo são a reconstrução da BR-319 e a construção do ramal de Porto Velho a Vilhena da Ferrovia de Integração Centro-Oeste.

Por isso, faço o apelo para que o Governo Federal, por meio do Ibama e do DNIT, acelere o processo de licenciamento ambiental para a reconstrução da BR-319. A liberação para os estudos de fauna e flora ocorreu somente neste mês de agosto, depois de quase seis meses de cobranças frequentes que fizemos ao Ibama, ao ICMBio e ao DNIT.

Não temos mais tempo a perder com relação à reconstrução da BR-319.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A prorrogação dos incentivos para a Zona Franca de Manaus e para a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, assim como para as Áreas de Livre Comércio de Tabatinga, no Amazonas, de Boa Vista, em Roraima, de Macapá e Santana, no Amapá, e de Cruzeiro do Sul, no Acre, só fazem sentido no contexto de integração territorial, comercial, econômica e cultural da Amazônia. Por isso, a importância de nós termos a BR-319 novamente fazendo essa ligação, sendo reaberta, pois ela é de fundamental importância para a interligação da Amazônia.

Portanto, ao mesmo tempo em que comemoro a prorrogação desses incentivos fiscais para Guajará-Mirim e demais Municípios da Amazônia, faço o apelo para que o Governo Federal empreenda, com mais vigor e celeridade, o projeto de integração da Amazônia, por estradas, hidrovias e ferrovias também.

Temos também que criar melhores condições para...

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu gostaria de destacar o meu voto favorável à indicação da Aneel, do Dr. Tiago de Barros Correia, porque eu estava, há pouco, em uma audiência no Ministério do Planejamento.

Queria, também, parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti pela aprovação, ontem, de importante projeto da criação dos Municípios. Parabéns, Senador Mozarildo, esse projeto tem todo o nosso apoio. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Vou pedir à Mesa que registre o voto de V. Exª. Está registrado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Vou aguardar o orador. Quero me inscrever como comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – V. Exª já está inscrito. Primeiro Luiz Henrique; segundo, V. Exª e, para concluir, o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para concluir, Sr. Presidente.

Só para reafirmar e reforçar a importância de termos as obras de restauração da BR-364, a BR-429, a BR-425 e a abertura ou a reabertura da BR-319, para que possamos ter essa integração da Amazônia. Todo esse crescimento, esse desenvolvimento do Estado de Rondônia é importante. Se nós tivermos essa infraestrutura necessária para escoamento da nossa produção e para o comércio entre os Estados da Amazônia, nós teremos um crescimento ainda maior da Amazônia e a Amazônia poderá contribuir, ainda mais, o crescimento e o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª. Boa sorte na caminhada.

Vamos votar rapidamente, enquanto o Senador Luiz Henrique se dirige à tribuna para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Há sobre a mesa **Requerimento nº 744, de 2014**, do Senador Antonio Russo, solicitando, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, que a licença para tratamento de saúde da qual se encontra em gozo e que se encerraria em 08 de agosto de 2014 seja prorrogada pelo prazo de 180 dias.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O suplente permanecerá no exercício do mandato.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Há sobre a mesa o **Requerimento nº 745, de 2014**, do Senador Blairo Maggi, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, por indicação do Presidente de Senado Federal, da Convenção do Agronegócio de 2014 a ser realizada pela Bayer CropScience, na Alemanha, de 1ª a 5 de setembro de 2014.

É o seguinte requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o nobre Senador Luiz Henrique.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, com a permissão do Senador Luiz Henrique...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, só para saber de V. Exª: eu estou inscrito como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Está inscrito como Líder.

Falou um Líder, falou um orador inscrito. Agora a preferência da comunicação inadiável e, depois, volta para a liderança.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ainda temos a Senadora Ana Amélia, antes de V. Exª. E o Senador Humberto Costa não está no plenário.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nesta manhã, a Confederação Nacional da Agricultura, que é presidida pela Senadora Kátia Abreu, realizou um debate com os candidatos a presidente da República Aécio Neves e Eduardo Campos e com a Presidenta Dilma Rousseff. Durante aquele debate, foi solicitada dos presidenciáveis a sua opinião a respeito do novo Código Florestal.

Todos eles responderam positivamente, salientando o grande avanço que esta Casa e a Câmara dos Deputados propiciaram ao discutir, debater, ouvir a sociedade brasileira em intermináveis audiências e culminar pela elaboração de um texto que mereceu a quase unanimidade da aprovação das Srªs e dos Srs. Senadores nesta Casa.

Eu quero salientar a grande participação das Srªs e dos Srs. Senadores na elaboração daquele texto, sobretudo do Senador Jorge Viana, que foi, juntamente comigo, Relator daquela matéria.

Evidentemente que, após a entrada em vigência daquele texto, os agricultores, principalmente os pequenos agricultores – e essa era uma cena constante na minha terra –, deixaram de se sentir pressionados e ameaçados diante do sistema de comando e controle do texto legal anterior.

O que fizemos nesse novo texto legal ambiental? Separamos o Código em duas partes: uma permanente, com regras firmes, claras, severas de preservação para o futuro; e uma parte temporária, estabelecendo regras para o futuro. Que regras são essas? Regras de respeito às situações consolidadas, de respeito às situações criadas em legislações anteriores e oferecendo àqueles que desmataram ilegalmente uma oportunidade de recompor a vegetação e a floresta suprimida através de um programa de regularização ambiental.

O Brasil encontrou, como era nosso objetivo, o novo eixo na discussão da política florestal: o eixo da conciliação entre preservação e produção. A agricultura, em cuja confederação foi realizado debate hoje, nesta manhã, está sabendo aproveitar-se dos ganhos da pesquisa científica e tecnológica, sobretudo proporcionada pela Embrapa, pelos centros de excelência e pelas empresas de pesquisas agropecuárias estaduais como, por exemplo, a Epagri, de Santa Catarina. A agricultura está sabendo aumentar a produtividade agrícola, reduzindo a exigência de novas áreas para plantio, de novas áreas para pastoreio, de novas áreas para a atividade agropecuária.

Foi para nós, certamente para o Senador Jorge Viana também e, certamente, para as Srªs e Srs. Senadores, uma notícia alvissareira saber que os três candidatos a Presidente da República elogiaram a metodologia, o conteúdo, o texto do novo Código Ambiental Brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Nós gostaríamos também que os três presidenciáveis manifestassem, nesta campanha eleitoral, a necessidade imperiosa e inadiável, a necessidade inarredável de um novo Pacto Federativo. Todos estão falando em

reforma tributária. Todos estão falando em simplificação e redução ou eliminação dos impostos regressivos, mas a tese da divisão do bolo tributário entre os três entes federados é uma discussão que está *a latere* e, na minha opinião, até pela experiência descentralizadora altamente bem-sucedida que tivemos no exercício do cargo de Governador de Santa Catarina, a discussão central deve ser a descentralização.

O Brasil não pode continuar decidindo de Brasília, dos gabinetes da burocracia federal. O Brasil tem que descentralizar as decisões para os Estados e para os Municípios. O Brasil precisa aumentar, no mínimo, de 12% para 20% a participação dos Municípios no bolo da Receita Federal, aumentar de 22% para 30% a participação do bolo dos Estados na Receita. Hoje, a União açambarca 63% dos recursos que são arrecadados do povo brasileiro.

Ficamos satisfeitos com a posição dos três presidenciáveis relativamente ao Código Florestal.

Esperamos, Senadora Ana Amélia, V. Exª que teve uma vitória ontem com a aprovação da emenda constitucional que eleva a participação dos Municípios, que aquela fresta que se abriu para melhorar a participação municipal na receita nacional possa representar uma abertura de porta para uma descentralização efetiva através do novo Pacto Federativo.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com a palavra, o nobre Senador Eunício Oliveira, em permuta com o Senador Luiz Henrique.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Eunício, por gentileza, peço sua atenção rápida apenas para registrar a presença, neste instante – porque houve uma pequena confusão na convocação da sessão desta manhã –, e registrar os meus votos acompanhando a Liderança do meu Partido. Agradeço o registro da Mesa e a cortesia do Senador Eunício Oliveira, que, se Deus permitir, será futuro colega Governador do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Os votos de V. Exª estão registrados.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Cássio. Espero que Deus ilumine também o povo da Paraíba.

Srªs e Srs. Senadores, subo a esta tribuna porque na semana passada, no último encontro, nós aprovamos matéria da qual tive o privilégio de ser o Relator e, como Relator, aqui aprovar o novo Estatuto das Micro e Pequenas Empresas.

Buscar uma vida melhor – e encontrar os meios para que esse sonho se transforme em realidade – é um dever de todo homem público e um direito de cada brasileiro e de cada brasileira, em especial, de nossa gente simples e trabalhadora, que quer, e precisa, melhorar de vida, como vemos hoje em todo o Nordeste, particularmente no meu querido Ceará.

Falo de donas de casa, Sr. Presidente, que sonham em abrir um salão de beleza na garagem de sua casa, de pais de família, que precisam comprar ferramentas para abrir uma pequena oficina mecânica, ou de jovens que querem transformar energia e criatividade em um negócio próprio.

É dever de todo homem público fazer com que a verdadeira riqueza dessas pessoas – ou seja, sua vontade, seu conhecimento e sua incrível capacidade de trabalho – seja multiplicada por esse estímulo. Afinal, são as micros e as pequenas empresas que fundamentam o crescimento de qualquer economia, entre outras razões porque formam o principal esteio da multiplicação de vagas no mercado de trabalho.

Levantamento do Sebrae mostra que os pequenos negócios representam 99% dos empreendimentos e 27% do PIB brasileiro, empregam 52%, Sr. Presidente, da mão-de-obra formal e são responsáveis por 40% de toda a massa salarial do Brasil. Esses dados revelam claramente a vocação empreendedora do povo brasileiro.

São, atualmente, 8,9 milhões micros e pequenas empresas, formando uma base de crescimento que assegura energia produtiva, capilaridade econômica e equilíbrio social capazes de marcar um novo ciclo de expansão do Brasil e dos nossos Estados.

Minhas senhoras, meus senhores, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil tem a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – graças a Deus e a esta Casa –, uma lei à altura da importância do setor para a economia nacional.

Essa lei simplifica a vida do empreendedor, diminui a carga tributária, incentiva a ampliação do negócio e reduz a informalidade, além de abrir novas frentes de atuação.

Mas o Brasil, particularmente os Estados menos industrializados, como é o caso do meu querido Ceará, precisa de mais instrumentos que contribuam para a desburocratização, a simplificação de tributos, a facilidade de abrir e encerrar o negócio e o acesso diferenciado ao crédito e à inovação, consolidando uma engrenagem de desenvolvimento fortemente apoiada na articulação entre empresas e governos.

Nesse sentido, Sr. Presidente, aprovamos aqui, neste Congresso, como disse, o novo SuperSimples, que vai proporcionar um ambiente cada vez mais favorável para que os micros e os pequenos empreendedores construam os seus empreendimentos.

Sei que isso é motivo de contentamento para todos desta Casa, o Senado Federal, que participaram do esforço para a rápida tramitação da matéria, particularmente para mim, que tive a honra de ser o Relator dessa importante matéria. Foi tarefa muito honrosa.

A partir dessa nova lei, que deverá ser sancionada pela Presidente Dilma ainda esta semana – porque é esse o compromisso –, sem nenhum veto, mais de 450 mil empresas – mais de 450 mil – em 140 atividades econômicas, além de mais de três milhões de microempreendedores individuais, serão beneficiários de uma redução média de 40% da carga tributária, entre outros avanços aprovados pelo relatório que tive a honra de apresentar nesta Casa.

Esse impulso, Sr. Presidente, terá um aproveitamento maior ou menor na proporção do envolvimento dos governos estaduais em criar condições favoráveis para o empreendedorismo.

Acho que esse é o primeiro passo para que os governos, com a contribuição desse relatório que tive a honra de fazer, com a contribuição desta Casa, possam ajudar os jovens pobres, principalmente os jovens pobres do interior do Ceará e do Nordeste do Brasil, a terem o seu primeiro negócio, tornando-se assim, um empresário de várias áreas, com essa redução que fizemos da carga tributária.

Lamentavelmente, o meu querido Ceará está na contramão da história, tornou-se o Estado que mais fechou micros e pequenas empresas nos últimos cinco anos, conforme dados do próprio Sebrae.

Muitas vezes, são os jovens que comandam esses estabelecimentos, mas, no Ceará, não há incentivos para que a juventude possa trabalhar nessa área do empreendedorismo, a não ser de um órgão de divulgação, de um órgão de imprensa que faz, todos os anos, um seminário sobre empreendedorismo. Se não fosse esse meio de comunicação importante do meu Estado, que trabalha nessa linha, nós não teríamos nenhum tipo de discussão e nem de envolvimento para que a gente pudesse chegar aqui e dizer que há um incentivo à juventude na questão da iniciativa de ter o seu primeiro negócio.

Lamentavelmente, como eu disse, muitas vezes, são os jovens que comandam esses investimentos ou esses estabelecimentos novos e não conseguem ir à frente, porque falta crédito, porque falta oportunidade, porque falta treinamento, porque falta o incentivo que o Estado tem, no meu entendimento, a obrigação de fazer.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Permite um aparte, Senador Eunício?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu concedo a V. Exª, obviamente, um aparte, com a permissão da Mesa.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu quero cumprimentá-lo pela preocupação que tem em relação ao Estado do Ceará, e cito Santa Catarina. Isso, para nós, lá, é alguma coisa que é diuturna, o Sebrae, o jovem empreendedor. Nós temos uma capilaridade no Estado inteiro. O jovem empreendedor participa e há motivação, instrumentos para que isso consiga evoluir. É uma coisa que é do dia a dia. Sem isso, não funciona. Eles representam, como disse V. Exª, a maior parte do funcionamento, a expressão que tem isso no sentido de evitar, por exemplo, a informalidade. As firmas individuais, o pequeno empreendedorismo, ajudam a fazer os pequenos negócios. Como eu disse, a capilaridade existe no Estado inteiro. Fazem os encontros, fomentam, a formalidade existe, e calculam se é negócio ou não, de acordo com as vocações localizadas nas diversas regiões do Estado, porque a economia é diversificada. E aí tem que haver começo, meio e fim, essa prática, e eles se sentem motivados. Isso vale a pena. Vejo que é uma preocupação de V. Exª no Estado do Ceará. Eu acho que há o exemplo de Santa Catarina. V. Exª, quando chegar ao Governo lá do Ceará, pode até buscar, levar grupos e ajudar a fomentar isso. Acho que vale a pena, Senador Eunício Oliveira. A inovação, inclusive, a inovação é fundamental em diversos setores de uma economia diversificada, porque não pode ser só uma. Eu acho que essa cesta básica da diversificação é fundamental, e me parece que é uma das plataformas do Governo de V. Exª. Quero cumprimentá-lo, Senador.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu agradeço o aparte de V. Exª e parabenizo o Estado de V. Exª por ter essa preocupação com o empreendedorismo e com os jovens.

Lamentavelmente, no meu Estado, é o contrário. Nossos jovens reclamam da pouca oferta de capacitação profissional proporcionada pelo Estado, notadamente nas pequenas e médias cidades do interior, que sofrem com as mais variadas carências. E essa é uma delas.

O Ceará precisa voltar a ampliar as oportunidades de inserção profissional de cada cidadão, elevar a competitividade do trabalhador e da economia e melhorar a renda da população naquele local onde ela reside.

Senador Lobão Filho.

O Sr. Lobão Filho (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Senador Eunício, V. Exª me permite um aparte?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – É com prazer que ouço V. Exª.

O Sr. Lobão Filho (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu gostaria de fazer o registro do posicionamento de um político moderno como V. Exª, conhecido nesta Casa como um político empreendedor, com larga experiência, acostumado a gerar riqueza no seu próprio Estado, acostumado a gerir. Muito pertinentes suas colocações. Eu o coloco, como sempre, aqui, num patamar de Senador que honra e dignifica seu Estado, trazendo sua experiência para dentro desta Casa. Tenho muito orgulho de ser companheiro de V. Exª nesta Casa e tenho certeza de que o Ceará há sempre de se orgulhar de posicionamentos modernos como o que V. Exª acaba de proferir nessa tribuna.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – V. Exª não tem feito diferente aqui nesta Casa, até pela juventude que representa também e o esforço em todas as áreas importantes para o desenvolvimento do seu querido Estado do Maranhão.

Eu agradeço o aparte de V. Exª e quero dizer que, infelizmente, as prioridades no meu Estado foram invertidas. Mas contamos com a juventude cearense para que a gente possa, se Deus quiser, mudar essa história e dar oportunidade a esses jovens que querem ser jovens empreendedores.

Vamos fazer isso ouvindo a voz dos que desejam um futuro mais próspero. E, quanto mais o jovem se manifesta, melhor, porque reconhecemos o papel fundamental da juventude na construção desse futuro melhor para o meu Ceará e, obviamente, para o Brasil.

Estou ao lado dos jovens cearenses e brasileiros e vou lutar, incansavelmente, para que nosso querido Estado, Estado do Ceará, consiga, se Deus quiser, nos próximos anos, reverter esse quadro, como eu disse aqui, de inversão de prioridades, para que os micros e pequenos empreendedores cearenses voltem a contar com o Governo parceiro, receptivo ao diálogo e proativo na geração de oportunidades para quem gosta de trabalhar.

Minhas senhoras, meus senhores, meu querido Presidente, Senador Valdir Raupp, que preside esta Sessão, todo mundo reconhece que o povo cearense tem grande facilidade de aprender e uma habilidade natural para o fazer. Basta ver como é fácil encontrar, em qualquer grande cidade do Brasil e até do exterior, cearenses que se destacam nos melhores restaurantes, nos centros de artesanatos, nas indústrias. Então, é essa a característica do povo cearense. É cada vez mais comum ver cearenses se destacando também no campo da inovação, nos centros de matemática, na matemática avançada, na arquitetura, na informática.

Eu, quando Ministro das Comunicações, tive o privilégio de fazer ali o maior programa de inclusão digital da América Latina, ao lado do meu querido Presidente Lula – ele, Presidente da República; e eu, Ministro das Comunicações. Fizemos ali também o pontapé inicial da TV Digital Brasileira, que foi, inclusive, iniciativa de cearenses, de nordestinos de universidades e de centros de tecnologia, que fizemos a TV Digital Brasileira, hoje, existir.

Então, é cada vez mais comum, como eu disse, ver cearenses envolvidos nessa questão de matemática, de arquitetura, de informática e da inovação.

Temos muito que aprender com a disposição para o trabalho e a imensa capacidade criativa dos empreendedores e empreendedoras cearenses, do Nordeste e de todo o Brasil.

O que, sinceramente, Sr. Presidente, desejo para o meu Estado é que, cada vez mais, cearenses encontrem, lá mesmo no Ceará, as condições para o desenvolvimento dos seus talentos.

O que precisamos é, a partir de mais capacitação profissional e mais medidas de estímulo, irradiar efeitos benéficos e encadeados sobre o nível da renda e do trabalho, para que a população encontre um ambiente favorável ao crescimento e à realização pessoal e profissional dentro do meu querido Estado do Ceará. Um governo do Estado que saiba trabalhar, nos próximos anos, para desburocratizar e dar apoio real aos empreendedores vai ajudar muito, muito a atingir esses objetivos.

Sr. Presidente, eu lhe agradeço e agradeço também à Senadora Ana Amélia pela inversão da minha fala, tendo em vista que eu tenho agora de me deslocar para outro compromisso.

Agradeço a V. Exª pela paciência, pela tolerância e aos Senadores que me apartearam agora, nesta fala que acabo de fazer para o Ceará e para o Brasil.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – O senhor merece, Governador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Governadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª, Senador Eunício, que Deus possa iluminá-lo e guiar seus passos nessa caminhada no Estado do Ceará.

Com a palavra, pela Liderança do PT, o Senador Humberto Costa. Depois, um orador inscrito e a Senadora Ana Amélia, pela Liderança do Partido Progressista.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, expectadores da TV Senado, volto novamente a esta tribuna para continuar a enfrentar esse debate que tem, de forma estranha, tomado conta de alguns meios de comunicação, de alguns jornais que tratam dos fatos relatados pela Revista *Veja* no último final de semana.

Hoje me estranha muito uma matéria realizada pelo Jornal *Folha de S.Paulo*, sob o título "Ação na CPI da Petrobras foi combinada com assessores do Planalto". E essa matéria vai na mesma tecla de que o fato de integrantes do Governo, de integrantes da Petrobras, assessores principalmente, terem se inter-relacionado com assessores das bancadas dos partidos que sustentam o Governo e com assessores da CPI representaria um crime, uma fraude, como alguns tentaram mostrar.

Tenta-se passar a ideia com o objetivo de atingir a Presidenta Dilma e, com isso, tentar fragilizá-la na disputa das eleições de outubro, porque o objetivo ao instalar a CPI e o objetivo ao propagar pseudodenúncias, bobagens que são colocadas como fatos gravíssimos são objetivos obviamente eleitorais. Então essa matéria tenta colocar a visão de que o fato de a Secretaria de Relações Institucionais ter acompanhado todo esse processo faz com que esse processo tenha sido objeto de tentativa de controle.

Veja, isso é uma concepção absurda, equivocada, eu diria até ridícula que alguns dos órgãos de imprensa tentam impingir e, lamentavelmente, alguns Parlamentares entram nessa situação.

Eu vou dar alguns exemplos aqui aos Srs. Senadores, a todos aqueles que acompanham a TV e a Rádio Senado.

Matéria da *Folha de S.Paulo*, coluna *Painel* do dia 5 de junho desse ano: "Governo de SP treina Parlamentares do PSDB a defendê-lo de CPI mista".

Dois Secretários de Estado do Governo de São Paulo, os Srs. Marcio Aith, que é Subsecretário de Comunicação, e Roberto Pfeiffer, representante da Corregedoria do Estado, estiveram, aqui em Brasília, reunidos com Parlamentares, para prepará-los para participarem da CPI do Metrô, essa que deve ser instalada no dia de hoje.

Nada mais comum...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... nada mais normal. Anormal seria se o Governo de São Paulo e o PSDB não tivessem buscado preparar os seus Parlamentares.

Tenho aqui matérias deste mesmo jornal, *Folha de S.Paulo*, de tempos lá atrás, do Governo Fernando Henrique.

"Fernando Henrique Cardoso age pessoalmente para barrar a CPI que Jader assinou." Isso é de 2001, uma CPI que iria tratar de avaliar a corrupção no Congresso Nacional. E o Presidente da República agiu pessoalmente, pessoalmente, para impedir que essa CPI fosse instalada.

"Planalto se opõe à abertura de investigações." O mesmo Presidente da República, dentro do próprio Palácio do Planalto, reunido com líderes dos...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ...partidos da base do seu governo para estabelecer uma estratégia para impedir (*Fora do microfone.*) a abertura de uma CPI no Congresso Nacional.

Vou mais ainda: "Fernando Henrique Cardoso manda liberar emendas para barrar a CPI."

Quer maior interferência do Poder Executivo do que isso?

E agora, a vinda de um assessor da Secretaria de Relações Institucionais se constitui num escândalo, num crime? Ele aqui não veio oferecer emenda para ninguém nem veio aqui empatar a realização da CPI.

Vejam esta outra: "Stephanes negocia acordo com o relator." Um acordo negociado entre um Presidente, um Ministro da Previdência e um relator de uma comissão de investigação.

Portanto, minha gente, eu gostaria, mais uma vez, de deixar absolutamente clara a nossa posição de que se está tentando transformar uma verdadeira cortina de fumaça num escândalo para tentar atingir o Governo Dilma.

Nada do que aconteceu aqui na CPI do Senado pode ser objeto de questionamento do ponto de vista da sua legalidade e da sua ética. Não há crime nenhum aqui feito.

Eu acho até bom que a oposição tenha pedido investigação ao Ministério Público, que o Presidente da CPI tenha pedido investigação por parte da Polícia Federal, porque, ao final, nós vamos ter órgãos que são absolutamente...

(Interrupção do som. Soa a campainha.)

Vou concluir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ...respeitados neste País fazendo uma investigação em que vão mostrar que isso que estou chamando de cortina de fumaça não é outra coisa além de cortina de fumaça.

Arranjem outro assunto! Descubram outra coisa para tentar transformar em escândalo, porque essa não tem a mínima consistência! Isso é uma grande bobagem e é lamentável que órgãos da imprensa nacional com credibilidade estejam, neste momento, se prestando a esse papel de calçar a política que a oposição deseja fazer no Congresso Nacional e na sociedade.

Agradeço a V. Exª pela tolerância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permite um aparte, Senador Humberto Costa, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Já encerrou. V. Exª vai falar daqui a pouco.

Concedemos a palavra ao nobre Senador Lobão Filho, em permuta com o Senador Kaká Andrade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª poderia, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...informar a ordem em que eu irei falar, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Senador Lobão Filho, em permuta com o Senador Kaká Andrade, depois a Senadora Ana Amélia... Perdão, comunicação inadiável, Senador Mozarildo Cavalcanti, um orador inscrito, que seria...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É porque eu havia trocado a posição com o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) –É que já havia passado. Agora tem que esgotar. O Senador Paulo Paim tinha passado da ordem, assim como a Senadora Vanessa. Aí tem que voltar....

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quer dizer, então, que V. Exª não...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pergunto ao Senador Lobão Filho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, só um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – A Senadora Vanessa, enquanto eu chamava o Senador Lobão Filho, conversou com o Senador Anibal Diniz para permutar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Nessa circunstância, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Teria que voltar à ordem dos oradores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então eu volto a minha posição original...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Volta logo em seguida. Também estou inscrito e vou voltar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não, é porque eu tenho que pedir...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – V. Exª está inscrito também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Como tenho que presidir a CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – V. Exª é o décimo quarto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Como tenho que presidir a CPMI às 15 horas, vou voltar a minha posição original e não inverter com o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Então seria o Senador Lobão Filho, o Senador Mozarildo, aí já poderia ser...

A Senadora Vanessa permutou, mas estava um pouco... Agora temos que ver. Vamos deixar o Senador Lobão falar enquanto discutimos essa questão da ordem, que ficou meio complicada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria saber também, porque...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – A Senadora Ana Amélia está chegando também à ordem de oradora inscrita, porque, depois do Senador Lobão Filho, o Senador Mozarildo, com uma comunicação inadiável, tem preferência, depois um orador inscrito e V. Exª, como Líder.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, depois do Senador... Tenho mais dois oradores antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Perfeitamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mais dois. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Perfeitamente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou um homem movido por grandes desafios, especialmente agora em que viveremos a mais transformadora festa da democracia, as eleições.

Neste momento histórico, em defesa do Estado do Maranhão, aceitei fazer o bom combate. O maior desafio da minha vida será transformar o Maranhão em um Estado desenvolvido por inteiro, com melhor distribuição de renda e oportunidades.

Pelas provações que passei recentemente, renascendo graças ao bom Deus, sinto-me um homem retemperado, pronto para a luta, preparado e maduro politicamente. Estou, Sr. Presidente, colegas Senadores, no auge de minha maturidade política para comandar o meu Estado rumo ao desenvolvimento.

Nessa caminhada, conversando com os moradores do Maranhão, ouvindo cada um e cada uma sobre suas dificuldades e seus anseios, constatei que a grande aspiração é ter uma vida digna, um Estado onde as coisas funcionem, onde a riqueza seja melhor distribuída, um Estado onde o Governador não se entenda apenas como mais uma autoridade, mas tenha consciência de ser um destacado servidor público, ou seja, um funcionário do povo.

E é com essa consciência que, a partir de 2015, promoveremos no Maranhão a maior transformação de sua história. Iremos desburocratizar ao máximo a máquina pública para atrair novos empreendimentos e com eles, melhores empregos. Esse benefício também chegará aos maranhenses hoje escravizados nos absurdos da papelada inútil e nos carimbos desnecessários que só atrasam o desenvolvimento do nosso Estado e a vida das pessoas.

O Maranhão, Sr. Presidente, ao contrário de alguns, cresceu, em 2012, mais de 10% no seu PIB, superando em mais de quatro vezes a média brasileira. Quem duvidar da pujança do nosso Estado está convidado a visitar nossa capital, São Luís, visitar os nossos três portos, que carregam centenas de milhões de toneladas de carga.

O porto de Itaqui, onde são aportados alguns dos maiores navios do mundo, tem a capacidade de ter zarpando dali para todos os continentes não só minérios, mas soja, alumínio, arroz, papel, celulose, entre outros. Estamos investindo pesado na ampliação dos nossos portos.

A meia hora de voo da nossa capital, temos nossa grande cidade Imperatriz, aonde se chega através de voos regulares, num moderno aeroporto estadual, no Município onde acaba de ser instalada a grande fábrica da Suzano, um investimento de R$6 bilhões e que gera milhares de empregos diretos e indiretos.

Já a poucos quilômetros dali, estamos por inaugurar uma grande aciaria na cidade de Açailândia, já em fase de conclusão, também gerando milhares de empregos diretos e indiretos.

Sr. Presidente, a pecuária do meu Estado conta com um rebanho de quase 7,5 milhões de cabeças de gado, uma pecuária forte, pujante, motivo de orgulho para todo o nosso Estado. E essa pecuária já emprega, junto com a agricultura, quase 100 mil trabalhadores maranhenses. Só para exemplificar, de importadores de arroz, o Maranhão, hoje, é o terceiro maior produtor de arroz do País, caminhando para ser o segundo ainda neste ano. Mesmo assim, Srs. Senadores, o meu Estado é um Estado injustiçado.

Temos problemas. Sim, temos problemas, como todos os outros Estados também os têm. Brasília, por exemplo, está cercada por enormes problemas sociais. São Paulo e Rio, com suas numerosas e perigosas favelas. E por que o Maranhão é tão agredido, tão machucado, e o seu povo tão humilhado?

Não posso aceitar calado tudo isso, ainda mais agora quando meus adversários, movidos pela campanha eleitoral, tentam lançar uma mobilização em âmbito nacional, cujo pano de fundo, mais uma vez, é conspurcar a nossa imagem, é agredir o nosso Estado. Tentam agredir o Senador Sarney e, com isso, mais uma vez, manchar o nome do Maranhão. Isso é algo que eu não posso permitir.

Se for a vontade do povo, farei um governo com gestão empresarial, focado no desenvolvimento, mas com uma preocupação obsessiva numa melhor distribuição de renda.

Inspirado no PAC, criei o Programa de Aceleração do Crescimento do Maranhão, voltado pra o desenvolvimento com justiça social. O PAM envolverá todas as áreas da gestão e os programas que destravarão o nosso crescimento.

Mas, Srs. Senadores, um dos programas do PAM, que será gerenciado diretamente por mim, será aquele que vai atuar, agir nos nossos 40 Municípios mais pobres do Estado do Maranhão.

Vamos, com muita atenção, muito foco, mexer seriamente nesses Municípios para que possamos mudar o IDH do Estado do Maranhão.

Por exemplo, no PAM da Educação, estamos adotando como modelo básico o modelo implantado no Estado do Ceará, um modelo baseado na meritocracia, com criação de unidades escolares com um nível mais elevado, que estabelecerá competição entre alunos para estudarem em uma escola mais diferenciada.

"Vamos implantar o sistema de ensino em tempo integral de uma forma diferente, regionalizada, onde os alunos terão além das matérias curriculares, modernos laboratórios, cultura e esportes", e torná-los cidadãos por inteiro, competitivos no mercado de trabalho, que tenham prazer e vontade de estar na escola, estudando e se desenvolvendo para o futuro. Vamos valorizar os Professores e suas reciclagens, trabalhar na qualificação dos nossos mestres.

Na Economia, faremos uma análise criteriosa do potencial econômico das regiões. "No PAM para a Produção o primeiro passo será uma análise dos potenciais econômicos regionais". Vamos identificar as vocações econômicas de cada região. Levaremos às regiões instrumentos eficazes para seu desenvolvimento de acordo com sua vocação econômica.

"Naqueles setores que tiverem potencial de agricultura e pecuária nós iremos qualificar e criaremos agências técnicas, para fomentar as lavouras, principalmente voltadas para os pequenos agricultores que não têm acesso às tecnologias". "A experiência mostra que, de nada adianta produzir se não houver capacidade de escoamento da produção agrícola, por isso vamos ampliar a malha ferroviária do Maranhão, e organizar sua logística."

Nosso prestigio político já tem proporcionado investimentos vultosos do Governo Federal, em vários setores. Um exemplo claro é o investimento agressivo no Porto de Itaqui. A meta é multiplicar em 10 vezes o volume de cargas até 2030, saindo de atuais 15 milhões de toneladas para 150 milhões de toneladas.

Estamos fazendo terminais de grãos, terminais de escoamento da recente fábrica de celulose implantada, todos para a exportação para a Europa e para os Estados Unidos. Vou, também, incentivar a Energia Limpa, e renovável. Fazer parcerias para novos projetos e aproveitar o enorme potencial que temos. Percebam que o estado do Maranhão possui uma vocação extraordinária para projetos de energia renovável, especialmente a fonte eólica.

O nosso Maranhão é um Estado fantástico, posicionado entre as regiões Norte e Nordeste do Brasil, ele possui uma grande diversidade de ecossistemas. São 640 quilômetros de extensão de lindas praias tropicais, Floresta Amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas – os nossos famosos Lençóis Maranhenses. São cinco polos turísticos de ampla diversidade, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. Com esta riqueza toda que Deus nos deu, vamos atrair turistas do Brasil e de todo o mundo.

Vou buscar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os melhores parceiros para essa empreitada e vou unir o capital público e privado para desenvolver o meu Estado, o Estado do Maranhão. Vou visitar todas as grandes federações de indústrias do País, os bancos de fomento do Brasil e do exterior, para atrair os melhores e mais capacitados que queiram investir com seriedade em meu Estado. Farei, Sr. Presidente, como fez o ex-Presidente Lula, esse fantástico brasileiro, e serei um verdadeiro "caixeiro-viajante" nesse estreitamento de relações.

Com tudo isso, Senador Casildo Maldaner, o nosso Maranhão só terá um rumo que é: pra frente, Maranhão!

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª me permite?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com todo prazer, Senador.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Estou prestando atenção no entusiasmo de V. Exª, que chega a me animar, porque, além de jovem, é um idealista, é um conhecedor, é um desbravador, é empreendedor, conhece o mundo e, com certeza, irá colocar o Maranhão nesse contexto, na diversificação, não só porque nós, os sulistas, que temos muitos irmãos nossos que foram para a região de Balsas, na profissão do agronegócio, e com a estrada de ferro, no Porto de Itaqui, que fica mais perto dos centros do mundo para colocar a produção. E ainda mais a diversificação que V. Exª pretende implantar e despertar nesse gigante ainda de um certo modo adormecido que é o Maranhão. V. Exª está preparado, foi preparado, teve condições de ser preparado. Sem dúvida alguma, com esse conhecimento, vamos ativar os diversos setores diversificados da economia do Maranhão, desde o agronegócio, da parte industrial, das riquezas, das belezas. Isso tudo conjugado faz com que desperte o mundo para quem não conhece o Maranhão. São caminhos que V. Exª vai abrir ao mundo para virem conhecer, e com isso vai ser alguma coisa de extraordinário. Ninguém segura. Ninguém segura esse projeto. Com esse entusiasmo de V. Exª, com essa juventude... Eu vou por aí: pra frente, Maranhão! Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Fico muito feliz, em primeiro lugar, de termos recebido seus irmãos em nosso Estado, como grandes produtores em Balsas, produtores de soja, homens qualificados, experimentados, que trazem hoje orgulho para a nossa terra. E terei no futuro, Senador Casildo Maldaner, a vontade e a capacidade de atrair novos irmãos de todo o Brasil, para que possam investir e acreditar no nosso Estado. Adorei sua frase: "Um gigante adormecido que irá se levantar, para orgulho do nosso País." Muito obrigado.

Obrigado a todos, obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lobão Filho, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Lobão.

Agora passamos a palavra ao Senador Mozarildo. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a voz ainda continua prejudicada, mas mesmo assim não quero me calar diante do que fizemos ontem aqui nesta Casa: dois projetos de suma importância para os Municípios, um que eleva o percentual para o Fundo de Participação dos Municípios, e o outro que regulamenta a criação, fusão e incorporação de Municípios.

Esse projeto, de minha autoria, na verdade é o segundo que trata desse assunto, porque o primeiro percorreu um grande caminho de doze anos para ser finalmente aprovado aqui, na Câmara e de novo aqui, e infelizmente foi vetado pela Presidente. Construímos um entendimento com o Governo, com as Lideranças e apresentamos um novo projeto, ajustando alguns pontos, e esse projeto foi aprovado aqui, foi para a Câmara, a Câmara modificou algumas pequenas coisas, o Relator, que é o Senador Valdir Raupp, acolheu, e o Plenário, praticamente por unanimidade, aprovou.

Senador Casildo, o seu Estado é muito bem dividido. Eu vejo que tem muitos Municípios, Municípios que não são enormes, como por exemplo existem no meu Estado. O meu Estado tem quase a área de São Paulo e tem apenas, contando com a capital, quinze Municípios. Então há Município lá que é maior do que alguns Estados do Nordeste.

E, portanto, ficam... Vou dar o exemplo de um Município chamado Caracaraí. Dista, a sede do chamado Baixo Rio Branco, que é o Sul do Município, vários quilômetros e só se chega lá ou por água ou por avião. Então, não há como um Município desse ser devidamente atendido pela Prefeitura com sede na cidade de Caracaraí. Então, esse é um dos possíveis Municípios que podem ser criados em Roraima, que é Município do Baixo Rio Branco. Também há outros Municípios muito gigantes, como: Mucajaí, Alto Alegre, Cantá. São Municípios enormes! Então, eles têm, às vezes, um distrito lá na outra ponta: a sede está no norte e, lá no sul, está um distrito que vive à própria custa e não é servido nem pelos serviços públicos do Município-mãe.

No Pará, há um Município chamado Altamira, em que cabem vários países europeus na área em que ele ocupa. Pois bem, Altamira tem a sede no norte, e Sorriso fica lá no sul. É um Distrito pujante, rico, mas os serviços públicos municipais e mesmo estaduais não chegam lá. Então, eu comecei esse debate na Constituinte, Senador Casildo, de que nós temos uma geografia mais ou menos do tempo do Império. Nós quase não evoluímos em termos de estudo geopolítico que pudesse ensejar a todos os cidadãos de todas as regiões iguais oportunidades de crescer. E olhem: tratar igual já seria desigual, porque tratando, por exemplo, a região Norte, uma região pobre, do mesmo jeito que se trata a região Sul, realmente nunca atingiríamos o objetivo da Constituição que é o de eliminar as desigualdades regionais.

Então, entendo que agora nesse projeto que cria... É bom reforçar: cria marcos regulatórios, exigências rígidas para a criação de Municípios. Se esse projeto já tivesse sido aprovado há alguns anos, não teria, por exemplo, criado o Município de Borá, em São Paulo, que não tem nem 1.000 habitantes. Há outro Município em Minas Gerais, que é outro Estado muito bem dividido, que tem 1.200 habitantes. Nessa faixa de 1.000 a 3.000, são milhares! Então, por quê? Porque não existia uma lei que regulamentasse a questão da população, a questão da viabilidade econômica, a questão do plebiscito direitinho e a garantia de que tanto o Município que sofrerá o desmembramento quanto o Município que foi desmembrado tenham também iguais oportunidades de desenvolvimento. Mas também permite a fusão de Municípios. Por exemplo, Borá poderia ser incorporado a outro Município próximo que pudesse prestar uma assistência melhor.

Então, eu entendo que ontem o Senado deu um passo muito significativo na questão da luta por uma geografia mais adequada, mais contemporânea, do século XXI, para o nosso País, porque só assim nós vamos melhorar.

Quero ouvir o Senador Casildo, com muito prazer.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu tenho sido testemunha, Senador Mozarildo Cavalcanti, da luta de V. Exª, aqui no Senado, em prol dessa tese de dar o direito desses distritos distantes, às vezes 300km, 400km – ontem eu ouvi aqui falar de até mil quilômetros – da sede do Município. Eu trago o exemplo do meu Estado, que é Santa Catarina. Nós, com 1,3 do Território nacional, temos 295 Municípios. Tive a honra, quando Governador, de emancipar 15, e eles se encontram lá com os mesmos direitos que o Município-Mãe, porque é que nem a família quando vai crescendo. O filho e a filha também desejam formar sua vida para não ficar dentro da mesma..., ter o seu fogão, sua casa, sua independência. Isso é natural. A filha não quer ficar sempre debaixo da saia da mãe, como força de expressão. Isso é muito...; defende-se na vida hoje. Isso dá uma independência, dá vontade...; o Município-Mãe fica feliz que o Município-Filho começou a crescer, a se desenvolver e vão se visitar. Olha, em Santa Catarina, veja bem, dos 295 Municípios hoje todos já têm o acesso asfaltado, inclusive, a comunicação. Isso é fundamental, valoriza, leva as questões básicas que se faziam no Município-Mãe, e no Distrito não, realizam-se ali, tem os mesmos direitos que o Município maior, mesmo que não seja tão grande, mas os direitos são iguais, há independência. Isso acaba trazendo um desenvolvimento, que é a descentralização, é o Fundo de Participação dos Municípios, é a cota que eles recebem. E eles se reúnem e vão dizer o que é primordial para nós: é no campo da saúde, da educação. Nós aqui vamos ter, em todos os sentidos, a segurança. Então, eu quero cumprimentá-lo, porque a luta de V. Exª e do Senador Raupp também, enfim, de todos aqui que a endossaram, foi extraordinária para fazer com que se ramifique mais o desenvol-

vimento neste Brasil afora, principalmente num Estado como Roraima, que V. Exª sempre defende aqui nesta Casa e assim por diante.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Agradeço o aparte de V. Exª.

E quero dizer o seguinte, realmente, se continuarmos com a geografia que está aí, teremos aquela história dos mais pobres cada vez mais pobres e dos mais ricos cada vez mais ricos. Temos que dar chance ao cidadão que mora em um distrito que tem a potencialidade de ser um Município de sê-lo, porque, não o sendo, não há políticas públicas, como saúde, educação, transporte e apoio à produção. Então, quero dizer que me sinto muito feliz, diria até que é a complementação da minha luta na Constituinte, quando transformamos Roraima e Amapá em Estados e criamos o Estado do Tocantins.

De lá para cá, há uma dificuldade enorme de fazer as coisas, porque tudo é centralizado no poder central, ficando os Estados incapacitados de atender às prefeituras. Portanto, quero fazer o registro, especialmente para o povo de Roraima, de que, com esta lei, podemos, com seriedade e com segurança, criar novos Municípios ou fundi-los ou incorporá-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo.

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, neste momento, estamos com o olhar atento para a Casa, porque ontem e hoje tomamos decisões importantes beneficiando o marco regulatório para uma lei mais duradoura dos novos Municípios – o Senador Mozarildo acabou de usar a tribuna sobre o assunto – e votamos uma emenda constitucional de minha autoria extremamente relevante para a saúde financeira dos Municípios. Para os Senadores aqui, muitos dos quais já foram prefeitos e governadores, a PEC nº 39, aprovada ontem, tem um sentido muito direto sobre a saúde financeira dos Municípios, que estão sufocados hoje. Desde 1998, ampliaram substancialmente as suas responsabilidades, mas, em contrapartida, não aumentaram as suas fontes de receita.

E, ao contrário, o Governo Federal, usando políticas públicas adequadas, claro, para estimular a economia, otimizar a produção nos momentos de crise, como agora, vale-se de uma desoneração do IPI, de modo especial, para o setor industrial, o setor automotivo, o de bens da linha branca. E, como o IPI é parte do Fundo de Participação dos Municípios, isso reduz a receita dos Municípios. Aí, no meio do caminho, o orçamento não pode ser cumprido, porque perdeu uma significativa parcela da sua receita em função dessa desoneração – o Governo Federal deve sempre fazer isso – sempre! –, mas não à custa do sacrifício dos Municípios.

Então, ontem, foi uma noite memorável, em função da relevância que essa matéria teve na votação e na apreciação, com o voto favorável de todos os Líderes, porque foi fruto de um acordo, inclusive com papel relevante do Relator, Senador Armando Monteiro, e do Líder do PT no Senado, Senador Humberto Costa, que teve um papel relevante, para que se pudesse chegar a bom termo.

A minha PEC, Senador Paulo Paim, previa um aumento de dois pontos percentuais sobre a participação dos dois tributos no Fundo de Participação dos Municípios. O Governo, com as razões que alegou a respeito das dificuldades conjunturais do ponto de vista financeiro, sinalizou e acordou em dar um ponto percentual, valendo meio ponto percentual em 2015 e o outro meio ponto percentual para inteirar um em 2016. Eu sempre sou daquela parte da política ou do parlamentar que pensa que pouco é melhor que nada; então, foi um passo significativo, para que consigamos continuar nessa batalha em relação ao processo federativo brasileiro, porque os Municípios são os primos pobres da Federação.

Aí, volto a registrar a posição do municipalismo do nosso Estado, Senador Paulo Paim, na pessoa do atual Presidente da Famurs, Seger Menegaz, e do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, que é um líder que tem atuado muito fortemente em defesa do municipalismo, com as marchas anuais de grande êxito. E, ontem, aqui estavam todos participando ativamente, usando as redes sociais, mobilizando os seus Senadores em favor da PEC, para minha honra, de minha autoria, já que abracei a causa das municipalidades.

Com muita honra, eu concedo o aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu já falava, no começo, quando V. Exª veio para o Senado, da persistência. Eu vi que iria haver isso, mas eu não imaginava que seria tanta! Foi instalada a comissão dos Municípios, e V. Exª senhora logo se prontificou, com Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional, e o Senador Moka, e vai daqui, e vai de lá. V. Exª parece uma coisa assim como aquele negócio cricri, pegando no pé sempre. Vai, leva, vai, encontra, não deixa em paz. Clareia o dia e já está aqui. Parece o Paim, V. Exª não deixa, mexe em tudo. E eis que leva para votação, ontem à noite, essa proposta de aumentar mais 1%. Ninguém estava acreditando mais! Eu até estava com o nosso Presidente da Federação dos Municípios, que é o Hugo, lá

de Santa Catarina, e disse: "Olha, eu acho que vai ficar tudo para novembro. Vai ficar para depois das eleições. Eu acho que vai ser difícil." Mas é uma persistência, é uma insistência, e leva, e vai, e chama, e, daqui a um pouco, culminou em algo que até eu não esperava. Eu banquei até São Tomé: vou ver para crer. Olha, acho que até o Pedro Simon estava nessa: vamos ver para crer – nós todos. E não é que foi votado isso? Foi votado, e eu não estava nem acreditando. Eu queria cumprimentá-la pela persistência, acho que a persistência é fundamental, e V. Exª carrega isso. Eu acho que V. Exª, com os amigos, mexeu com os colegas, fez todo mundo não se cansar e ficar aqui até altas horas da noite: "Nós vamos levar isso a cabo!" Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP– RS) – Senador Casildo, muito obrigada. Eu fico muito feliz, primeiro por ter me chamado de cricri, no bom sentido, pela insistência e pela persistência. De fato, não há nada – não há nada! – que tenha resultado sem trabalho; nada. O *jingle* da nossa campanha diz: "Quem trabalha sempre alcança".

E só no dicionário a palavra sucesso vem antes de trabalho – só no dicionário! –, porque, na vida e no cotidiano, o sucesso só aparece depois de muito trabalho, especialmente quando nós precisamos, como numa Casa de tantas divergências, de tantos contraditórios, de tantas diferenças, conseguir encontrar um caminho comum, de senso comum, de consenso em torno de um assunto. Mas, veja só, era tão visível a relevância, que, depois de ter conquistado um acordo, não teria nenhum sentido de nossa parte não votarmos para beneficiar os Municípios. Eu, como Senadora municipalista, não poderia me furtar, porque presido, com muita honra, na companhia do Senador Waldemir Moka, do Mato Grosso do Sul, do PMDB, a Subcomissão de Assuntos Municipais.

Eu queria também agradecer ao Senador Lindbergh Farias, porque, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, ele teve a iniciativa de criar essa Subcomissão, e ela mostrou a que veio. É resultado de um trabalho conjunto e coletivo de pessoas como V. Exª, que é da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Pedro Simon e o Senador Paim da mesma forma. Então, quando se trata do interesse coletivo, nós trabalhamos juntos. E eu queria dizer que foi um momento muito importante, especialmente porque, como foi dito aqui, na questão da emancipação dos Municípios, da forma nova desse marco regulatório, é na comunidade que a pessoa vive.

Nós precisamos dar esse novo cenário para o gestor municipal, porque ele hoje vive entre a cruz e a espada. É a Lei de Responsabilidade Fiscal; é o Ministério Público; é o controle social da comunidade, em que tudo tem que funcionar, mas ele fica amarrado a um orçamento que, de uma hora para outra, é cortado da sua receita. E como é que ele vai cumprir a lei? Então, são essas observações.

Essa votação foi muito importante ontem e também, na sequência, hoje, a sabatina da nossa Desembargadora Maria Helena Mallmann, que vai para a Corte do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho. Foi um empenho da Bancada gaúcha, Senador Simon, Senador Paim, com a minha assinatura de apoiamento e a de todos os Deputados, de todos os Partidos, apoiando a indicação da Desembargadora Maria Helena Mallmann para compor o Tribunal Superior do Trabalho. Ela, que era Desembargadora Presidente da 4ª Região, com sede em Porto Alegre – foi também hoje essa sabatina, e espero que brevemente seja feito.

Eu queria dizer também que nós tivemos um semestre, já estamos no segundo semestre, bastante produtivo, e essas sessões de ontem e de hoje foram também significativas por tudo o que nós aprovamos aqui.

Mas eu venho agora, Senador Casildo, Senador Paim, Senador Pedro Simon, falar de outra realidade. Hoje pela manhã, vi um repórter falando de um cenário mais luminoso, sem o impacto das bombas, dos mísseis caindo no Oriente Médio, na Faixa de Gaza. Aquele repórter estava num cenário de sol, com ciprestes – eu não conheço aquela região ainda, mas quero conhecer. Parecia que uma luz estava iluminando ali, porque a trégua de 72 horas está sendo respeitada.

O mundo acompanha, porque, hoje, com a ligação virtual, nós estamos contatadas diretamente com o mundo. Onde estiver o acontecimento, nós instantaneamente acessamos ali.

O Egito está iniciando também a mediação para a trégua duradoura em Gaza. Os mediadores já se reuniram com israelenses e receberão também palestinos. O cessar-fogo entrou em seu segundo dia sem combates na Faixa de Gaza.

Eu queria dizer, caros Senadores, que o Oriente Médio está passando por mais um momento crucial e eu diria também trágico – conflitos acirrados e muitas mortes.

Quero deixar clara a nossa preocupação, a minha preocupação com o sofrimento imposto a todas as populações daquela conturbada região. Fazemos um chamamento à razão a todos os que, como eu, sonham com a paz entre irmãos, entre israelenses e palestinos que, aqui em Brasília, convivem em harmonia, porque aqui estão as embaixadas dessas nações, assim como lá no nosso Rio Grande do Sul palestinos e israelenses convivem fraternalmente, com inteira harmonia. E não tenho dúvida de que isso também acontece em Santa Catarina, do Senador Casildo, ou no Acre, do Senador Anibal, ou lá em São Paulo, do Senador Suplicy.

Nós sabemos como é essa convivência, a convivência fraterna. Quando a gente vai a Santana do Livramento, onde uma comunidade palestina é muito forte, nós percebemos claramente a forma fraterna de convivência. Por isso, nós ao podemos descuidar, porque, se nós tentarmos trazer esse conflito para cá, nós estaremos trazendo a cizânia, a divisão, tirando essa fraternidade e essa harmonia que existem nas comunidades palestina e israelita em nossa sociedade gaúcha e brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, permita-me: eu pelo abano lá fiz sinal dizendo "três gaúchos no plenário"... Um paulista, Santa Catarina...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E um acriano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E um acriano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas um catarinense gaúcho de Carazinho. Vale lembrar que o Senador Casildo nasceu em Carazinho, na terra do Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Simon está ali, a Senadora Ana Amélia está aqui, e eu estou aqui.

Um abraço a todos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – São bem-vindos os nossos amigos conterrâneos gaúchos que estão aí fazendo essa visita.

Sejam muito bem-vindos, especialmente que a maioria é de mulheres. Viu, Senador Paim? Olha, tenho que puxar a brasa para o meu assado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos ver... (*Risos*.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Qual é a cidade?

(Manifestação da galeria.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Nova Petrópolis, cidade maravilhosa. É o jardim do Rio Grande. Nova Petrópolis é cidade-jardim, das flores.

(Manifestação da galeria.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito bonito!

Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem alguém de Porto Alegre. Ninguém de Porto Alegre?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ah! Ali, olha!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É Porto Alegre. Toda a região está festiva!

E eu estava falando, então, que essa região mesmo, a convivência que tem em toda a região da serra entre todas as etnias.

Então, nós devemos lembrar quais são as forças políticas naquela região comprometidas com a democracia, com o pluralismo.

Segundo lugar, também não menos importante, devemos identificar quais são as forças políticas comprometidas com intolerância, com o terrorismo e com o uso de civis como escudos humanos. Isso não podemos tolerar! Isso é desumano. Isso fere todo o princípio de humanidade e de respeito às pessoas.

Devemos lamentar, sim, a perda de cada vida humana, dos dois lados. Os dois lados têm razão, os dois lados sofrem de igual forma trágica, porque cada morte é uma tragédia. Cada morte da região – como eu disse – é um sofrimento! É uma família dilacerada dos dois lados.

Devemos estancar a violência o mais breve possível! Que essas 72 horas de trégua continuem por muito, muito mais tempo, até um ponto final, e essa luz no fim do túnel apareça, da paz do Oriente Médio. E tomara: para sempre!

Mas não devemos nos esquecer das responsabilidades neste conflito. Não podemos deixar de lado a compreensão histórica e política dos fatos. Caso contrário, nós podemos perder a clareza das responsabilidades na situação atual e na construção de um futuro de verdadeira paz e de verdadeira convivência pacífica no Oriente Médio.

Além de lembrar quem são os que vivem em democracia e quem são os responsáveis também por impor a sua população um regime não democrático, um regime repressivo, devemos lembrar também que no Brasil temos um belo modelo de boa convivência, saudável, respeitosa, democrática, entre as diferentes comunidades, como eu já ressaltei.

Aqui, historicamente, árabes e judeus convivem em permanente sintonia e harmonia. Têm laços profundos de amizade. Entendem-se nos planos da cultura e dos negócios. Constroem as famílias em conjunto, há uma miscigenação, porque são irmãos. No fundo, somos todos irmãos.

Portanto, devemos rejeitar as tentativas que levem eventualmente a nós trazermos de lá o conflito aqui para dentro do Brasil. Importar o conflito significa alimentar artificialmente, por interesses políticos, tensões entre as comunidades árabe e judaica, que protagonizam, para todo o mundo, um exemplo de uma grande convivência pacífica. Vítimas de Gaza são as vítimas dos dois lados: israelenses e palestinos.

O nosso Brasil, que aprendeu a respeitar a convivência com o contraditório, é um modelo de convivência entre diferentes etnias e diferentes religiões. E é assim que nosso País deve continuar sendo, e o nosso Estado, de modo especial, o Rio Grande do Sul, um local de respeito e convivência entre essas comunidades. Não vamos importar o conflito do Oriente Médio para a sociedade brasileira.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezada Senadora Ana Amélia, eu quero me somar às palavras de V. Exª e aqui conclamar os palestinos e israelenses, inclusive todos os que são membros do Hamas, que realmente aproveitem, em profundidade, esta pausa que este cessar-fogo sugerido, seja pelo Papa Francisco, pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e pessoas de todo o mundo, inclusive nós brasileiros. Conforme V. Exª aqui registra muito bem lá no Rio Grande do Sul, também lá em São Paulo, nós vemos os israelenses, os judeus, os árabes e os palestinos convivendo. O Presidente Lula costumava dizer: "quando eu vou ao Hospital Albert Einstein, vejo lá médicos israelenses com origem judia colaborando com os médicos árabes, palestinos". Quando ele ia ao Hospital Sírio-Libanês, que ele também continua a frequentar, também testemunhava a cooperação entre ambos. Eu também, desde quando estudante, por exemplo, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, quando vou à Universidade de São Paulo ou à PUC ou a qualquer estabelecimento de ensino em São Paulo, tantas vezes vejo cientistas e professores do mais alto nível dessas origens – árabes, judias ou israelenses – ali cooperando e convivendo. Eu acho que nós, brasileiros, conforme ressalta V. Exª, podemos muito colaborar com este espírito de cooperação que existe entre nós, em São Paulo, em Porto Alegre, em Manaus, no Nordeste, em todo o Brasil. Que possamos dar o exemplo da boa convivência e da fraternidade e possamos aqui renovar o apelo de profundidade para que não mais se matem pessoas de um lado e de outro, sobretudo as crianças atingidas, por exemplo, nas escolas da ONU ou em Israel. Cada criança, cada pessoa que morre nessa guerra para nós se torna algo muito difícil de compreender. E queremos todos colaborar. Quando estive em Belém, na Igreja da Natividade, administrada pelos jesuítas, e do lado da igreja onde nasceu Jesus Cristo, onde estão os ortodoxos, na noite de Natal de 2010, fui convidado pelos jesuítas para jantar, inclusive com os dirigentes – o Primeiro-Ministro e o Presidente da Autoridade Palestina –, e lhes falei sobre como nós aqui, no Brasil, testemunhamos o entendimento tão bom entre árabes, palestinos, judeus, israelenses e assim por diante e que gostaria de propor até duas iniciativas. A primeira é que se realizasse, na capital tanto de Israel quanto da Palestina, um jogo da Seleção Brasileira com um time misto de Israel e da Palestina e, depois, outro jogo em Tel Aviv, em Ramala ou na cidade que eles escolhessem, porque tal como observamos aqui, mais uma vez, na Copa do Mundo, o futebol é um fenômeno extraordinário, confraternizador dos povos. Mas, depois, que pudessem eles, até pelo resultado extraordinário da receita que ambos obtêm dos visitantes de todo o mundo que vão visitar a Terra Santa, que está tanto em Israel quanto na Palestina, que uma parcela daqueles recursos formidáveis que ambos estão recebendo pudessem até, quem sabe, resultar no pagamento de uma renda básica comum a todos, israelenses e palestinos. Acharam interessante. Fica aqui registrada a sugestão. E, sobretudo, o apelo o mais forte possível de nós, brasileiros, de V. Exª, de mim, do Senador Pedro Simon, do Senador Paulo Paim, Anibal Diniz, Casildo Maldaner, todos nós, para que não voltem a guerrear, que esse cessar-fogo seja um caminho de luz, de energia positiva, de renascimento, de encontro, de meios de superar aquelas divergências tão fortes que fizeram esses povos estarem em guerra repetidas vezes por tanto tempo. Meus cumprimentos a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

E V. Exª fica exatamente no centro desta questão, e o centro desta questão é a paz, mas uma paz que precisa ser construída pelos protagonistas deste conflito, eles, os líderes. Nós, distantes que estamos, mesmo que próximos virtualmente apenas, não temos condições. Não temos condições e não devemos tomar parte nesta guerra. A guerra tem que ser tratada por eles, pelos seus líderes, pelas suas nações lá no Oriente Médio. Não podemos trazer para o Brasil uma disputa que não existe no Brasil. Não podemos introduzir o ódio aqui dentro.

Esse relato de V. Exª, Senador Suplicy, dessa convivência em duas instituições fantásticas.da área médica, o Hospital Albert Einstein e o Hospital Sírio-Libanês, os dois em São Paulo, é a demonstração claríssima dessa harmonia, dessa convivência e do que se revela a homens de boa vontade – a possibilidade realmente da construção de uma paz duradoura nessa região.

E é exatamente em nome disso que eu, como Senadora do Rio Grande, renovo a disposição. Não podemos, não devemos, não é conveniente trazer para cá essa disputa. As nossas comunidades – a comunidade israelense, a comunidade árabe, a comunidade palestina – vivem em paz. E assim devemos estimular essa convivência fraterna.

E eu, hoje, ao ler a informação do G1, da Agência de Notícias G1, vou apenas traduzir como um sinal de esperança, de muita esperança, nesse cenário de disputas entre duas nações na Faixa de Gaza:

> *Os mediadores egípcios se reuniram no Cairo com uma delegação israelense e nesta quarta-feira [hoje] terão um encontro com os negociadores palestinos, como parte das conversações para uma trégua duradoura em Gaza, além do cessar-fogo de 72 horas em vigor desde [ontem] terça-feira.*
> *O cessar-fogo, obtido com a mediação do Egito e dos Estados Unidos, entrou no segundo dia e nenhum combate foi registrado até o momento na Faixa de Gaza.*
> *"As conversas indiretas entre os palestinos e os israelenses estão avançando", disse um representante egípcio, deixando claro que ambos os lados não estão se encontrando frente a frente. "Ainda é muito cedo para falarmos de resultados, mas estamos otimistas."*

Nós todos estamos otimistas. Nós todos estamos torcendo ardorosamente para que o conflito não seja importado para o Brasil, e pelas Lideranças da Palestina, de Israel e de todo o Oriente Médio. Que Deus ilumine, o Deus de cada um, ilumine as mentes desses líderes para que encontrem o mais rápido possível a paz duradoura, que é também a paz para o mundo.

É essa a minha modesta participação hoje, Senador Paulo Paim, desejando a todos um bom trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que a paz venha!

Parabéns pelo pronunciamento.

Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

O Senador Anibal Diniz não se encontra.

Na sequência, é o Senador Pedro Simon e o Senador Eduardo Suplicy. E, na sequência, o Senador Paulo Paim.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, mais um período de esforço concentrado que chega ao seu final e mais uma retomada da campanha eleitoral em nosso País.

Tenho assistido e tenho convivido com o debate da eleição. Para um veterano – lá se vão 70 anos da primeira eleição –, eu sinto que esta campanha se arrasta, se empurra, mas não tem o clima. Não vejo, de nenhum lado, nenhum partido, nenhum candidato com ufanismo, com a alegria, com a pujança de uma campanha eleitoral. Não vejo o povo na rua vibrando.

Parece mentira, mas, assim como até o final da Copa do Mundo, em que a torcida que esperávamos que iria às ruas para torcer, e não foi, até esta altura, pouco se fala sobre a eleição.

E eu fico a me perguntar qual é o clima, qual é o pensamento, qual é a análise que o povo está fazendo dessa eleição que nós estamos atravessando.

Com toda a sinceridade, eu acho que o ambiente não é bom.

Na sessão de ontem e na sessão de hoje, houve o debate árido, duro sobre as duas CPIs da Petrobras. As discussões se travaram sem justificar absolutamente nada daquilo que se imagina, daquilo que se espera que fosse assumido pela CPI. A publicação da *Veja* e de vários jornais é algo absolutamente inédito. Olha, CPI é uma instituição séria. O Congresso é um poder independente, harmônico com o Executivo e com o Legislativo, mas absolutamente independente. E, dentro dessa independência do Congresso, chama atenção a importância, o peso e o significado de uma comissão parlamentar de inquérito, porque aí o Congresso como se transforma num Poder Legislativo, vai fiscalizar, vai analisar e vai cobrar o que aconteceu lá no Poder Executivo.

CPI é coisa séria. Era coisa séria até esses nossos quatro anos de Parlamento. Era coisa séria, que afastou um Presidente da República, que saiu desta Casa, democraticamente, pelo voto daqueles que acharam que ele deveria sair. Era coisa séria com a Comissão dos Anões do Orçamento, que tirou desta Casa uma série de Parlamentares por equívocos graves que eles cometeram.

Era coisa séria, quando fez, através de uma CPI que o Governo não quis deixar criar, mas foi criada por imposição do Supremo, apareceu o mensalão e a Justiça determinou. Porque esta Casa, na hora de se criar uma CPI, se transformava em um Poder Judiciário, desaparecia o partido, o cidadão era o juiz, que tinha que analisar, defender o seu partido, claro, fazer as hipóteses favoráveis ao seu partido, claro, mas, na hora de votar, se a verdade era contra o seu partido, tinha votar com a verdade. E foi assim. Em 32 anos, com as CPIs de que eu participei nesta Casa, era assim. Nesta legislatura, não é mais.

Tivemos a CPI do Cachoeira, que foi um vexame dramático. O processo veio da Justiça para o Congresso, tudo pronto, tudo acabado, não tinha o que fazer, os fatos estavam um embaixo do outro. Criada a CPI, oposição e situação se arregalaram, se acertaram, e arquivaram a CPI, não apresentou nada contra nada.

Agora, a Petrobras. O Governo criou a CPI da Petrobras, deixou criá-la para não fazer nada. Mas não fazer nada na primeira decisão. Na primeira reunião da CPI: acordo entre Governo e oposição. Não vamos convocar para a CPI os fornecedores da CPI. Mas, se vamos examinar a CPI, a conta da CPI, a vida da CPI, como não vamos passar pelos fornecedores? É que fornecedores dão muita confusão. Fornecedor tem verba para cá, tem verba para lá, para esse partido, para aquele partido, vamos deixar de fora. E culminou agora, quando se vê que os membros do Governo na CPI e os membros do Governo lá na Petrobras fizeram um arreglo: essa é a pergunta, essa é a resposta; essa é a pergunta, essa é a resposta; então, entregam as perguntas, entregam as respostas; feita a pergunta, eu já tenho a resposta. Dizem até que houve um equívoco numa dessas perguntas e respostas e quem respondeu a pergunta diferente. Mas não foi isso que eu perguntei! Ah, é verdade, essa é a próxima. Aí voltou atrás e respondeu a pergunta anterior. Esse é o clima que estamos vivendo.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, e insisto em afirmar isso, nós estamos vivendo no Brasil o fim de um ciclo. Os partidos no Brasil se esvaíram. O último foi o PT. As ideias, o patriotismo, a luta, a garra. Você vai à Europa, você vai a um país importante, a paixão pelo partido político é igual à paixão pelo clube de futebol. Vai ver lá em São Paulo se quem defende o Corinthians defende com a mesma garra de quem defende o PMDB ou quem defende o PT. Os partidos se esvaziaram.

O troca-troca, o toma-lá-dá-cá que tem caracterizado a política brasileira nesses últimos anos atingiu seu máximo. Trinta e três partidos, quarenta ministérios. E nesses últimos dias foi uma coisa de cinema. No sentido de se buscar apoio, tempo de televisão, se distribuíram mais ministérios, mais cargos, mais vantagens.

E o que se espera da eleição que vem aí? Quem ganhar vai governar como, com que partido? Com que maioria? Pode garantir o quê? O Governo está aí. O Governo pode decidir alguma coisa neste Congresso, onde ele tem uma ampla maioria na Câmara e no Senado? Pode decidir sem fazer um acordo? Nem já só com os Líderes, mas com os "sublíderes", que têm o seu subgrupo e que, para votar, exigem vantagem "a" ou vantagem "b".

Eu acho, Sr. Presidente, que nós chegamos ao fim desta etapa. Eu duvido que quem ganhar a eleição, seja quem for, governe ano que vem como está governando hoje. Não há saída, Sr. Presidente. Eu acho que os partidos políticos, eu acho que os grandes candidatos, a Presidenta, o companheiro Eduardo, o companheiro Aécio deviam reunir-se, deviam fazer um grande entendimento. Devia haver um grande pacto em termos de como vamos governar a partir do ano que vem.

Vamos fazer uma pauta mínima. Vamos colocar, em primeiro lugar, o Pacto Federativo, a reforma política, problemas de ética e de corrupção. Vamos estabelecer que nenhum dos presidenciáveis vai fazer o troca-troca. Vamos estabelecer que o candidato que for eleito vai governar com o povo brasileiro, vai escolher pessoas notáveis, de capacidade e de competência para os Ministérios, vai apresentar uma plataforma que seja realmente a objetiva, a completa, a necessária, a real, e vai governar com o povo.

Isso foi feito neste País há pouco tempo. O Presidente eleito com esmagadora maioria foi cassado pelo Congresso, foi afastado. O Vice-Presidente assumiu a Presidência da República sem poder nenhum, sem governo, sem partido, sem absolutamente nada. Como seria feito? Como ele governaria? Poderia pegar os magoados, os que estavam descontentes, e tentar forjar uma maioria. Tinha os seus ministros, não os quarenta, como agora, eram dezoito – um para esse, outro para aquele, outro para aquele.

Mas não foi isso o que ele fez. Ele reuniu os presidentes de todos os partidos, colocou esses partidos em uma mesa-redonda no Planalto e disse: eu não estou aqui pelo povo. O que o povo escolheu, o Congresso afastou. Eu estou aqui porque cassaram o Presidente. Eu estou aqui. O Congresso é responsável. Como vou governar? Em primeiro lugar, quero estabelecer o entendimento com a Nação, aqui, no Congresso. Acima de tudo, o interesse nacional. Crise nacional. Qualquer presidente do menor partido que seja que peça uma reunião como essa e ela será feita, nós vamos analisá-la. E eu Presidente quero ter o mesmo direito: crise nacional, convoco os partidos para realizar a reunião.

E escolheu os ministros – eu era Líder do Governo – sem dar nenhuma pretensão, nenhum favor, nenhuma vantagem: olha, vocês aqui do Rio Grande do Sul, olha, vocês aí Parlamentares do PMDB ou do PT, vocês me apoiem e têm o Ministério tal.

Então, escolheu os ministros que ele achava os melhores e fez um projeto, um plano, que foi o Plano Real – o mais difícil, o mais complexo, o mais debatido, o mais analisado que passou por esta Casa –, e ele foi aprovado. Ninguém recebeu um copo d'água em troca. Ninguém recebeu um favor, um emprego. Nenhum Deputado recebeu uma emenda ou coisa que o valha. Debateu-se, discutiu-se, alterou-se, modificou-se.

O Plano Real foi um plano desta Casa, porque não houve medida provisória, não houve imposição, não houve correria, não houve atropelo, não houve ameaça. Os Parlamentares mudaram quantas vezes quiseram

e saiu um grande projeto aprovado. Esse Plano Real está em vigor até hoje. Foi ele que consolidou o povo brasileiro, foi ele que terminou com a inflação, foi ele que buscou o desenvolvimento e o País caminhou para dentro, foi ele que estabeleceu um clima de seriedade dentro do nosso País.

Foi uma pena que o seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, não tivesse seguido o mesmo caminho. Eleito no primeiro turno, com ampla maioria, o Presidente Fernando Henrique achou que seria simples. Pegou seu Partido, o PSDB, pegou o PMDB, mais não sei o que e governou. Mas aí não era como no governo Itamar, em que todos estavam convocados, todos eram responsáveis, não havia alguém atrás e alguém à frente. O Governo Fernando Henrique nomeou esse do PSDB, nomeou aquele do PMDB. E fez-se a guerra e fez-se a luta e começou o "é dando que se recebe". E comprou a reeleição. Parlamentares ganharam para votarem a reeleição. E fez o escândalo da Vale do Rio Doce, praticamente dando de graça. Perdeu a eleição. Veio o Lula. O PT na oposição foi espetacular; no Governo foi igual ao PSDB, a mesma coisa.

Hoje eu faço esta colocação: ganhe alguém, se quiser governar como está sendo governado este País até agora será o caos. Não tem como levar adiante. Ganhe quem ganhar, é importante que tenha condições de fazer um entendimento, fazer um chamamento. É governo? É governo. Mas faça um governo de integridade nacional, um governo que busque a austeridade, um governo que busque a seriedade, um governo que busque a responsabilidade, um governo que busque fazer o que deve ser feito, um governo que coloque este Congresso no seu devido lugar.

Ninguém vai votar um projeto porque uma emenda sua de R$15 milhões foi aprovada. Ninguém vai exigir que o partido tal vote em troca de tal ministro. Isso tem que ser feito.

O ilustre candidato Eduardo Campos tem dito que, se eleito, fará isso. No caso dele, há um aspecto que tem que ser analisado. Ele tem uma ampla minoria na bancada parlamentar. Talvez até seja a fórmula que ele encontra de fazer um chamamento a toda a Nação. Eu acredito que, se ele levantar essa grande bandeira perante a Nação, pode ser uma bandeira até de vitória. Mas imagino que ela é tão importante e tão significativa que o ideal seria o Pacto antes da eleição, com todos os partidos buscando a mesma coisa.

Vamos fazer justiça: a Presidente Dilma tentou quando assumiu. Assumiu o ministério e, em seis meses, a cada mês derrubou um ministro por irregularidade, por erro, por coisas erradas.

Muitas vezes, eu vim a esta tribuna para dar um abraço na Presidente, para dar solidariedade, para dizer que ela estava certa: continue, Presidente, é necessário.

Mas não houve condições, não houve ambiente. A Presidente, talvez por sua falta de busca de diálogo, de entendimento, ficando fechada em si própria, não fez esse diálogo, não fez esse chamamento, não fez o conclave de todos em busca do entendimento nacional.

O que aconteceu? O sexto ministro ela tirou, e o PT e os outros partidos já começaram a querer tirar a Presidenta, já começavam a imaginar afastar a Presidenta, e já se começou a falar no "volta, Lula".

E a Presidente se entregou. Mudou à vontade, tirou à vontade, e aquele início de governo, que era para ser um grande governo, não foi. Mas ela deu o exemplo de que fazer sozinha, de querer fazer absolutamente só, sem ter o apoiamento necessário, não resolve.

Acho, meus irmãos, que a imprensa poderia defender essa causa. Esse é um debate que a imprensa poderia e deveria buscar. Vamos estabelecer um grande entendimento; vamos estabelecer as cláusulas e, até a eleição, fazer uma grande reunião, um grande debate perante a Nação. "Eu tenho meu partido e vou fazer isso"; "eu estou no partido e vou fazer aquilo"; "eu vou fazer aquilo no meu partido". Mas, ganhe quem ganhar, essas cláusulas serão cláusulas pétreas, que nós colocaremos, que nós defenderemos. E quem ganhar terá o apoio dos demais.

É ruim. Hoje nós saímos daqui, não sei quando haverá a nova reunião, mas o clima dos discursos não poderia ter sido mais áspero, mais duro e mais difícil.

Queira Deus que, iniciando, agora, o fogo da campanha, vindo os debates políticos na rádio e na televisão, possamos ter a grandeza e o espírito público. Que Deus nos proteja para termos a capacidade de superar a nós mesmos, a favor da nossa terra e do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Pedro Simon. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Eu aproveito para dar boas-vindas aos alunos do Centro Universitário de Votuporanga, São Paulo. Sejam bem-vindos.

Assistiram, aqui, ao nosso decano, Senador Pedro Simon, que, para tristeza de todos nós, não concorre neste fim de ano. No ano que vem, infelizmente, ele não vai estar aqui na tribuna, para que a gente possa assistir a essa oratória brilhante do grande Senador Pedro Simon, que é um exemplo de conduta para todos nós.

Pela sequência, seria o Senador Anibal Diniz, mas ele fez uma troca, segundo me disse, com a Senadora Vanessa Grazziotin, a quem eu passo a palavra.

Antes, leio o seguinte ofício:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício n° 1.409/2014**, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa o Projeto de Lei de Conversão n° 14, de 2014, que *dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final; altera as Leis n°s 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei n° 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. (proveniente da Medida Provisória n° 647, de 2014).*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2014

(Proveniente da Medida Provisória nº 647, de 2014)

Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

Pg

- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão.....
- Medida Provisória original.....
- Mensagem da Senhora Presidente da República nº 133, de 2014.....
- Exposição de Motivos nº 15, de 2014, dos Ministros de Estado de Minas e Energia; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Desenvolvimento Agrário; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior..
- Ofício nº 1.409/2014, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado.....
- *Emendas apresentadas perante a Comissão Mista.....
- Nota Técnica nº 20, de 2014, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.....
- *Parecer nº 31, de 2014 – CN, da Comissão Mista, Relator: Deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) e Relator Revisor: Senador Walter Pinheiro (PT/BA).....
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.....
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 27, de 2014, prorrogando a vigência da Medida Provisória.....
- Calendário de tramitação da Medida Provisória.....

*Publicados em caderno específico

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2014
(Proveniente da Medida Provisória nº 647, de 2014)

Dispõe sobre a adição obrigatória de *biodiesel* ao óleo *diesel* comercializado com o consumidor final; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de adição obrigatória de *biodiesel* ao óleo *diesel* comercializado com o consumidor final, medidos em volume, em qualquer parte do território nacional:

I – 6% (seis por cento), a partir de 1º de julho de 2014; e

II – 7% (sete por cento), a partir de 1º de novembro de 2014.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Política Energética – CNPE poderá, a qualquer tempo, por motivo justificado de interesse público, reduzir esse percentual para até 6% (seis por cento), restabelecendo-o por ocasião da normalização das condições que motivaram a redução do percentual.

Art. 2º Caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP:

I – estabelecer os limites de variação admissíveis para efeito de medição do percentual de adição de *biodiesel* ao óleo *diesel*; e

II - autorizar a dispensa, em caráter excepcional, de adição mínima obrigatória de *biodiesel* ao óleo *diesel*, considerando critérios de aplicabilidade, razoabilidade e segurança do abastecimento nacional de combustíveis.

Art. 3º O *biodiesel* necessário à adição obrigatória ao óleo *diesel* deverá ser fabricado preferencialmente a partir de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar, e caberá ao Poder Executivo federal estabelecer mecanismos para assegurar sua participação prioritária na comercialização no mercado interno.

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º.....

.....

XI - definir diretrizes para comercialização e uso de *biodiesel* e estabelecer, em caráter autorizativo, quantidade superior ao percentual de adição obrigatória fixado em lei específica.

....."(NR)

Art. 5º O § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º.....

§ 1º O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento), desde que constatada sua viabilidade técnica, ou reduzi-lo a 18% (dezoito por cento).

....."(NR)

Art. 6º Fica revogado o art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO/PR
Publicado na Seção 1 de DOU de 29 MAI. 2014
Cópia Autenticada

À Comissão Mista
Em 2/6/2014

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 647, DE 28 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, medidos em volume, em qualquer parte do território nacional:

I - seis por cento, a partir de 1º de julho de 2014; e

II - sete por cento, a partir de 1º de novembro de 2014.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Política Energética - CNPE poderá, a qualquer tempo, por motivo justificado de interesse público, reduzir esse percentual para até cinco por cento, restabelecendo-o quando da normalização das condições que motivaram a redução do percentual.

Art. 2º Caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP:

I - estabelecer os limites de variação admissíveis para efeito de medição do percentual de adição de biodiesel ao óleo diesel; e

II - autorizar a dispensa, em caráter excepcional, de adição mínima obrigatória de biodiesel ao óleo diesel, considerando critérios de aplicabilidade, razoabilidade e segurança do abastecimento nacional de combustíveis.

Art. 3º O biodiesel necessário à adição obrigatória ao óleo diesel deverá ser fabricado preferencialmente a partir de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar, e caberá ao Poder Executivo federal estabelecer mecanismos para assegurar sua participação prioritária na comercialização no mercado interno.

Art. 4º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

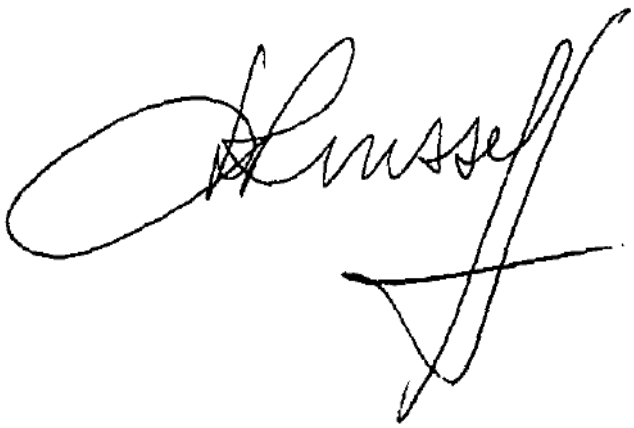
XI - definir diretrizes para comercialização e uso de biodiesel e estabelecer, em caráter autorizativo, quantidade superior ao percentual de adição obrigatória fixado em lei específica.

....." (NR)

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

Brasília, 28 de maio de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

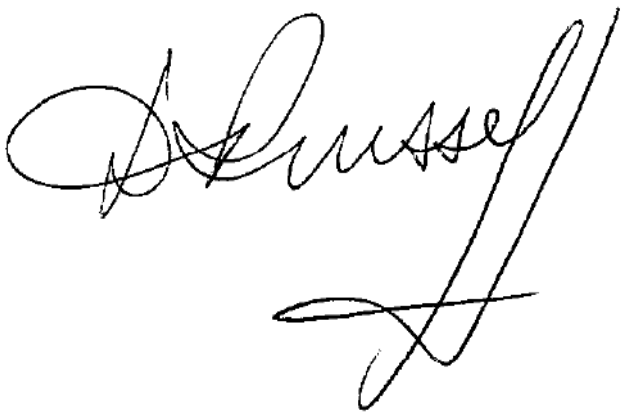


Mensagem nº 133, de 2014

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, que "Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências".

Brasília, 28 de maio de 2014.



EMI nº 00015/2014 MME MAPA MF MDA MDIC

Brasília, 9 de Maio de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que tem por objetivo principal dispor sobre a participação do biodiesel na matriz energética nacional. A proposição estabelece a sua adição mínima obrigatória nos percentuais de 6% e 7%, em julho e em novembro de 2014, respectivamente, ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

2. A esse respeito cumpre-nos ressaltar que, atualmente, o percentual de adição obrigatória de biodiesel está limitado a 5%, nos termos da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. A permissão legal para elevar esse percentual, conforme proposto, está alinhada aos princípios e objetivos da Política Energética Nacional, em especial por promover a expansão das fontes renováveis. Além disso, permitirá o melhor aproveitamento do seu potencial e suas externalidades positivas, nas esferas econômica, social e ambiental.

3. Maior consumo de biodiesel representa caminhar na direção de um meio ambiente mais equilibrado, posto que nas diversas formas de queima do combustível, a exemplo do transporte público urbano e rodoviário de cargas, o biodiesel reduz a emissão dos principais poluentes e dos gases causadores do efeito estufa, contribuindo, assim, para atingirmos as metas previstas na Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, instituída pela Lei nº 12.187, de 2009, bem como melhor posicionar o Brasil diante das metas comprometidas na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

4. Na agroindústria, o biodiesel gera aumento da produção e da renda, assim como tem papel estratégico para a manutenção de adequadas condições econômicas em importantes mercados agrícolas, tais como soja e outras oleaginosas.

5. A ampliação da mistura de biodiesel vai cooperar, também, com a agricultura familiar brasileira, pois nos últimos anos cerca de 90% da produção brasileira tiveram origem em produtores detentores do Selo Combustível Social, instrumento desenhado como modelo de integração do produtor industrial com a agricultura familiar e com o agronegócio. Nesse sentido, ocorrerá aumento da participação de produtores rurais pequenos, médios e grandes, representando maior dinâmica socioeconômica em termos regionais e, em particular, com forte reflexo positivo nos municípios onde existem cultivo de oleaginosas.

6. Excelentíssima Senhora Presidenta, o momento atual é propício para esta proposta porque os preços relativos do biodiesel e do diesel estão mais próximos. Em algumas regiões

produtoras do biocombustível, como no Estado do Mato Grosso, o preço de ambos os produtos – o renovável e o fóssil – é praticamente igual, mesmo considerando que o biodiesel seja pouco mais caro que seu concorrente fóssil, demonstra que o impacto será insignificante com a elevação do percentual obrigatório de adição deste biocombustível.

7. Temos, hoje, um quadro indiscutivelmente melhor do que era há um ou dois anos atrás. Importante ressaltar que medidas infralegais adotadas nos últimos anos, com destaque para o novo modelo de leilões de biodiesel implementado pelo Ministério de Minas e Energia, foram fundamentais para trazer maior competitividade, reduzir preço e valorizar a qualidade não só deste biocombustível, mas também reconhecer o produtor comprometido com o abastecimento nacional. O aprimoramento da especificação técnica, em 2012, somou-se também ao empenho pela melhoria contínua e foi fator preponderante para o biodiesel brasileiro alcançar o mais alto grau mundial de qualidade.

8. Na Balança Comercial, o impacto da progressão do biodiesel na mistura pode ser considerado neutro, pois de um lado reduz importação de diesel de petróleo, mas de outro reduz exportações do complexo soja, aproximadamente na mesma proporção. Contudo, seu impacto na melhoria nos resultados do comércio externo de derivados de petróleo é amplamente positivo, especialmente nesta fase em que boa parte da demanda interna de diesel fóssil está sendo atendida com importações. Cada ponto percentual a mais de biodiesel na mistura evita a importação de aproximadamente 600 milhões de litros de óleo diesel ao ano, o que, a preços atuais, representa uma economia direta de quase 500 milhões de dólares.

9. A Medida Provisória define que o Conselho Nacional de Política Energética poderá alterar o percentual obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel, a qualquer tempo, observados os limites de 5% (mínimo) e 7% (máximo). Dessa forma, institui-se uma ferramenta de ajuste da demanda, cuja finalidade é proteger o abastecimento nacional do combustível em situações atípicas.

10. Dessa forma, pretende-se buscar o melhor aproveitamento das janelas de oportunidades para que o Conselho Nacional de Política Energética possa ficar responsável por definir diretrizes para desenvolver e autorizar a comercialização e o uso de biodiesel em percentuais compatíveis com as condições de produção e oferta deste biocombustível. Entendemos, Senhora Presidenta, que o uso de biodiesel não deva ficar limitado somente ao uso obrigatório, mas, sim, que possa se expandir naturalmente, à medida que se torne mais competitivo.

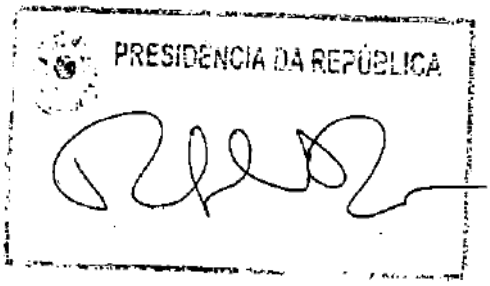
11. A urgência desta matéria se justifica porque temos uma produção recorde de soja, com perspectivas de ampliação na próxima safra, ou seja, devemos aproveitar um momento favorável do ponto de vista de suprimento da principal matéria-prima para o biodiesel. Adicionalmente, é fundamental sinalizar para o setor agroindustrial que haverá maior demanda interna para a nova safra, evitando assim uma maior negociação antecipada com o mercado de exportação de grãos *in natura*.

12. A esse respeito é importante ressaltar que essa sinalização contribuirá para elevar o processamento industrial de oleaginosas, a partir dessa próxima safra, cujos benefícios são geração de renda, empregos e produção de produtos de maior valor agregado (biodiesel, óleos e proteínas vegetais, aves, suínos, derivados etc), seja para consumo interno ou para exportação. Além disso, há enorme capacidade industrial de produção de biodiesel, que está atualmente com grande ociosidade por inexistência de demanda consistente.

13. Por fim, cabe destacar que a Medida proposta representa não apenas uma oportunidade para gerarmos mais renda e empregos no País, mas também para demonstrar ao mundo que o Brasil consolida sua posição na vanguarda dos biocombustíveis.

14. Essas são, Senhora Presidenta, as considerações a respeito do projeto de Medida Provisória que ora submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Edison Lobão, Mauro Borges Lemos, Guido Mantega, Miguel Soldatelli Rossetto, Neri Geller

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 1.409/2014/SGM-P

Brasília, 6 de agosto de 2014

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do SENADO FEDERAL

Assunto: **Envio de PLv para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2014 (Medida Provisória nº 647, de 2014, do Poder Executivo), que "Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993; e dá outras providências", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,

Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

NOTA TÉCNICA N.º 20/2014

Subsídios para a apreciação da Medida Provisória n.º 647, de 28 de maio de 2014, quanto à adequação orçamentária e financeira.

I – INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece que o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, a Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem n.º 133/2014 (na origem), a Medida Provisória n.º 647, de 28 de maio de 2014, que "dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências".

II – SÍNTESE E ASPECTOS RELEVANTES

A MP n.º 647/2014, em exame, revoga o art. 2º da Lei n.º 11.097, de 13 de janeiro de 2005, para, entre outros objetivos, aumentar o percentual de adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, de cinco para seis por cento, a partir de 1º de julho de 2014, e para sete por cento, a partir de 1º de novembro de 2014.

Adicionalmente, a MP estabelece preferência, para fins da prevista adição obrigatória ao óleo diesel, para o biodiesel fabricado a partir de matérias primas produzidas pela agricultura familiar, e incumbe o Poder Executivo federal do estabelecimento de mecanismos para assegurar a participação prioritária desse biodiesel na comercialização no mercado interno.

Por fim, a Medida acrescenta novas atribuições ao rol daquelas já legalmente estabelecidas para o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, relativas à adição do biodiesel ao óleo diesel, suas diretrizes e particularidades excepcionais.

III – COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O art. 5º da Resolução n.º 1, de 2002-CN, que "dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências", refere-se da seguinte forma ao exame da adequação orçamentária e financeira: "O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União."

Primeiramente, cumpre observar que a Exposição de Motivos n.º 15/2014/MME/MAPA/MF/MDA/MDIC, que acompanhou a MP n.º 647/2014, não traz qualquer estimativa financeira sobre eventual particular impacto dos dispositivos da Medida sobre receitas ou despesas públicas da União. De forma geral, o documento exalta a capacidade que tem a MP de expansão das fontes combustíveis renováveis e faz menção à existência de externalidades positivas nas esferas econômica, social e ambiental.

Adicionalmente, deve-se ter em vista que a MP afeta diretamente apenas a comercialização do óleo diesel ao consumidor final, e que quaisquer outras repercussões não vêm a ser suficientemente diretas a ponto de permitir uma avaliação precisa dos seus efeitos sobre as contas públicas federais. Ainda a esse respeito, mesmo que se verifique a participação estatal na comercialização e distribuição de derivados de petróleo no País – haja vista a atuação da Petrobrás Distribuidora, empresa estatal não dependente –, deve-se levar em consideração que ela dá-se em conjunto com empresas do setor produtivo privado, em condições concorrenciais de mercado na sua atividade precípua. Por conseguinte, consideramos não ser possível aventarem-se implicações diretas, especiais e mensuráveis dos dispositivos da Medida Provisória em termos de variações quantitativas de receitas ou despesas públicas da União.

Com respeito à análise da MP n.º 647/2014, e por todo o exposto, não foram encontrados elementos que apontem falta de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira com a legislação supramencionada vigente.

Esses são os subsídios julgados pertinentes.

Brasília, 3 de junho de 2014.

EDSON MARTINS DE MORAIS
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira / CD

MPV 647/2014

Medida Provisória

Nova Ficha (Alfa Teste) | Imprimir Ficha

Autor
Poder Executivo

Apresentação
29/05/2014

Ementa
Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências.

Explicação Ementa
Altera a Lei nº 9478, de 1997.

Apreciação
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime
Urgência

Última Ação
05/08/2014 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

Último Despacho
05/08/2014 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

Documentos Relacionados

Apensados
-

Outros Documentos

Avulsos e Publicações (1)	Requerimentos (0)	Legislação Citada (1)
Pareceres, Substitutivos e Votos (1)	Ofícios (0)	Indexação (1)
Emendas (47)	Espelho Comissão Especial (0)	Histórico de Apensados (0)
Destaques (0)	Relat. Conf. Assinaturas (0)	Questões de Ordem Relacionadas (0)
Recursos (0)		

Andamento

29/05/2014 Poder Executivo - EXEC

Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

29/05/2014 CONGRESSO NACIONAL - CN

Prazo para Emendas: 30/05/2014 a 04/06/2014.
Comissão Mista: *
Câmara dos Deputados: 12/06/2014 a 25/06/2014.
Senado Federal: 26/06/2014 a 09/07/2014.
Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 10/07/2014 a 12/07/2014.
Sobrestar Pauta: a partir de 13/07/2014.
Congresso Nacional: 29/05/2014 a 10/08/2014.
Prorrogação pelo Congresso Nacional:

Alteração de prazo em razão de não haver recesso (§ 2º do art. 57 da Constituição Federal):
Congresso Nacional: 29/05/2014 a 27/07/2014.
Prorrogação pelo Congresso Nacional:

* Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12)

03/06/2014 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Recebido o Ofício nº 279-CN, de 3 de junho de 2014, que comunica a constituição de Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a MPV nº 647, de 2014, e estabelece calendário para sua tramitação.

10/06/2014 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Designados, na Comissão Mista para emitir parecer à Medida Provisória, Relator Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP) e Relator Revisor SENADOR WALTER PINHEIRO (PT-BA).

16/07/2014 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Ato Declaratório nº 27, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, de 15 de julho de 2014, comunicando que a Medida Provisória nº 647, de 29 de maio de 2014, teve sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/7/2014, Página 1.

05/08/2014 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Recebido o Ofício nº 335/2014, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória 647/2014. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 47 emendas e que a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 31, de 2014-CN, que conclui pelo PLV nº 14, de 2014.

Recebido o Parecer nº 31, de 2014-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV 647/2014, que conclui pela aprovação da matéria.

Recebido o PLV nº 14/2014, da Comissão Mista da MPV 647/2014, que " Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências.

05/08/2014 PLENÁRIO - PLEN

Apresentação da Mensagem n. 133/2014, pelo Poder Executivo, que: "Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 647/2014, que Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências".

05/08/2014 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

05/08/2014 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 6/8/2014.

06/08/2014 Comissão Mista da MPV 647/2014 - MPV64714

Apresentação do Projeto de Lei de Conversão n. 14/2014, pela Comissão Mista da MPV 647/2014, que: "Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências".

06/08/2014 09:00 Sessão Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Discussão em turno único.

Discutiram a Matéria: Dep. Inocêncio Oliveira (PR-PE), Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP) e Dep. Bohn Gass (PT-RS).

Encerrada a discussão.

Votação preliminar em turno único.

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Votação, quanto ao mérito, em turno único.

Aprovada a Medida Provisória nº 647 de 2014, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2014.

Votação da Redação Final.

Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP).

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 647-A/2014 - PLV 14/2014).

Imprimir Ficha

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2014

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 647**, de 28 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2014, que "Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 15 de julho de 2014

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

SENADO FEDERAL
Secretaria de Expediente
Certifico que a matéria foi publicada no DOU
em 16 / 07 / 14
Celso Dias dos Santos
Diretor

MPV Nº647/2014	
Publicação no DOU	29/05/2014
Designação da Comissão	02/06/2014
Instalação da Comissão	
Emendas	de 30/05/2014 até 04/06/2014
Prazo na Comissão	*
Remessa do processo à CD	-
Prazo na CD	até 25/06/2014 (até o 28º dia)
Recebimento previsto no SF	25/06/2014
Prazo no SF	de 26/06/2014 a 09/07/2014 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	09/07/2014
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	de 10/07/2014 a 12/07/2014 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	13/07/2014 (46º dia)
Prazo final no Congresso	27/07/2014 (60 dias)**
(1) Prazo final prorrogado	25/09/2014
(1) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 27, de 2014 - DOU (Seção 1) de 16-07-2014.	
*Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.	
** Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.	

MPV Nº647/2014	
Votação na Câmara dos Deputados	
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com referência ao **Projeto de Lei de Conversão n° 14, de 2014**, que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria encontra-se esgotado, e o de sua vigência foi prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional e esgotar-se-á em 25 de setembro.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Vanessa Grazziotin, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, amanhã, dia 7 de agosto, nós completaremos oito anos da data em que foi promulgada a Lei Maria da Penha.

Não apenas como Procuradora da Mulher aqui no Senado, mas como Senadora mulher e como militante feminista, eu não estando aqui no dia de amanhã, fiz questão de vir hoje para fazer um pequeno balanço acerca da importância e dos avanços que obtivemos em nosso País com a Lei Maria da Penha.

Oito anos atrás, este novo dispositivo, a Lei Maria da Penha, seria responsável por significativas mudanças nas relações de gênero, no mundo, em que a opressão contra a mulher, alicerçada em uma cultura machista, era considerada uma infração menor.

Eu lembro, Sr. Presidente, que nós não dispúnhamos de nenhum dispositivo legal que classificasse aquela violência que acontece contra a mulher dentro de sua própria casa, no âmbito doméstico. E a Lei Maria da Penha veio exatamente para suprir essa lacuna, tipificando o que é e colocando uma série de questões em torno dessa violência que a mulher sofre, sobretudo, no âmbito familiar.

Eu aqui digo, Sr. Presidente, que, há um tempo não muito distante, a violência que as mulheres sofriam não eram muito valorizadas, sequer vistas pela sociedade, que não se preocupava como deveria se preocupar e como se preocupa hoje.

As mulheres, também em um tempo não muito distante de nossa história, eram obrigadas, após o casamento, a receber o nome do homem. Hoje não há essa obrigação, mas, até há pouco tempo, as mulheres eram obrigadas.

Até há pouco tempo, também, a legislação brasileira previa a possibilidade de defesa da honra, o que muitas vezes justificava e mantinha impunes aqueles que agrediam suas mulheres, suas companheiras, porque alegavam a legítima defesa da honra e não eram enquadrados em crime algum.

Os tempos mudaram, e há exatos oito anos, contados a partir do dia de amanhã, o Brasil promulgou a Lei Maria da Penha, que hoje é um modelo de legislação para todo o mundo, reconhecido pelas Nações Unidas e reconhecido, inclusive, pela ONU Mulher.

A Lei Maria da Penha, Sr. Presidente, é fruto do grito de milhares de brasileiras vítimas de violência doméstica familiar. Até 2006, não era possível encontrar um respaldo legal adequado que coibisse e reprimisse as brutalidades realizadas. E, infelizmente, foi necessário uma grave injustiça contra uma delas, Maria da Penha Maia Fernandes, para que hoje possamos estar aqui, celebrando e falando dos oito anos de existência da Lei Maria da Penha, que faz parte de toda uma luta pelo fim da violência de gênero.

Desnecessário, Sr. Presidente, aqui falar sobre a história de Maria da Penha, uma cearense, uma heroína que poderia ter dedicado a sua vida a cultivar a própria dor, a se trancar em si própria, mas não o fez, preferiu transformar o seu inferno pessoal em exemplo de resistência, trazendo luz às demais histórias de mulheres no País. Sua experiência se assemelha à vivida por outras cidadãs brasileiras, anônimas, cujo perigo está não fora, mas dentro do seu próprio lar, dentro da sua própria casa.

Maria da Penha ficou paraplégica, após ser baleada na coluna pelo seu marido, sendo vítima não só, fisicamente, de seu marido, mas também vítima da inoperância das leis. Os crimes ocorridos em 1983 tiveram suas primeiras sentenças proferidas apenas no ano de 1991. O ex-marido foi preso por apenas dois anos, somente em 2002. Foram 19 anos de impunidade, Senador Paim!

Com o clamor do caso Maria da Penha, o Governo e o Congresso movimentaram-se, a Bancada Feminina, sobretudo, para editar normas mais rígidas contra a violência doméstica. Conforme pesquisa feita pelo DataSenado, em 2013, o índice de conhecimento da Lei Maria da Penha era de 99%, ou seja, a Lei Maria da Penha, sem dúvida nenhuma, é uma das legislações mais conhecidas em todo o País – mais conhecida! O povo conhece. Pode não conhecer a fundo, mas sabe que existe uma lei chamada Lei Maria da Penha e que essa lei é para proteger a mulher em relação à violência que está sujeita, a violência dentro da sua própria casa, a violência doméstica. E o sentimento de proteção pela legislação alcançava, Sr. Presidente, de acordo com o DataSenado, 60% das mulheres.

Quanto à efetividade da Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica, nós temos em conta que ela vem contribuindo muito para coibir esse tipo de violência, tem ajudado muito as mulheres a viverem num mundo e num ambiente mais seguro. Entretanto, avaliamos que ainda há muitos desafios a serem superados, porque a lei é uma lei muito boa, como eu disse aqui, é exemplo no mundo inteiro. Não é uma lei que pune apenas, é uma lei que protege também a vítima e é uma lei que trabalha o agressor, uma lei que busca e pretende também que o agressor seja recuperado e tratado – recuperado e tratado. Ou seja, é uma lei completa, Sr. Presidente. E exatamente por ser uma lei completa, que trabalha a prevenção, que trabalha a assistência e também a punição, é uma lei que nós precisamos trabalhar muito para que ela tenha efetividade e prática na vida das pessoas, sobretudo, na vida das mulheres.

Um dos principais desafios, sem dúvida nenhuma, é aumentar a conscientização das mulheres em denunciar. Estima-se que 700 mil brasileiras sofrem agressões físicas, psicológicas ou as duas coisas juntas e que 13 milhões de mulheres, ou seja, 18% da população acima de 16 anos, já foram vítimas de algum tipo de violência em nosso País.

Outros importantes avanços oriundos da Lei Maria da Penha foram a criação e o fortalecimento de Varas e Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a criação de mais Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, a criação e a implementação de Núcleos Especializados para Mulheres, além também de Defensorias Públicas e de Casas-Abrigos.

E foi nesse contexto, Presidente Paim, que concluímos, no ano passado, a CPMI da Violência Contra a Mulher, presidida, com muita presteza, com muita capacidade e com muita dedicação, pela Deputada Jô Moraes, do meu Partido, e relatada, também com muita competência, pela Senadora Ana Rita, Senadora que, hoje, preside também aqui, no Senado, a Comissão de Direitos Humanos.

Na ocasião, foram propostos, no Relatório aprovado da CPMI da Violência Contra a Mulher, 13 projetos de lei e um projeto de resolução. E quero aqui, Sr. Presidente, cumprimentar o Senado Federal, cumprimentar, em especial, o Presidente Renan Calheiros, mas também todos os Parlamentares homens e Parlamentares mulheres, Senador Eduardo Suplicy, Senador Odacir, porque nós, aqui no Senado, fizemos o nosso dever de casa: até o momento, dos sete projetos que iniciaram a tramitação aqui no Senado, cinco já foram aprovados – restando aprovar dois – e um dos seis projetos que estavam na Câmara, que, aliás, foi o único que chegou ao Senado Federal, que é o que estabelece regras para o 180 como uma central de chamadas, que também foi aprovado.

Aprovamos também o projeto de resolução que criou uma Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, uma comissão permanente, composta por Senadoras e por Deputadas Federais.

Entre os projetos apresentados, Sr. Presidente, pela CPMI, eu quero aqui ressaltar um projeto que ainda não foi aprovado – e temos aqui várias companheiras servidoras do Senado presentes neste plenário, assistindo à sessão, que são colaboradoras da Procuradoria da Mulher –, mas, logo quando tivermos a próxima convocação, sessões deliberativas, eu vou transitar por aqui com um requerimento de pedido de urgência para que a gente possa votá-lo em Plenário, o Projeto de Lei nº 292, de 2013, que, para nós, é fundamental, muito importante. Este projeto institui o feminicídio como qualificador do crime de homicídio. Aí dizem: Mas só isso? Isso é muito importante, isso é muito importante. Segundo pesquisa do IPEA, de 2013, a cada hora e meia, uma mulher morre vítima de violência; a cada dia, são 15; a cada mês, são 472. E essa estatística tem sido crescente, infelizmente. O Brasil, hoje, ocupa a vergonhosa sétima colocação, entre 84 países, na taxa de feminicídio.

A importância de tipificar esse crime, Senador Paim, é reconhecer, na forma da lei, que mulheres têm suas vidas ceifadas pela razão simples e pura de serem mulheres. São os maridos, são os namorados, muitas vezes são os pais, os padrastos que, por ciúmes, por sentimento de posse, sendo contrariados ou achando-se contrariados, acham-se no direito de violentar, de agredir e, muitas vezes, de matar. Então, qual foi o crime cometido pela mulher? Nenhum. E por que ela sofre a agressão? E por que ela é violentada? Porque ela é mulher.

Eu vou trazer aqui para o plenário, também vamos distribuir em cada gabinete de cada Senador, o relatório da ONU Mulheres, e faremos isso por intermédio da Procuradoria da Mulher. O relatório da ONU Mulheres mostra a importância e a necessidade de aprovar esse projeto e quantos países já avançaram, tipificando o crime contra a mulher como feminicídio.

Ao aprovar a lei estabelecendo, tipificando o crime de feminicídio, nós estaremos, portanto, reconhecendo, na forma da lei – como eu já falei –, que mulheres estão sendo agredidas só por serem mulheres. Isso significa também combater a impunidade de feminicidas que são beneficiados por interpretações jurídicas anacrônicas e moralmente inaceitáveis, como a de terem cometido crime passional – crime passional!

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que a luta pela superação da violência contra as mulheres é dever de todos os poderes constituídos e de toda a sociedade. A violência contra as mulheres é um atentado à própria democracia, favorece a discriminação e compromete o desenvolvimento das futuras gerações.

Como salientado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, "há uma verdade universal, aplicável a todos os países, culturas e comunidades: a violência contra a mulher nunca é aceitável, nunca desculpável, nunca tolerável".

Então, Sr. Presidente, neste momento, estamos às vésperas de comemorarmos o oitavo aniversário da promulgação da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340. Quero dizer que nós mulheres continuamos na luta, inclusive estamos organizando inúmeras atividades, juntamente com o Poder Judiciário, com o Conselho Nacional de Justiça, com o Conselho Nacional do Ministério Público, com a Secretaria de Política para as Mulheres do Poder Executivo, do Governo Federal, com órgãos e entidades nacionais e estaduais, no sentido de organizarmos, este ano, como temos feito todo ano, mas em especial este ano, uma grande campanha de 16 dias de ativismo contra a violência que as mulheres sofrem.

Muito obrigada, Senador Paim.

Agradeço e fico feliz de fazer este pronunciamento com V. Exª dirigindo a sessão, V. Exª que tem sido um exemplo não só para os homens e para os trabalhadores, mas também um exemplo de luta para as mulheres, um aliado de primeira hora, uma voz que defende muito a democracia e os nossos direitos.

Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É sempre uma alegria enorme receber de V. Exª qualquer tipo de consideração em relação ao nosso trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em seguida, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu tenho uma emergência, porque preciso estar na CPMI, para abrir, às 15 horas. Então, pediria à Senadora Vanessa para presidir, enquanto V. Exª fala. Ali não será muito demorado, voltarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ela não pode. Ela está indo para um encontro com uma delegação do Vietnã. Era isso que eu estava dizendo, porque a assessoria dela já havia me pedido. Estão chamando S. Exª para o encontro com a delegação do Vietnã.

Mas, Senador Eduardo Suplicy, se V. Exª tiver que ir lá e voltar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, neste momento, convido a usar a tribuna, por permuta com este Parlamentar, porque eu ia usar a palavra neste momento, o Senador Eduardo Suplicy, grande Senador por São Paulo, que temos certeza será reconduzido por aquele Estado ao Senado da República, no mínimo, por mais um mandato.

Seja bem-vindo, Senador Suplicy.

Depois de V. Exª, falará ainda o Senador Odacir Soares, o Senador Anibal Diniz e o Senador Valdir Raupp, que também está inscrito. E, naturalmente, eu esperarei a minha oportunidade de também me pronunciar sobre os temas, desta semana principalmente, que a Casa votou.

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, querido Senador Paulo Paim, agradeço muito a atenção de V. Exª.

Peço, lá na Sala 19, que me aguardem um pouco, porque tenho a responsabilidade de presidir a CPMI, e gostaria de, inclusive, chamar os outros Senadores que ainda estão inscritos para estarem aqui conosco.

Quero muito enaltecer a forma como o Prefeito Fernando Haddad e a Câmara Municipal de São Paulo conduziram o debate, a discussão, a apresentação do Plano Diretor da Cidade de São Paulo. Trata-se de um Plano Diretor com um conjunto de diretrizes que vai orientar o crescimento da cidade nos próximos 16 anos.

A cidade construiu um plano para o futuro, para as próximas duas décadas. São Paulo tem um rumo só, e esse plano não pode ser desfeito pelas próximas administrações. "É a primeira vez que São Paulo tem rumo certo para perseguir até garantir qualidade de vida para todo mundo", disse o Prefeito na cerimônia realizada em 1º de agosto passado, em que ele disse: "É um plano completo, que coloca São Paulo na vanguarda em termos de diretrizes urbanistas".

A solenidade, que presenciei, aconteceu no Auditório do Ibirapuera Oscar Niemeyer, um auditório lindo, que inclusive se abre para o Parque Ibirapuera e que contou com cerca de oitocentas pessoas, além de um telão instalado na marquise, do lado de fora, onde se reuniram mais de duzentas pessoas para assistir à transmissão ao vivo, porque aquele auditório não comportava todos que desejavam assisti-la.

Além do Prefeito Fernando Haddad, estavam ali presentes a Vice-Prefeita Nádia Campeão, o Vereador Nabil Bonduki, o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando Mello Franco, o Benedito Barbosa, o Dito, dirigente da Central dos Movimentos Populares, o Elkin Velásquez, Diretor do Escritório Regional para América Latina e Caribe da ONU-Habitat, o Gilberto Occhi, o Ministro das Cidades, o Sr. Presidente da Emccamp Residencial, Régis Pinheiro de Campos, além de vereadores e secretários municipais e estaduais. A solenidade foi apresentada pela atriz Bruna Lombardi, sempre muito simpática.

Segundo o relator Nabil Bonduki, que teve um mérito extraordinário, esse plano é o resultado de um trabalho coletivo, que começou com o Prefeito Fernando Haddad e se estendeu a milhares de paulistanos que participaram intensamente dessa construção. O plano avança muito porque é o resultado de um trabalho "de construção de consensos, de um pacto pelo futuro [da cidade] de São Paulo".

"Planejamento urbano é fazer o que tem que ser feito. Todos os conceitos globais defendidos pela Organização das Nações Unidas Habitat, a ONU– Habitat, estão presentes nesse Plano Diretor de São Paulo", elogiou Elkin Velásquez, da ONU-Habitat.

Entre as principais propostas do Plano Diretor está a concentração do adensamento construtivo e populacional ao longo dos eixos de transporte, aproximando moradia e emprego, a criação de polos de desenvolvimento econômico nas periferias, a ampliação de áreas destinadas à moradia popular, a criação de territórios culturais e a recriação da zona rural do Município.

Nada menos do que 114 audiências públicas foram realizadas no processo participativo do plano diretor, com a participação de 25.692 pessoas, um total de 10.147 contribuições.

O projeto de lei do Plano Diretor foi enviado pelo Prefeito Fernando Haddad à Câmara Municipal em 26 de setembro de 2013, submetido a debate e, após 45 audiências públicas, entre temáticas e regionais, o Vereador Nabil Bonduki, escolhido para ser o Relator, e sua equipe técnica analisaram o projeto do Executivo e elaboraram um substitutivo, acrescentando novas temáticas e aperfeiçoando outras.

O texto final da proposta do Plano Diretor foi apresentado por Nabil Bonduki, em 26 de março, e submetido a novas audiências públicas, entre temáticas e regionais. Em 23 de abril, a proposta foi aprovada pelos Vereadores da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Em 30 de abril, foi aprovado em primeira votação, seguiu para novas audiências e recebimento de emendas. Foi aprovado em segunda votação em 31 de junho e sancionado um mês depois.

Sr. Presidente, eu quero assinalar ainda que Fernando Haddad publicou um artigo na *Folha de S.Paulo*, em 16 de julho, em que disse:

> *São Paulo aprovou o mais ousado e inovador Plano Diretor Estratégico (PDE) de sua história. Pelos próximos 16 anos, conviveremos com diretrizes urbanísticas que reorientam o desenvolvimento da cidade na direção do equilíbrio socioambiental e econômico.*
>
> *Desde o Renascimento, as cidades ocidentais bem-sucedidas se organizam pelo alargamento da sua dimensão pública. O encontro das pessoas para a produção de mercadorias e serviços, de cultura ou de ciência, essência da vida urbana, depende disso. Na contramão, desde Prestes Maia, a cidade de São Paulo vem sendo privatizada, ou seja, negada enquanto cidade.*
>
> *A começar por sua superfície. O solo de São Paulo é privado. As ruas pertencem aos carros. As calçadas são adaptadas para que automóveis tenham acesso às garagens. Os térreos dos prédios são vestíbulos desérticos que separam os moradores das ruas ameaçadoras.*
>
> *A terra nua não dá lugar a parques ou equipamentos públicos, mas é tratada como estoque especulativo de riqueza.*
>
> *Tudo muda com o PDE. O solo é tornado público. As ruas dão lugar ao transporte público e às [...] [bicicletas] por meio de faixas exclusivas e ciclovias. As calçadas terão largura mínima nos novos empreendimentos para atender aos pedestres. Os térreos ganharão vida com a ativação das fachadas e comércio de rua.*
>
> *O subsolo muda com a inversão de prioridades: em vez de número mínimo de vagas de garagens, o PDE impõe número máximo.*
>
> *O "sobressolo" ou solo criado é integralmente municipalizado. Os proprietários fundiários terão direito a construir o equivalente a apenas uma vez a área do terreno.*
>
> *Para atingir o potencial construtivo máximo de duas vezes no miolo dos bairros (que são preservados), ou quatro vezes nos eixos de transporte público (que são adensados), os empreendedores terão de adquirir esse potencial adicional mediante o pagamento de outorga à municipalidade. Com isso, a especulação imobiliária perde sentido, e a cidade se apropria da chamada mais-valia fundiária.*
>
> *A outorga paga compõe um fundo de desenvolvimento urbano. De seus recursos, 30% serão destinados à moradia popular e outros 30% ao transporte público, mediante ampliação da capacidade de suporte.*

A área destinada à produção de moradia popular é duplicada, com a demarcação de novas Zonas de Interesse Social (Zeis), e são definidos alinhamentos viários que garantam recuos destinados ao transporte público, ciclovias e calçadas largas.

Sr. Presidente, é impressionante a maneira como, no dia em que ali esteve o representante que mencionei, Benedito Barbosa, o Dito da Central de Movimentos Populares, na presença de inúmeros movimentos sociais e, por outro lado, a presença do Sr. Regis Pinheiros Campos, Presidente da Emccamp Residencial, que testemunhou a maneira tão adequada como o Prefeito Fernando Haddad soube conciliar os interesses desde os movimentos populares de moradia até os interesses empresariais, como os desse empresário que é o maior construtor do Programa Minha Casa, Minha Vida, em especial ali em São Paulo.

Peço, Sr. Presidente, que seja transcrito o restante, na íntegra, do artigo do Prefeito Fernando Haddad, tendo em conta que preciso imediatamente estar presente para a abertura da CPMI do Metrô.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.*)

Matérias referidas:

– São Paulo cobra revolução, desde que não se mexa em nada, diz Haddad;

– Plano Diretor é sancionado pelo prefeito Fernando Haddad

FOLHA DE S.PAULO

São Paulo cobra revolução, desde que não se mexa em nada, diz Haddad

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

31/07/2014 01h30

"Cobra-se muito a revolução desde que não se mexa em nada". Foi com uma variação da frase-chave do romance "O Leopardo", de Tomasi di Lampedusa (1896-1957), que o prefeito Fernando Haddad (PT) respondeu à **Folha** se acha a população de São Paulo conservadora. No livro de Lampedusa, nobres aderem ao novo poder para continuar mandando, ideia que é sintetizada na fala de um príncipe ("Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude").

Hoje Haddad sanciona o Plano Diretor, com um espírito diferente dos nobres de Lampedusa. O plano pretende mudar a cidade ao aumentar a densidade populacional ao longo das avenidas e destinar um volume inédito de recursos para habitação social. Revolução sem mudança, aliás, não existe, como afirma o prefeito em entrevista que deu junto com o secretário de Desenvolvimento Urbano, o arquiteto Fernando de Mello Franco.

Folha - O Plano Diretor de 2004 já tinha a principal diretriz do novo plano, o aumento da densidade populacional ao longo de avenidas que concentram o transporte público, mas ela não saiu do papel. Por que seria diferente agora?
Fernando Haddad - Teve um aprendizado. São Paulo tem uma característica política bastante incomum. Tivemos um pêndulo ideológico na cidade –Jânio, Erundina, Maluf, Pitta, Marta, Serra, Kassab e Haddad– que acarretou situações de descontinuidade. No urbanismo não foi diferente.

O plano corrige isso?
Haddad -Radicalizamos algumas propostas que a prefeita Marta [Suplicy] não conseguiu implantar. Uma delas é o coeficiente básico igual a um.

O que é isso?
Haddad -Coeficiente básico igual a um significa que você dá ao proprietário o direito de construir uma vez a área do lote. Tudo que for acima disso ele ele é obrigado a pagar uma outorga. Isso vai compor um fundo, o Fundurb, que promove políticas públicas de transporte, de moradia, política ambiental. Isso não se conseguiu em 2004. Criamos também uma morfologia nova para a cidade: miolo de bairro terá baixa densidade, eixos de mobilidade com alta densidade. Terceira coisa: os mecanismos são praticamente autoaplicáveis, não dependem que as próximas administrações aprovem leis complementares.

As condições da cidade mudaram nos últimos dez anos.
Haddad -Seria impensável dez anos atrás você implantar 150 km de faixas exclusivas de ônibus em 12 meses. Nós fizemos. Seria impossível fazer um plano cicloviário de 450 km até 2015. Hoje existe mais compreensão de que transporte de massa e ciclista têm prioridade sobre o carro. Houve uma evolução conceitual, que veio de fora do Brasil. As grandes cidades do mundo fizeram isso nos anos 80. São Paulo perdeu tempo e nós estamos recuperando o tempo perdido.

A administração do sr. é reprovada por 47% dos paulistanos, segundo o Datafolha, um dos piores índices, similar ao do Celso Pitta e Kassab. Isso não seria um sinal de desaprovação aos planos do sr.?
Haddad -Quando eu saí do governo [federal], o Datafolha fez uma pesquisa e a área mais bem avaliada foi educação. Isso foi depois de oito anos de trabalho, não de oito meses. Os projetos têm prazo de maturação. Se eu for me guiar pelos humores da conjuntura (Copa, 7 a 1), eu não miro a grandeza que São Paulo tem.

A reprovação não o afeta?
Haddad -Existe uma volubilidade muito grande dos humores desde junho do ano passado, que até tento entender. Mas o prefeito de São Paulo não pode se deixar guiar pelos humores conjunturais, e São Paulo é marcada pelos humores conjunturais. Aqui as pessoas se deixam muito guiar por esse tipo de sentimento, que deve ser respeitado, mas não pode nortear uma política pública de longo prazo. Pelo mesmo Datafolha em seis meses eu fui o prefeito mais bem avaliado. O que mudou tanto de um ano para cá?

O que mudou?
Haddad -A sociedade está num momento de buscas. A minha campanha ajudou a instalar esse clima em certa medida, quando eu disse que de casa para dentro a vida tinha melhorado muito, que precisava melhorar a vida da porta pra fora. Existe uma demanda imediata pela melhora das condições de sociabilidade nas metrópoles. Mas você não consegue dar uma resposta para isso em um ano.

O ex-presidente Lula diz que já xingou o sr. quando estava preso num congestionamento e frisou que ficou impressionado porque ninguém no ônibus o defendeu.
Haddad -Eu vivi esse mesmo sentimento no MEC (Ministério da Educação). Cobravam uma revolução, desde que eu não mexesse em nada. Lembra quando eu anunciei que iria acabar com o vestibular? O país quase virou do avesso. Hoje a USP discute a adesão ao Enem, cinco anos depois.

Isso vai acontecer com o transporte público?
Haddad -Eu acho. Prometi 150 km de faixa exclusiva e 150 km de corredor. Mas já fizemos 350 km de faixa, por decisão política. Hoje estamos com 37 km em execução de corredores. Devemos chegar a 50 km em execução no final do ano. Daremos ordem de serviço para mais 50 km no começo do ano que vem. Até o final do semestre de 2015 teremos dado ordem de serviço dos 150 km de corredor. Tem uma grande chance de cumprir a meta.

Plano diretor é abstrato e de difícil compreensão para o leigo. Qual será o primeiro impacto concreto que ele terá para a população?
Haddad -Terá mais habitação no centro, menos espigões no miolo dos bairros,

direcionamento dos investimentos para os eixos de mobilidade, espalhamento do desenvolvimento por todo o território. Em cinco anos você já começa a ver alteração, mas o horizonte do plano é de 16 anos.

Fernando de Mello Franco - O plano tem ações muito claras para requalificar a rua, o espaço que vai da soleira da casa para fora. Recuperação da rua, recuperação do comércio de rua, calçada mais larga, melhor iluminação.

Haddad - Quando eu disciplino o artista de rua, quando eu disciplino o "food truck", também estou pensando em plano diretor. A lei de incentivo na zona leste, onde zeramos os tributos para as indústrias que queiram ir para lá, tem a ver com o plano diretor. A reabilitação do [cinema] Belas Artes tem isso também.

Durante a Copa, quando se ampliou o horário de rodízio, houve uma sensação de que o trânsito melhorou muito. O sr. já sabe se vai ampliar o horário do rodízio ou a área que ele atinge?
Haddad - Isso está em estudo desde maio do ano passado. Os técnicos da CET tem uma preferência pela ampliação do perímetro, sobretudo nas grandes avenidas radiais. Eu vou tomar uma decisão técnica, assim que ela estiver amadurecida. Tem outra coisa, que é uma característica da cidade: São Paulo é pouco simpática a experimentalismo. Isso é cada vez mais comum nas grandes metrópoles –testar hipóteses na prática.

A cidade é conservadora?
Haddad - Se cobra muito a revolução desde que não se mexa em nada. Isso é impossível. Como eu estou disposto a mudar a cidade, vou seguir a minha intuição de que existe uma chance de que a cidade descubra um destino para o qual ela está vocacionada. Essa cidade pode mais.

O plano duplicou a área de habitação social, de 17 km2 para 33 km2. A prefeitura, porém, deve R$ 67 bilhões. De onde sairão os recursos?
Haddad - O quadro institucional mudou. Hoje nos temos Minha Casa, Minha Vida, de subsídio federal. Temos o Casa Paulista, de subsídio estadual. Faltava o município. O plano amplia a área de Zeis (zona especial de interesse social) e destina 30% de toda a outorga onerosa para subsídio a moradia.

Quando dá isso?
Haddad - O Fundurb deve chegar a R$ 500 milhões no próximo ano. Trinta por cento disso são R$ 150 milhões, só de subsídio municipal. Hoje o Fundurb aplica muito pouco, R$ 20 milhões em moradias.

Mello Franco - Tem mais recursos: 25% do arrecadado nas novas operações urbanas serão destinados para habitação. Vamos pegar a Água Branca, que foi recém-aprovada. A estimativa é que ela arrecade R$ 3 bilhões; 25% disso dá R$ 750 milhões, destinados para habitação naquela região. É uma política de inclusão. Não é investimento na periferia.

Haddad - Isso é uma pequena revolução. As operações urbanas nunca se preocuparam onde as pessoas iriam morar. Era só obra viária, em geral para favorecer os que tinham renda elevada.

O plano reservou recursos para famílias que ganham até três salários mínimos. Isso foi consequência da pressão do MTST?
Haddad -O movimento por moradia cobrou a demarcação de áreas para essa faixa de renda. Isso não existe em outras cidades no Brasil.

Somando tudo, qual seria a verba para a habitação social em 2016?
Haddad -Se você considerar só as fontes do município, não dá para construir em São Paulo por causa do preço da terra. Mas somando as fontes federal, estadual e municipal, nós podemos falar da produção de 25 mil moradias por ano na cidade de São Paulo. Em geral se produzia 25 mil moradias em quatro anos, num mandato muito vocacionado para a habitação, como o de Erundina.

A Cohab, empresa que responde por essa área, foi entregue a Paulo Maluf. A Folha mostrou que vários funcionários da Cohab faziam campanha política em vez de trabalhar.
Haddad - Eu não gosto de fulanizar da maneira como a imprensa fulaniza. Fiz um acordo público antes das eleições, com um partido da base de sustentação da presidente Dilma e do presidente Lula. O acordo foi debatido durante a campanha. Eu preciso do Ministério das Cidades. É bom que o PP nos apoie para que a habitação saia do papel.

Está contente com a Cohab?
Haddad - Não. A Cohah deixou a desejar no ano passado e por isso demiti o presidente há um mês.

Por que o plano de habitação no centro não sai do papel?
Haddad - O mercado já resolveu essa questão para a população de renda média. Até 15 de agosto vamos ter boas notícias. A PPP [Parceria Públic-Privada] que o Estado está elaborando, com grande estímulo da prefeitura, com aporte de R$ 400 milhões, terá novidades. Serão entre 12 mil e 20 mil unidades.

O ex-presidente Lula tem feito críticas contundentes à política de comunicação da prefeitura. Ele diz que o sr. não tem conseguido mostrar o que faz para a população. Lula está certo?
Haddad - Nós temos que melhorar muito. Temos de encontrar canais para mostrar melhor o que fazemos. Tem muita coisa boa acontecendo, e as pessoas não sabem quem fez. A última licitação de hospital na cidade foi no governo Marta [2001-2004]. Eu comprei um hospital privado, o Santa Marina, e este mês vou lançar o edital do hospital de Parelheiros, cuja terra já foi adquirida. Definimos com o Metrô onde será o hospital de Brasilândia, para compatibilizar com a linha 6. Quantas pessoas sabem que depois de dez anos teremos três novos hospitais em São Paulo, um dos quais será entregue até o final do ano. Não tenho dúvidas que precisamos comunicar melhor.

O PT atribui ao sr. o pífio desempenho do ex-ministro Alexandre Padilha, candidato do PT ao governo paulista. A prefeitura tem culpa?
Haddad - Quando eu estava com quatro [pontos nas pesquisas], não acusei ninguém e ganhei a eleição. Quando o Padilha apresentar suas propostas, ele será muito bem sucedido. O Padilha é um quadro muito promissor no partido, mas ministro não é conhecido. Fui ministro por oito anos e comecei com dois pontos. Ninguém sabe quem é o ministro. Tem muito trabalho pela frente.

CIDADE ABERTA
Site administrado pelo mandato do vereador Nabil Bonduki

Plano Diretor é sancionado pelo prefeito Fernando Haddad

1 DE AGOSTO DE 2014

O Plano Diretor, conjunto de diretrizes que vai orientar o crescimento da cidade pelos próximos 16 anos, do qual o vereador Nabil Bonduki foi relator, foi sancionado pelo prefeito Fernando Haddad nesta quinta-feira, 31 de julho.

"A cidade construiu um plano para o seu futuro. Para as próximas duas décadas, São Paulo tem um rumo só e esse plano não poder ser desfeito pelas próximas administrações. Ou seja, é a primeira vez que São Paulo tem um rumo certo para perseguir até garantir qualidade de vida para todo mundo", disse o prefeito. "É um plano completo e que coloca São Paulo na vanguarda em termos de diretrizes urbanísticas", afirmou.

A solenidade aconteceu Auditório do Ibirapuera Oscar Niemeyer, contou com a presença de quase 800 pessoas, além de um telão instalado na marquise do lado de fora que reuniu mais de 200 pessoas para assistir a transmissão ao vivo . Além do prefeito, também estavam presentes a vice Nádia Campeão, o vereador Nabil Bonduki, o secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando Mello Franco, Benedito Barbosa, dirigente da Central de Movimentos Populares, Elkin Velásquez, diretor do Escritório Regional para América Latina e Caribe da ONU-Habitat, Gilberto Occhi, o ministro das Cidades, além de vereadores, secretários municipais e estaduais. A solenidade foi apresentada pela atriz Bruna Lombardi.

"O Plano Diretor é resultado de um trabalho coletivo que começou com o prefeito e se estendeu a milhares de paulistanos, que participaram intensamente dessa construção. O Plano avança muito porque muito porque é resultado de um trabalho de construção de consensos, de um pacto pelo futuro de São Paulo", afirmou Nabil.

"Planejamento urbano é fazer o que tem que ser feito. Todos os conceitos globais defendidos pelo ONU Habitat estão presentes nesse Plano Diretor de São Paulo", elogiou Elkin Velásquez, da ONU-Habitat.

Entre as principais propostas do Plano Diretor está a concentração do adensamento construtivo e populacional ao longo dos eixos de transporte, aproximando moradia e emprego, a criação de polos de desenvolvimento econômico nas periferias, a ampliação de áreas destinadas à moradia popular, a criação de territórios culturais e a recriação da zona rural do município.

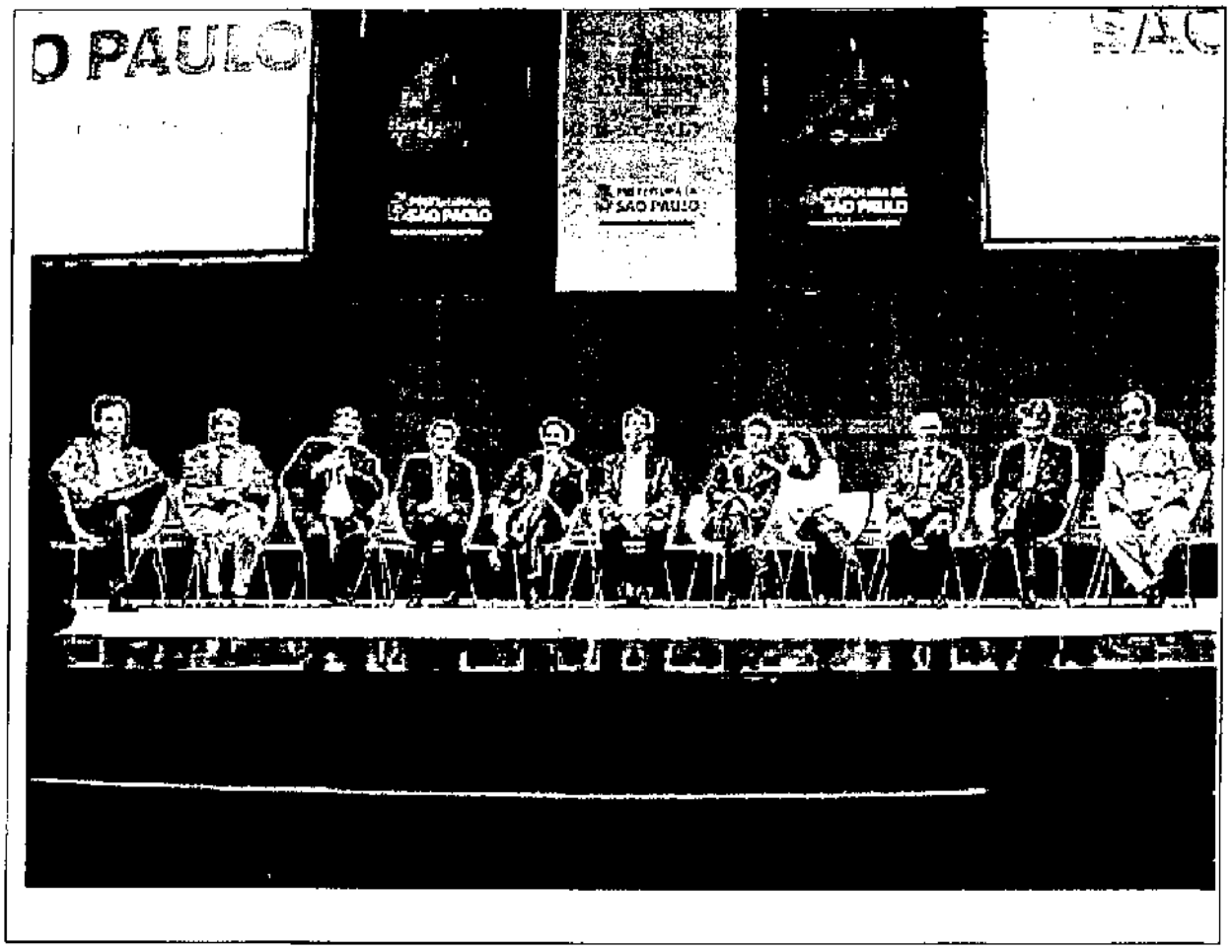
Segundo dados exibidos pela prefeitura durante a solenidade, o processo participativo do Plano Diretor somou 114 audiências públicas, 25.692 participantes e um total de 10.147 contribuições.

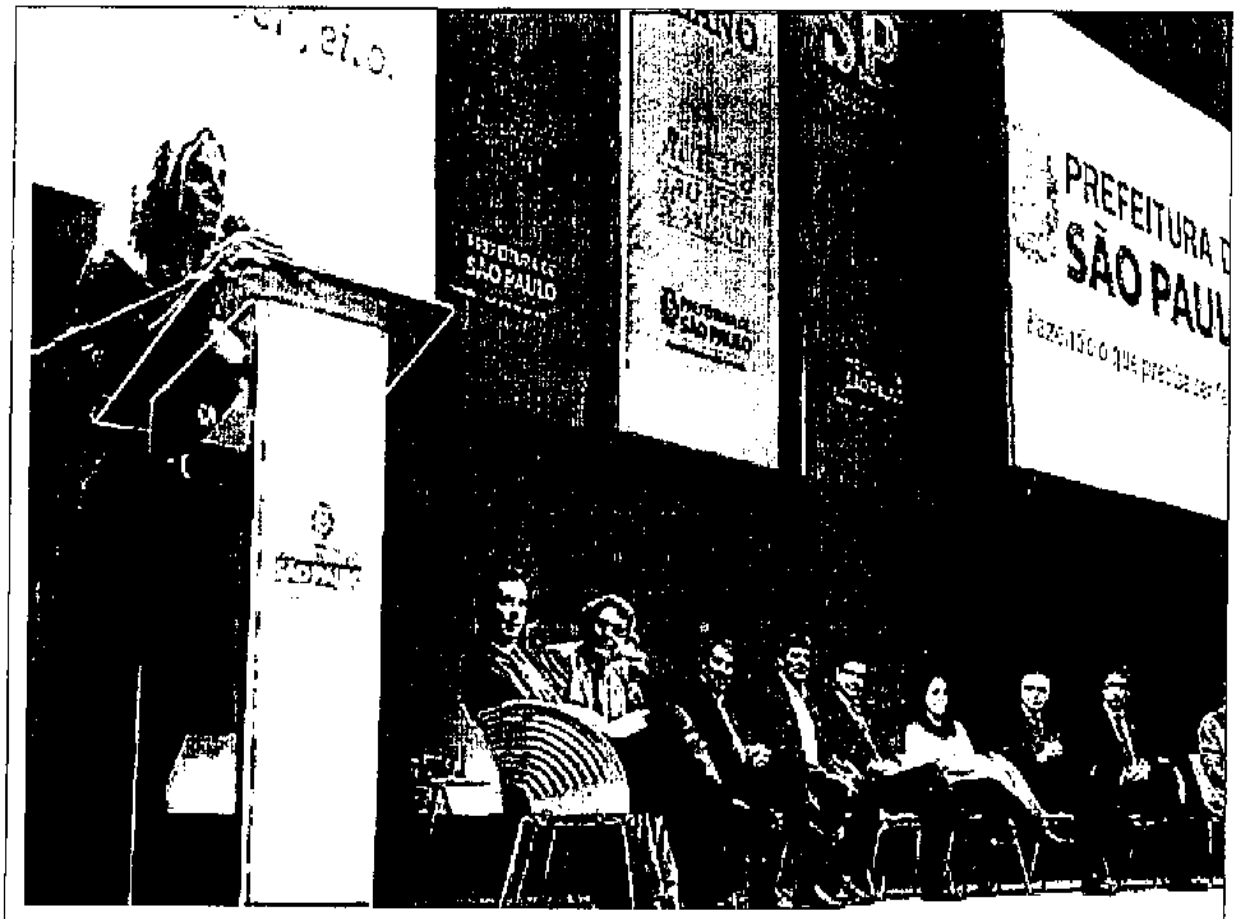
Tramitação do projeto

O projeto de lei do Plano Diretor foi enviado pelo prefeito Fernando Haddad à Câmara Municipal em 26 de setembro de 2013.

A proposta foi, então, submetida a debate e, após 45 audiências públicas, entre temáticas e regionais, o vereador Nabil Bonduki, escolhido para ser o relator, e sua equipe técnica analisaram o projeto do Executivo e elaboraram um substitutivo, acrescentando novas temáticas e aperfeiçoando outras.

O texto final da proposta de substitutivo do Plano Diretor foi apresentado à Câmara por Nabil, em 26 de março, e submetido a novas audiências públicas, entre temáticas e regionais. Em 23 de abril, a proposta foi aprovada pelos vereadores da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Em 30 de abril, foi aprovada em primeira votação, seguiu para novas audiências, recebimento de emendas, foi aprovado em segunda votação em 31 de junho e sancionado um mês depois.




PREFEITURA
SÃO PAULO

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – V. Exª será atendido nos termos do Regimento.

Convido para fazer uso da palavra...

Há uma solicitação do seu colega acriano de querer passar V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele pode...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas de qualquer sorte, V. Exª já está na tribuna, vai falar, e V. Exª vai esperar. Vai esperar. No dia da Revolução Acriana, acriano tem que esperar um pouquinho, porque vai falar por um largo período.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Anibal Diniz é uma figura... Eu tenho o maior orgulho de caminhar ao lado dele. Vou ceder o meu espaço porque, ele me deu para relatar uma PEC de autoria dele que diz que, quando se elegem dois Senadores, um tem que ser uma mulher e o outro tem que ser um homem. Como vai coincidir com a minha reeleição, ou não, daqui a quatro anos, eu faço questão de que os dois do Rio Grande venham, uma mulher e um homem. Fazendo essa homenagem a ele, eu cedo o espaço na tribuna e volto depois.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Convido o Senador Anibal Diniz, do Estado do Acre, na data comemorativa da conquista do Acre, numa grande epopeia de cearenses comandados por Plácido de Castro, um gaúcho. Foi apenas uma casualidade, porque os cearenses iriam agregar o Acre ao Brasil de qualquer sorte, e como tinha esse gaúcho, para não ficar uma coisa só de cearense, ficamos sob o comando do gaúcho para ampliar o território brasileiro, alvo depois de uma grande negociação política que nos garantiu a existência desse torrão acriano.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

Antes, Senador, queria registrar que V. Exª vai fazer uso da palavra com a audiência dos alunos do curso de Direito das Faculdades Integradas de Ourinhos, Estado de São Paulo, e alunos da Universidade Estadual de Jacarezinho, Paraná.

Sejam muito bem-vindos!

Na tribuna, um descendente de cearense evidentemente, já que a revolução acriana teve como base o Estado do Ceará, sob o comando de um gaúcho, Plácido de Castro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda, digno representante do Estado do Ceará aqui no Senado Federal.

Tenho a honra de ocupar hoje a tribuna com a colaboração do Senador Paim, que me cedeu gentilmente o seu espaço, para fazer uma saudação especial ao povo do Acre neste 6 de agosto, data em que se comemora o início da Revolução Acriana, que resultou na conquista do território que não era brasileiro, era da Bolívia, para o Brasil.

Essa conquista tem início através de uma luta armada e tem a conclusão num tratado diplomático do mais elevado nível, conduzido pelo Barão do Rio Branco, grande finalizador da conquista através do Tratado de Petrópolis, que foi o documento final que estabeleceu o território onde hoje é o Estado do Acre para pertencer à federação brasileira.

Então, eu gostaria de, neste momento, fazer este registro, que é algo muito importante para todo o povo do Acre e também tem uma importância especial para o povo irmão, que é o povo cearense, que digamos, nos legou o exército de seringueiros, na sua maioria nordestinos, particularmente cearenses. E também ao Rio Grande do Sul, que nos cedeu o comandante dessa revolução, porque o exército foi comandado por um militar da reserva, porque ele já havia se afastado da vida militar, mas atendeu ao pedido, ao chamado para ser o comandante dessa revolução que resultou vitoriosa.

Eu tenho a satisfação de ocupar hoje esta tribuna para fazer um tributo aos 112 anos do início da Revolução Acriana.

Conta a nossa história que eram cinco horas da manhã de 6 de agosto de 1902 quando o Coronel José Plácido de Castro, à frente de uma tropa de trinta seringueiros armados, bateu às portas de um quartel boliviano em Xapuri e gritou:

– Abram! Abram!

– É cedo para a festa – respondeu o militar boliviano, pensando que eram compatriotas que chegavam para comemorar a data de independência da Bolívia, dia da libertação da dominação espanhola.

– Não é festa, é revolução! – respondeu o Coronel Plácido de Castro.

O dia 6 de agosto marca, assim, a data oficial da Revolução Acriana e o coroamento da luta de muitos brasileiros, vindos na maioria da Região Nordeste, particularmente do Estado do Ceará, para ocupar o território do Acre e torná-lo independente da Bolívia.

A incorporação do território do Acre, praticamente do tamanho do Estado do Uruguai, deu ao nosso País o formato que tem hoje no mapa.

No entanto, apesar de o aniversário da Revolução Acriana ser comemorado neste dia 6 de agosto, a Revolução Acriana é resultado de um longo processo histórico que estava em curso não só no Acre, mas na Amazônia: o primeiro ciclo da borracha, um produto que, à época, tornou-se tão valioso que fez com que milhares de brasileiros ocupassem a região.

A ocupação do território acriano por brasileiros começou por volta de 1880, 1870.

Inicialmente, não despertou a atenção do governo boliviano porque se tratava de uma região sem grande impacto econômico e de difícil acesso.

Mas, pouco a pouco, essa percepção mudou. Quando o coronel boliviano José Manuel Pando refugiou-se na região, após uma tentativa de golpe, percebeu a grande presença brasileira e alertou o governo boliviano de tal situação.

No final do século 19, o território acriano passou por momentos de muita instabilidade, porque três países tinham interesse na região: Brasil, Bolívia e Peru.

Os bolivianos, que ocupavam a região, foram expulsos, e o governador do Amazonas, Ramalho Júnior, organizou uma invasão do território, liderada pelo espanhol Luis Gálvez Rodríguez de Arias. A expedição de Gálvez declarou o Acre como uma República Independente. O jornalista, escritor Márcio Souza, chegou a escrever um livro a esse respeito com o título: *Galvez, Imperador do Acre*, que trata, exatamente, desse momento da história do Estado do Acre.

Entretanto, o Brasil, à época, reconhecia o Acre como território boliviano e enviou uma tropa para dissolver a revolução. A Bolívia reagiu e também organizou uma expedição militar para reconquistar o território.

Mas foram os seringueiros que impediram o avanço dos bolivianos. O governador Silvério Nery, do Amazonas, enviou outra expedição de defesa que, em 1900, declarou, pela segunda vez, o Acre como uma República Independente. No entanto, brasileiros e bolivianos continuaram em conflito, e a segunda República Acriana foi dissolvida.

Finalmente, em 1902, o militar gaúcho José Plácido de Castro conquistou, com a ajuda de um exército de seringueiros, o território do Acre.

Em 1903, a República do Acre foi declarada, pela terceira vez, com o apoio importante do presidente Rodrigues Alves e do Ministro do Exterior, à época, Barão do Rio Branco. O Acre foi ocupado, então, por um governo militar.

Naquele mesmo ano, em 21 de março, um tratado de paz inicial entre representantes dos governos do Brasil e da Bolívia teve início, mas o território só foi definitivamente incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, com uma negociação diplomática muito bem conduzida pelo Ministro Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores.

Com o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, o Acre passou a fazer parte integrante do Território brasileiro mediante pagamento à Bolívia de £2 milhões e da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que recentemente ficou alagada lá no Estado de Rondônia.

Em 1904, o Tratado de Petrópolis foi regulamentado por lei federal e o Acre passou a fazer parte oficialmente do Território brasileiro. Em 1962, finalmente, foi considerado Estado brasileiro, ganhou a sua condição de unidade da Federação, ganhou a sua autonomia política através do movimento dos autonomistas, que tiveram, depois de uma longa batalha também, esse passo vitorioso, que foi a transformação do então Território do Acre na condição de Estado do Acre, com autonomia política.

Por todo o exposto, hoje é um dia de celebração. No Acre, para homenagear os 112 anos do início da Revolução Acriana, será realizado nesta quarta-feira – aliás, está sendo realizado – o desfile no bairro Seis de Agosto, em Rio Branco, com homenagens aos soldados da borracha, que foram personalidades fundamentais para a integração do nosso Estado ao Território nacional. Além da Revolução Acriana, também serão celebrados os 110 anos do bairro Seis de Agosto, um dos mais antigos e conhecidos da capital acriana.

Por todo o exposto, temos a honra de cumprimentar, nesta data, todo o povo acriano e todos aqueles que lutaram e permitiram que essa terra rica em biodiversidade pudesse fazer parte do nosso País e ser hoje o que é, um orgulho nacional, porque nós sempre fazemos questão de ressaltar que o Acre nunca fugiu à luta quando foi chamado nos seus momentos mais decisivos.

O primeiro passo para essa nossa afirmação é o fato de que o Acre é Brasil porque optou por ser Brasil, fez uma revolução, foi às armas para se tornar Território brasileiro. Portanto, nós do Acre temos o hábito e o or-

gulho de dizer que somos um pouco mais brasileiros que os brasileiros normais, porque nós tivemos os nossos heróicos antepassados. Os nossos heróis do passado fizeram uma guerra para fazer do Acre um Território brasileiro. Segundo, porque durante a Segunda Guerra Mundial, o suprimento de borracha para as forças aliadas ficou ameaçado, porque o Japão ocupou os seringais da Malásia, que eram os seringais de cultivo, e da noite para o dia, as forças aliadas ficaram completamente sem suprimento de borracha.

Daí quem foi que teve o papel decisivo? Foram os soldados da borracha, colhendo a borracha do Acre para garantir o suprimento das Forças Aliadas. Então, mais uma presença do Acre em momentos de grande importância na história mundial.

Recentemente, além da batalha que aconteceu com resultado em 1962, com a elevação do Acre a Estado, porque nós conquistamos a condição de Estado somente em 1962, houve a primeira eleição e foi eleito o primeiro governador pelo voto no Estado do Acre, José Augusto de Araújo, de saudosa memória e que teve a cassação do seu mandato em 1964. Quando houve o golpe militar no Brasil, o primeiro governador eleito do Acre perdeu o seu mandato, José Augusto de Araújo, uma pessoa formidável, acabou depois ficando doente e morrendo de desgosto.

Vale ressaltar que a filha do ex-Governador José Augusto de Araújo, a Drª Nazaré Araújo, Procuradora do Estado, uma advogada de muita competência, é hoje candidata a vice-Governadora na chapa do Governador Tião Viana, justamente para homenagear esse homem que deu uma grande contribuição para o Acre.

E, finalmente, outro momento decisivo do Acre para a nossa história foi justamente na década de 80, quando o seringueiro Chico Mendes elevou a voz em defesa dos povos da floresta, em defesa de um novo modelo de reforma agrária para a Amazônia, falando das reservas extrativistas e, ao mesmo tempo, defendendo o homem da floresta e as florestas. E por essa batalha de Chico Mendes, que se tornou mundialmente conhecido e ganhou prêmio nos Estados Unidos, por sua batalha em defesa do meio ambiente, esse herói nacional, inscrito no livro dos heróis da Pátria, foi assassinado.

Essa, portanto, foi outra contribuição que o Acre deu, pois antes de a questão ambiental virar moda, antes de as questões climáticas serem debatidas da forma como estão sendo debatidas hoje, podemos dizer que do Acre surgiu uma voz que se elevou e se fez ouvir no mundo através de Chico Mendes, um seringueiro ambientalista que fez com que a questão ambiental ganhasse destaque e ganhasse a importância que tem hoje.

Por isso, nós repetimos muitas vezes, Senador Inácio Arruda, que o Acre nunca fugiu à luta quando foi chamado para ter importância ou para ter uma ação decisiva em momento importante da nossa história nacional e da história mundial também, como é o caso da Segunda Guerra Mundial, em que as Forças Aliadas tiveram o apoio direto do Acre, da produção de borracha do Acre, para suprimento naquele momento crucial em que os seringais da Malásia foram ocupados pelos japoneses.

Mas, dessa forma, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, nós falamos, com muito orgulho, com muita satisfação, desse Seis de Agosto, que é o dia em que se comemora o início da Revolução Acriana.

Aqui temos um representante do Bairro Seis de Agosto, o Senador Sérgio Petecão, que também conhece essa história, que vive essa história e que me pede um aparte, o qual concedo com muita honra.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD – AC) – Senador Anibal, primeiramente quero parabenizá-lo pelo discurso, concordando com quase tudo que o senhor disse dessa história bonita do nosso Estado. E hoje, 6 de agosto, é uma data muito importante para todos nós. Eu nasci e me criei no Acre; meus pais são acrianos, minha mãe é acriana, então sou um acriano da gema, como chamamos. Para mim é motivo de alegria e muita satisfação estar aqui hoje, no Senado, representando meu Estado. Como o senhor disse, o povo acriano é um povo que lutou para ser brasileiro, e nós hoje comemoramos o início da Revolução Acriana. Gostaria de usar esta oportunidade que o senhor está me dando, para aqui fazer um registro especial. Hoje nós comemoramos, na nossa capital, Rio Branco, o aniversário do Bairro Seis de Agosto. É o bairro onde nasci e me criei, um dos bairros mais antigos da nossa capital, lá do Segundo Distrito, e é o bairro que comemora essa data. Hoje, com certeza, não...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Hoje, 110 anos de Seis de Agosto!

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não pude estar lá, mas com certeza o bairro está em festa. É um bairro tradicional. Queria aproveitar esta oportunidade, para parabenizar o Bairro Seis de Agosto. Sou do Seis de Agosto, com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Faço uma pequena intervenção, porque é uma história muito bonita, que merece que os estudantes do Centro de Ensino Fundamental de Brazlândia, no Distrito Federal, tomem conhecimento de que V. Exªs, Petecão e Anibal, são dessa terra maravilhosa do Acre.

Então, meus cumprimentos a todos os estudantes que estão aqui presentes conosco, visitando o Senado Federal.

V. Exª tem a palavra.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD – AC) – Finalizando, Senador Anibal, mais uma vez, parabenizo-o por trazer esse tema à tribuna do Senado, para que nós possamos exaltar o nome do nosso Estado, levando a todo o povo brasileiro essa história tão bonita, que é a história do povo acreano. Mais uma vez, quero parabenizar o meu bairro, que é o Bairro Seis de Agosto, pelo seu aniversário. Obrigado, Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão, por sua contribuição. O aparte de V. Exª é integralmente incorporado.

Quero, finalizar minhas palavras de cumprimentos ao povo do Acre, pelo fato de o povo do Acre ser um povo brasileiro a partir dessa conquista, uma conquista heroica do Território do Acre para o Brasil.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, finalizando minhas palavras,...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... de dizer que o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), lançou um novo portal, intitulado Planejando a Próxima Década. E eu quero dizer, Sr. Presidente, que – amanhã, e imagino que o Senador Paim também vai estar em plenário amanhã, vamos realizar uma nova sessão – espero que a gente possa continuar esse debate. Eu quero apresentar exatamente a importância desse portal que foi lançado pelo Ministério da Educação, que é o Planejando a Próxima Década, que tem o objetivo de subsidiar todos os Municípios brasileiros, todos os Estado brasileiros, na construção dos seus planos de educação.

Nós aprovamos, aqui no Senado, aprovamos na Câmara, no Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação. Ele tem um conjunto de metas – são 20 metas a serem atingidas nos próximos dez anos – e, logicamente, para que essas metas sejam atingidas com sucesso, nós precisamos que todas as esferas da União...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...estejam plenamente conscientes das suas responsabilidades e fazendo a sua parte.

Portanto, da mesma maneira que o Governo Federal tem o Plano Nacional de Educação aprovado no Congresso, precisamos dos planos estaduais de educação e, também, dos planos municipais de educação. E esse portal, o portal Planejando a Próxima Década, que está no *site* do Ministério da Educação e Cultura, dá o subsídio necessário para todas as prefeituras e todos os Estados construírem o seu plano, de acordo com as metas, sintonizados com as metas contidas no Plano Nacional de Educação.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que, amanhã mesmo, havendo sessão aqui e a gente reunindo o quórum, farei um pronunciamento a respeito desse portal, que é de fundamental importância para todos os gestores municipais e estaduais...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... de educação. Esse *site* tem subsídio para orientar a construção dos planos municipais e estaduais de educação. É uma ferramenta fundamental para os gestores dos Municípios e dos Estados na área da educação.

Então, amanhã a gente vai estar à disposição para fazer uma fala a esse respeito. Muito obrigado, Senador Paim, pela gentileza de V. Exª, que me cedeu falar na sua frente. Estaremos à disposição, sempre, para fazer a boa política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Convido o Senador Paulo Paim, metalúrgico, gaúcho, Deputado Federal e Senador da República, para se pronunciar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Inácio Arruda, eu quero dizer que, quando cedi o tempo para o Senador, eu fui ali, porque fiz questão de fazer uma gravação para o Senador Inácio Arruda. Eu queria muito que você estivesse retornando ao Senado, mas sei que foi uma opção político-partidária. Você há de ser um dos Deputados Federais mais votados da história do seu Estado, com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fiz a gravação com muito carinho, muito respeito, porque a sua história orgulha não só a população do Ceará, mas todo o povo brasileiro. Parabéns pelo seu mandato!

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Agradeço, meu caro Paim. Muito obrigado pela gravação. Vai ser muito importante para a nossa campanha no Estado do Ceará. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, eu farei aqui alguns registros, pois, como acabei presidindo por dois ou três dias, nesse período, aqui, não pude expressar o que eu estava pensando sobre diversos temas. E um deles, Senador Inácio Arruda, na verdade, é sobre um documento que recebi – quero fazer este registro – da comissão de jovens lutadores dos 71 aprovados para o cargo de Policial Legislativo aqui do Senado. Neste documento, os candidatos informam que já foram capacitados, por meio do curso de formação do próprio Senado.

Eles pontuam, ademais, que existem 132 cargos vagos, ou seja, mesmo que os 71 aprovados sejam nomeados, ainda restarão 60 vagas. Existe, ainda, a previsão de que 85 policiais vão se aposentar nos próximos anos. Diante disso, gostaria de fazer um pedido no sentido de que os 71 aprovados para o cargo de Policial Legislativo do Senado sejam nomeados o mais rápido possível.

Palavras dos próprios concursados: "Nomear esses aprovados vai ao encontro daquilo que estabelece o Plano de Metas elaborado pelo Senado em 2013 que assim dispõe – recompor o quadro dos servidores efetivos em função de aposentadorias." E aqui está o documento deles muito bem elaborado, simples e objetivo, argumentando a importância das nomeações.

Quero também destacar que, na votação dessa semana, tive a alegria de ver um projeto, Senador Inácio Arruda, de minha autoria, ser aprovado, não daqueles que têm força para lotar as galerias, para ocupar todos os corredores do Congresso e, V. Exª fez uma defesa brilhante aqui, que é a aposentadoria dos pescadores. Foi, com muito entusiasmo e satisfação, que eu assisti, no dia de ontem, que os nossos simples pescadores que, muitas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Os pescadores de lagosta, ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... de camarão,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Das mais variadas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... porque eles têm um largo período de defeso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De defeso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E esse largo período de defeso prejudica suas possibilidades.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inclusive, para contar para efeito de aposentadoria aquele período de defeso.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Agora amparado nesse projeto de lei de V. Exª. Acho que é uma injustiça muito grande.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que contou com seu apoio.

Cumprimento a todos os Senadores que, na noite de ontem, aprovaram esse projeto da aposentadoria especial e salário-defeso a pescadores e trabalhadores de atividades afins, a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária. O projeto também assegura a contagem como tempo de contribuição do período de defeso, em que a pesca fica suspensa, para garantia da reprodução das espécies. O projeto, agora, vai para a Câmara dos Deputados e esperamos agora que a Câmara vote com rapidez.

Pelo texto aprovado, durante o período de suspensão da pesca, esses trabalhadores deverão receber o salário defeso no valor do piso salarial da categoria a ser custeado pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. O salário defeso será o substituto do seguro-desemprego, pago quando ocorre a paralisação ou suspensão das atividades de pesca em decorrência de ato do Executivo Federal.

Cumprimento aqui o Ministério da Pesca pelo apoio que deu, os últimos três Ministros, todos trabalharam muito para que o projeto fosse aprovado. O projeto estabelece que Instituto Nacional de Seguro Social averbará com o tempo de contribuição o período do defeso, decorrente de ato ou norma da União, bastando para isso um simples requerimento em que o segurado comprove a sua inscrição do registro geral da pesca. O substitutivo dispensa a categoria de comprovar, ao reivindicar esse benefício junto ao INSS, o tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e, além do mais, estabelece ainda que o deferimento da aposentadoria especial para esses segurados considerará como preponderante a ação dos agentes naturais.

O relatório aprovado, de autoria do senador Benedito de Lira – lembro-me aqui também, além do Senador Benedito de Lira, do Senador Vital do Rêgo –, teve como base dois projetos de nossa autoria que encaminhei à Casa. A sociedade brasileira também tem a sua pontinha de responsabilidade em todo esse processo

de reparar uma injustiça a esses milhares de profissionais. Aliás, o peixe já é um dos pratos mais consumidos pelos brasileiros, e, como diz o dito popular, peixe não cai do céu, alguém tem que trabalhar, alguém deve andar mar a dentro em rios, para que o peixe chegue às nossas mesas.

Antes de terminar, é importante destacar que o Brasil possui um extraordinário potencial para a produção da pesca. Temos a maior reserva de água doce do planeta, com mais de 8 mil quilômetros cúbicos, em um litoral com 7,4 mil quilômetros de extensão. O mundo tem os seus olhos voltados para a Amazônia, por essa e outras razões.

Estamos dando um fabuloso passo no reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do setor da pesca. Como o pescador Santiago, personagem de *O Velho e o Mar*, que sempre cumpriu suas tarefas com gosto, alma e paixão, e fez dessas suas escolhas de vida a certeza do amanhã, para alcançar os seus objetivos, assim são esses homens e mulheres, pescadores e pescadoras, do nosso País, que, com afinco, vêm, há anos, lutando por melhores condições de vida e o reconhecimento do valor do seu trabalho. Aos pescadores do Rio Grande do Sul que me remeteram cartas, *e-mails*, telegramas, enfim, trabalharam pelas redes sociais, meus cumprimentos – mais uma etapa foi vencida e, agora, temos que trabalhar para votar lá na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, o Senado Federal também aprovou ontem à noite, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição, liderada pela Senadora Ana Amélia, que amplia em um ponto percentual o repasse dos recursos do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para o Fundo de Participação dos Municípios. O texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados, e todos os signatários desta proposta de emenda constitucional ontem se sentiram cientes de que estavam fazendo o dever de casa.

O reforço às finanças municipais deverá ser realizado ao longo de dois anos: 0,5 no primeiro ano e 0,5 no segundo. Com isso, o repasse total aos Municípios, hoje de 23,5, passará para 24,5. É um pequeno grande avanço de nossa legislação que, com certeza, será muito importante para todos os Municípios do País. Portanto, quero aqui cumprimentar a todos, inclusive o Presidente, Renan Calheiros, e a todos os Senadores e Senadoras pela votação de ontem à noite.

Quero, ainda, Sr. Presidente, registrar que, no dia 27 de julho, tivemos o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. A data, Sr. Presidente, lembra a publicação de 1972 de duas normas importantes, para garantir a proteção e a segurança dos trabalhadores brasileiros. Reafirma a portaria que instituiu o Plano Nacional de Valorização do Trabalho e que tornou obrigatória a existência de serviços de medicina do trabalho e engenharia de segurança em todas as empresas com mais de cem funcionários.

Segundo a OIT, a cada 15 segundos, 160 trabalhadores sofrem acidente de trabalho em algum lugar do mundo; a cada 15 segundos, um trabalhador morre em acidentes ou por doenças associadas ao trabalho. São mais 2 milhões de mortes por ano e mais de 3 bilhões de acidentes, que resultam em ausências estendidas, o que representa, além de incomensurável perda humana, custos que chegam a 4% do PIB.

No Brasil, segundo dados da Previdência, em 2012, foram registradas perdas de mais de R$540 milhões com ocorrências de acidentes de trabalho, os quais devem somar mais 163 mil ocorrências não comunicadas. No total, foram, portanto, quase 800 mil casos. Das mais de 700 mil ocorrências liquidadas em 2012, quase 15 mil resultaram em uma incapacidade permanente, e cerca de 3 mil tiveram óbito como consequência.

Os números são assustadores, expõem claramente a dimensão dessa questão.

O Brasil foi pioneiro ao criar, nos anos 70, a obrigatoriedade de serviços de medicina e segurança do trabalho nas empresas, mas só recentemente, Sr. Presidente, começou a pensar mais sistematicamente na segurança do trabalhador como objeto de uma política pública.

A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho foi instituída, em 2011, pelo Decreto n° 7.602.

Em 2012, o Ministério da Saúde, por sua vez, instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, alinhando a atenção à saúde no trabalho ao conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS.

Essas normas permitem, enfim, construir um plano de ações coordenadas, envolvendo não só as instituições públicas relevantes, como os Ministérios da Previdência e da Saúde, mas também a sociedade civil, inclusive, na área privada, empregados e empregadores.

Com base nessas balizas normativas, temos hoje o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Plansat), que tem por finalidade realizar as aspirações e os objetivos dessa política nacional.

São oito objetivos, Sr. Presidente, que orientam essa caminhada.

O primeiro é a inclusão de todos os trabalhadores brasileiros no Sistema Nacional de Promoção e Proteção da Segurança e Saúde no Trabalho. O grande desafio é promover o trabalho decente e estender a proteção da segurança e da saúde também aos trabalhadores informais, aos micro e pequenos e, naturalmente, àqueles que são terceirizados.

Outro objetivo é harmonizar a legislação que se relacione com a segurança e a saúde do trabalho, em especial a trabalhista, a sanitária e a previdenciária. Reforçar e facilitar a cooperação intersetorial na aborda-

gem dessa questão. Só assim podemos integrar as ações governamentais nesse domínio, terceiro dos objetivos do Plansat.

O quarto objetivo visa à adoção de medidas especiais para atividades laborais submetidas a alto risco de doenças e acidentes de trabalho.

Assim, é preciso refinar critérios para a caracterização dessas situações de risco, muitas vezes intrínsecas ao trabalho e, portanto, não totalmente evitáveis, mas também investir no aperfeiçoamento de máquinas e procedimentos e no saneamento de ambientes e de condições de trabalho para minimizar os riscos que não podem ser evitados e eliminar os que podem sê-lo.

O quinto e o sexto objetivos retomam a necessidade de integração de ações. Antes de mais nada, a estruturação de uma rede integrada de informações sobre segurança e saúde no trabalho. Depois, a implementação de sistemas de gestão da segurança nos setores público e privado.

Finalmente, os dois últimos objetivos dizem respeito à capacitação e à criação de uma agenda integrada de estudos e pesquisas em segurança e saúde do trabalhador.

Sr. Presidente, faço assim aqui uma homenagem a um dia tão importante, que é 27 de julho, como uma data simbólica onde o mundo todo deveria se dedicar a pensar e trabalhar na prevenção para evitar os acidentes no trabalho, e não só no trabalho como também no trânsito, que é algo de fato lamentável.

Por fim, Sr. Presidente, quero mais uma vez na tribuna voltar a falar sobre a tragédia de Santa Maria, para que isso não seja esquecido. Como todos sabem, fui relator da Comissão Temporária de Prevenção a Combate e Incêndio no Brasil. De acordo com o objetivo da Comissão construímos um relatório sobre a tragédia da boate Kiss, ocorrido na cidade gaúcha de Santa Maria, em 27 de janeiro de 2013, que levou à morte 242 jovens.

Encaminhamos as conclusões para instruir o projeto à Câmara dos Deputados. Ocorre que a matéria, votada na Câmara, chegou a esta Casa, em abril deste ano, e até a presente data não foi apreciada em nenhuma Comissão. Isso é grave, Sr. Presidente!

Quando aqui chegou e me disseram que mandaram para uma Comissão temporária, disse que iriam engavetar o projeto da boate Kiss. Morreram 242 pessoas e me responderam de pronto da Mesa: não, não vamos engavetar para agilizar. Está engavetado, sim, porque há um *lobby* muito forte do poder econômico desse setor não permitindo que um projeto tão importante como esse, que tramita sob número 33, de 2014, fosse votado de forma definitiva.

Eu farei um apelo mais uma vez à Mesa para que no esforço concentrado de setembro votemos esse projeto, que é um marco na regulamentação, na prevenção e no combate a incêndio, principalmente em casas de espetáculos. A associação – infelizmente 242 jovens falecidos lá na boate Kiss – tem me cobrado quase que semanalmente dizendo que é inadmissível que nada tenha sido votado ainda, mediante o fato acontecido lá em Santa Maria.

"A maior tragédia de nossas vidas" – isso foi escrito pelo escritor e poeta gaúcho Fabrício Carpinejar, em homenagem ás vítimas de Santa Maria. Diz ele – e aqui eu termino, Sr. Presidente:

> *Morri em Santa Maria hoje. Quem não morreu? Morri na Rua dos Andradas, 1925. Numa ladeira encrespada de fumaça.*
> *A fumaça nunca foi tão negra no Rio Grande do Sul. Nunca uma nuvem foi tão nefasta.*
> *Nem as tempestades mais mórbidas e elétricas desejam sua companhia.*
> *Seguirá sozinha, avulsa, página arrancada de um mapa.*
>
> *A fumaça corrompeu o céu para sempre. O azul é cinza, anoitecemos em 27 de janeiro de 2013.*
> *As chamas se acalmaram às 5h30 [da madruga], mas a morte nunca mais será controlada.*
> *Morri porque tenho uma filha adolescente que demora a voltar para casa.*
> *Morri porque já entrei em uma boate pensando como sairia dali em caso de incêndio.*
> *Morri porque prefiro ficar perto do palco para ouvir melhor a banda.*
> *Morri porque já confundi a porta de banheiro com a de emergência.*
> *Morri porque jamais o fogo pede desculpas quando passa.*
> *Morri porque já fui de algum jeito [vendo que] todos que morreram.*
> *Morri sufocado de excesso de morte; como acordar de novo?*
> *O prédio não aterrissou da manhã, como um avião desgovernado na pista.*
> *A saída era uma só e o medo vinha de todos os lados. Os adolescentes não vão acordar na hora do almoço. Não vão se lembrar de nada. Ou entender como se distanciaram de repente do futuro. Mais de duzentos e quarenta jovens sem o último beijo da mãe, do pai, dos irmãos, [dos amigos]. Os telefones ainda tocam no peito das vítimas estendidas no Ginásio Municipal. [Eu estive lá e vi.]*
> *As famílias ainda procuram suas crianças. As crianças universitárias estão eternamente no silencioso. [Só no silêncio]*

Ninguém tem coragem de atender e avisar o que aconteceu. As palavras perderam o sentido.

Sr. Presidente, eu quero mais uma vez fazer um apelo. Vou falar com o Presidente do Senado para que esse projeto, que é um estatuto de combate a incêndio em casa de espetáculo, seja votado por esta Casa. Não dá para entender que não houve uma votação em uma Comissão do Senado e que não venha para o plenário. E já entrei com requerimento nesse sentido. Eu não sei que força oculta é essa que esconde um projeto que vai garantir, no País, uma política de prevenção a incêndio em casa de espetáculos.

Enfim, Sr. Presidente, eu queria deixar registrado esse pronunciamento, que não vou apresentar, só fica como registro, mas que também me preocupou, porque trata do Dia Nacional da Saúde. E de cada mil bebês que nascem em Cingapura, por exemplo, dois morrem antes de completar um ano de idade. Na Noruega, morrem três; em Portugal, quatro; na Grécia, morrem cinco.

Para citar mortalidade infantil brasileira, deslizaríamos os dedos por uma lista de dezenas de países e chegaríamos à média de 13 mortes a cada mil nascidos.

As estatísticas de epidemias, com sua frieza matemática, pode nos causar indiferença. Entretanto, por meio de um cálculo simples, poderia traduzi-las para a seguinte linguagem: em 2014, mais de 40 mil famílias brasileiras não fizeram, ou não farão, festas de aniversário para festejar o aniversário de vida de seus filhos. Em vez disso, terão organizado velórios. O real significado é este: homens, mulheres e crianças adoecem, sofrem e morrem. Adoecem, sofrem e morrem por falta de uma assistência adequada.

Sr. Presidente, como esse é um relatório de um trabalho muito bem feito pela Consultoria do Senado, que mostra a falta de um atendimento adequado no campo da saúde no Brasil e no mundo, para efeito de registro, vou dar meu discurso como lido na íntegra e voltarei em outro momento para aprofundar o debate.

Assim, agradeço a V. Exª.

Considere na íntegra todos os meus pronunciamentos.

Sem sombra de dúvida, o apelo mais forte que eu faço é para que o projeto, construído numa parceria entre o Senado, a Comissão do Senado, e a Câmara – lá foi aprovado e veio para cá –, venha para o plenário em setembro. Quem sabe, em setembro, lembrando flores, lembrando a entrada da primavera, o Senado possa votar o projeto que vai, de uma vez por todas, construir um estatuto para prevenir, para garantir que os nossos filhos possam entrar numa casa de espetáculo e voltar vivos para casa, com um instrumento forte de combate ao incêndio, o que infelizmente nós não temos ainda no nosso País.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de registrar o documento que recebi da Comissão dos 71 aprovados para o cargo de Policial Legislativos do Senado Federal.

Neste documento os candidatos informam que já foram capacitados por meio do curso de formação custado pelo Senado.

Eles pontuam, ademais, que existem 132 cargos vagos, ou seja, mesmo que os 71 aprovados sejam nomeados, ainda restarão mais de 60 vagas.

Existe, ainda, a previsão de que 85 policiais se aposentem nos próximos seis anos.

Diante disso, eu gostaria de fazer um pedido, no sentido de que os 71 aprovados para o cargo de Policial Legislativo do Senado sejam nomeados com a maior brevidade.

Como eles mesmos bem ponderam:

"...nomear esses aprovados vai ao encontro daquilo que estabelece o Plano de Metas elaborado pelo Senado em 2013, que assim dispõe..."

"...Recompor o quadro de servidores efetivos em função de aposentadorias"

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR SR. PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Comissão dos 71 Aprovados para o cargo de Policial Legislativo do Senado Federal.

Comissão dos 71 Aprovados para o cargo de Policial Legislativo do Senado Federal

Dados e informações relevantes

Os candidatos já foram capacitados por curso de formação custeado pelo Senado Federal, que já investiu o valor de aproximadamente **150 mil reais** nesses futuros policiais.

Ademais, existem **132** cargos vagos, ou seja, mesmo nomeando os **71**, ainda restarão mais de **60** vagas. Sem falar na previsão de **85** aposentadorias nos próximos seis anos. Em relação à média de idade dos policiais, com tais nomeações, a faixa etária será reduzida.

Assim, levando em consideração o investimento de dinheiro público no curso de formação, o número de vagas e as aposentadorias, nomear esses aprovados vai ao encontro do que estabelece o Plano de Metas elaborado pelo Senado em 2013, que assim dispõe: **"Recompor o quadro de servidores efetivos em função de aposentadorias"**.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com muito entusiasmo que dou os parabéns ao Senado Federal, ao seu presidente, Renan Calheiros, a todos os senadores e senadoras pela aprovação na noite de ontem do projeto que concede aposentadoria especial e salário-defeso a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária.

O projeto também assegura a contagem como tempo de contribuição do período de defeso, em que a pesca fica suspensa para garantia da reprodução das espécies. O projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Pelo texto aprovado, durante o período de suspensão da pesca esses trabalhadores deverão receber o salário-defeso, no valor do piso salarial da categoria, a ser custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O salário-defeso será o substituto do seguro-desemprego pago quando ocorre a paralisação ou suspensão das atividades de pesca em decorrência de ato do Executivo federal.

O projeto estabelece que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) averbará como tempo de contribuição o período de defeso decorrente de ato ou norma da União, bastando para isso um simples requerimento e que o segurado comprove sua inscrição no Registro Geral da Pesca.

O substitutivo dispensa a categoria de comprovar, ao reivindicar esse benefício junto ao INSS, o tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Além do mais, estabelece que o deferimento da aposentadoria especial para esses segurados considerará como preponderante a ação dos agentes naturais.

O relatório aprovado, de autoria do senador Benedito de Ura, teve como base dois projetos de nossa autoria.

Sr. Presidente, a sociedade brasileira também tem a sua pontinha de responsabilidade em todo esse processo de reparar uma injustiça a esses milhares de profissionais.

Aliás, o peixe já é um dos pratos mais consumidos pelos brasileiros. E, aí é como diz o dito popular: peixe não cai do céu.

Antes de terminar é importante destacar que o Brasil possui um extraordinário potencial para a produção de pescado Temos a maior reserva de água doce do planeta, com mais de 8 mil km3 e um litoral com 7,4 mil km de extensão. O mundo tem os seus olhos voltados para a Amazônia, por essa e outras razões.

Estamos dando um fabuloso passo no reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do setor da pesca.

Como o pescador Santiago, personagem de o Velho e o Mar, de Hemingway, que sempre cumpriu suas tarefas com gosto, alma e paixão, e fez dessas suas escolhas de vida a certeza do amanhã, para alcançar os seus objetivos, assim são esses homens e mulheres, pescadores e pescadoras do nosso país, que com afinco vem, há anos, lutando por melhores condições de vida.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senado Federal também aprovou ontem à noite, em dois turnos de votação, a proposta de emenda à Constituição que amplia em um ponto percentual o repasse de recursos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

O texto, que agora segue para analise da Câmara dos Deputados, é de autoria da senadora e minha conterrânea, Ana Amélia Lemos.

O reforço às finanças municipais deverá ser realizado ao longo de dois anos – 0,5 ponto no primeiro e 0,5 ponto no segundo. Com isso, o repasse total aos municípios, hoje de 23,5%, passaria a 24,5%.

E um pequeno-grande avanço da nossa legislação, que, com certeza, será muito importante para os nossos municípios.

Portanto, quero também parabenizar esta casa mais uma vez, ao seu presidente, Renan Calheiros e a todos os senadores e senadoras.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia 27 de julho comemoramos o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

A data, Sr. Presidente, lembra a publicação, em 1972, de duas normas importantes para garantir a proteção e a segurança dos trabalhadores brasileiros

– refiro-me à Portaria que instituiu o Plano Nacional de Valorização do Trabalho e à que tornou obrigatória a existência de serviços de medicina do trabalho e engenharia de segurança do trabalho em todas as empresas com mais de 100 funcionários.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a cada 15 segundos, 160 trabalhadores sofrem acidentes de trabalho em algum lugar do mundo.

A cada 15 segundos, um trabalhador morre em acidentes ou de doenças associadas ao trabalho.

São mais de 2 milhões de mortes por ano e mais de 3 milhões de acidentes que resultam em ausências estendidas o que representa, além da incomensurável perda humana, custos que chegam a 4% do PIB global.

No Brasil, segundo dados da Previdência Social, em 2012 foram registradas mais de 540 mil ocorrências de acidentes de trabalho, às quais se devem somar mais de 163 mil ocorrências não comunicadas como tal. Foram, portanto, cerca de 705 mil casos.

Das mais de 724 mil ocorrências liquidadas em 2012, quase 15 mil resultaram em incapacidade permanente e mais de 2.700 tiveram o óbito como conseqüência.

Os números são eloqüentes, Srªs e Srs. Senadores, e expõem claramente a dimensão do problema.

O Brasil foi pioneiro ao criar, nos anos 70, a obrigatoriedade de serviços de medicina e segurança do trabalho nas empresas.

Mas só recentemente, Sr. Presidente, é que se começou a pensar mais sistematicamente na segurança do trabalhador como objeto de uma política pública.

A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho foi instituída em 2011 pelo Decreto n° 7.602.

Em 2012, o Ministério da Saúde, por sua vez, instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, alinhando a atenção à saúde no trabalho ao conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS.

Essas normas nos permitem, enfim, construir um plano de ações coordenadas, envolvendo não só as instituições públicas relevantes – Ministérios da Previdência, do Trabalho e da Saúde -, mas também a sociedade civil, especificamente os trabalhadores e os empregadores.

Com base nessas balizas normativas, temos hoje o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, o PLANSAT, que tem por finalidade realizar as aspirações e os objetivos dessa política nacional.

São 8 objetivos, Senhor Presidente, que orientam as ações desse Plano.

O primeiro é a inclusão de todos os trabalhadores brasileiros no Sistema Nacional de Promoção e Proteção da Segurança e Saúde no Trabalho.

O grande desafio é promover o trabalho decente e estender a proteção da segurança e da saúde também aos trabalhadores informais, às microempresas e aos empreendimentos de economia solidária.

Outro objetivo é harmonizar a legislação que se relacione com a segurança e a saúde do trabalho – em especial a trabalhista, a sanitária e a previdenciária.

Reforçar e facilitar a cooperação intersetorial na abordagem dessa questão da segurança e da saúde no trabalho é uma condição necessária para o sucesso de qualquer política pública voltada para isso.

Só assim podemos integrar as ações governamentais nesse domínio, terceiro dos objetivos do PLANSAT.

Um quarto objetivo visa à adoção de medidas especiais para atividades laborais submetidas a alto risco de doenças e acidentes de trabalho.

Aqui é preciso refinar critérios para a caracterização dessas situações de risco, muitas vezes intrínsecas ao trabalho e, portanto, não totalmente evitáveis, mas também investir no aperfeiçoamento de máquinas e procedimentos, no saneamento de ambientes e de condições de trabalho para minimizar os riscos que não podem ser evitados e eliminar os que podem sê-lo.

O quinto e o sexto objetivos do PLANSAT retomam a necessidade de integração de ações.

Antes de mais nada, a estruturação de uma rede integrada de informações sobre segurança e saúde no trabalho. Depois, a implementação de sistemas de gestão da segurança nos setores público e privado.

Finalmente, os dois últimos objetivos dizem respeito à capacitação e à criação de uma agenda integrada de estudos e pesquisas em segurança e saúde do trabalho.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Fiz questão de demorar-me um pouco sobre esse recente Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho porque considero que se trata, de fato, de um avanço relevante na forma como essa questão é abordada em nosso País -questão, de resto, de suma importância, dado o significado que o trabalho tem nas nossas vidas.

O trabalho é um direito e um dever de cada um de nós. Trata-se, Senhor Presidente, de um dos ingredientes básicos de nossa vida social – mais do que isso, o trabalho é talvez o elemento fundamental, que, sublinhando todo o conjunto de nossas relações sociais, dá a elas consistência e densidade.

Um trabalho saudável e seguro, portanto, é um ingrediente necessário de toda e qualquer vida social plena.

Enfim, Sr. Presidente, a comemoração deste Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é uma ocasião para reforçarmos nossa atenção sobre essa questão importantíssima, da qual depende em ampla medida nosso bem-estar social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como todos sabem, fui relator da Comissão Temporária de Prevenção e Combate a Incêndios no Brasil.

De acordo com o objetivo da Comissão construí um Relatório sobre a tragédia da Boate Kiss, ocorrida na cidade gaúcha de Santa Maria, em 27 de janeiro de 2013, que levou à morte vários jovens.

Encaminhamos as conclusões para instruir o projeto que tramitava na Câmara dos Deputados, PL 2020/2007, de autoria da Deputada Elcione Barbalho.

Ocorre que a matéria chegou nesta Casa Legislativa em abril deste ano e até a presente data o projeto não foi apreciado por esta Casa Legislativa.

A matéria, que tramita sob PLS n° 33/2014, foi destinado a uma Comissão Temporária Destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil, com relatoria do nobre senador Eunício Oliveira.

Acredito que esse é um assunto prioritário, e devemos apressar a apreciação dessa matéria.

Não dá mais para aguardar que outras vidas sejam ceifadas por falta de uma legislação realmente eficaz.

Recebi em meu Gabinete correspondência da Associação dos Familiares de Vitimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria que trata do descaso, por parte de autoridades publicas, frente a uma denuncia formulada por total falta de segurança aos usuários de casas noturnas em Santa Maria.

Foram notificados o Prefeito Municipal, o Corpo de Bombeiros e o Ministério Público, porem, segundo relato dos interessados, o descaso continua a imperar, em total desvalorização da vida humana.

Por fim, quero encerrar dizendo da importância de votarmos essa matéria, pois agindo assim estaremos poupando vidas!

Encerro com o poema que retrata essa nossa preocupação:

> *"A maior tragédia de nossas vidas", do escritor e poeta gaúcho Fabrício Carpinejar, em homenagem às vítimas da tragédia em Santa Maria.*
> *"Morri em Santa Maria hoje. Quem não morreu? Morri na Rua dos Andradas, 1925. Numa ladeira encrespada de fumaça.*
> *A fumaça nunca foi tão negra no Rio Grande do Sul. Nunca uma nuvem foi tão nefasta.*
> *Nem as tempestades mais mórbidas e elétricas desejam sua companhia. Seguirá sozinha, avulsa, página arrancada de um mapa.*
> *A fumaça corrompeu o céu para sempre. O azul é cinza, anoitecemos em 27 de janeiro de 2013.*
> *As chamas se acalmaram às 5h 30min, mas a morte nunca mais será controlada.*
> *Morri porque tenho uma filha adolescente que demora a voltar para casa.*
> *Morri porque já entrei em uma boate pensando como sairia dali em caso de incêndio.*
> *Morri porque prefiro ficar perto do palco para ouvir melhor a banda.*
> *Morri porque já confundi a porta de banheiro com a de emergência.*
> *Morri porque jamais o fogo pede desculpas quando passa.*
> *Morri porque já fui de algum jeito todos que morreram.*
> *Morri sufocado de excesso de morte; como acordar de novo?*
> *O prédio não aterrissou da manhã, como um avião desgovernado na pista.*
> *A saída era uma só e o medo vinha de todos os lados.*
> *Os adolescentes não vão acordar na hora do almoço. Não vão se lembrar de nada. Ou entender como se distanciaram de repente do futuro.*
> *Mais de duzentos e quarenta jovens sem o último beijo da mãe, do pai, dos irmãos.*
> *Os telefones ainda tocam no peito das vítimas estendidas no Ginásio Municipal.*
> *As famílias ainda procuram suas crianças. As crianças universitárias estão eternamente no silencioso.*
> *Ninguém tem coragem de atender e avisar o que aconteceu.*
> *As palavras perderam o sentido."*

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de cada mil bebês que nascem em Cingapura, dois morrem antes de completar um ano de idade.

Na Noruega, morrem três. Em Portugal, quatro. Na Grécia, morrem cinco.

Para citar a mortalidade infantil brasileira, deslizaríamos os dedos por uma lista de dezenas de países e chegaríamos à média de treze mortes a cada mil nascidos vivos.

As estatísticas de epidemias, com sua frieza matemática, podem nos causar indiferença.

Entretanto, por meio de um cálculo simples, poderíamos traduzi-las para a seguinte linguagem; em 2014, mais de 40 mil famílias brasileiras não fizeram, ou não farão, festas de aniversário para comemorar um ano de vida de seus filhos.

Em vez disso, terão organizado velórios. O real significado é esse: homens, mulheres e crianças adoecem, sofrem, e morrem em nosso País.

Adoecem, sofrem e morrem por falta de assistência básica à saúde. E tem sido assim há mais tempo que o necessário.

Isso me faz lembrar um conto russo sobre um velho senhor que ganhava a vida fabricando caixões .

A cidade era pequena. As pessoas, longevas. O senhor – de nome Yakov – não se conformava com a raridade perturbadora com que as pessoas morriam.

Os negócios iam mal na Rússia do século 19. O que aconteceria se Yakov vivesse no Brasil do século 21?

Emergências caóticas, pacientes internados pelos corredores dos hospitais, filas de pessoas varando madrugadas para marcar consultas, espera de meses, por vezes anos, para a realização de cirurgias, UTIs lotadas

É, nós temos uma lista de problemas bem grande.

E não podemos esquecer dos milhões de brasileiros que, por não terem acesso a nenhum tipo de assistência médica, não passam por dificuldades desse tipo.

Pesquisas recentes mostram que a principal preocupação do brasileiro é a saúde. Não é emprego, moradia, educação ou segurança. É a saúde.

O que fazer? O que fazer para reduzir a mortalidade infantil, acabar com a espera por atendimento e esvaziar as UTIs?

Não se trata de uma pergunta retórica. A resposta existe. A resposta é "Atenção Básica à Saúde11.

E é sobre ela que desejo falar neste momento, em que lembramos o 5 de agosto, Dia Nacional da Saúde.

Pois bem, em 1978, na cidade de Alma-Ata (hoje Almaty), no Cazaquistão, reuniram-se representantes de 134 países e 67 organismos internacionais.

A conferência foi organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e denominou-se "Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde".

O consenso a que se chegou foi o seguinte: a Atenção Básica à Saúde é a melhor estratégia para atingir o objetivo "Saúde para Todos".

Ou seja, quando se considera que a saúde é direito de todos e dever do Estado – como nós, brasileiros, consideramos –, a Atenção Básica à Saúde é o caminho.

De acordo com a OMS, Atenção Básica são "cuidados essenciais de saúde, baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentados e socialmente aceitáveis, colocados ao alcance universal de indivíduos e famílias, a um custo que a comunidade e o país possam manter em cada fase de seu desenvolvimento."

A Atenção Básica "deve ser a função centrai e o foco principal do sistema de saúde do país."

A Atenção Básica "representa o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde;– representa o mecanismo pelo qual os cuidados com a saúde são levados aos lugares onde as pessoas vivem e trabalham; e constituem o primeiro elemento de um processo continuado de assistência à saúde."

Atenção Básica tem a ver com universalidade, com equidade e com integralidade.

É o caminho mais curto – e mais barato – para atingir a todos, de forma igual, e integralmente.

A Atenção Básica é capaz de resolver 80% dos problemas de saúde da população. É capaz de reduzir, por meio da ação preventiva, 70% da carga de doenças do sistema de saúde.

E a maneira mais efetiva, mais econômica e mais inteligente de reduzir as filas para consultas, esvaziar as emergências dos hospitais e liberar os leitos das UTÍs.

É a estratégia mais eficiente para reduzir a mortalidade infantil, aumentar a expectativa de vida, prevenir as doenças cardiovasculares e detectar precocemente os cânceres.

É a forma mais clara de responder ao clamor popular. E é também a melhor forma de garantir que o velho Yakov continue reclamando da vida.

No Brasil, o financiamento da saúde pública é responsabilidade das três esferas de governo.

A parcela principal do investimento cabe ao Governo Federal. Os municípios, entretanto, são os responsáveis pela gestão da maior parte dos serviços de saúde.

Segundo análise do Tribunal de Contas da União, os investimentos em saúde cresceram progressivamente nos últimos anos.

A maior beneficiada desses investimentos foi, justamente, a Atenção Básica. E, no âmbito da Atenção Básica, o principal destino dos investimentos foi a Estratégia de Saúde da Família.

A Estratégia de Saúde da Família é um modelo de atenção à saúde baseado em equipes multiprofissionais, responsáveis por acompanhar a população que reside em uma determinada região.

As equipes são compostas por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, agente comunitário de saúde e, quando possível, profissional de saúde bucal.

É o principal vetor da Política Nacional de Atenção Básica, que tem por objetivo tornar realidade o ideal de saúde para todos.

Um estudo do Ministério da Saúde, em parceria com as Universidades de São Paulo e de Nova Iorque, mostrou que um aumento de 10% na cobertura de Saúde da Família reduz em quase 5% a mortalidade infantil.

Entre 2008 e 2012, os investimentos em Atenção Básica à Saúde aumentaram de oito para doze bilhões de reais.

A despeito do aumento nos investimentos, não foi possível observar aumento na cobertura dos serviços prestados pelas Equipes de Saúde da Família.

A partir do segundo semestre de 2013, entretanto, a realidade mudou. Mudou drasticamente.

Os Secretários Municipais do Rio Grande do Sul, que são os gestores locais do sistema de saúde, dizem que estamos vivendo uma verdadeira revolução na Atenção Básica à Saúde.

Eles sabem o que dizem. Afinal de contas, são eles que têm contato direto com os serviços de saúde.

São eles que mais sofrem quando não conseguem atender às demandas da população.

São eles – representados pelo Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul – que nos trazem as boas notícias de lá.

São Vicente do Sul, por exemplo, é uma pequena cidade de oito mil e quinhentos habitantes, localizada na região centro-ocidental do estado.

Ela tem orgulho de ser conhecida como "a terra doce do centro-oeste gaúcho".

Há muitos anos, enfrentava sérias dificuldades para conseguir manter apenas uma equipe da Estratégia de Saúde da Família.

Hoje, conta com três equipes completas. E obteve recursos para reformar suas Unidades Básicas de Saúde.

São Gabriel, de 65 mil habitantes – conhecida como "a Terra dos Marechais" e lugar onde nasceu o pai de Tom Jobim –, não contava com nenhuma Equipe de Saúde da Família até o início do ano passado. Desde então, conseguiu formar 15 equipes.

Palmares do Sul, no início do ano passado, contava com apenas um médico para atender a toda a população do município.

O médico atendia apenas 20 horas por semana, e num distrito remoto. Este ano, eles estão conseguindo formar quatro Equipes de Saúde da Família, cada qual com seu médico.

Na Ilha dos Porcos, que fica na Lagoa dos Patos e faz parte do município, vive uma tribo de índios Caingangue.

Pela primeira vez na história, o município de Palmares do Sul conseguiu levar uma equipe de Saúde da Família até a ilha.

Encruzilhada do Sul tinha cinco Equipes de Saúde da Família e conseguia dar cobertura a 75% de sua população.

Esbarrava, entretanto, na dificuldade de contratar médicos para manter as equipes existentes.

Este ano, eles estão conseguindo montar mais três equipes e planejam dar cobertura a 100% da população.

Vacaria conseguia manter, com dificuldade, oito equipes da Estratégia de Saúde da Família.

Agora, estão montando mais cinco. Alegrete, ao longo do último ano, conseguiu passar de oito para 18 equipes.

No início de 2013, Viamão não contava com nenhuma equipe da Estratégia de Saúde da Família.

Escolhendo a Atenção Básica como caminho, planejou formar 35 equipes para atender 50% da população. Só conseguiu formar cinco equipes.

Do segundo semestre de 2013 até abril deste ano, já conseguiu completar 29 equipes e atingir 42% da população.

Antes, encaminhavam novecentas pessoas por mês para atendimento em Porto Alegre. Hoje, encaminham menos de quinhentas.

Em Novo Hamburgo, a cobertura da população pela Estratégia de Saúde da Família saltou de 30%, em abril de 2013, para 75%, neste ano.

As filas para atendimento na Atenção Básica acabaram. Eles fizeram uma pesquisa com os usuários do sistema público de saúde e descobriram que 98% das pessoas consideravam o atendimento bom ou ótimo.

Noventa e oito por cento de usuários do SUS consideraram o atendimento bom ou ótimo!

As boas notícias chegam de todos os lados: Bagé, Uruguaiana, Araricá, Ilopolís, Guarani das Missões, Salto do Jacuí.

O Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul fez um diagnóstico dessa "Revolução na Atenção Básica".

Identificaram três mudanças como sendo as principais responsáveis pela "revolução".

Em primeiro lugar, a Atenção Básica à Saúde tornou-se prioridade em nível nacional. O aumento substancial dos investimentos do Governo Federal em saúde, principalmente em Atenção Básica, confirmam essa hipótese.

Em segundo lugar, o estado (Rio Grande do Sul) está cumprindo a meta constitucional de investimento mínimo de 12% da arrecadação no cofinanciamento da saúde.

E, finalmente, em terceiro lugar – mas considerado por muitos como o fator mais importante –, o Programa Mais Médicos do Governo Federal.

A sensação geral é de que esse Programa está conseguindo suprir uma carência crônica dos municípios brasileiros, a enorme dificuldade que eles tinham com o provimento e a fixação dos médicos.

O resultado é que os gestores municipais conseguiram aumentar a cobertura do sistema de saúde. Conseguiram tornar os sistemas mais resolutivos.

Reduziram os encaminhamentos para atendimento em centros maiores. E têm observado, nos últimos tempos, e para seu próprio alívio, uma população muito mais satisfeita.

Acredito que não é apenas o Rio Grande do Sul que tem vivido essa revolução saudável.

Informações do Governo Federal nos dão conta de que são quase 15 mil médicos suprindo as necessidades de três mil, oitocentos e dezenove municípios e atendendo 50 milhões de brasileiros. São números espetaculares.

É fundamental que a gente persista nesse caminho. Não devemos desviar o foco da Atenção Básica à Saúde.

Precisamos solucionar, em definitivo, a dificuldade de provimento e fixação de médicos nas localidades que deles mais necessitam.

Vamos fazer, finalmente, valer o artigo 196 da nossa Constituição, no qual se lê que "A saúde é um direito de todos e dever do Estado".

A revolução na Saúde Brasileira está apenas começando!.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Exª, Senador Paulo Paim, será atendido na forma regimental.

Eu me somo ao apelo de V. Exª ao Presidente desta Casa para que ele coloque em discussão e votação, neste plenário, o projeto do instituto de preservação da vida nas casas de espetáculos.

Eu convido o eminente Senador Anibal Diniz para que assuma a Presidência, para que eu possa proferir o meu pronunciamento.

O Sr. Ruben Figueiró deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Ruben Figueiró, eminente representante do Estado do Mato Grosso.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores que nos honram com a sua presença neste plenário, inicialmente, desejo registrar um acontecimento ímpar que ocorreu hoje no Senado da República, especificamente na Comissão de Infraestrutura, quando, por minha iniciativa, ela se reuniu para ouvir personalidades brasileiras e estrangeiras, objetivando estudo sobre a Rota Bioceânica, ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico.

Essa ideia não é nova no Brasil. Ela tem ocorrido desde tempos imemoriais, quando os bandeirantes e desbravadores espanhóis, percorrendo as vias navegáveis, como o Rio Amazonas, como o Rio Paraguai, como o Rio Paraná até a conjunção dos dois no Rio da Prata, homens adentravam pelo interior da América do Sul, procurando tão somente o ouro e a prata nas regiões mais altas da Bolívia e do Peru, mas com o objetivo também de atingir os mares do Pacífico, procurando a rota das Índias, a rota do Oriente, da China.

Essa audiência atendeu uma expectativa de todos que lá compareceram. Depoimentos importantes como o do representante do Ministério das Relações Exteriores, o Prefeito da Cidade de Porto Murtinho, meu Estado, que é um ponto de partida para a conquista do território paraguaio, argentino e chileno até o Porto de

Iquique; o Prefeito de Iquique, também às margens do Oceano Pacífico, um homem que há mais 50 anos vem lutando para sensibilizar as autoridades sul-americanas sobre a importância dessa ligação rodoviária e também ferroviária entre os dois oceanos. Também manifestou-se o representante do Governo de Mato Grosso do Sul, Estado altamente empenhado para implantação dessa rodovia transnacional.

Pretendo voltar à tribuna em momentos posteriores para fazer um relato completo do que foi essa audiência, que abriu horizontes para que o Brasil dê um passo definitivo no sentido de apoiar esta iniciativa que vem, como disse, de muitos anos.

E desejo especificamente ressaltar aqui a manifestação do eminente Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, que lá esteve presente para manifestar o ponto de vista da Presidente Dilma Rousseff, completamente solidária com esse propósito, que enfatizou não só a sua importância, mas o interesse do Governo brasileiro de que ações sejam feitas junto aos governos das Repúblicas do Paraguai, da Argentina, da Bolívia e do Chile, para a sua concretização.

Com muita satisfação, faço esse breve relatório a V. Exªs, Srs. Senadores, na serena expectativa sobre a questão da rota bioceânica, do sentido do Porto de Santos, adentrando pelo território paulista, pelo território sul-mato-grossense até a cidade de Porto Murtinho, atravessando o Rio Paraguai, adentrando no território paraguaio, repito, argentino, e por duas vias, uma pela Argentina e também pelo território boliviano, para atingir o Porto de Iquique, lá no norte do território chileno.

Fica, portanto, aqui, o meu compromisso de voltar a esta tribuna para, em relato mais minucioso, comunicar a V. Exªs esse auspicioso acontecimento que teve ensejo na Comissão de Infraestrutura deste Senado da República e que teve, preciso ressaltar, o apoio de S. Exª o Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor.

Sr. Presidente, também estou aqui para relatar as minhas inúmeras andanças pelo meu Estado, o Mato Grosso do Sul, e até aqui pela capital do País, onde tenho percebido a insatisfação da população com as escolhas estratégicas da atual gestão federal. Isso em diversos campos: na educação, na saúde, na segurança pública, na condução da política interna e externa e, de maneira mais gritante, na economia.

Em uma rápida olhada nas manchetes dos jornais, vemos notícias nada alvissareiras. Exemplo: o Brasil avançou uma única posição no *ranking* de qualidade de vida e ficou em 79° lugar entre os 187 países ligados a esse índice.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) brasileiro, que analisa dados de saúde, educação e renda, avança a passos de tartaruga, em ritmo menor, se comparado ao de outros países emergentes. Desde 2008, o Brasil perdeu quatro posições no *ranking*, enquanto a China avançou dez!

O Governo da Senhora Presidente Dilma Rousseff reclama que o relatório da ONU teria usado estatísticas defasadas. A meu ver, uma desculpa para escamotear o fato de que o baixo crescimento e a volta da inflação, se não controlados na raiz, vão dificultar as melhorias sociais, ainda tão necessárias. Sem contar com a estagnação da educação de crianças e adultos, que não melhorou nos últimos tempos. Se continuar nesse ritmo, assim será... E daqui para pior.

Srs. Senadores, a inflação alta eleva as desigualdades sociais, prejudica o crescimento da economia, o que consequentemente aumenta o desemprego e dificulta às famílias terem comida na mesa. Parece uma bola de neve que só vai crescendo.

Não quero, Sr. Presidente, parecer apocalíptico, mas todos sabemos que 2015 será um ano extremamente difícil para a nossa Pátria. O corte de gastos, o aumento de impostos e do valor de contas como a da energia elétrica e dos combustíveis, serão inevitáveis: reflexos de uma política – diria até – irresponsável da atual gestão.

Outro fato preocupante foi a quinta redução consecutiva nas estimativas de crescimento do Brasil previstas pelo Fundo Monetário Internacional. Para o Fundo, a baixa confiança de investidores e consumidores, levou o órgão a estimar uma expansão de 1,3% do PIB brasileiro em 2014, e não mais de 1,9%, conforme havia previsto no seu relatório trimestral – aspas – "Perspectivas para a Economia Mundial", publicado em abril. Para analistas do Fundo, o Brasil tem – aspas – "claros impedimentos estruturais" – fecha aspas – que mantêm muito baixa a taxa de investimento e limitam o crescimento. Também ressaltam que o nosso País está em recessão.

Mas não precisa ser muito entendido de economia para perceber que as coisas não vão tão bem assim. A dona de casa, que vê os produtos da feira aumentarem paulatinamente; o cidadão, já idoso, que tem que esticar sua baixa aposentadoria para continuar sustentando filhos desempregados e até netos; o trabalhador que aceita redução de salário e aumento de carga horária para não ficar desempregado. Todos já perceberam, há muito tempo, que as coisas não andam tão bem no País dos sonhos, propaladas pela atual gestão federal.

Emociono-me, Sr. Presidente, quando percebo que o povo está com a visão crítica e quer participar ativamente, especialmente neste momento em que temos a grande oportunidade de mudar os rumos de nosso País nas urnas. Em algumas semanas, poderemos estar diante da cabine de votação e garantir, da maneira mais democrática possível, que novos ventos soprem no nosso gigante Brasil tão rico em recursos naturais e

humanos, mas carente de bons governantes, realmente capacitados para realizar uma gestão eficiente, comprometida, transparente e honesta. Agora estamos diante da oportunidade de mudança.

Tenho ouvido inúmeras sugestões de meus concidadãos quando ando pelas ruas do meu Mato Grosso do Sul. Também recebo pessoas empolgadas e bem intencionadas em meu gabinete, aqui no Senado da República, como foi o caso da visita do Sr. Gilmar Martins Borges, ocorrida ainda no final do mês de junho.

Assim como eu, ele já não é um octogenário... Digo: assim como eu, ele já é um octogenário. Gostaria de não o ser, mas assim Deus o quis. O economista e administrador aposentado está preocupado com os rumos do Brasil. Trouxe-me sugestões valiosas, que chamou de "corrente da vitória", para que consigamos levar a oposição à cadeira presidencial e assim promover uma gestão mais responsável para nosso País. Ele ressaltou a importância da municipalidade e lamentou enormemente a concessão de redução de IPI, realizada pelo Governo Federal para – entre aspas – "ficar bem na fita, usando o chapéu alheio".

O Sr. Gilmar sugeriu que fizéssemos uma campanha não convencional, focando na capacidade inovadora do Senador Aécio Neves. Ressaltou ainda que informar o povo dos desmandos e equívocos de gestão da Senhora Presidente, batendo na tecla do que ocorre em cada Estado, seria uma estratégia interessante.

Recebi-o em meu gabinete, como disse, com grande prazer. Da mesma forma que gosto quando vejo minha neta, Camila Oliveira Hoff, estudante de Medicina nos Estados Unidos, de vinte e poucos anos, argumentar, com grande consistência, sobre a importância de os candidatos atingirem o público jovem, fico igualmente satisfeito ao ver um senhor de idade já avançada tão empolgado em ajudar a alcançarmos outro patamar de gestão neste País, com o Senador Aécio Neves na Presidência.

Outra manifestação que queria destacar desta tribuna, neste instante, entre as inúmeras que recebo todos os dias como V. Exªs, foi a do Sr. Oliveira Corcete Dutra, que, por *e-mail* enviado a todos os Senadores, fez um clamor por mudanças e trouxe sugestões para a campanha do nosso candidato, no meu caso especificamente, o Senador Aécio Neves. Foi propositivo. Destacou especialmente a área da educação, demonstrando um interesse em conhecer e em fazer o povo conhecer o plano de governo do PSDB.

Eu faço aqui, Sr. Presidente, traduzo, reproduzo algumas sugestões dele e agradeço a V. Exª antecipadamente que considere como lidas essas informações que, inclusive, constam do *e-mail* que possivelmente V. Exª tenha recebido no seu gabinete. São várias que tratam principalmente sobre a educação, sobre a saúde, sobre a justiça, sobre a segurança, sobre a infraestrutura, e outros assuntos de palpitante interesse do cidadão brasileiro.

Como afirmei, Sr. Presidente, essas manifestações me deixam feliz. Vejo que o cidadão está interessado em participar do processo político-democrático. Quer dar sua contribuição e, acima de tudo, quer uma nova direção para o Brasil.

Temos um enorme potencial, não podemos ficar de braços cruzados e deixar o País se afundar retornando a uma possível recessão. Para buscar novos horizontes, é preciso dar as rédeas da situação àquele que é o mais capacitado, que tem o melhor projeto de gestão, que está acompanhado de uma equipe altamente competente e que prioriza, acima dos interesses politiqueiros, a política no seu mais nobre significado.

Esse, Sr. Presidente, representa o meu pensamento, evidentemente respeitando o pensamento dos nobres Srs. Senadores que defendem pontos de vistas diferentes.

Estas pessoas – repito – nós já temos: Aécio Neves, para Presidente da República, e Aloysio Nunes, também nosso companheiro, para Vice-Presidente. É isso que o povo quer. Estamos vendo paulatinamente a candidata do Governo caindo nas pesquisas eleitorais e o nosso candidato subindo. Estou confiante na vitória das umas para que possamos respirar aliviados com a segurança de que o Brasil estará em boas mãos.

Sr. Presidente, agradecendo a sua gentileza de me conceder a oportunidade de falar neste instante desta tribuna para V. Exªs, com o objetivo de, através das ondas da Rádio Senado e das imagens da TV Senado, chegar ao povo brasileiro, conclamando a se juntar a nós nesta luta por mudanças de rumo que desejamos implantar após as eleições de outubro deste ano.

Muito obrigado a V. Exª.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nas minhas inúmeras andanças pelo meu Estado, o Mato Grosso do Sul e até aqui na Capital do País tenho percebido a insatisfação da população com as escolhas estratégicas da atual gestão federal.

Isto em diversos campos: na educação, na saúde, na segurança pública, na condução da política interna e externa e, de maneira mais gritante, na economia.

Em uma rápida olhada nas manchetes dos jornais, vemos notícias nada alvissareiras. Exemplo: O Brasil avançou uma única posição no ranking de qualidade de vida e ficou em 79° (septuagésimo nono) lugar, entre 187 países.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) brasileiro, que analisa dados de saúde, educação e renda avança a passos de tartaruga, em ritmo menor se comparado ao de outros países emergentes Desde 2008, o Brasil perdeu quatro posições no ranking enquanto a China avançou dez!

O governo da senhora Dilma Rousseff reclama que o relatório da ONU teria usado estatísticas defasadas. A meu ver, uma desculpa para escamotear o fato de que o baixo crescimento e a volta da inflação, se não controlados na raiz vão dificultar as melhorias sociais, ainda tão necessárias. Sem contar na estagnação da educação de crianças e adultos, que não melhorou nos últimos tempos. Se continuar nesse ritmo, assim será... E daqui para pior.

A inflação alta eleva a desigualdade social, prejudica o crescimento da economia, o que consequentemente aumenta o desemprego e dificulta as famílias de terem comida na mesa. Parece uma bola de neve que só vai crescendo.

Não quero parecer apocalíptico, mas todos sabemos que 2015 será um ano difícil. O corte de gastos, o aumento de impostos e do valor de contas como a de energia elétrica e dos combustíveis, serão inevitáveis: reflexos de uma política – diria até – irresponsável da atual gestão.

Outro fato preocupante foi a quinta redução consecutiva nas estimativas de crescimento do Brasil prevista pelo FMI. Para o Fundo Monetário Internacional a baixa confiança de investidores e consumidores, levou o órgão a estimar uma expansão de 1,3% do PIB brasileiro em 2014, e não mais 1,9%, conforme havia previsto no seu relatório trimestral "Perspectivas para a Economia Mundial", publicado em abril. Para analistas do Fundo, o Brasil tem "claros impedimentos estruturais" quem mantém muito baixa a taxa de investimento e limitam o crescimento. Também ressaltam que nosso país está em recessão.

Mas não precisa ser muito entendido de economia para perceber que as coisas não vão tão bem assim. A dona de casa, que vê os produtos da feira aumentarem paulatinamente; ò cidadão já idoso que tem que esticar sua baixa aposentadoria para continuar sustentando filhos desempregados e até netos; o trabalhador que aceita redução de salário e aumento de carga horária para não ficar desempregado. Todos já perceberam há muito tempo que as coisas não andam tão bem no país dos sonhos propalado pela atual gestão federal.

Emociono-me quando percebo que o povo está com visão crítica e quer participar ativamente. Especialmente neste momento que temos a grande oportunidade de mudar os rumos do nosso país nas urnas. Em algumas semanas poderemos estar diante da cabine de votação e garantir, da maneira mais democrática possível que novos ventos soprem no nosso gigante Brasil tão rico em recursos naturais e humanos, mas carente de bons governantes, realmente capacitados para realizar uma gestão eficiente, comprometida, transparente e honesta. Agora estamos diante da oportunidade da mudança!

Tenho ouvido inúmeras sugestões de meus concidadãos quando ando pelas ruas de Mato Grosso do Sul. Também recebo pessoas empolgadas e bem intencionadas em meu gabinete, em Brasília, como foi o caso da visita do senhor Gilmar Martins Borges, ocorrida ainda em junho.

Assim como eu, ele já é um octogenário. O economista e administrador aposentado está preocupado com os rumos do Brasil. Trouxe-me sugestões valiosas, que chamou de "corrente da vitória", para que consigamos levar a oposição à cadeira presidencial e assim promover uma gestão mais responsável para nosso país. Ele ressaltou a importância da municipalidade é lamentou enormemente a concessão de redução de IPI realizada pelo governo federal para "ficar bem na fita, usando o chapéu alheio"

O Sr. Gilmar sugeriu que fizéssemos uma campanha não convencional, focando na capacidade inovadora de Aécio Neves. Ressaltou ainda que informar o povo dos desmandos e equívocos da gestão Dilma Rousseff, batendo na tecla do que ocorre em cada Estado, seria uma estratégia interessante.

Recebi-o em meu gabinete com grande prazer Da mesma forma que gosto quando vejo minha neta, estudante de medicina, de vinte e poucos anos, argumentar com grande consistência sobre a importância de os candidatos atingirem o público jovem, fico igualmente satisfeito ao ver um senhor de idade já avançada tão empolgado em ajudar a alcançarmos outro patamar de gestão neste País, com Aécio Neves na Presidência.

Outra manifestação que queria destacar desta Tribuna, entre as inúmeras que recebo todos os dias, foi a do senhor Oliveira Corcete Dutra que por e-mail enviado a todos os senadores fez um clamor por mudanças e trouxe sugestões para a campanha do nosso candidato, Aécio Neves. Foi propositivo. Destacou especialmente a área da educação, demonstrando um interesse em conhecer e em fazer o povo conhecer o plano de governo do PSDB. Reproduzo aqui as sugestões dele, agradecendo imensamente sua participação.

Disse ele:

> *"Para vencer as eleições para a presidência da República existe uma fórmula infalível, que é apresentar, de forma clara e consistente, o projeto do Brasil do Futuro, do Brasil de nossos sonhos, que seja capaz de*

empolgar a população e principalmente a juventude pela perspectiva de termos um país do qual possamos nos orgulhar.

O projeto deve estabelecer objetivos e metas, ousadas mas factíveis, para cada área do governo: Educação, Saúde, Justiça Segurança, Infraestrutura, etc. nessa ordem de prioridades, é especificar as ações que serão empreendidas para garantir que os objetivos e metas sejam alcançados nos prazos estabelecidos.

Exemplo para a área da Educação:

Objetivo: Colocar a Educação do Brasil, até 2030, entre as 10 de melhor qualidade do mundo.

Ações: Dotar toda escola pública brasileira de um prédio escolar adequado (espaçoso, equipado, confortável), onde o aluno se sinta bem e tenha prazer em estar nele. Estabelecer em cada Escola uma biblioteca (que seja aberta aos familiares do aluno), com um número mínimo de títulos da melhor literatura brasileira e universal, com sala de leitura e pesquisa.

Dotar cada escola de uma praça de esportes mínima.

Apoiar e fortalecer os cursos de formação de professores.

Avaliar e reciclar todos os professores da rede, permanentemente, dobrar, no mínimo, a remuneração real dos professores em 04 anos.

Acho que seria interessante divulgar o projeto de cada área, seqüencialmente, a cada 15 dias.

Os eleitores seriam desafiados a votar em um projeto de Brasil, mais de que em um partido e um nome."

Conclui o Sr. Oliveira Comete Dutra, em mensagem enviada por e-mail.

Como afirmei, senhor presidente, estas manifestações me deixam feliz. Vejo que o cidadão está interessado em participar do processo político democrático. Quer dar sua contribuição e, acima de tudo, quer uma nova direção para o Brasil.

Temos um enorme potencial, não podemos ficar de braços cruzados deixar o País se afundar retornando a uma possível recessão. Para buscar novos horizontes, é preciso dar as rédeas da situação àquele que é o mais capacitado que tem o melhor projeto de gestão, que está acompanhado de uma equipe altamente competente e que prioriza, acima dos interesses politiqueiros, a política no seu mais nobre significado.

Estas pessoas nós já temos: Aécio Neves, na presidência, e Aloysio Nunes na vice. É isso que o povo quer, estamos vendo paulatinamente a candidata do governo caindo nas pesquisas eleitorais e o nosso candidato subindo. Estou confiante na vitória das umas para podermos respirar aliviados é com a segurança de que o Brasil estará em boas mãos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Agora com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei muito rápido, mas, antes de mais nada, gostaria de cumprimentar e louvar a iniciativa do Senador Ruben Figueiró de hoje ter promovido uma audiência pública que tratou de importantes assuntos de logística, sobretudo do transporte intermodal no Mato Grosso do Sul, com certeza também beneficiando o nosso Estado de Mato Grosso e toda a Região Centro-Oeste.

Senador Ruben Figueiró, tive oportunidade de participar de parte daquela audiência e achei louvável a iniciativa e a atitude de V. Exª ao promover um evento de tamanha envergadura, com a participação de embaixadores, do Prefeito de Iquique, de representantes de outras entidades, sobretudo de órgãos governamentais, tratando do transporte que vai permitir, naturalmente, o escoamento da produção, sobretudo a do seu Estado.

E o que muito me chamou a atenção, Senador Ruben Figueiró, foram as palavras do Deputado do seu Estado, do Deputado Federal do Mato Grosso do Sul, dizendo que hoje o Mato Grosso do Sul é o maior produtor de celulose – parece-me, se não me falha a memória – do mundo. Um Estado como aquele realmente já contribui sobremaneira, também, com a exportação, com a geração de emprego, de renda e de impostos para o nosso País.

De maneira que, quando V. Exª promove um ato, um evento como aquele, isso é muito importante não só para o seu Estado, mas sobretudo para o Brasil. V. Exª está preocupado em buscar novas alternativas de escoamento de produção, através do transporte aquaviário, através dos mares e dos portos mais bem localizados em relação ao Paraguai, à Bolívia, à Argentina, podendo-se ir até o Chile.

Eu tive oportunidade de conhecer, também, o Porto de Iquique e vi que é fundamental termos outras saídas para exportação e escoamento da produção nacional.

Lamentavelmente, o Brasil perde parte da sua competitividade por falta de um transporte mais adequado, eficiente e mais barato. Hoje, para se plantar em determinadas regiões no Brasil, tem-se de ser muito com-

petente e, acima de tudo, ter uma alta produtividade e fazer uma agricultura sustentável. E é isso que estamos promovendo em Mato Grosso.

Da mesma forma como V. Exª se preocupa com seu Estado, Mato Grosso do Sul, nós também nos preocupamos muito com Mato Grosso e já estamos, por décadas e mais décadas, lutando para melhorar esse nosso transporte, através não só da pavimentação e asfaltamento da B-163, que liga Mato Grosso ao Estado do Pará, com a saída do Porto de Miritituba e de outros portos daquela vasta região do Brasil, como também através da ferrovia, com que estávamos sonhando também.

Como disse logo no início, V. Exª sonha com a melhoria do transporte. Nós, particularmente, também sonhamos com a Ferrovia Fico, a Centro-Leste, que liga Mato Grosso ao Estado de Goiás, indo até Lucas do Rio Verde, e com a variante, até o Estado de Rondônia.

É muito importante termos também a exploração, de forma racional, do transporte hidroviário. Temos um potencial fantástico, que V. Exª conhece muito bem, tendo em vista que também é mato-grossense do Estado uno. Antes de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, havia o Estado nosso, o velho Mato Grosso. Nós temos um potencial fantástico: a hidrovia Paraguai–Paraná, que V. Exª conhece muito bem; a hidrovia que queremos implantar, a Araguaia–Tocantins; a importante rodovia, fundamental para o nosso Estado, a Teles Pires–Tapajós, que seria realmente a redenção nossa, sobretudo daqueles que estão ao longo da BR-163; e de outras regiões do nosso Estado, do médio norte de Mato Grosso, e assim por diante.

De maneira que fiz questão, também, antes de iniciar a minha fala propriamente dita, em relação ao meu pronunciamento, de cumprimentar V. Exª, de louvar a sua atitude, sobretudo a sua preocupação de ver, realmente, o seu Estado, a nossa região e o Brasil com o transporte que nos permita, com certeza, sermos competitivos. Lamentavelmente, no Brasil, em determinadas áreas, está-se perdendo a competitividade por falta não só, naturalmente, de uma boa política em relação à infraestrutura, mas também até mesmo da redução da carga tributária. Os tributos que nós pagamos no Brasil são os mais caros que se pagam no Planeta – perdemos apenas para os países da Escandinávia.

Entretanto, eu acho que é fundamental o que V. Exª promoveu no dia de hoje, essa grande audiência pública.

Eu concedo o aparte a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senador Jayme Campos, primeiramente, eu quero agradecer a V. Exª pelas generosas expressões que me dirige pela iniciativa que, modestamente, tive, no sentido de promover um debate a respeito da implantação de uma via bioceânica, que, partindo de Santos, no Oceano Atlântico, pudesse atingir o Porto de Iquique, no Chile, no Oceano Pacífico.

Quando fiz a apresentação, no início da audiência pública, eu fiz questão de mencionar que nós temos outras vias importantes que o Governo Federal precisa levar em consideração. Citei algumas que me ocorreram no momento: a que parte do Acre e tenta atingir o Equador e o Peru. Citei, no nosso Mato Grosso, no nosso coração, porque Mato Grosso do Sul divide o seu coração com Mato Grosso, com toda a razão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu citei a possível via que, partindo de Cáceres, adentra a Bolívia em San Matías, dirigindo-se a Cochabamba, e de Cochabamba dirige-se a Arica. É uma via também muito importante, que pode ser implantada.

Lembrei, também, que no nosso Mato Grosso do Sul há uma tentativa, partindo de Corumbá, atingindo Santa Cruz, Cochabamba e, de lá, também Arica ou Iquique.

A via que eu, hoje, preconizo, que é uma intenção de todos os sul-mato-grossenses e que foi motivo da audiência pública, é essa a que eu já me referi, de Santos a Iquique. Mas também lembrei que há uma intenção no Estado do Paraná, partindo de Foz do Iguaçu por Ciudad Del Este e também demandando rumo ao Oriente. No Estado do Rio Grande do Sul, de São Borja a São Miguel da Argentina, também se dirigindo para Mendoza e aí para o Porto de Valparaíso. E outra que já existe, que é aquela que parte de Uruguaiana, Paso de Los Libres, na Argentina, Mendoza e vai até Valparaíso. Essas vias todas existem. Quanto mais vias ocorrerem, mais a Sul América será beneficiada. Eu faço este rápido relato, na oportunidade em que agradeço a V. Exª a gentileza de fazer referência a esta minha atuação. Confesso a V. Exª que constitui uma sensação de orgulho poder, neste final da minha gestão aqui no Senado da República, deixar uma semente que possa, amanhã, ser motivo de realidade para todos os brasileiros. Muito obrigado a V. Exª pela generosidade das suas palavras e, principalmente, pela grandeza do seu coração.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Muito obrigado. O senhor merece muito mais do que isso, até por eu ter acompanhado o seu trabalho aqui, a sua luta incessante na busca de boas políticas públicas para o nosso País, sobretudo para o seu Estado, o Mato Grosso do Sul. Certamente, a população de Mato

Grosso do Sul reconhece o extraordinário, operoso e exitoso trabalho que V. Exª vem desempenhando aqui, na sua atividade parlamentar, nesses últimos tempos, muito bem representando aquele Estado.

Sr. Presidente, amanhã, dia 7 de agosto, a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, completa oito anos de existência.

Desnecessário seria tecer qualquer consideração acerca da enorme importância desse diploma legal ou mesmo enaltecer as conquistas institucionais e a elevação do nível de consciência social consequentes de sua aplicação.

Lamentavelmente, contudo, tais avanços não têm sido ainda capazes de deter as assustadoras estatísticas de violência doméstica contra mulheres, cuja constância insiste em desafiar nossa sociedade.

Conforme os mais recentes dados disponíveis, resultantes do estudo conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado em setembro último,

Intitulado "Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil", as taxas de mortalidade foram 5,28 por 100 mi! mulheres no período 2001 a 2006 (antes da lei) e de 5,22 em 2007 a 2011 (depois da lei). Segundo o Ipea, houve apenas 'um sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da lei", mas depois a taxa voltou a crescer.

No meu Estado de Mato Grosso, dados do Ministério Publico apontam que, somente em Cuiabá, nada menos que 17 mulheres foram assassinadas por seus cônjuges ou namorados durante ano passado. Aqui, no Distrito Federal, em 2012 foram registradas 13.141 ocorrências por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e este número aumentou – e para isso quero chamar a atenção – de 12,1% em 2013, ou seja, aumentou 12% em 2013. Não menos preocupante é a situação pelo Brasil afora.

Isso significa que, apesar dos esforços até agora empreendidos, as mulheres brasileiras ainda necessitam de muita proteção.

No intuito de que o Estado possa prover esta emergente assistência e propiciar adequado apoio às vítimas de agressão, apresentei a nesta Casa o PLS n° 109, de 2012, criando o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas. Um mecanismo simples, mas que será capaz de abrir novas perspectivas de vida para milhares de mulheres que necessitam soltar as amarras de relacionamentos falidos e nos quais se expõem diariamente ao perigo.

Conforme a proposta, agora sob exame da Câmara dos Deputados, as mulheres vítimas da violência doméstica poderão contar, por 12 meses, com uma ajuda pecuniária igual ou superior a R$622,00, valor que será reajustado anualmente. Nesse período, receberão também qualificação e treinamento profissional para facilitar sua reinserção no mercado de trabalho.

Como já disse aqui, nesta tribuna, além de salvar vidas, este fundo também terá o condão de aperfeiçoar a legislação protetora da família e das mulheres brasileiras, pois basta a ela saberem que contam com abrigo da nação para que se tornem mais fortes e capazes diante dos seus infortúnios.

Dessa forma, estamos certos de estar contribuindo significativamente para que, nos próximos aniversários deste tão importante marco legal, representado pela Lei Maria da Penha, mesmo que não venhamos ainda a alcançar os resultados esperados com sua plena aplicação, possamos mitigar os covardes efeitos da violência doméstica, amparando suas vítimas de forma digna e eficaz, encorajando-as e valorizando-as, até um dia vermo-nos livres dos absurdos grilhões do preconceito, da ignorância e da truculência que ainda hoje, lamentavelmente. assolam as mulheres do nosso País.

De maneira que eu não poderia deixar de mencionar aqui esta lei tão importante para o Brasil. Amanhã, a Lei Maria da Penha estará comemorando mais uma data. Certamente, essa lei tem propiciado a busca de mecanismos que possam minimizar as dificuldades, as dores de milhares de mulheres brasileiras que, muitas vezes, sofrem agressões do cônjuges, namorados, muitas indo até mesmo a óbito.

Era que tinha a dizer, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu concedo a palavra, agora, ao Senador Valdir Raupp e, logo em seguida, ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, Srªs e Srs. Senadores, na segunda-feira, estive em reunião com o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Dr. Marcio Zimmermann, que estava respondendo interinamente pelo Ministério, para debater a questão dos custos da energia elétrica no País.

Discutimos as especulações que têm circulado na imprensa de que os empréstimos às distribuidoras terão impacto na tarifa de energia elétrica em valores mais altos do que os calculados pelo Governo. Essas afirmações são, na verdade, suposições sem embasamento, são fruto de uma visão pessimista de quem torce contra a economia do País.

O reajuste da tarifa não depende exclusivamente dos valores emprestados às distribuidoras. Há todo um conjunto de fatores que interfere no preço a ser repassado ao consumidor. Não estou afirmando que o financiamento não tenha impacto na tarifa, mas, sim, que o tamanho desse impacto depende de outros fatores também.

O alardeado "tarifaço" em 2015 não se sustenta. As previsões nesse sentido são meras especulações. Digo isso por dois motivos, primeiro porque qualquer previsão de preços para o ano que vem tem de levar em conta as condições climáticas. Nosso sistema elétrico é bastante sensível à disponibilidade de água, e, portanto, se houver um regime de chuvas favorável, o que não tem ocorrido neste ano em algumas regiões do País, o preço pode cair muito. Mas nem o Instituto Nacional de Meteorologia consegue precisar, sem erros, as condições climáticas para daqui a um ano. Em segundo lugar, o prazo para a amortização é de 24 meses, com carência até outubro de 2015. Assim, os custos dos mencionados empréstimos serão repassados às tarifas no período de março de 2015 a dezembro de 2017. Não haverá, desse modo, um impacto concentrado em apenas um ano, Sr. Presidente.

Vale destacar ademais que há o benefício resultante do vencimento das concessões a partir de janeiro de 2015, e a energia será contratada sob o regime de cotas de garantia física e de potência, o que amenizará significativamente o custo da operação de crédito.

Por último, não podemos deixar de mencionar que se encontra em negociação pelo Ministério da Fazenda um novo empréstimo às distribuidoras de energia elétrica no valor de R$6,5 bilhões, em condições similares às dos empréstimos anteriores, totalizando R$17,7 bilhões no total.

Considerando-se apenas os resultados das operações de crédito que estão em curso e o benefício do vencimento das concessões, estima-se uma pressão tarifária de 2,6%, em 2015; de 5,6%, em 2016; e de 1,4% apenas, em 2017. Ou seja, é bem diferente do impacto de mais de 14% que analistas pessimistas vêm apontando como certo para o ano de 2015.

Então, com essas informações, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está caindo por terra o "tarifaço" que os pessimistas estão alardeando no País.

Srªs e Srs. Senadores, estudos sobre o impacto tarifário há para todos os gostos, mas não podemos nos deixar levar por previsões que sejam negativistas e infundadas, porque esse tipo de análise tem o risco de nos conduzir à inoperância de quem só critica e nada faz.

Cito o exemplo do pessimismo com a Copa do Mundo do Brasil. Havia, antes de 2014, quem pregasse o apagão da Copa do Mundo, porque se dizia que o País jamais conseguiria apresentar um projeto eficiente de infraestrutura de aeroportos, de estádios ou de mobilidade urbana. Porém, o que presenciamos foi uma das melhores, senão a melhor edição de Copa do Mundo de todos os tempos!

O Brasil deu um *show,* deu um *show* nos estádios, nos aeroportos, na mobilidade urbana, no recebimento dos turistas, nos hotéis, nas redes de hotéis. Infelizmente, só não demos um *show* no futebol e perdemos para a Alemanha por goleada e, depois, para a Holanda, mas ficamos ainda entre os quatro primeiros.

O Deputado Osmar Terra visita o Senado neste momento. Obrigado pela visita. É um Deputado combativo do Rio Grande do Sul.

Ficamos entre as quatro primeiras entre 32 seleções, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Presidente Anibal Diniz. Ficamos entre as quatro primeiras! Quer dizer, não chegou a ser um fiasco também. Entre 32 seleções, a Seleção Brasileira ficou entre as quatro melhores do mundo.

E o que dizer da Eletrobrás?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O problema só foi aquele placar de 7 x 1.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Só foi o placar de 7 x 1, o apagão contra a Alemanha. Mas demos um *show* nos estádios.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Isso aí muda se a gente mudar toda a CBF, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – A CBF. Realmente, tudo precisa de alternância, no poder, nos governos, até no Congresso. De vez em quando, tem de alternar, tem de haver alternância. Então, a CBF não pode ser vitalícia. Nem a FIFA nem a CBF podem ser vitalícias.

E o que dizer da Eletrobrás? Duramente criticada e quase extinta no final da década de 90 – quem não se lembra da situação da Eletrobrás na década de 90? –, vem, nos últimos anos, consolidando-se como a maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina, presente em todo o Brasil, com capacidade instalada para a produção de 42 mil megawatts e de 55 mil quilômetros de linhas de transmissão.

Agora, neste momento, mais duas linhas gigantescas cortam quase todo o Brasil, vindo de Rondônia, de Porto Velho, das usinas de Santo Antônio e de Jirau, cortando os Estados de Rondônia, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, chegando ao Estado de São Paulo, para serem distribuídas nos grandes centros consumidores e empresariais do nosso País. A exemplo das usinas de Santo Antônio e de Jirau, pode-

mos citar também a usina de Belo Monte, que está sendo construída, mais uma obra gigantesca. Mais linhas de transmissão serão construídas também para distribuir energia para o Brasil.

Srªs e Srs. Senadores, é fácil concluir que todo o pessimismo que observamos não corresponde à realidade.

Sr. Presidente, era essa a contribuição que eu queria dar à Nação brasileira, ao povo brasileiro, deixando-o tranquilo de que não vai haver "tarifaço". Conversamos com o maior conhecedor do assunto, o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Ministro Márcio Zimmermann, que, na segunda-feira, quando estive com ele, respondeu pelo Ministério de Minas e Energia. Foi uma reunião longa com o Ministro e com os técnicos. Em cima das explicações dele é que estou fazendo esse pronunciamento, para desmistificar, porque não haverá esse "tarifaço" que a oposição e alguns setores da mídia e da crítica brasileira estão colocando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Concedo agora a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, que, aqui, disciplinadamente, está ouvindo todos, aguardando sua vez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado, por falar em futebol, ontem foi um dia histórico para o futebol brasileiro no Congresso Nacional. Pela primeira vez na história do principal esporte do nosso País, a pressão feita no Congresso Nacional não foi feita pelos cartolas.

Eu me recuso a chamar a atuação de alguns Parlamentares do Congresso de Bancada da Bola. A bola não merece adjetivo. É melhor adjetivá-los de Bancada da CBF. Fica melhor esse adjetivo. A atuação deles ficará mais explícita quando eles assim atuarem defendendo os interesses dos cartolas.

Senador Anibal, meu Presidente, o senhor, com certeza, alinha-se com a bancada do futebol e não com a da CBF.

Ficará sempre mais explícita a atuação desses da Bancada da CBF, quando ficarem claras, nos próximos momentos, no Congresso Nacional, as mudanças necessárias no futebol brasileiro. São esses que, no Congresso Nacional, defendem os interesses da mais corrupta entidade existente no futebol do País, que é a Confederação Brasileira de Futebol. E digo isso não só por que ela é corrupta. A entidade é necessária, mas ela deveria ser somente a entidade que administraria a Seleção Brasileira de Futebol. Mas assim não o é. E já explicito por que assim deveria ser. Ela acabou se transformando, ao longo do tempo, num valhacouto de corruptos ao longo dos últimos 30 anos. Mas ela é assim porque, lamentavelmente, no Congresso Nacional, constituiu-se também uma bancada de defesa dos interesses dessa instituição.

Ontem, pela primeira vez, no Congresso Nacional, ocorreu uma pressão e uma mobilização por parte de atletas, ocorreu uma pressão e uma mobilização na busca de interesses dos de baixo no principal esporte deste País, ocorreu uma mobilização e uma pressão daqueles que são explorados pelos cartolas. Enfim, ocorreu uma mobilização e uma pressão por parte de atletas, não uma mobilização e uma pressão por parte de cartolas.

Ontem, estava prevista na Câmara a votação da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte. Como está, ela não seria de responsabilidade fiscal e não beneficiaria o esporte brasileiro, mas somente beneficiaria os cartolas dos clubes brasileiros.

Quero explicar por que, ontem, com Romário e com outros Parlamentares, nós nos aliamos a atletas como Alex, Gilberto Silva, Dida, Juan. Outras atletas, como Aline Calandrini, orgulho do futebol feminino do meu Estado do Amapá, da Seleção Brasileira feminina de futebol, organizaram-se no que há de melhor hoje no esporte no Brasil, que é o Bom Senso Futebol Clube, e se mobilizaram na Câmara dos Deputados.

Quero explicar quais razões levaram o Bom Senso Futebol Clube a se mobilizar contra o atual texto do Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte. É que o texto do Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte se propõe a cancelar a dívida dos clubes. Pois bem, esse projeto de lei, do jeito que está, exige apenas que os clubes apresentem a certidão negativa de débito uma vez por ano, como garantia inquestionável de uma gestão transparente no futebol nacional.

Sr. Presidente, meus senhores, minhas senhoras, isso é uma vergonha e justifica o desespero dos dirigentes e a pressão no Congresso Nacional da chamada Bancada da CBF. E querem aprovar esse projeto urgentemente, como ficou claro nas últimas semanas, no último encontro que ocorreu entre os presidentes de clubes e a Presidente da República.

Além disso, Sr. Presidente, dói só de pensar que mais de R$4 bilhões – e é este mesmo o número – sumiram do futebol brasileiro, e nenhuma alma sequer será punida. Aliás, serão punidos os torcedores que frequentam os estádios brasileiros de norte a sul, os torcedores dos principais clubes do Brasil, os torcedores que

se alimentam da paixão nacional pelo principal esporte do País, que diariamente veem seus clubes de futebol capengando por aí, devido à irresponsabilidade dos seus dirigentes e dos presidentes de clubes.

No caso específico dos débitos de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, se o Governo aceitar parcelar a dívida, os dirigentes que cometeram irregularidades não mais poderão ser acionados por crime de apropriação indébita. Ou seja, é uma anistia aos crimes que cometeram, inclusive alguns por terem se apropriado indevidamente do INSS e do Imposto de Renda dos jogadores para realizarem contratações de novos jogadores, indevidamente e com total irresponsabilidade fiscal por parte dos dirigentes de clubes.

Vou traduzir isso. Alguém deve dinheiro ao banco. O banco, sabendo da dificuldade do devedor de quitar a dívida, resolver parcelá-la. O assunto está encerrado. Basta o cidadão cumprir as condições propostas e fazer o pagamento em dia que ninguém poderá acusá-lo de indébito.

Então, é essa a discussão que temos de entender. Ora, se o Congresso Nacional e a Presidente da República – que nessa discussão representa o povo brasileiro – optam pelo caminho de parcelar a dívida e consequentemente isentar os dirigentes por essa infração, que essa decisão seja tomada com a certeza de contrapartidas claras e severas, cuja fiscalização seja eficaz. Que a punição aos clubes e aos dirigentes seja garantias claras e garantias diretas aos cidadãos, ao povo brasileiro; garantias aos torcedores que frequentam os estádios; e garantias principalmente aos atletas, que são os principais responsáveis pelos espetáculos.

Os cartolas, em uma atitude de espertalhões do *marketing*, declararam recentemente que, abre aspas: "defendem uma punição mais dura do que a que propõe o movimento dos atletas, o Bom Senso Futebol Clube". Dizem os cartolas: "90% da proposta deles, dos jogadores, estão incluídos na dos clubes. Eles falam em perda de pontos; nós falamos em rebaixamento. Essa é a grande diferença". Ora, isso é de uma cara de pau gigantesca por parte dos cartolas. Eles sabem muito bem que o projeto de lei de responsabilidade fiscal do esporte, da forma como está, não punirá ninguém. Dizer que há responsabilidade fiscal em apresentar única e exclusivamente a certidão negativa de débito uma vez por ano é uma piada de muito mau gosto com os atletas brasileiros, é uma piada de péssimo gosto com o torcedor brasileiro, é continuar tudo como está, é manter a irresponsabilidade fiscal dos clubes, é manter a situação capenga dos clubes brasileiro, é fazer o oitavo gol da Alemanha contra o futebol brasileiro, é ampliar o fosso e a vergonha do futebol brasileiro. Não é aceitável.

Em termos técnicos, tem que se perguntar para os cartolas onde está, no atual Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, o controle de déficit, sob pena de punição esportiva, como propõe o bom senso. Cadê a garantia do cumprimento dos contratos de trabalho, sob pena de punição esportiva? Cadê o limite do custo futebol, sob pena de punição esportiva, como propõe o bom senso? Cadê a padronização das demonstrações financeiras dos clubes, como propõe o bom senso, e a reavaliação do endividamento, sob pena de punição esportiva? Cadê a reavaliação do endividamento, sob pena de punição esportiva, como propõe o Bom Senso Futebol Clube? Cadê o parcelamento da dívida trabalhista, já transitada, sob pena de punição esportiva, como propõe o bom senso?

Essas são algumas das propostas que o Bom Senso Futebol Clube apresenta concretamente.

Ontem, graças à mobilização dos atletas, surgiu uma contraproposta concreta por parte do Governo de acatar essas propostas do Bom Senso Futebol Clube. Foi assumida, na Câmara dos Deputados, por parte do Romário, a responsabilidade de apresentar as emendas, caso essas emendas não sejam assumidas pelo Relator, Deputado Otavio Leite.

O que tem que ser perguntado concretamente é o seguinte: há clubes que estão há pelo menos décadas se apropriando do Imposto de Renda e do INSS de atletas, usando esse dinheiro indevido e sujo para contratar mais jogadores e aumentar, num círculo vicioso, as suas dívidas à espera de perdões, vinculados perdões do Governo, à espera de vir aqui no Congresso Nacional e aprovar projetos de perdões de dívida como esse.

Alguém vai dizer: "Ora, temos que aprovar isso, se não há clube que vai fechar." Ora, na Europa, o clube escocês Glasgow Rangers, mais vezes campeão nacional no Planeta, quebrou e recomeçou na quarta divisão, e a sua torcida não abandonou o clube por isso. A mesma coisa aconteceu com o Napoli, com o Fiorentina e com o Racing. Tudo isso na Europa.

Em audiência que fizemos aqui, antes da Copa do Mundo, um dirigente, chefe da delegação brasileira, quando foi perguntado por isso, comparado com o campeonato russo, respondeu arrogantemente, Senador Anibal: "Só sei de uma coisa: a nossa Seleção é pentacampeã mundial, e a seleção da Rússia nenhuma vez foi."

Veio a Copa do Mundo e levamos de sete. Temos que ter a humildade de reconhecer que o nosso futebol, graças a essas pessoas que dirigem o futebol nacional, corruptos por excelência, não é mais o melhor futebol do mundo, mas não por causa dos nossos atletas, mas graças a esses dirigentes que levaram o nosso futebol ao fundo do poço. Insistem em se fazer de cara de pau, como se nada estivesse acontecendo, como se nós não tivéssemos, ao sediar um campeonato mundial de futebol em nosso País, passado o maior vexame da história de todas as Copas do Mundo. Como se nós tivéssemos, na fase final do campeonato mundial de futebol, levado

duas sovas em nosso território nacional, sete gols na semifinal e três gols na fase final da Copa do Mundo. Dez gols na fase final de uma Copa do Mundo. Nunca uma seleção que sediou um campeonato mundial de futebol passou um vexame dessa natureza! Eles agem como se nada tivesse acontecido, como se tudo fosse normal.

É inaceitável que isso continue sendo tratado dessa forma, com essa irresponsabilidade. Mais inaceitável é que aqui, no Congresso Nacional, alguns Parlamentares continuem atuando, se comportando como se cúmplices disso fossem. Mais inaceitável, tão inaceitável quanto isso é.

Senador Casildo Maldaner, eu tenho o maior prazer em ouvi-lo.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Randolfe Rodrigues, V. Exª levanta um tema que é muito pontual. Aliás, ele já vem, há tempo, sendo discutido no Brasil. Refere-se à tese da responsabilidade, à tese de se levar a sério. Inclusive, há um projeto meu tramitando na Casa, em que as reeleições no Brasil, nos comandos, em tese, no Executivo, no Legislativo e em entidades que, de uma forma ou de outra, em clubes de serviços e outras entidades em que haja participação pública direta ou indireta, que têm incentivos, que não haja o céu como limite das inúmeras reeleições. Tem que haver a oxigenação. Às vezes, alguém chega a diversas entidades e quer se apoderar. Fica aquilo como propriedade privada. Acho que, onde há participação pública, há o interesse para que haja diversidade, haja outras ideias, outras pessoas, outros grupos, outros pensamentos. Acho que este é um dos fatores também do Brasil hoje: fica tudo eternamente, sempre a mesma coisa, e vai-se levando. Usam-se artifícios, *e-mails*, instrumentos. Praticamente não há como se fazer a renovação, porque aí se esmaga, ninguém cresce, não pode aparecer. Acho que nós precisamos, no Brasil, de enfrentar isso. Há uma proposta tramitando na Casa. Eu acho que é alguma coisa de que nós precisamos. Dentro desse espírito, também deve haver responsabilidade, fazer com afinco, com dedicação, porque o time que tem torcida, se der bom exemplo, a torcida não o abandona. Os times depois comparecem. Não é sempre que se tem que estar em cima. Desce, mas pode voltar das cinzas e reaparecer. Dá muito mais ânimo, é muito melhor. E transparência das questões. Eu quero cumprimentá-lo pelo tema. É um tema nacional, é um tema que muita gente acompanha, e acho que V. Exª está dando ao Brasil, hoje à tarde, na tribuna do Senado, uma espécie de uma conferência, uma aula para todos.

(Soa a campainha.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Acho que é um tema muito aprofundado, muito pontual, sem dúvida alguma, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador Casildo, incorporo o seu aparte. Eu sei que V. Exª, por sua postura, se alinha àqueles que defendem o futebol brasileiro.

Nós ficamos conhecidos. Nós temos que ter a humildade de compreender que passamos por uma crise e que o futebol faz parte da cultura nacional. Ele é mais do que uma simples modalidade.

No século 20, nós tivemos três grandes tragédias no Brasil: uma, a morte do Tancredo Neves; outra, a morte do Ayrton Senna; e a outra, a derrota na Copa do Mundo em 1950, tal é o futebol para todos nós, brasileiros.

Portanto e por isso, nós não podemos negligenciar, aceitar e continuar admitindo que dirigentes que recebem recursos públicos...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Ontem, foi aprovado um projeto de enorme importância – já concluo, Presidente –, do Senador Alvaro Dias, para que a CBF passe a ter as suas contas fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União.

Os dirigentes da CBF argumentam: "Nós não recebemos um tostão de recursos públicos."

Contra-argumento diz o seguinte: a CBF, a Entidade Nacional de Administração do Desporto e suas federações são órgãos gestores do futebol brasileiro. O futebol é patrimônio cultural do povo brasileiro, nos termos do art. 216 da Constituição Federal.

Ora, nós aprovamos aqui também a Lei Geral da Copa, no Congresso Nacional, e isentamos de impostos, nos eventos da Copa das Confederações e na Copa do Mundo, duas entidades, uma internacional e uma nacional, a Confederação Brasileira de Futebol.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Então, esse argumento já cai por terra.

Segundo, a ampla maioria dos estádios onde ocorre o campeonato brasileiro é de estádios públicos, e há isenção de taxas nesses estádios públicos, eles são cedidos para a Confederação Brasileira de Futebol. E a

própria Confederação Brasileira de Futebol diz que a seleção brasileira de futebol, quando atua na esfera nacional, representa a nossa nacionalidade.

Esses são argumentos mais do que suficientes e concretos para entender que essa entidade não pode argumentar para os seus fins privados, a sua natureza privada,...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... e para justificar os esquemas de corrupção que tutelam a vergonha nacional que o nosso futebol tem passado.

Eu concluo, Presidente, dizendo que ontem foi um dia de vitória para o futebol nacional, a mobilização de atletas pelo bom senso no futebol brasileiro. O futebol brasileiro, aliás, o esporte nacional não pode continuar passando a vergonha que tem passado internacionalmente, como passou no último Campeonato Mundial de Futebol.

Nós precisamos democratizar e modernizar o nosso futebol. E estou convencido de que ontem foi dado um passo importante para isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Agora, com a palavra, o Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminente Senador Anibal Diniz, lá do nosso Acre, que preside a sessão neste instante, caros colegas, o tema que trago é sobre o Sebrae.

Em meu Estado, há poucas semanas, realizou-se a Feira do Empreendedor, que tem por meta o incentivo aos pequenos.

Um novo sonho brasileiro revela uma interessante e alvissareira mudança de paradigma: quando perguntados sobre seu maior desejo, cerca de 35% dos cidadãos responderam que é abrir um negócio próprio – 35% dos cidadãos responderam: "Ah, eu gostaria de abrir um negócio próprio" –, ficando atrás apenas do projeto da casa própria e de viajar pelo Brasil.

Em primeiro lugar, ficou o da casa própria, pois muita gente ainda não tem casa própria no Brasil; e, em segundo lugar, ficou o desejo de viajar. Ao responder a pergunta sobre qual era o seu desejo, o desejo de ter o próprio negócio, de ter um empreendimento, por pequeno que seja, fica entre os três primeiros desejos dos brasileiros.

A notícia é motivo de comemoração e, mais do que isso, da atenção do Poder Público, que deve incentivar ainda mais essa nova postura. Essa postura que, dos três principais desejos dos brasileiros no Brasil, um é ter a casa própria, o outro é viajar e o outro, veja bem, de ter o próprio negócio, ter um empreendimento, ser alguma coisa na vida. Este ficou entre os três primeiros, formando uma espécie de Santíssima Trindade. Faz parte desse tripé. E o Poder Público tem que se preocupar com isso, tem que olhar, sem dúvida alguma.

A revelação é do Monitor Global do Empreendedorismo, edição de 2013. Há um compêndio que foi feito. Foi feita uma revelação pelo Monitor Global do Empreendedorismo no ano passado. É uma edição que saiu. Pesquisa mundial que reúne informações sobre o mercado empreendedor em 68 países do globo.

No Brasil, a pesquisa é conduzida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, e conta com a parceria técnica e financeira do Sebrae.

A atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas nesse sentido é louvável. Entidade privada sem fins lucrativos, é um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o País. Desde 1972, trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno portes.

Há poucos dias, há questão de duas semanas, tive oportunidade de conhecer, Sr. Presidente, caros colegas, uma de suas iniciativas em Santa Catarina, a Feira do Empreendedor. O evento, que está em sua décima edição, é considerado um dos mais importantes em empreendedorismo do Brasil, por reunir, em um único local, informações sobre a abertura de empresas, gestão, alternativas de negócios, novos empreendimentos, inovações tecnológicas, acesso a mercados, oportunidades e crédito aos empreendedores.

Tudo isso no mesmo local, uma feira de negócios dessa magnitude para pequenos e microempreendedores que desejam alcançar seu objetivo, pois dos três desejos que se revelam em 68 países, além do da casa própria e o de viajar, um deles é o de ser empreendedor.

Focado naqueles que querem abrir um negócio e pequenos empresários que buscam melhoria na gestão, o evento teve a inovação como tema. Foram realizadas palestras e oficinas de capacitação, prestação de informações sobre oportunidades de negócio, atendimento individual com consultores do Sebrae e contadores, formalização e capacitação para empreendedores individuais, mostra de artesanato e agronegócios e, pela

segunda vez, o Sebrae Startup Day, voltado para novos negócios com alto potencial de crescimento. Também ocorreram rodadas de negócios e seminários de crédito.

Além disso, o evento contou ainda com uma exposição de oportunidades de negócios, com cerca de 60 expositores de diferentes segmentos, entre eles, comércio, indústria, serviços, franquias e agronegócio.

Tudo isso no mesmo centro. Foi no Centro Sul, lá na Ilha. É um local aprazível, grande, e lá estava tudo distribuído, bem organizado.

O sucesso foi incontestável. Foram quase 15 mil visitantes, com índice de satisfação de 96%. Foram realizadas 191 palestras, cursos e oficinas, que possibilitaram quase 14 mil capacitações.

O segmento dos micro e pequenos empresários, incluídos aí os microempreendedores individuais, é da maior relevância para o Brasil, social e economicamente falando. De acordo com o Censo das Empresas Brasileiras, realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o Brasil possui atualmente quase 13 milhões de empreendimentos, incluindo seus estabelecimentos, matriz e filiais. Destes, 90% são de empresas e empreendimentos privados – 90%! Dos 13 milhões de negócios e empreendimentos, 90% são de participação privada. As micro e pequenas empresas representam 99% das empresas privadas nacionais, geram mais da metade do total de empregos e pagam 40% da massa salarial brasileira.

Vejam bem, vou repetir: as micro e pequenas empresas representam 99% das empresas privadas do País, geram mais da metade do total de empregos e pagam 40% da massa salarial brasileira. Quer dizer, são as pequenas, como uma espécie de formiguinhas, lastreadas no Brasil inteiro. Isso vale à pena fomentar. Não cabe uma grande, mas uma pequena está ali, vive, com seus negócios atendendo às questões locais, aquilo que se produz naquele lugar, aquilo que lá é factível. Por isso o Sebrae, por isso que vale à pena ajudar a organizar. para nascer algo que tenha começo, meio e fim em qualquer lugar do Brasil.

Apesar de sua fundamental relevância, o empreendedorismo ainda não recebe a merecida atenção, especialmente os incentivos necessários ao seu crescimento. Entre as principais limitantes ao desenvolvimento da atividade no Brasil e, portanto, passíveis de melhoria, de acordo com os especialistas ouvidos nas pesquisas, estão: o fator Políticas Governamentais (80% dos entrevistados disseram isso); seguido por Apoio Financeiro (45%); e Educação e Capacitação (41%). Quer dizer, ainda há essas questões pelas de que vale à pena o Poder Público cuidar.

Não podemos negar, evidentemente, os avanços na área de políticas públicas no Brasil – não podemos negar! –, a exemplo da aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a implantação do Simples Nacional e a criação do Empreendedor Individual. Isso é evidente.

Há, contudo, inúmeros problemas a serem enfrentados. A grande complexidade e a elevada carga que o sistema tributário brasileiro impõe às empresas são apontadas entre os principais fatores que influenciam desfavoravelmente a atividade empreendedora. Aliado a isto, está a existência de uma burocracia excessiva por parte das instituições públicas, drenando tempo e recursos financeiros que poderiam ser aplicados no negócio.

O tempo necessário para abrir uma empresa é exemplo típico disso. No Brasil, regra geral, são necessários mais de três meses, além da contratação, às vezes, de advogado e, com certeza, de contador, além de um alto custo. Nos Estados Unidos, esse prazo cai para cerca de quatro dias, com investimento bem menor. Na Inglaterra, a abertura pode ser feita pela Internet e leva, pasmem, aproximadamente 40 minutos.

Não obstante nossas carências, o Brasil tem uma série de fatores que favorecem o desenvolvimento empresarial. Diferentemente do resto dos países europeus, por exemplo, temos um imenso mercado consumidor em ascensão e um clima econômico positivo. Para que realizemos esse potencial, é preciso apoiar e incentivar permanentemente. É necessário diminuir a carga tributária, reduzir a burocracia, apostar na educação e qualificação, desenvolver uma infraestrutura eficiente, enfim, criar um ambiente favorável aos negócios é a melhor forma de promover o desenvolvimento social e econômico do País.

Trago esse assunto, nesta tarde, Sr. Presidente, porque tive a honra de fazer a visita a essa feira, inclusive acompanhado de familiares e amigos, num domingo, até no fim da tarde, no centro-sul de Florianópolis. Além de ser um passatempo, lá pudemos aprender, ver e apreciar o artesanato, as inovações, aquilo que realizam e aquilo que fazem. E é importante declarar: do Estado inteiro, deslocaram-se dezenas e dezenas de ônibus, trazendo suas especiarias e trazendo as suas qualidades, trazendo aquilo que eles fazem na sua diversificação pelo Estado inteiro, fazendo essa exposição, essa feira, na capital do Estado, lá na ilha, em Florianópolis.

Então, deu para todo mundo sentir como é lindo, como é possível, usando a cabeça e a invencionice, contando ainda com a participação de técnicos do Sebrae, e Santa Catarina tem isso por excelência. E por que não trazer isso para o Brasil inteiro? As rádios do Sebrae nacional procuram fazer isso, mas, no meu Estado, Santa Catarina, isso é muito praticado e nos ajuda muito. Precisamos disto mesmo, da invenção, da busca por subir. Se não dá no sentido horizontal, temos que crescer no sentido vertical, crescer no sentido tecnológico, avançar, agregar valores. Aí, os produtos, por pequenos que sejam, têm valor agregado, criam-se novidades, o

que, sem dúvida alguma, satisfaz os consumidores. Isso gera ocupação, empreendedorismo, emprego e impostos, e os resultados podem ser aplicados na saúde, na segurança e em outras áreas que ajudem a comunidade.

Enfim, é a ocupação, é o entretenimento, é ocupar a cabeça das pessoas, principalmente dos jovens que estão iniciando. Faz parte disso.

Para encerrar, Sr. Presidente, esse está entre os três desejos da população: casa própria, que no Brasil se destaca muito; viagens, de que muitos falam; e ter o próprio negócio, um empreendimento. Formar um grupo, com a família, com alguns amigos, uma sociedade e começar a fazer alguma coisa que dê resultado. Essa é uma grande saída, e o Sebrae tem ajudado muito nisso.

Lá aconteceu essa feira, que acontece sempre, de forma descentralizada, em outros lugares do Estado, em outras regiões. Há convergência, troca de experiência, de conhecimento. O Acre, o Estado de V. Exª deve estar fazendo isso. Mas por que não se espraiar essa experiência, essa troca de parcerias, pelo Brasil inteiro? Isso ajudaria muito.

Muito obrigado, Sr. Presidente e caros colegas!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu quero cumprimentar o Senador Casildo Maldaner pelo brilhante pronunciamento e também pela forma envolvente com que fala sobre a contribuição do Sebrae para o Brasil nessa sua missão de formar os empreendedores e de criar as facilidades para a formação das empresas.

Lá no Acre, V. Exª citou bem, o Governador Tião Viana deu um passo a mais, porque criou, desde o início da sua gestão, a Secretaria de Pequenos Negócios. Juntando a Secretaria de Pequenos Negócios com a expertise do Sebrae, foi possível, ao longo desses quatro anos, a criação de, pelo menos, 10 mil empreendimentos, pequenos empreendimentos. Famílias cadastradas no CadÚnico do Bolsa Família recebem um treinamento. Há um *kit* básico de treinamento, essas pessoas são treinadas, optam por uma atividade e recebem as instruções básicas de como abrir empresa, com todas as facilidades oferecidas pelo Sebrae.

Senador Casildo, isso dá tão certo porque gera emprego, envolve a família, melhora a renda e melhora a autoestima das pessoas.

Em uma das vezes em que nós fomos a uma atividade, uma das empreendedoras fez questão de que eu e o Senador Jorge Viana andássemos no carrinho que ela tinha comprado – um Gol, se não me engano, ou um Fiat – para manifestar a sua satisfação pela mudança de vida que ela teve a partir do pequeno negócio.

Então, o pronunciamento de V. Exª é um pronunciamento muito importante, que tem que ser levado em consideração em todos os Estados do Brasil, porque tem que haver política permanente de incentivo à pequena empresa e aos pequenos negócios.

E o Estado brasileiro, mesmo que tardiamente tenha criado o Ministério dos Pequenos Negócios, da Pequena Empresa, precisa estar muito atento à contribuição que as pequenas empresas dão na geração de emprego, na geração de divisa e para o enriquecimento nacional, porque, como V. Exª disse, 40% dos empregos pagos, da folha de pagamento do Brasil, são fruto do trabalho das pequenas empresas.

Então, parabéns a V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se me permitir, Presidente, quero incorporar as observações de V. Exª.

E chamou minha atenção que no Acre inclusive e, por que não, no Brasil inteiro… Até as pessoas que participam do Bolsa Família aprendem…

(Soa a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – … com isso a ter uma profissão; até as pessoas do Bolsa Família aprendem a ter alguma coisa e passam a ter um bom negócio. E, com isso, eles até vão deixando o Bolsa Família, porque vão ter o seu próprio negócio. Veja bem como é a grande saída: em vez de se aumentar o Bolsa Família, começa-se a diminuí-lo com o tempo; começa-se a encontrar uma saída, que é o grande objetivo.

Louvo a atitude de V. Exª e louvo o Senador Jorge Viana e o que o Acre também está realizando. Oxalá o Brasil inteiro parta para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Chegamos ao final da sessão de hoje, 6 de agosto. Reafirmo aqui meu cumprimento ao povo do Acre pela comemoração do início da Revolução Acriana, essa revolução que foi comandada pelo gaúcho José Plácido de Castro, um gaúcho que era militar da reserva, nascido na cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul.

Foi ele quem, chamado para comandar o exército de seringueiros, aceitou o desafio e conduziu com sucesso a vitória da Revolução Acriana e, dessa forma, conquistou o Acre para o Brasil.

Quer dizer, além dessa batalha armada, desse exército que recorreu à força armada, às armas, para conquistar o Acre para o Brasil, houve depois o trabalho brilhante, o trabalho diplomático do Barão do Rio Branco, que era o Ministro das Relações Exteriores à época. E ele finalizou, com o Tratado de Petrópolis, no dia 17 de novembro, a concretização da incorporação das terras onde se situam o Estado do Acre para o Brasil.

E quero dizer também que o Senador Tião Viana, durante a sua passagem aqui pelo Senado, apresentou um projeto e teve o gaúcho José Plácido de Castro incluído no livro dos heróis nacionais. Dessa forma, ele faz parte hoje do panteão dos heróis nacionais como fruto de um projeto de lei transformado em lei, porque foi aprovado e foi sancionado, de autoria do Senador Tião Viana.

Então, fica o nosso cumprimento a todo o povo acriano e o nosso reconhecimento a esses heróis que se juntaram: os seringueiros, vindos do Nordeste, para ocupar aquela região do Acre, principalmente cearenses, pernambucanos, de todos os Estados da Região Nordeste, que vieram para a batalha da borracha, para o primeiro ciclo da borracha; são os que formaram os coletores da borracha, os seringueiros para o primeiro ciclo e que, depois, fizeram uma revolução para incorporar as terras do Acre ao Brasil.

Fica, digamos assim, o nosso reconhecimento a esses heróis, aos seringueiros e ao gaúcho José Plácido de Castro, que está inscrito no livro dos heróis nacionais por proposição do Senador Tião Viana justamente pelo legado que ele deixou ao povo brasileiro, tendo incorporado o Acre ao Brasil.

Portanto, 6 de agosto é dia do início da Revolução Acriana. Fica o nosso cumprimento a todos os acrianos que nos acompanham pela TV Senado.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã, dia 7, a Lei n° 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, completa oito anos de existência.

Desnecessário seria tecer qualquer consideração acerca da enorme importância deste diploma legal, ou mesmo enaltecer as conquistas institucionais e a elevação do nível de consciência social conseqüentes de sua aplicação.

Lamentavelmente, contudo, tais avanços não têm sido ainda capazes de deter as assustadoras estatísticas de violência doméstica contra mulheres, cuja constância insiste em desafiar nossa sociedade.

Conforme os mais recentes dados disponíveis, resultantes do estudo conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicado em setembro último, intitulado "Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil", As taxas de mortalidade foram 5,28 por 100 mil mulheres no período 2001 a 2006 (antes da lei) e de 5,22 em 2007 a 2011 (depois da lei). Segundo o Ipea, houve apenas um "sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da lei", mas depois a taxa voltou a crescer.

No meu Mato Grosso, dados do Ministério Público apontam que, somente em Cuiabá, nada menos que 17 mulheres foram assassinadas por seus cônjuges ou namorados durante ano passado. Aqui em no Distrito Federal, em 2012 foram registradas no DF 13.141 ocorrências por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e este número aumentou 12,1% em 2013. Não menos preocupante é a situação pelo Brasil afora.

Isto significa que, apesar dos esforços até agora empreendidos, as mulheres brasileiras ainda necessitam de muita proteção.

No intuito de que o Estado possa prover esta emergente assistência e propiciar adequado apoio às vítimas de agressão, apresentei a esta Casa o PLS n° 109, de 2012, criando o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas. Um mecanismo simples, mas que será capaz de abrir novas perspectivas de vida para milhares de mulheres que necessitam soltar as amarras de relacionamentos falidos e nos quais se expõem diariamente ao perigo.

Conforme a proposta, agora sob exame da Câmara dos Deputados, as mulheres vítimas da violência doméstica poderão contar, por 12 meses, com uma ajuda pecuniária igual ou superior a R$622,00, valor que será reajustado anualmente. Neste período, receberão também qualificação e treinamento profissional para facilitar sua reinserção no mercado de trabalho.

Como já disse aqui neste tribuna, além de salvar vidas, este fundo também terá o condão de aperfeiçoar a legislação protetora da família e da mulher brasileiras. Pois, basta elas saberem que contam com o abrigo da Nação para que se tornem mais fortes e capazes, diante dos seus infortúnios.

Desta forma, estamos certos de estar contribuindo significativamente para que, nos próximos aniversários deste tão importante marco legal, representado pela vigência da Lei Maria da Penha, mesmo que não venha-

mos ainda a alcançar os resultados esperados com sua plena aplicação, possamos mitigar os covardes efeitos da violência doméstica, amparando suas vítimas de forma digna eficaz, encorajando-as e valorizando-as, até um dia vermo-nos livres dos absurdos grilhões do preconceito, da ignorância e da truculência que ainda hoje assolam as mulheres em nosso país.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, miséria, segundo o Dicionário Aurélio, significa "estado lastimoso, deplorável; pobreza extrema, indigência, penúria". Deriva do latim miséria, e da mesma forma se escreve.

Miséria é desproteção, desabrigo, pobreza ou abandono. É orfandade, carência, privação ou desgraça. É escassez, fome, míngua.

O Maranhão, meu estado, habituou-se a essas palavras. O maranhense conhece bem o que é privação, o que é necessidade, o que é escassez. O povo maranhense, o meu povo, carece de muitas coisas. Ele não carece, entretanto, de explicações sobre o que é a miséria.

Em 1991, o Maranhão tinha o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Nosso IDH era classificado como "muito baixo", que é a pior classificação possível. No Maranhão de 1991, nós vivíamos menos que todos os brasileiros; ganhávamos menos que todos os brasileiros; e éramos um dos estados menos escolarizados do País. São dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Em 2000, não estávamos melhor. Tínhamos a pior renda do Brasil. Éramos os penúltimos em longevidade e os antepenúltimos em educação. Era uma realidade que não precisava de estatísticas. Uma realidade que saltava aos olhos. Bastava percorrer o interior do estado para entender porque um IDH "muito baixo" era apenas mais um sinônimo de miséria.

Alguém que tenha percorrido o interior do Maranhão há 10 anos – com os olhos, os ouvidos, com todos os sentidos atentos à situação do povo maranhense -, a esse alguém eu lanço um convite: percorra o Maranhão novamente. Eu percorri. Tenho percorrido, tenho pisado o solo de dezenas de municípios maranhenses. E eu posso afirmar, com propriedade: o Maranhão mudou.

Nós vivemos mais. Ganhamos mais. Estamos muito mais escolarizados. O Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento revela, com base em dados de 2013, que superamos oito estados no quesito educação. Hoje em dia, nosso índice de Desenvolvimento Humano não é mais "muito baixo" e nem mesmo "baixo". Nosso IDH, agora, é "médio", Um longo caminho percorrido, sem dúvida. E outro ainda mais longo a percorrer.

Ventos de um novo tempo sopram em terras maranhenses: Sopram de Barreirinhas a Carolina, de Turiaçu ao Delta do Parnaíba. É a mesma brisa que tem soprado no Piauí, em Rondônia, e no Rio Grande do Sul. É a mesma brisa de transformação, Senhor Presidente, que sopra por todo o Brasil. É uma brisa que traz alívio e esperança à população mais carente deste País.

Estou falando dos Programas Sociais do Governo Federal. Estou falando dos programas de transferência de renda. Dos programas que vieram à luz no governo do Presidente Lula, e que aprimoraram-se sobremaneira no governo da Presidenta Dilma.

Estou falando do Plano Brasil sem Miséria, o plano que o presidente do Banco Mundial, admirado, chamou de "Santo Graal da inclusão social". Trata-se de tecnologia social genuinamente nacional, um produto de exportação que tem servido de modelo para diversos países.

Lá no Maranhão nós temos quase um milhão de famílias que recebem os benefícios do Bolsa Família. É praticamente metade da população do estado. Desde o lançamento do Brasil Sem Miséria, em 2011, 2.280.402 (dois milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e dois) maranhenses foram resgatados de uma situação de extrema pobreza. Todos – repito – todos os maranhenses extremamente pobres que pudemos encontrar passaram a ganhar uma renda mínima. As famílias maranhenses extremamente carentes receberam quase 170 milhões de reais só no mês de maio deste ano.

Não é um dinheiro que vem de graça, sem contrapartidas, sem responsabilidades. As famílias beneficiadas têm que fazer o seu dever de casa. Elas assumem compromissos sérios, compromissos com si mesmas, compromissos com o Brasil. Por exemplo: as crianças e os jovens dessas famílias têm que freqüentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes têm que fazer o pré-natal. O Plano Brasil Sem Miséria estende a mão aos necessitados. Mas as crianças, a estas ele não estende apenas a mão. As crianças, estas ele pega no colo. As crianças são prioridade absoluta do Brasil Sem Miséria. E não poderia ser diferente.

A Ação Brasil Carinhoso, que faz parte do Plano Brasil sem Miséria, identificou vinte mil crianças do Bolsa Família freqüentando 1.613 (mil, seiscentas e treze) creches no Maranhão. Essas creches receberão um repasse suplementar de 23 milhões de reais.

O programa Mais Educação estimula as escolas públicas a ampliar suas jornadas para sete horas diárias. Ele privilegia as escolas em que estão os usuários do Bolsa Família. Em 2013, 4.179 (quatro mil, cento e setenta e nove) escolas, de 209 municípios maranhenses, aderiram à educação integrai.

O Pronatec – Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego – que promove a inclusão produtiva por meio de cursos de qualificação profissional, já realizou, desde 2012, 56 mil matrículas no estado. Trata-se de um dos três eixos do Plano Brasil Sem Miséria, o eixo de inclusão produtiva, que tem por objetivo oferecer oportunidades de qualificação, ocupação e renda. É o Brasil Sem Miséria ensinando a pescar!

Temos também o Bolsa Verde, que já beneficiou 1.702 (mil, setecentas e duas) famílias do estado. Esse programa deposita 300 reais, trimestralmente, nas contas de famílias carentes que moram em áreas ambientalmente sensíveis, com objetivo de preservar a natureza.

Como eu disse há pouco, a abrangência e o grau de complexidade desses programas são inacreditáveis. A Assistência Técnica e de Extensão Rural e o Fomento às Atividades Produtivas Rurais, por exemplo, já beneficiaram 30 mil famílias. É novamente o terceiro eixo do Plano, a inclusão produtiva, em ação. Ela oferece capacitação técnica e condições de inserção no mercado aos agricultores familiares. Mais uma vez, dando o peixe e ensinando a pescar.

O Programa Água Para Todos garante às populações rurais água para consumo e para a produção. Já foram entregues 4.300 (quatro mil e trezentas) cisternas de armazenamento de água para consumo. É um ótimo começo. Mas é um número ainda pequeno para atender às necessidades da população do nosso estado. Por isso, já solicitei ao Senhor Ministro da Integração Nacional que celebre convênio para a instalação de mais 15 mil cisternas. Solicitei também novas perfurações de poços tubulares com unidades de bombeamento e reservatórios de fibra de vidro, com estrutura elevatória e com as respectivas redes de distribuição de água. Os maranhenses das zonas rurais precisam de água para beber, mas também para continuar produzindo em suas pequenas propriedades, ao longo da estação seca.

O Maranhão está se transformando, e eu ainda teria muito a contar sobre os ventos destes novos tempos que sopram por lá. Teria muito a falar sobre o Minha Casa Minha Vida, sobre o Luz Para Todos, sobre a Estratégia de Saúde da Família e os surpreendentes resultados dos programas de Atenção Básica à Saúde. Mas devo encerrar meu pronunciamento.

E o encerro repetindo algo que já disse aqui, recentemente, mas que julgo oportuno reiterar. Trata-se de uma frase do saudoso Fernando Sabino, um homem de uma inteligência e de uma sensibilidade exemplares. Certa vez, ele disse que "Democracia é oportunizar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada, depende de cada um." Fernando Sabino, com sua lucidez, talvez apelidasse o Plano Brasil Sem Miséria de Plano "Mesmo Ponto de Partida Para Todos".

É exatamente disso que se trata. E é exatamente esta a nossa obrigação: garantir que essa brisa benfazeja continue a soprar por todos os cantos do Brasil.

Muito obrigado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna hoje para destacar a aprovação de uma matéria de grande importância para os mais de 5.500 municípios brasileiros. Trato, senhores senadores, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mecanismo que se constitui de uma transferência constitucional de recursos, vinculada à arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Destaco, nesta oportunidade, a aprovação ontem, nesta casa Política, da Proposta de Emenda à Constituição que amplia em um ponto percentual o repasse de recursos do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios. Originada da PEC 39/2013, a proposta de reforço às finanças municipais, levou tempo de discussão, mas foi aprovada pelos senadores, nos dois turnos de votação, no plenário do Senado.

Conforme o texto aprovado, e que, agora, vai para análise na Câmara dos Deputados, o repasse total aos municípios se dará ao longo de dois anos. Será, portanto, 0,5 ponto no primeiro ano e mais 0,5 ponto no segundo ano. Desta forma, o percentual de repasse total aos municípios que hoje é de 23,5%, passará a 24,5%.

Com a aprovação desta PEC, e sendo nossa decisão respaldada pelos colegas deputados federais, precisaremos, a partir de então, lutarmos pela garantia de mais avanços para os municípios brasileiros, fazendo uma revisão no pacto federativo.

Como sabemos, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) – que é a transferência de recursos federais aos Estados e ao Distrito Federal -, há tempo nos pede atenção. A revisão neste mecanismo, além de contribuir para a redução da desigualdade existente na capacidade fiscal das unidades da Federação, propiciará, sobremaneira, melhorias ao FPM.

O Fundo de Participação transfere aos Estados, de forma parcelada, 21,5% da arrecadação do IR e do IPI. Em 2009, esse montante representou o equivalente a R$ 69,7 bilhões, o que corresponde a 1,2% do Produto Interno Bruto.

Mesmo não incluindo outras importantes receitas federais, em especial o produto da arrecadação de contribuições, justamente a que mais tem crescido, ainda assim, os recursos do FPE são vitais para Estados mais pobres, como nossa Roraima, que não pode prescindir de tais recursos.

Esta discussão voltará à pauta deste Senado. Por enquanto, faz-se primordial, destacar a aprovação da PEC, que amplia o percentual de repasses aos municípios, que precisam garantir sua viabilidade econômica.

A aprovação deste percentual de repasse ao FPM é de enorme relevância para a maioria dos municípios brasileiros, que dependem destes recursos para cumprir com suas obrigações financeiras, especialmente, o pagamento do 13º salário dos seus servidores.

Neste contexto, destaco os 15 municípios de Roraima que, comparativamente a municípios de outras regiões do país, sofrem muito mais com a dependência que têm com relação ao repasse do percentual do FPM. Sofrem também com o cálculo das quotas individuais, as quais obedecem a critérios diferenciados para o repasse aos municípios do interior com relação à capital.

Fato é que avançamos na aprovação do percentual do FPM, e nossa expectativa, agora, é de que os nobres deputados compreendam o cenário de dependência da maioria dos municípios brasileiros e respaldem a decisão tomada por este Senado. Nossos prefeitos e prefeitas estão ávidos por este resultado. Mas será uma parcela considerável da população brasileira que irá agradecer ao Parlamento pela justeza desta decisão política, econômica e social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã comemoraremos oito anos de vigência da Lei Maria da Penha e gostaria de registrar a importância dessa Lei no combate à violência praticada contra a mulher. Essa Lei é uma grande conquista da mulher brasileira e hoje é também uma referência internacional em matéria de violência doméstica. Tem sido o nosso desafio ampliar cada vez mais a eficácia da lei e aperfeiçoar mecanismos de atenção à vítima de violência, como o serviço Ligue 180, da Central de Atendimento à Mulher.

Agora em julho, a Câmara enviou ao Senado um projeto de lei que transforma o Ligue 180, em um Disque Denúncia e essa medida permitirá a instauração imediata de investigação e o encaminhamento dessas denúncias diretamente ao Ministério Público ou às delegacias especializadas, Mecanismos como o Ligue 180 são importantes porque acolhem a mulher vitima de violência tanto na denúncia e no seu encaminhamento legal, como nas orientações que são passadas na hora, por telefone.

Todas as questões que envolvem a mulher, senhoras e senhores, são transversais aos demais temas sociais como família, saúde, educação, idosos, crianças e adolescentes. São temas que sempre priorize! em minha agenda, desde que iniciei minhas atividades política e parlamentar.

Alguns programas, como o Casa Verde, que reintegra mulheres desamparadas à sociedade; o Alimentação Alternativa; o Ser Criança; o Pró-Mulher; assim como o Programa de Erradicação de Casas de Taipa e o Banco do Povo – que também tinha a mulher como seu maior público -, foram algumas conquistas sociais que conseguimos assegurar para os sergipanos e que foram grandes balizadores de minha trajetória até aqui, no Senado Federal. E é com muito orgulho, senhor presidente, que sou a primeira mulher sergipana a ocupar esse cargo. E sei que estar aqui representando meu Estado faz com que várias sergipanas possam se ver também aqui um dia.

Sr. Presidente, quero também aproveitar este momento para cumprimentar o senador Cristóvão Buarque pela aprovação ontem, na Comissão de Educação, de sua proposição, que prevê a convocação de plebiscito nacional para discutir a "federalização" da educação básica pública.

Quero manifestar, Senador Cristóvão Buarque, meu total apoio à sua iniciativa. Entendo, como o Senhor, que a União deve ser responsável pelos investimentos fundamentais, como a remuneração dos professores e a promoção de meios estruturais e pedagógicos adequados ao ensino básico, São condições realmente fundamentais para garantir educação básica de qualidade às nossas crianças e assim garantir um melhor futuro para o nosso país.

Gostaria também, Senador, de ver assegurado um tratamento especial para as escolas que ficam situadas nas áreas rurais, onde 79,6% dos brasileiros de 6 a 14 anos não terminam o ensino fundamental. São índices tristes que ainda possuímos.

Muitas dessas escolas não têm água potável, eletricidade ou o mínimo em equipamentos escolares. Outras estão em locais remotos, de difícil acesso tanto para alunos como para os professores.

É claro que a promoção do desenvolvimento rural brasileiro resulta de um processo mais amplo, mas acredito que a educação de qualidade será fundamental para amparar todas as demais perspectivas, como agricultura, infraestrutura, saúde, entre outros. Só assim será possível melhorar as condições de vida da população rural de forma equitativa e sustentável, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto de maior cuidado com o meio ambiente.

Parabéns, Senador Cristóvão, pela excelente idéia. E vamos ao debate nacional em busca de uma educação básica de qualidade para as nossas crianças.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.)

PARECER
Nº 30, DE 2014-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, sobre o Projeto de Lei nº 5, de 2014-CN, que "altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo
Relator: Deputado Waldenor Pereira

I - RELATÓRIO

A Senhora Presidente da República, no cumprimento de suas prerrogativas constitucionais, encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências. No âmbito do Congresso, o projeto tomou a forma do Projeto de Lei nº 5, de 2014-CN, do qual nos coube a relatoria.

A alteração tem por objetivo excepcionalizar do prazo de 24 de dezembro de 2013, previsto no § 1º do art. 80 da citada Lei, proposição de aumento de remuneração dos cargos de Escrivão de Polícia Federal, de Agente de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal, integrantes da Carreira Policial Federal, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, decorrente de negociação ocorrida entre o Governo Federal e os representantes dos referidos servidores no início deste exercício.

A Exposição de Motivos nº 00086/2014 MP ressalta que a medida proposta busca atender a demanda da única categoria de servidores públicos que ainda não tinha sido contemplada com os aumentos salariais e reestruturação de carreiras concedidas aos demais servidores públicos do Poder Executivo, conforme proposta salarial feita a todas as categorias em agosto de 2012. O aumento será de 15,8%, a ser pago em duas parcelas, 2014 e 2015, correspondente ao reajuste de 5% ao ano concedido às demais categorias, no período de 2013 a 2015.

Destaca também que as despesas decorrentes da presente proposta, cuja vigência será a partir da publicação da respectiva Lei, correrão à conta da autorização e dos recursos a que se refere o item 4.1.6 do inciso II do Anexo V da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, Lei Orçamentária de 2014 - LOA-2014.

Ao Projeto foram apresentadas três emendas, sendo as emendas de nºs 00001 e 00002 de autoria do Deputado Eduardo Sciarra e a emenda de nº 00003 de autoria do Deputado Izalci.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria as normas constitucionais, legais ou regimentais. No mérito, a medida proposta pelo Governo é justa e necessária para valorizar categorias de servidores que não foram contempladas com aumento nos últimos anos.

Em atendimento à Mensagem nº 178, de 26 de junho de 2014, da Presidência da República e à Exposição de Motivos EM nº 00106/2014, de 25 de junho de 2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, propomos as seguintes alterações no projeto inicialmente apresentado:

i) a inclusão da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, nas exceções ao prazo previsto no § 1º do art. 80 da LDO/2014 (art. 80, § 10, inciso II);

ii) a inserção de dispositivo que permite o pagamento retroativo a 20 de junho de 2014, necessário para excepcionalizar a aplicação da vedação constante do § 2º do art. 79 da Lei nº 12.919, de 2013, tendo em vista que a proposta prevê que o reajuste em questão seja concedido a partir de 20 de junho de 2014.

Em relação às emendas apresentadas, em que pese o mérito das mesmas, entendemos que tratam de assunto diverso daquele original do Projeto, que é de iniciativa privativa da Presidente da República, conforme disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição. Somos, portanto, pela rejeição das emendas apresentadas.

Assim, diante do exposto, e tendo em vista as razões apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5, de 2014 - CN, na forma do Substitutivo ora apresentado e pela rejeição das emendas apresentadas.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado CLÁUDIO PUTY

Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5/2014 - CN

Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 80. .....

.....

§ 10. O prazo estabelecido no § 1º não se aplica a proposição de aumento da remuneração para os seguintes cargos:

I - de Escrivão de Polícia Federal, de Agente de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal, integrantes da Carreira Policial Federal, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985; e

II - integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002.

§ 11. A lei aprovada e sancionada em decorrência da proposição de que trata o § 10 poderá ter efeitos financeiros a partir de 20 de junho de 2014." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Quarta Reunião Ordinária, realizada em 5 de agosto de 2014, **APROVOU,** por unanimidade, o Relatório do Deputado WALDENOR PEREIRA, Relator *ad hoc* (Designado Relator anteriormente o Deputado Cláudio Puty), favorável ao **Projeto de Lei nº 05/2014-CN**, nos termos do Substitutivo apresentado, que incorpora alterações enviadas pela Presidência da República, através da Mensagem nº 178, de 26.06.2014. Quanto às 3 (três) emendas apresentadas, foram **REJEITADAS**.

Compareceram os Senhores Deputados Devanir Ribeiro, Presidente, Luiz Fernando Machado , Segundo Vice - Presidente, Assis Carvalho, Cleber Verde, Daniel Almeida, Eduardo Sciarra, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Gastão Vieira, Geraldo Resende, Geraldo Simões, Ivan Valente, Izalci, João Carlos Bacelar, João Leão, Nilson Leitão, Paulo Foletto, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reginaldo Lopes, Roberto Dorner, Ronaldo Zulke, Sandra Rosado, Sandro Mabel, Vilson Covatti e Waldenor Pereira; e os Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice - Presidente, Ana Amélia, Cyro Miranda, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, Romero Jucá, Ruben Figueiró, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e Waldemir Moka.

Sala de Reuniões, em 5 de agosto de 2014.

Deputado DEVANIR RIBEIRO
Presidente

Deputado WALDENOR PEREIRA
Relator *ad hoc*

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, apresenta a Redação Final do Projeto de Lei de nº 5 de 2014, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências."

Sala de Reuniões, em de de 2014.

Deputado DEVANIR RIBEIRO
Presidente

Deputado WALDENOR PEREIRA
Relator *ad hoc*

(À Publicação)

PARECER Nº 32, DE 2014-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, sobre o OFN nº 35/2010, que "encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009"; OFN nº 2/2012, que "encaminha, nos termos do art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011"; OFN nº 18/2012, que encaminha "Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012"; OFN nº 30/2013, que "encaminha Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao Exercício de 2012"; OFN nº 28/2013 que "encaminha, nos termos do art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2012"; OFN nº 27/2013, que "encaminha, em cumprimento ao Art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as três vias da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para o exercício de 2013, três vias do Parecer-Conjunto nº 23-SRFI/SUDECO, de 14 de dezembro de 2012, do Ministério da Integração Nacional, bem como três vias da Resolução Condel/Sudeco nº 004, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, Seção I, p. 45".

Relator: Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)**

RELATÓRIO

O Ministério da Integração Nacional encaminhou ao Congresso Nacional, por meio dos Ofícios nº 35, de 2010-CN (198/MI, de 12/08/2010, na origem), nº 2, de 2012-CN (646/MI, de 27/12/2011, na origem), nº 18, de 2012-CN (68/MI, de 23/02/2012, na origem), nº 27, de 2013-CN (310/MI, de 08/08/2013, na origem), nº 28, de 2013-CN (311/MI, de 08/08/2013, na origem), e nº 30, de 2013-CN (341/MI, de 22/08/2013, na origem), os seguintes documentos:

a) Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009;
b) Relatório de Gestão do FCO, referente ao 1º semestre de 2011;
c) Programação do FCO, referente ao exercício de 2012;
d) Programação do FCO para o exercício de 2013;
e) Relatório de Gestão do FCO, referente ao 1º semestre de 2012;
f) Relatório de Gestão do FCO, referente ao exercício de 2012.

De acordo com a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, art. 20, § 5º, o relatório semestral circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com recursos do Fundo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, deve ser encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

Em cumprimento ao art. 14, inciso IV, da referida Lei, o Conselho Deliberativo da respectiva superintendência de desenvolvimento regional deve encaminhar o programa de financiamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

Os Ofícios em comento foram encaminhados ao Presidente da CMO, que nos designou relator das matérias.

ANÁLISE DA MATÉRIA

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), instituído pela Lei nº 7.827, de 1989, é administrado conjuntamente pelo Conselho Deliberativo do FCO (Condel/FCO), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A., e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento.

A seguir, passaremos à análise das matérias.

a) Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009

Ao final do Relatório de Gestão são apresentados aspectos relevantes sobre o desempenho do Fundo. Entre eles, podem ser citados:

– entre os exercícios de 2008 e 2009, observa-se redução de 9,6% na quantidade e de 8,3% no valor total das contratações, motivada, em especial, pela retração nos recursos distribuídos;

– no que se refere ao porte dos beneficiários, os empréstimos aos mini/micro e pequenos tomadores representaram 51,1% das contratações e aos médios e grandes tomadores, 48,9%;

– os municípios de tipologia estagnada e dinâmica foram responsáveis pela contratação de 57,0% do montante de financiamentos concedidos em 2009 e por 65,5% dos contratos realizados;

– a inadimplência foi de 3,64% do total de saldos da carteira, menor que o índice de 4,57% registrado em 2008; em relação aos saldos de risco integral do FCO, a inadimplência atingiu 22,13% superando os 19,37% de 2008;

– em 2009, foram repassados pelo Banco do Brasil a outras instituições (Bancoob, BRB, Goiás Fomento e Sicredi) recursos no total de R$ 17,6 milhões.

O Relatório traz, entre outras, as seguintes recomendações ao Banco do Brasil:

– continuar desenvolvendo ações no sentido de ampliar o número de operações nos 466 municípios da Região, fazendo-se necessário ampliar o número de agentes econômicos beneficiados e o volume de recursos;

– continuar desenvolvendo ações para incrementar as operações com empreendedores de menor porte;

– adotar procedimentos para a regularização das operações vencidas e os valores levados a prejuízo.

b) Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011

O desempenho operacional no 1º semestre de 2011 caracterizou-se pelas seguintes ocorrências:

– acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas, como no volume de recursos aplicados em comparação com o primeiro semestre de 2010;

– as contratações somente ultrapassaram o orçamento previsto no Estado de Goiás;

– as contratações com os segmentos de menor porte representaram 44,4% do contratado na Região, com incremento de 12,7% em relação a igual período do ano anterior;

– as contratações com médios e grandes tomadores representaram 55,6% do total contratado na Região, com incremento de 44,4% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2010;

– os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica absorveram, respectivamente, 30,0% e 16,9% do total contratado; já as operações com municípios de microrregiões de alta renda alcançaram 53,1% do total contratado.

O Parecer Conjunto nº 20-SFRI/SUDECO, de 28 de novembro de 2011, da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI), da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e do Ministério da Integração Nacional recomendou ao Banco do Brasil a adoção das seguintes providências:

– incrementar as contratações no Distrito Federal, de forma a atingir o percentual de 19,0% definido pelo Condel/FCO;

– incrementar as contratações com agricultores familiares, empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores, especialmente nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de forma a atingir o percentual definido pela Resolução Condel/FCO nº 197, de 20/06/2003, c/c a Resolução Condel/FCO nº 432, de 22/09/2011;

– incrementar as contratações em municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica; e

– desenvolver ações com vistas ao cumprimento, até o final do exercício de 2011, das metas estabelecidas para os seguintes indicadores: Índice de Aplicação, Índice de Contratações com Menor Porte, Índice de Cobertura de Contratações no Exercício, Índice de Contratações por UF e Índice de Contratações por Setor conforme Resolução Condel/FCO nº 417, de 25/03/2011.

c) Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012

A proposta incorporou alterações promovidas pelo Condel/FCO, entre as quais, destacam-se:

– criação de uma linha de financiamento para Empreendedores Individuais (EI);

– ampliação da estimativa de repasse de recursos para outras instituições de 5% para 7% dos recursos previstos;

– criação de uma Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Informação para Micro e Pequenas Empresas (MPE) e outra para Pequeno-Médias, Médias e Grandes Empresas (MGE).

O Ministério da Integração propôs, entre outros aspectos:

– limitar o financiamento para tomadores de grande porte a projetos considerados de alta relevância e estruturantes, com capacidade de integrar empreendimentos de pequeno, pequeno-médio e médio portes;

– vedar a concessão de crédito para projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto para consumo do próprio empreendimento;

– vedar a concessão de crédito para aquisição de bens com índices de nacionalização inferiores a 60%.

d) Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para o exercício de 2013

Entre as alterações promovidas pelo Condel/FCO e incorporadas à proposta, destacam-se:

– autorização para financiamento de capital de giro e custeio, independentemente do porte do beneficiário;

– supressão, excepcionalmente para o exercício de 2012, do limite máximo de 20% dos recursos previstos para contratações junto a beneficiários de grande porte;

– aumento do limite financiável de investimento para médias e grandes empresas no âmbito da Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE;

– ajuste dos critérios a serem observados na classificação quanto ao porte dos produtores rurais.

e) Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2012

O Ministério da Integração Nacional, na qualidade de administrador, fez, entre outras, as seguintes observações:

– em relação à abrangência dos financiamentos em relação aos municípios, no primeiro semestre de 2012, manteve-se a cobertura de 99,6% dos municípios da Região como beneficiários do FCO;

– as contratações atingiram R$ 3,01 bilhões, montante 34,6% superior ao exercício de 2011;

– o valor do patrimônio do Fundo apresentou crescimento de 13,9% em relação ao mesmo período de 2011;

– a inadimplência alcançou 4,5%, com acréscimo de 80% em relação ao primeiro semestre de 2011;

– as contratações com empreendedores individuais, mini, micro e pequenos tomadores representaram 62,7% do total contratado.

A opinião manifestada no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis foi a de que tais demonstrações apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do FCO, com a ressalva de que o Fundo vem reconhecendo, no resultado, a renda das operações de crédito de risco próprio em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias, em desacordo com a Resolução CMN nº 2.682, de 1999. Ainda houve a ressalva de que o Fundo utilizou valor estimado de saldo de rendas a apropriar no cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre as operações de crédito de risco próprio.

f) Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao Exercício de 2012.

Em relação ao desempenho orçamentário e financeiro, destacam-se os seguintes aspectos:

– as contratações atingiram o valor de R$ 5,9 bilhões, correspondentes a 123,4% do montante de recursos efetivamente distribuídos no exercício para aplicação;

– as contratações com tomadores de menor porte representaram 68,3% do total contratado;

– quanto ao porte dos tomadores, 55,2% dos recursos beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores, e 13,1%, pequeno-médios tomadores;

– as contratações com médios e grandes tomadores alcançaram 31,7% do total;

– os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada absorveram 37,1% do total contratado, enquanto que os de microrregiões dinâmicas e de alta renda absorveram, respectivamente, 21,8% e 41,1%;

– no exercício de 2012, foram contratados R$ 46,9 milhões por outras instituições, o que representou incremento de 68,1% em relação ao montante observado em 2011;

– o índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco do Brasil alcançou 0,52% ao final do exercício, percentual superior ao índice de 0,44% observado em 2011.

VOTO

Diante do exposto, nosso voto é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento dos documentos encaminhados por meio dos Ofícios nº 35, de 2010-CN, nº 2, de 2012-CN, nº 18, de 2012-CN, nº 27, de 2013-CN, nº 28, de 2013-CN, e nº 30, de 2013-CN, e determine que sejam encaminhados ao arquivo.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

Relator

C O N C L U S Ã O

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Décima Quarta Reunião Ordinária, realizada em 5 de agosto de 2014, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador Jorge Viana, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador Eunício Oliveira) pelo **ARQUIVAMENTO** das seguintes matérias: **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009."; **Ofício nº 27/2013-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao Art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as três vias da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para o exercício de 2013, três vias do Parecer-Conjunto nº 23-SRFI/SUDECO, de 14 de dezembro de 2012, do Ministério da Integração Nacional, bem como três vias da Resolução Condel/Sudeco nº 004, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, Seção 1, p. 45."; **Ofício nº 2/2012-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2011."; **Ofício nº 18/2012-CN**, da "Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012."; **Ofício nº 30/2013-CN**, que "Encaminha Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao Exercício de 2012." e **Ofício nº 28/2013-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2012".

Compareceram os Senhores Deputados Devanir Ribeiro, Presidente, Luiz Fernando Machado, Segundo Vice-Presidente, Assis Carvalho, Cleber Verde, Daniel Almeida, Eduardo Sciarra, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Gastão Vieira, Geraldo Resende, Geraldo Simões, Ivan Valente, Izalci, João Carlos Bacelar, João Leão, Nilson Leitão, Paulo Foletto, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reginaldo Lopes, Roberto Dorner, Ronaldo Zulke, Sandra Rosado, Sandro Mabel, Vilson Covatti e Waldenor Pereira; e os Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Cyro Miranda, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, Romero Jucá, Ruben Figueiró, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e Waldemir Moka.

Sala de Reuniões, em 5 de agosto de 2014.

Deputado DEVANIR RIBEIRO
Presidente

Senador JORGE VIANA
Relator *ad hoc*

(À publicação)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DIA 7 DE JULHO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9H, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião Ordinária de 2014 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 7 de julho de 2014, segunda-feira, às 9h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Dom Orani João Tempesta, destinada aos seguintes itens: Item 1 – Audiência Pública sobre o programa "A Voz do Brasil", preparatória para relatório da Comissão de Relatoria composta pelos Conselheiros Walter Vieira Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos; Item 2 – Leitura, discussão e votação do relatório sobre o PL 3.979/2000, elaborado pela 2ª Comissão de Relatoria da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação, formada pelos Conselheiros Roberto Franco (coordenador), Ronaldo Lemos e Nascimento Silva, sobre inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão; Item 3 – Leitura, discussão e votação do relatório da 7ª Comissão de Relatoria da Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social, composta pelos Conselheiros Alexandre Jobim, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos (coordenador), acerca de liberdade de expressão no período eleitoral. III – Relatório de andamento dos Trabalhos das Comissões Temáticas, a serem proferidos pelos Coordenadores; IV – Comunicações dos Conselheiros; V – Participação da Sociedade Civil. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, Presidente; FERNANDO CESAR MESQUITA, representante da sociedade civil; ROBERTO FRANCO, Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; MIGUEL ANGELO CANÇADO, representante da sociedade civil; JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, LOURIVAL SANTOS e MARIA JOSÉ BRAGA, em substituição aos Conselheiros WALTER VIEIRA CENEVIVA, ALEXANDRE KRUEL JOBIM e CELSO AUGUSTO SCHRÖER, respectivamente.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Bom dia a todos! Vamos assumir nossos lugares para darmos início. Demos já 15 minutos de tolerância para chegada de todos os Conselheiros.

Sejam todos muito bem-vindos, os Conselheiros, os convidados, os que vieram para assistir e também aqueles que estão sintonizados na TV Senado, que transmite esta reunião ao vivo. Nossos cumprimentos a todos.

Estou sem meu Vice-Presidente, que hoje não virá.

Havendo número regimental, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.389, de 1991, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária de 2014, do Conselho de Comunicação Social, que, conforme pauta anteriormente enviada, destina-se a:

I – Leitura do Expediente.

II – Ordem do Dia:

ITEM 1 – Audiência Pública sobre o programa "A Voz do Brasil", preparatória para relatório da Comissão de Relatoria composta pelos Conselheiros Walter Vieira Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos;

ITEM 2 – Leitura, discussão e votação do relatório sobre o PL 3.979/2000, elaborado pela 2ª Comissão de Relatoria da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação, formada pelos Conselheiros Roberto Franco (coordenador), Ronaldo Lemos e Nascimento Silva, sobre inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão;

ITEM 3 – Leitura, discussão e votação do relatório da 7ª Comissão de Relatoria da Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social, composta pelos Conselheiros Alexandre Jobim, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos (coordenador), acerca de liberdade de expressão no período eleitoral.

III – Relatórios de andamento dos trabalhos das comissões temáticas, a serem proferidos pelos coordenadores.

IV – Comunicações dos conselheiros.

V – Participação da sociedade civil.

Encontra-se, sobre a mesa da Presidência, para deliberação, a Ata da 5ª Reunião Ordinária de 2014, enviada a todos os Conselheiros com antecedência, por *e-mail*. Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura.

Em discussão. (*Pausa.*)

Os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Comunicação de ausências.

Em 28 de junho último, o Conselheiro Walter Ceneviva informou que não poderia estar presente a esta reunião por conta de compromisso profissional no exterior. Dessa maneira, a representação das empresas de rádio será feita pelo Conselheiro suplente, Daniel Pimentel Slaviero.

No dia 1º de julho, o Vice-Presidente, Fernando César Mesquita, informou que também não poderia comparecer à presente reunião. Em seu lugar, foi convocado o Conselheiro suplente Leonardo Petrelli para representação da sociedade civil, porém, ele também não poderá estar presente.

Ainda em 1º de julho, o Conselheiro Alexandre Jobim informou, por *e-mail*, a impossibilidade de comparecimento. Assim, contaremos hoje com a presença do Conselheiro suplente Lourival Santos, para representar as empresas de imprensa escrita.

Já em 003 de julho, o Conselheiro Celso Augusto Schröder comunicou que não poderia vir por conta de compromissos profissionais no Rio Grande do Sul. Desta forma, a representação da categoria profissional dos jornalistas será feita pela Conselheira suplente Maria José Braga.

No dia 04 de julho, o Conselheiro Gilberto Carlos Leifert também comunicou a ausência por conta de compromisso de trabalho na cidade de São Paulo. Em seu lugar, foi convocado o Conselheiro suplente Márcio Novaes, para a representação das empresas de televisão.

Por fim, recebemos, ontem, *e-mail* da Conselheira suplente Wrana Panizzi, que integra a Comissão Temática de Conteúdos e Meios de Comunicação, informando a impossibilidade de comparecimento.

Também soubemos aqui, nesta manhã, que o Conselheiro Nascimento deve chegar na parte da tarde. Devido à questão de transporte, à questão de avião, não poderá chegar na parte da manhã, mas garantiu que chegará à tarde.

Expediente.

Ofício à EBC no dia 11 de junho de 2014, seguindo o que foi deliberado na 5ª Reunião Ordinária de 2014, deste Conselho de Comunicação Social. Foi enviado para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) o Ofício nº 134/2014, Conselho de Comunicação Social, encaminhando manifestação do Sindicato dos Radialistas de Brasília sobre a situação da empresa.

No dia 11 de junho, esta Presidência recebeu o Ofício nº 26/2014, da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito de Comunicação com Participação Popular (Frentecom), com convite para participar da audiência pública no Congresso Nacional, para debater o Conselho de Comunicação Social.

A audiência ocorreu no dia 1º de julho, abordando temas relacionados à composição do Conselho, o processo de escolha e renovação de seus membros, sua relação com as organizações da sociedade e a necessidade da atualização do marco legal que regula esse órgão de representação da sociedade civil.

Pelo fato de a audiência ocorrer em Brasília, indiquei o Vice-Presidente Fernando César Mesquita para representar o Conselho. O Conselheiro Nascimento Silva também esteve presente ao evento. Se chegar mais tarde, o Conselheiro Nascimento Silva poderá dar algumas notícias sobre essa audiência pública.

O SR. ROBERTO BOCORNY MESSIAS – Bom dia a todos! Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para estar aqui nesta Comissão.

Acreditamos que esse debate em virtude de uma ferramenta tão importante como A Voz do Brasil, que dá acesso às pessoas ao direito à informação, é de alta relevância.

Registro aqui a posição do Governo Federal em manter e preservar esse conteúdo pela importância dele, mas pela flexibilização, se for entendido que essa é a melhor forma de acesso a essas informações, tendo em vista, inclusive, medida provisória editada pela Presidenta da República, que flexibilizou, durante o evento da Copa do Mundo, de 12 de junho a 13 de julho, o horário, o que preserva não só o conteúdo, como também o acesso a outros eventos esportivos da situação.

Então, agradeço a presença e acredito que este debate será promovido de forma a termos a melhor decisão para o acesso à comunicação pela população brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Obrigado, Secretário.

Vamos ouvir o Presidente da Associação de Emissoras do Estado de São Paulo (Aesp), Sr. Rodrigo Neves.

O SR. RODRIGO NEVES – Bom dia! Obrigado pela presença. Bom dia a todos da Mesa, aos que estão aqui no plenário e aos que estão nos acompanhando também.

Farei uma pequena apresentação, falando um pouquinho sobre A Voz do Brasil.

Eu gostaria de começar falando da Aesp, que é a associação mais antiga do Brasil. Ela começou em 1935 e, desde então, vem defendendo os interesses da radiodifusão, os interesses da liberdade de expressão e, acima de tudo, promovendo um ambiente saudável e ético para a radiodifusão do Brasil. Ela faz parte também e nacionalmente apoia as iniciativas da Abert. Faz parte da Abert como uma associação brasileira que representa a radiodifusão.

Desculpe-me...

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO NEVES – Próximo, por favor.

A Voz do Brasil começou em 1935, quando a Aesp começa também. Vamos lembrar que, naquela ocasião, o Brasil tinha apenas 41 emissoras de rádio. Foi uma forma de se levar a informação para um Brasil que era praticamente rural. Se formos olhar, com a projeção da ONU e o que era lá atrás, com o censo demográfico, vamos ver que, em 1940, tínhamos uma população basicamente rural. Sou de uma cidade muito pequena no Estado de São Paulo, chamada São Manoel. Lá havia 20 mil habitantes. Sou de 1957, então, lembro-me dos anos 60. Eram 20 mil habitantes, sendo que 12 mil estavam nas fazendas e 8 mil estavam nas cidades. Quando chegava sábado, as pessoas pegavam o trem para ir à cidade fazer compras. Era um movimento enorme, uma coisa fantástica,

e vemos que a tendência disso é mudar. Hoje, as pessoas querem estar na cidade e não estar no campo. Quem está no campo é muito pouca gente.

Se formos ver as taxas da população urbana e rural, vamos ver que praticamente apenas 20% estão no campo.

A Abert contratou o Datafolha para fazer uma pesquisa sobre a flexibilização do programa A Voz do Brasil. Este foi o universo: 53% de mulheres e 47% de homens. Se formos ver a importância do rádio, veremos que 81% acham o rádio extremamente relevante e ouvem o rádio. Então, o alcance do rádio é extremamente importante e significativo dentro da sua essencialidade, localidade e liberdade de expressão.

Próximo, por favor.

Perguntamos acerca do horário fixo ou flexível. Se formos ver quem é a favor, veremos que 68% são favoráveis à flexibilização. Vale lembrar que, dentro da audiência rotativa do rádio, flexibilizando, há um ganho de audiência para A Voz do Brasil. Sabemos que algumas pessoas não ouviriam de forma alguma, mas, estando o programa flexibilizado, começa a haver uma população mais abrangente, podendo haver até 22% de forma imediata. Voltando ao dado que é interessante e relevante: 68% são favoráveis à flexibilização do A Voz do Brasil.

Esta é a curva de audiência. Esse é um dia normal, consolidado, fonte Ibope. Se pegarmos a cobertura da televisão e do rádio, o que acontece nas 24 horas do dia? Sabemos que, durante a manhã, o rádio tem uma penetração muito grande e, ao longo do dia, essa audiência vai caindo. Já a televisão vai crescendo ao longo do dia. Se olharmos aqui, este é um *zoom* das 19h. Quando pegamos este gráfico aqui, só com um corte neste horário, veremos o que acontece na parte da tarde.

O Ibope pesquisa 13 capitais, das 27 que temos. E, nas 13 capitais em que há pesquisa regular de rádio, se flexibilizássemos A Voz do Brasil, de imediato, teríamos um ganho de 5%. E essa audiência forma uma progressão geométrica, o que faz chegarmos a muito mais, que é o dado apontado pelo Datafolha.

O Brasil tem, na rede pública, 447 emissoras de rádio, 201 emissoras de televisão educativas. O Governo tem cerca de 50% dessas rádios, por ele controladas nas três esferas de poder. Isso sem falar na internet.

A IBC presta um serviço relevante quando faz a cobertura toda da Amazônia Legal, além de estar em várias formas de transmissão: ondas curtas, ondas médias e FM.

Se olharmos o mapa do Brasil, naquilo que está acontecendo no Brasil, veremos que todo Estado tem a cobertura da rede pública de televisão e rádio, o que significa que, pelo projeto de flexibilização, esse horário não seria mexido, esse horário seria apenas flexibilizado para as emissoras comerciais.

Os portais que existem, as outras formas de comunicação, como é o caso destas duas Casas, o Senado e a Câmara, têm vários canais de comunicação, além do rádio, a televisão e a internet.

Aqui a gente fez uma evolução do que aconteceu no Brasil nesses últimos anos. Se a gente começar desde o Padre Landell de Moura, lá no Rio Grande do Sul, com os seus primeiros experimentos, que foi, talvez, um marco importante para a radiodifusão no Brasil, embora ele não tenha levado essa patente, que acabou ficando com Marconi, o rádio ganhou grande relevância no País. E a gente vai ver tudo que foi acontecendo ali desde 1930, 1934, quando começa A Voz do Brasil, o Chateaubriand, com a Rede Tupi, o Repórter Esso, que foi uma coisa superimportante na forma de difundir informação e notícia e dar relevância para a notícia no rádio, até a gente chegar, quando começou o *boom* da FM no Brasil, na década de 70, e quando começou o ambiente *on-line*, em 1995. Esse ambiente *on-line* acabou fazendo uma revolução enorme para radiodifusão e para a difusão de informação.

Fizemos uma linha do tempo desde 1930, colocando lá o começo do rádio capelinha, que ficava na sala, o LP – eu, por exemplo, peguei o disco de 78 rotações. Aí, chegamos à década de 60, quando o homem chega à Lua; fita cassete; televisão colorida; o *videogame*, que começou; o *walkman;* o telefone celular; fita de videocassete; toda a internet, o Google, e a gente sabe de todas as plataformas que têm o iPhone, a diversidade de coisas que nós temos a nosso dispor para informar e para procurar informação, que não se restringem aos meios convencionais de radiodifusão. E se a gente for olhar nas redes sociais, é um absurdo o que existe. Hoje, por exemplo, eu estava ouvindo o noticiário da televisão, de manhã, e alguém deu o seguinte dado: a contusão do Neymar está tendo uma mensagem por segundo. É o maior recorde de manifestação pelas redes sociais. E aí a gente vê que o jogador que machucou o Neymar vai a uma rede social, pede desculpas para ele e, a partir da rede social, isso é difundido para o rádio, para a televisão, para o jornal, para revista, para tudo.

Se a gente for pegar o telefone celular, que começou lá atrás, o advento dele, sem considerar os celulares *xing-ling* que a gente encontra, a gente está falando de mais de 270 milhões de aparelhos no País, em uma população de 200 milhões. E aí o que acontece quando A Voz do Brasil está sendo transmitida, às 19h?

Próximo eslaide. Eu queria que você parasse um pouquinho, por favor.

Eu falo de São Paulo, mas isso acontece nos grandes centros: todos os dias, em São Paulo, temos congestionamento. Quando eu me mudei para São Paulo, em 1978, tinha a famosa hora do *rush*. Hoje, a hora do *rush* é o dia inteiro! Quem mora em São Paulo, quem vai a São Paulo sabe que a gente não consegue fazer mais nada. No começo dos anos 80, conseguia-se fazer de quatro a cinco visitas comerciais por dia ou até mais, hoje é uma pela manhã e outra à tarde. Quem trabalha na área comercial sabe da dificuldade que é se locomover na cidade. E se não é isso, é outra coisa. Vamos imaginar, por exemplo, quando chove. Este ano nós não estamos tendo chuvas, passamos por uma estiagem na cidade de São Paulo, mas quando chove, alaga. E toda a região expandida das grandes metrópoles acaba vivendo um congestionamento incrível. Isso sem contar

manifestações e todas as coisas que têm acontecido, quando o rádio está ali prestando um imenso serviço que é orientando e informando e dando alternativas. Hoje, pela própria mídia social, consegue-se fazer uma interação com o rádio e o ouvinte para dar o melhor caminho. A gente sabe que, em São Paulo, entrou no carro, você não sabe se vai chegar ou não.

Próximo eslaide. Volte ao eslaide anterior, por favor.

A gente fala um pouco dessas manifestações que aconteceram aqui em Brasília, que aconteceram no Brasil inteiro, mas a gente fala também da essencialidade do rádio. A gente sabe que aquela foto é do acontecido lá no Rio de Janeiro quando houve o desbarrancamento e o deslizamento de terra que acabou atingindo um monte de gente, e é o que está acontecendo hoje no Rio Grande do Sul, que tem 70 cidades com problemas de enchente. E o rádio e a televisão estão lá, dentro da essencialidade deles, prestando serviço, como quando aconteceu um tufão no ano passado, em São Paulo, que, em 15 segundos, devastou uma cidade. Foi uma pequena emissora de rádio, uma rádio AM, que prestou serviço, orientou, deu um norte para as pessoas.

Como podemos melhorar a audiência de A Voz do Brasil? Flexibilizando, pegando o básico do rádio, e o básico do rádio é a audiência rotativa. Ninguém compra um comercial no rádio para ser uma vez só. As pessoas compram, pelo menos, a partir de três vezes.

Pode ir para o próximo, por gentileza.

Também flexibilizar A Voz do Brasil é dar ao cidadão a maior expressão que tem, que é a liberdade de expressão, o direito de escolha: eu quero ou eu não quero. Desde 1948, temos a Declaração Universal de Direitos Humanos e nela está fundamentado o direito de escolha.

Então, acho que estamos no melhor momento, pela flexibilização de A Voz do Brasil, para fazer valer a liberdade de expressão, o direito de escolha, o livre arbítrio. É isso que defendemos e é por isso que temos que lutar.

Temos uma imensa responsabilidade neste Conselho, que respeito muito, como cidadão e como alguém que está na radiodifusão há mais de 40 anos. Acho que este relatório tem que ser pela flexibilização, porque o futuro vai olhar para nós, e que futuro vamos deixar? Um futuro com liberdade de expressão, com direito de escolha, ou não?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradeço ao Sr. Rodrigo Neves.

Passo, então, a palavra agora para o representante do movimento pela preservação de A Voz do Brasil "Em Brasília, 19 horas".

Jornalista Chico Sant'Anna, com a palavra.

O SR. CHICO SANT´ANNA – Bom dia a todos.

Inicialmente, eu queria agradecer o convite e, na pessoa de Dom Orani Tempesta, cumprimentar os integrantes da Mesa e todos os integrantes do Conselho de Comunicação aqui presentes.

Inicialmente, gostaria de fazer um breve histórico.

O programa A Voz do Brasil começou, como já foi colocado pelo representante da Aesp, em 22 de julho de 1935. Era veiculado em 50 emissoras. Está completando 79 anos de existência. Nasceu com o nome de Hora do Brasil e, desde 1971, foi denominado A Voz do Brasil. É hoje o informativo radiofônico em operação continua mais antigo do mundo. O segundo mais antigo é um programa semelhante feito pela Rádio Suíça para os cantões de idioma italiano chamado "Vozes do Grisões italiano", "Voci del Grigioni italiano" – o meu italiano é péssimo –, que é de 1939.

Pode passar.

Ele é o único veículo hoje existente de integração nacional. Ele comunica no Brasil, do Chuí ao Oiapoque, do Acre ao Rio de Janeiro.

Já desempenhou papéis históricos importantes, como os informativos durante a Segunda Guerra Mundial sobre ações dos pracinhas. Foi, por incrível que pareça, embora todos chamem de chapa-branca, o único veículo, pelo menos a parte do Legislativo, que não foi alvo da censura no regime militar. Aquele famoso discurso do Márcio Moreira Alves que gerou o AI-5 foi transmitido pelo A Voz do Brasil. Hoje, é o único elemento que podemos chamar de ferramenta da transparência pública, o que os técnicos em comunicação chamam de *accountability*, em especial, a meia hora do Congresso Nacional, porque sabemos que o Congresso Nacional... Há uma piadinha que diz que, se a TV Globo tinha o Roberto Marinho, o Congresso Nacional tem 81 Robertos Marinhos. Então, existe uma pluralidade de informações, de pontos de vista, inclusive percepções ideológicas, bastante diferenciadas.

O programa, hoje, é constituído de 25 minutos para o Poder Executivo, sob a responsabilidade da EBC; 5 minutos para o Judiciário, sob a responsabilidade da Rádio Justiça; 10 minutos para o Senado Federal; 20 minutos para a Câmara; e o TCU tem 1 minuto às segundas, quartas e sextas-feiras, que é retirado do tempo das duas Casas do Legislativo.

Como eu disse no início, ele é hoje o único programa radiofônico transmitido para 100% dos Municípios brasileiros. A importância dele nesse processo de *accountability*, de transparência, é porque ele é o único veículo que dá ao cidadão – não importando onde ele mora, se é um caboclo da Amazônia ou um gaúcho dos Pampas – as informações de todas as novas leis que estão surgindo, das decisões judiciais, de repasses de verbas. Ele permite, por exemplo, que o cidadão que mora no interior fiscalize o seu prefeito sobre a chegada do dinheiro da merenda escolar. A grande mídia não cobre isso, não vai falar que Quixeramobim repassou, recebeu hoje tantos mil reais ou tantos milhões de reais do Fundeb ou da merenda escolar. Ele torna públicos os preços mínimos agrícolas, o que permite ao produtor rural, principalmente ao produtor familiar, ter ideia e não ser alvo de especulação de atravessador. Ele avisa, como eu disse, os repasses do Fundo Nacional de Saúde, do Fundeb, da entrega de equipamentos e dos direitos sociais que o cidadão brasileiro tem.

Hoje, se nós formos computar as 3.154 emissoras comunitárias legais, nós estamos beirando 7.700 emissoras de rádio no País. Em 1995, quando

começou o primeiro movimento pela flexibilização de A Voz do Brasil, inicialmente via o Poder Judiciário, quando as empresas tentavam demonstrar que a lei que rege A Voz do Brasil não foi acolhida pela Constituição, o Datafolha fez uma pesquisa em que 88% dos brasileiros acima de 16 anos conheciam o informativo. Conhecer um produto é uma coisa essencial. Por exemplo, o índice da Coca-Cola é 90%. Noventa por cento dos cidadãos brasileiros conhecem, sabem o que é a marca Coca-Cola. Então, quando a gente diz que 88% do povo brasileiro conhecem o que é A Voz do Brasil, esse é um resultado de suma importância. E mais da metade, à época, aprovava a transmissão nesse horário.

Pode passar.

Posteriormente, a pedido da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, no ano de 2010, foi feita uma nova pesquisa. Essa pesquisa ouviu 12 mil brasileiros, quer dizer, é uma pesquisa de amplo espectro, em 600 Municípios brasileiros. Nessa pesquisa, 56% dos brasileiros consideraram importante ou muito importante a veiculação de A Voz do Brasil. Vinte e dois por cento, ou seja, 31 milhões de brasileiros, declararam ouvir diariamente, habitualmente A Voz do Brasil. Esse percentual de defesa da transmissão obrigatória se faz mais presente onde existe a maior carência de veículos de comunicação, consequentemente, da informação propriamente dita. Então, chega a 66% na Região Norte, a quase 51% no Centro-Oeste, a quase 50% no Nordeste e, mesmo nas regiões onde existe uma densa oferta de alternativas de informação, chegou a 36% na Região Sul e a 31,4% na Região Sudeste.

Pode passar.

É importante colocar isso, porque o grande discurso que se faz hoje é que, com esse horário liberado, as emissoras de rádio poderão prestar um serviço social de maior importância à população, como foi colocado o exemplo do trânsito. Quando algumas emissoras de rádio, sob proteção de liminares obtidas na Justiça, obtiveram a autorização de flexibilizar o horário, o que se viu nas emissoras do Rio Grande do Sul, que foram beneficiadas com isso, foi a reexibição, a reapresentação de programas veiculados pela manhã, na grande maioria programas de noticiário esportivo – e como o dia já tinha percorrido, as notícias já estavam velhas – ou a retransmissão, em alguns casos, de telejornais.

Eu mesmo tive uma experiência muito interessante. Eu estava a caminho de Curitiba quando cai na inauguração da segunda parte, da última parte do anel rodoviário de São Paulo, era aquele dia que estava inaugurando, estava um tumulto. Eu estava indo de carro. Eu falei: vou ligar o rádio porque as rádios de São Paulo estão protegidas pela liminar, não estão transmitindo, e ninguém dava uma mínima orientação. E, na ocasião, o que se escutava era – eu estava na Band News – o telejornal das 8 horas da noite, que falou da inauguração, que o governador foi lá, mas essa orientação de trânsito – estava tudo parado – não acontecia.

Pode passar.

O STF acolheu o pedido da União nesse Recurso 646.135 e confirmou que a legislação do A Voz do Brasil é constitucional, foi abrigada e que

não existe nada de inconstitucional nem contra o direito à liberdade de expressão nem contra o direito à liberdade de ser informado na veiculação obrigatória das 19h às 20h.

Segundo ele, a lei foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, é legal a determinação para que as empresas de radiodifusão estejam obrigadas à retransmissão do programa A Voz do Brasil no horário determinado.

Pode passar.

Pode passar, nós já colocamos isso.

Outra coisa importante é o seguinte: nós estamos falando em termos de produção de informação radiofônica. E, hoje, o segmento do rádio é o mais carente da mão de obra jornalística. Das 7.691 emissoras de rádio existentes, apenas 2.300 profissionais são contratados – segundo relatório da RAIS, Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho.

Isso significa que nós temos um jornalista para cada cinco emissoras de rádio funcionando no País. Ou, se preferir, 0,20% de um jornalista por emissora de rádio.

Na verdade, se a gente for estratificar isso, nós temos um terço das emissoras de rádio que não possui um jornalista sequer; o outro terço possui redatores, numa média de um e meio redator por emissora. Redator é aquele profissional de imprensa que não vai à rua. No nosso jargão, é o que fica na cozinha, pescando coisas na internet, no interior, até em jornais, e faz umas notinhas a partir daquilo que já está disponibilizado. E somente a outra terça parte é que possui a efetiva cobertura de jornalistas e dos fatos que acontecem no dia a dia.

Dessa forma, para a grande e imensa quantidade de emissoras de rádio no País, A Voz do Brasil é o único produto de informação atualizada diariamente que é veiculado. As demais não têm, exceto esse terço que eu coloquei, esse tipo de informação sendo veiculada.

Outra coisa importante é que é colocado que, nos grandes centros, essa informação se faz menos necessária porque o morador do grande centro tem uma maior fonte de informação. É verdade. O problema é que, nos grandes centros, principalmente Rio, São Paulo e Brasília, é que estão funcionando as emissoras AM de grande potência, aquelas grandes redes que veiculam para o Brasil inteiro.

A gente escuta na Amazônia a Rádio Nacional de Brasília, a Jovem Pan de São Paulo, a Bandeirantes de São Paulo, a Rádio Globo e a Rádio Tupi, porque ali, localmente, não existem emissoras de grande potência. Se nós formos adotar uma política em que essas grandes emissoras que estão hoje nos grandes centros deixem de transmitir, de flexibilizar A Voz do Brasil porque elas estão nos grandes centros, o grande prejudicado será quem está nos rincões, nos sertões do Brasil.

Por outro lado, essa pesquisa da Secretaria de Comunicação demonstrou que, mesmo nos grandes centros, a periferia desses grandes centros

é a grande parcela que constitui aqueles 35%, 40% que ouvem cotidianamente A Voz do Brasil.

A mudança de horário significa, principalmente para o trabalhador, seja do campo, seja das grandes cidades, deixar de ter o direito de ouvir isso. Porque, se nós formos transmitir às 21h ou às 22h, nós sabemos que o trabalhador dorme cedo e acorda cedo. Ele vê o Jornal Nacional, no máximo uma novela e vai dormir. Ele não vai ligar o rádio às 21h30 para ouvir A Voz do Brasil ou qualquer que seja o programa porque, como dizem na roça, ele dorme com as galinhas e acorda com o galo.

Esse prejuízo vai se fazer ainda maior na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste, onde nós vimos que o nível de fidelidade ao programa é da ordem de 50% a 60%. Vai afetar diretamente o trabalhador de baixa renda que não tem outras fontes de informação, que não tem acesso à internet, que não tem *smartphone*, que não paga banda larga.

Pode passar.

Nós temos, na questão de A Voz do Brasil, uma cobertura muito mais plural, principalmente dos feitos acontecidos no Congresso Nacional. Quem acompanha o noticiário do Congresso Nacional sabe que a grande mídia foca em meia dúzia de personagens, em meia dúzia de Parlamentares a sua cobertura do dia a dia; são os líderes, são os presidentes de partidos, são os dirigentes da Casa. O chamado baixo clero, que também produz notícia, que também produz leis, que também se posiciona, que também vota, não tem essa cobertura do dia a dia e são programas como A Voz do Brasil que vão dar essa visibilidade, inclusive uma visibilidade de prestação de contas regionalizada para o eleitor, para o cidadão que escolheu o seu representante no Parlamento. Por outro lado, é muito baixa a cobertura do Parlamento brasileiro pelas emissoras de rádio. A maioria das sete mil emissoras de rádio não tem sequer jornalistas e muito menos correspondentes em Brasília. Então, nós temos meia dúzia de grandes redes nacionais que têm essa cobertura cotidiana e personalizada.

Eu trabalhei numa emissora, inclusive de São Paulo, a extinta Rádio Capital, em que editávamos o noticiário de política a partir de trechos recortados de A Voz do Brasil; era recortado porque na época era fita, porque a gente gravava A Voz do Brasil e, para editar, cortava-se a fita propriamente dita.

Vejam que uma emissora do porte que era da Rádio Capital, de notícias, ligada às Faculdades Metropolitanas Unidas – corrija-me, gente da AESP, se eu estiver falando os nomes errados, porque lá se vão 30 anos que trabalhei nessa emissora –; era o grande jornal, 360 Graus, jornal da capital, recorte de A Voz do Brasil, pois não tinha correspondente em Brasília.

Então, isso exemplifica a precariedade do que é a cobertura radiofônica em locais que são nobres, que é a Capital da República, que é o Parlamento. Como ficarão – não digo nem as emissoras de rádio – os ouvintes, os cidadãos de onde essas emissoras de rádio deixarão de ter esse conteúdo que é veiculado às 19 horas.

Nós vamos ter, em consequência disso, um estreitamento da pluralidade temática dos temas que são tratados, porque a cobertura Parlamentar, a cobertura de Brasília acaba ficando somente nos grandes fatos, uma crise, uma catástrofe, um acidente; essa notícia do dia a dia, que é uma prestação de contas, deixa de existir.

Pode passar, por favor.

Outra coisa para a qual eu gostaria de chamar a atenção é a seguinte: nós estamos nos encaminhando para o fim da TV analógica. O chamado apagão da TV analógica já foi registrado nos Estados Unidos, onde cinco milhões de lares ficaram sem acesso a qualquer tipo de televisão porque, por questões geográficas ou tecnológicas, na região onde essas pessoas moram o sinal digital não chegava e, na França, foram trezentas mil residências. Nesses países criaram uma espécie de bolsa Sky, onde o governo deu um subsídio para que elas pudessem fazer assinaturas de TV paga, mas a TV paga, nós sabemos, não tem o noticiário local. E, no Brasil, a maior parte da TV paga é de conteúdos importados.

Então, eu chamo a atenção para isso, porque 40 milhões de lares brasileiros recebem hoje sinal de televisão pelas antenas parabólicas analógicas, aqueles grandes panelões que permitem que as pessoas se conectem com o Brasil inteiro e saibam o que está acontecendo. Com essa migração do analógico para o digital, essas antenas deixarão de ter utilidade. A transição vai ser demorada porque o custo entre televisão, codificador, não sei o quê é da ordem de mil, mil e poucos reais por residência. Nós sabemos que o cidadão no interior não vai ter como gastar isso de uma hora para outra. Se isso for simultâneo a uma flexibilização de A Voz do Brasil, nós estaremos colocando esse cidadão num isolamento porque ele não vai ter televisão e não vai ter rádio. Em alguns locais do Brasil, não vai ter rádio alguma.

Eu gostaria de lembrar também que, para o movimento, essa flexibilização de A Voz do Brasil significa um rompimento de contrato. Todas as emissoras, quando obtiveram a concessão de rádio do Poder Público, sabiam que teriam, pelo menos, três contrapartidas. Historicamente, essas contrapartidas eram: o Projeto Minerva, que era um projeto de alfabetização via emissoras de rádio AM, um programa de meia hora; o horário eleitoral; as campanhas gratuitas de utilidade pública e A Voz do Brasil.

O Projeto Minerva, no governo Collor, mediante um convênio com o MEC, foi substituído por *spots* de televisão de programas institucionais. Então, trocou-se alfabetização por *spot* de comunicação institucional do MEC.

As campanhas gratuitas de utilidade pública cada vez menos aparecem no cenário midiático. Fui Coordenador de Comunicação do Ministério da Saúde, todos os veículos de comunicação eram obrigados a veicular campanha de vacinação, como a do Zé Gotinha, e coisas semelhantes. Hoje, para você dizer que o Zé Gotinha estará vacinando, é necessário comprar mídia.

A outra contrapartida, que era o horário eleitoral, deixou de ser contrapartida à medida que as emissoras de rádio e televisão passaram a ter uma

indenização no seu imposto de renda para compensar um potencial faturamento que teriam naquele horário.

E, agora, a flexibilização de A Voz do Brasil.

Lembremos que a concessão de rádio e televisão é, provavelmente, a única gratuita do País. Em todas as outras concessões do serviço público, o concessionário paga alguma taxa ao Estado. A empresa concessionária de água, de telefonia, de energia elétrica, de rodovias, todas elas dão um retorno material ao Estado. A concessão de rádio e televisão é totalmente gratuita, e essas contrapartidas, que seriam a – entre aspas – "remuneração" do Estado, estão deixando de existir.

É mais ou menos como se, amanhã, o Estado contratasse uma empresa para fazer o tratamento de água potável, concedesse a concessão e, na metade do caminho, a empresa falasse: "Não vou mais botar flúor, não vou mais botar cloro porque não é adequado ou tem um... Vamos flexibilizar." Então, está havendo um rompimento daquilo que foi pactuado quando da outorga da concessão de comunicação.

Pode passar.

Esse pode passar.

Nesse sentido, então, foi feita uma proposta, e a Senadora Marinor Brito apresentou um projeto de lei, já aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, considerado, inclusive, constitucional, que torna A Voz do Brasil, por suas características históricas e características de prestação de serviço social, como Patrimonial Cultural Imaterial do Brasil. O projeto se encontra agora na Comissão de Educação para ser relatado. Ele assegura a pluralidade informativa necessária à democracia. Quando falamos em tombamento, não estamos falando em engessar o modelo do programa hoje. O movimento tem uma visão crítica de que hoje A Voz é muito de Brasília e pouco do Brasil. Entendemos que ela deveria ser mais do Brasil e menos de Brasília. O projeto assegura a função social da mídia e preserva o mais antigo patrimônio informativo do planeta – não só brasileiro, mas do planeta.

Nem a lei, nem a Constituição dizem ser prerrogativa do Executivo... Não, isso pode passar. Foi de outro debate.

O Movimento em Defesa do Programa A Voz do Brasil tem, entre outras entidades, a Central Única dos Trabalhadores; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; a Federação Nacional dos Jornalistas; a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão; a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária; a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da CNBB; o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal; o dos Radialistas do DF e, mais recentemente, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Vou distribuir para os senhores o endereço de um blogue onde existe material escrito, essas pesquisas que foram relatadas, os relatos que foram feitos, caso haja necessidade de uma consulta, de uma leitura mais atenta.

Muito obrigado.

Desculpem se me alonguei um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Obrigado, Sr. Chico Sant'Anna.

Com a palavra, agora, o Diretor-Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), Sr. Luis Roberto Antonik.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Eu gostaria de cumprimentar o Dr. Monteiro, pessoa que faz parte da radiodifusão brasileira, pessoa que tanto contribuiu para a radiodifusão aqui, no Brasil. Na pessoa do Dr. Monteiro, cumprimento as demais pessoas.

Antes de começar a minha fala, eu gostaria de deixar claro para os senhores, que a radiodifusão comercial brasileira, formada por 4.650 emissoras de rádio, considera que A Voz do Brasil é um programa que faz parte da sua grade e, portanto, a radiodifusão não quer tirar A Voz do Brasil da sua grade. Não há nenhuma intenção do radiodifusor brasileiro em acabar com A Voz do Brasil. Não há nenhuma intenção do radiodifusor brasileiro em jogar A Voz do Brasil para ser transmitida de madrugada. O que o radiodifusor pede é que A Voz do Brasil seja flexibilizada em apenas três horas. Apenas isso, ou seja, entre as 19h e as 22h pelas razões que vou colocar aqui para os senhores. Então, repetindo, não há a menor intenção em acabar com A Voz do Brasil.

Estou tentando ser enfático nesse ponto porque muitos dos Parlamentares e muitas pessoas forçam o entendimento de que o do radiodifusor brasileiro em acabar com A Voz do Brasil. Não existe isso. Ela faz parte da nossa grade. E, como faz parte da nossa grade, é um programa importante, cuja audiência queremos melhorar. É o sonho de qualquer veículo de comunicação melhorar a audiência da sua grade de programação. Então, não é intenção jogá-la para a madrugada e muito menos acabar com o programa. A nossa intenção é flexibilizá-la em apenas três horinhas.

Próximo eslaide, por favor.

O projeto de lei que trata da flexibilização de A Voz do Brasil é o Projeto nº 595, de 2003. É um projeto de autoria da Deputada Perpétua Almeida. É uma Deputada do PCdoB, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, flexibilizando A Voz do Brasil, já foi aprovado no Senado da República, flexibilizando A Voz do Brasil, e, agora ele está, há três anos, parado no Plenário da Câmara para ser votado. Ele tem como intenção que o programa seja transmitido sem cortes entre as 19h e 22h pelas emissoras comerciais e comunitárias – às 19h, pelas emissoras educativas. Como o Presidente da AESP aqui se referiu, as emissoras educativas de rádio no Brasil são quase 500 em todos os Estados. Então, ninguém vai ficar sem a informação às 19h. E, entre as 19h e 22h, quando houver uma sessão deliberativa aqui, no Congresso, que seja alguma coisa de relevância nacional.

Há também outro dispositivo que o projeto da Deputada Perpétua Almeida contém, que é superimportante: é esse segundo o qual, em casos excepcionais, como, por exemplo, de calamidade pública, o Executivo poderá, a bem do interesse público, flexibilizar A Voz do Brasil.

Imaginemos agora, quando tivemos esse problema enorme em Santa Catarina, no Paraná e o Rio Grande do Sul. Não funciona nada, não funciona TV, não funciona celular, nada funciona; a única coisa que continua é levando informação às pessoas é o rádio. Às 19h, paramos com tudo porque tem que entrar A Voz do Brasil.

Próximo, faça o favor.

O Brasil mudou, tudo mudou, as coisas vão evoluindo. Em 1935, há 79 anos, a ditadura Vargas, uma das épocas mais tristes da história brasileira – nós nos lembramos muito da ditadura militar, porque já esquecemos o que aconteceu durante a ditadura Vargas –, um regime de exceção, cria A Voz do Brasil para divulgar à população brasileira os seus feitos.

Então, naquela época, o Brasil tinha apenas 40 emissoras de rádio AM. Não tinha nenhuma FM, não tinha televisão, não tinha parabólica, não tinha coisa nenhuma. O único meio de comunicação eram aquelas 40 emissoras de rádio AM.

Tudo muda. Era um Brasil que dormia às 21 horas. Não tinha escola noturna. Hoje, mais de dois terços dos nossos cursos superiores são à noite. As pessoas trabalham à noite e estudam à noite. Não existia uma escola noturna. A frota brasileira de veículos era de 120 mil carros. Hoje, somos mais de 45 milhões, e A Voz do Brasil continua às 19 horas.

Então, o Brasil de hoje é formado por mais de dez mil emissoras de rádio, mais de 11 mil geradoras e retransmissoras de televisão. Tem uma rede estatal de informação fantástica, espetacular: TV Câmara, TV Senado, Rádio Câmara, Rádio Senado, TV Justiça, a EBC, que é uma potência e está presente no Brasil inteiro. Tem uma rede de rádio maravilhosa. Então, informação não falta, mas A Voz do Brasil continua às 19 horas.

Próximo, faça o favor.

Então, como o Secretário comentou aqui, agora, durante a Copa do Mundo, do dia 12 de junho até o dia 13 de julho, A Voz do Brasil foi flexibilizada, ou seja, ela retrata muito disso que está dentro do projeto da Deputada Perpétua Almeida. Ela foi flexibilizada em três horas, porque dos 64 jogos da Copa, 27 seriam interferidos por A Voz do Brasil. Todos os jogos que começassem às 17 horas seriam interferidos por A Voz do Brasil. Então, o Governo, no sentido de não prejudicar a população que só tem acesso a esse meio de informação, flexibilizou A Voz do Brasil entre as 19 e as 22 horas, assim como está no projeto da Deputada Perpétua Almeida.

O que aconteceu? Cem por cento das emissoras, então, flexibilizaram A Voz do Brasil. Começaram A Voz do Brasil às 21 horas? Não. E por que isso não acontece? Porque o rádio...

Pode passar, por favor.

Isso não acontece porque o rádio é um meio de comunicação segmentado. Aqui o rádio evoluiu e, hoje, ele é uma mídia de pessoas. Então, a rádio é especializada. Por exemplo, lá em São Paulo temos uma rádio,

Transamérica, que é especializada em trânsito. Ela só toca, só mostra informações de trânsito.

Aqui em Brasília, nós temos uma rádio – que é a minha predileta, no meu carro estou sintonizado a ela –, a 89.9, Brasília Super Rádio FM, que só toca música orquestrada. Ela tem um público específico, e esse público específico tem interesse em horários específicos.

Por exemplo, a Rádio Itatiaia, que é a rádio de Minas, a maior, a rádio com mais audiência no Estado de Minas Gerais, é uma rádio especializada em futebol.

Então, como são serviços diferentes e são serviços segmentados, os ouvintes têm preferências diferentes.

Por exemplo, para a Transamérica, de São Paulo, 19 horas é o pico de audiência, é o horário nobre dela. O ouvinte quer escutar o que está acontecendo no trânsito. Mas aí entra A Voz do Brasil. Então, essa Rádio Transamérica, se A Voz do Brasil fosse flexibilizada, iria transmitir o programa às 21, claro, porque o público dela, às 19, quer ver trânsito.

Já a Rádio Itatiaia, de Minas Gerais, é uma rádio especializada em futebol. Ora, o futebol começa às 20:30, começa às 21. Então, a Itatiaia vai manter A Voz do Brasil às 19, porque 20:30 é o horário de ela transmitir o futebol.

Rádio, por exemplo, destinada ao público jovem. Às 19 horas, esse sujeito está no trabalho ou na escola. A que horas ele vai escutar a rádio? Vai escutar a rádio às 22. Então, eu vou procurar, se eu sou uma rádio especializada em público jovem, colocar A Voz do Brasil às 21.

O que o empresário de rádio quer é flexibilizar A Voz do Brasil em apenas três horinhas para poder adaptá-la à sua programação, ao seu público ouvinte e, assim, melhor servir às pessoas.

Quero colocar aqui a resposta àquela pergunta que tinha colocado em dois eslaides atrás.

Como o Governo flexibilizou A Voz do Brasil do dia 12 de junho ao dia 13 de julho, todos passaram a transmitir A Voz do Brasil às 19h? Não! Essa estatística feita pela Abert mostra isso. Apenas um terço das emissoras de rádio flexibilizou A Voz do Brasil, ou seja, 67 rádios em cada 100 continuaram transmitindo A Voz do Brasil às 19h. Por que isso acontece? Porque o seu público queria que ela assim fizesse.

O que pretendemos é flexibilizar A Voz do Brasil para atender o nosso público. Não se trata de acabar com o programa. Não se trata de jogar o programa para a madrugada.

Esse gráfico mostra os tipos de rádio. Que rádio vai transmitir A Voz do Brasil às 19h? Todas as educativas, todas as institucionais – Câmara, Senado, EBC –, as comerciais, se for interesse delas, algumas comunitárias, público, jovem e futebol. Quem vai transmitir A Voz do Brasil às 21h são as rádios especializadas em trânsito, algumas comerciais. Dois terços das rádios continuam transmitindo A Voz do Brasil às 19h. Então, o que queremos é flexibilizar A Voz do

Brasil nesse pedacinho para pode adaptar a programação ao interesse do nosso ouvinte.

Próximo, por favor.

Essa pesquisa do Data Folha é muito interessante. Estou dizendo para os senhores que tudo muda. O Data Folha fez uma pesquisa, no mês de fevereiro, que mostra que se A Voz do Brasil fosse flexibilizada em três horas, a audiência poderia aumentar em até 13 pontos percentuais. Parece-me que o Data Folha é um instituto de muita relevância e de muita credibilidade. Se vai aumentar a audiência de A Voz do Brasil, se as pessoas vão ficar satisfeitas com isso, vou continuar proibindo que A Voz do Brasil seja flexibilizada? Às 19h ou às 18h59, tenho 20 pontos de audiência em A Voz do Brasil. Quando obrigo, ela cai para 2,44. Às 19h05, cai para 2,44, de 20% cai para 2,5%. Se flexibilizasse, o que diz o Data Folha? O Data Folha diz o seguinte: se você flexibilizar, vai cair, vai perder audiência, mas não vai perder tanto.

Esse cálculo da flexibilização foi feito pela Abert. O cálculo do Data Folha é um pouco mais generoso, porque aqui estamos falando de dez pontos percentuais e o Data Folha diz que poderia subir até 13 pontos.

Próximo, por favor.

O que gostaríamos de fazer é a flexibilização do programa para podermos adaptá-lo às mudanças que aconteceram no Brasil.

Nosso companheiro aqui mostrou um eslaide de 1995, de 20 anos atrás, no qual 12% das pessoas acima de 16 anos desconheciam que A Voz do Brasil existia. Tudo muda! Hoje, a pesquisa do Data Folha feita em 2014 mostra que 32% das pessoas não sabem que A Voz do Brasil existe. Em 1995, eram 12%; hoje, são 32%. As coisas vão mudando. O rádio muda, a necessidade das pessoas muda, o trânsito nas cidades muda. Moramos aqui na capital. O trânsito aqui piorou muito! As coisas vão evoluindo e o rádio só tem conseguido se manter como meio de comunicação fantástico que é, levando esse serviço aberto, livre e gratuito para as pessoas porque ele se adapta. O rádio está no celular, está no carro. Então, se A Voz do Brasil não conseguir se adaptar, vai acabar prejudicando o rádio e, por consequência, prejudica a população.

Muito obrigado pela oportunidade. É sempre uma honra poder participar aqui das audiências públicas do Conselho de Comunicação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta.) – Agradecemos as palavras do Presidente e Diretor-Geral da Abert e a todos os demais convidados. E aproveito para ler duas intervenções que chegaram ao portal e-Cidadania. São dois lados diferentes. Um veio da Anna F, dizendo assim:

"Meu total apoio ao programa A Voz do Brasil e o meu sonho utópico para o ressurgimento da Rádio Nacional, voltada para os nossos tempos, oportunizando a descoberta de novos talentos, com a mesma dinâmica dos áureos tempos de outrora."

O comentário de Gustavo N, que diz que: "Pelo fim da OBRIGATORIEDADE! Mantenham o programa como opcional às rádios a

veiculação, permitindo inclusive a divulgação parcial do programa! Quem OBRIGA é DITADOR, quem apresenta opções é democrata!"

Agradecemos a participação por *e-mail* ao e-Cidadania.

Passo a palavra aos Srs. Conselheiros interessados em fazer perguntas e comentários. Começamos com o Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Muito bom dia a todos. Quero cumprimentar todos os expositores por abordar o tema de maneira sob diferentes óticas, mas de maneira bastante objetiva.

Ficou claro, Presidente Dom Orani, pela exposição de todos os que falaram que o reconhecimento da importância e do papel social que A Voz do Brasil tem no contexto nacional é unânime. Todos aqui manifestaram que reconhecem esse papel, reconhecem A Voz do Brasil como uma importante fonte de informação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Então, acho que ambos os representantes das associações deixaram claro que a posição do setor empresarial não é de enfraquecer esse programa, mas de flexibilizar. E, como conseqüência dessa flexibilização, aumentar a exposição, por adequar a grade da programação conforme a audiência específica, segmentada, como disse o representante da Abert, a potencialidade, pelos estudos, aumentará a audiência do programa.

Mas eu tenho uma pergunta específica ao Secretário Executivo da Secom, Dr. Roberto Messias, que também na sua intervenção manifestou que a Secom tem um profundo apreço e um reconhecimento sobre a importância e o papel que A Voz do Brasil tem de informar à população do Brasil em geral.

Eu queria saber, Secretário, se, com essa posição e com o fato de a Presidente Dilma também ter editado uma medida provisória flexibilizando esse horário durante a Copa do Mundo, mas também flexibilizando em casos específicos de interesse público, pode-se entender que a Secom tem uma posição favorável em relação à flexibilização do programa.

O SR. ROBERTO BOCORNY MESSIAS – Nós somos muito favoráveis à preservação dessa ferramenta como direito da população a ter acesso à informação. E nós somos muito favoráveis a esse debate, em função de aumento de audiência, de qualificação, para que esta audiência possa ter, independente de onde ela esteja localizada no Brasil.

Nós não nos opomos à flexibilização; nós garantimos que, dentro das emissoras públicas que fazem parte da EBR, até decisão contrária, às 19h estará entrando A Voz do Brasil, ou seja, nós temos a garantia de que essa preservação desse horário nessas áreas mais carentes de informação estará sanada. E nós somos, sim, abertos a esse aberto e não nos opomos, de qualquer maneira, à flexibilização.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta.) – Passamos à Conselheira Maria José Braga.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos e a todas. Obrigada aos convidados que vêm contribuir para que o Conselho de Comunicação Social faça um amplo debate

sobre essa questão que está colocada para a sociedade brasileira, para o Congresso Nacional, por meio de dois projetos que são, sim, conflitantes: o projeto da ex-Senadora Marinor Brito, que propõe o tombamento de A Voz do Brasil como patrimônio imaterial, e o projeto da Deputada Perpétua Almeida, que propõe a flexibilização do horário de transmissão de A Voz do Brasil. Então, o debate está colocado.

Não é um debate novo, mas o Conselho acha pertinente fazer o debate localmente e se posicionar. Por isso esse esforço e mais uma discussão que não vai se esgotar aqui, já que nós teremos uma Comissão que vai fazer um relatório. E, a partir do relatório dessa Comissão temática, voltaremos ao debate aqui no plenário.

Eu queria enfatizar algumas coisas que foram colocadas pelos nossos convidados. A primeira ênfase é que é claro que o tempo muda, as sociedades mudam e o Brasil está mudando. E mudança tem que ser considerada em todos os seus aspectos. Mas a gente também não pode deixar de colocar a importância da valorização das conquistas históricas da sociedade brasileira. E nós também não podemos deixar de considerar a importância da valorização das nossas tradições e dos nossos costumes, não que isso seja o engessamento da sociedade. Nós precisamos tratar o Brasil como este País diverso, plural, mas que tem uma riqueza imensa do ponto de vista da produção cultural e social da sua sociedade. Então, nós queremos, sim, valorizar o que temos. E A Voz do Brasil é um programa que já se tornou tradicional para a sociedade brasileira.

Se tem gente que ainda desconhece, também sabemos que tem gente que desconhece o Google, que hoje é considerada a ferramenta essencial de busca de informações. Agora, se tem gente que desconhece, também devemos considerar que A Voz do Brasil, durante anos, foi vítima de campanha contrária. Felizmente, nós chegamos a um tempo em que não existe mais essa oposição à A Voz do Brasil. Está aqui representado o segmento empresarial da radiodifusão e ouvimos aqui, para nossa felicidade, que esse segmento empresarial já incorporou sim A Voz do Brasil na sua grade de programação e quer valorizar A Voz do Brasil.

Então, o que temos de pensar? Precisamos pensar em como se valoriza A Voz do Brasil: flexibilizando ou mantendo uma rede nacional? Porque é isso, uma rede nacional única que permite, sim, que o Brasil de A a Z esteja se informando e discutindo os mesmos assuntos. Essa é a grande questão.

Se existem pesquisas colocando que a flexibilização do horário pode aumentar a audiência, acho que a gente tem que checar bastante essas pesquisas. Onde essas pesquisas foram feitas? Qual o público pesquisado? Porque nós sabemos da diversidade do Brasil e da distância entre uma pesquisa realizada primordialmente nas Regiões Sul e Sudeste e de uma pesquisa de caráter efetivamente amplo, representativo, que alcance proporcionalmente todo o Brasil, inclusive a Região Amazônica, que é a região que mais utiliza o rádio como ferramenta de informação. Então, nós do Conselho queremos aprofundar esse debate.

E volto a dizer que, para nós, é importante a valorização de A Voz do Brasil como programa, como ressaltou aqui o jornalista Chico Sant'Anna. É um programa que produz informação jornalística diversa e plural, dando voz aos mais diversos Parlamentares que temos. Queria ressaltar também que é um programa que muito intensamente faz o que nós chamamos de divulgação de notícias positivas. É a sociedade sabendo o que de fato está acontecendo para beneficiá-la diretamente, tanto do ponto de vista do Executivo, quanto do Legislativo, como do Poder Judiciário. Eu queria ressaltar também a questão de que muitas emissoras de rádio no Brasil não produzem informação jornalística, e isso é fundamental, inclusive é exigência legal a informação jornalística presente no rádio, e A Voz do Brasil é um programa que vem suprimindo essa lacuna de produção jornalística de muitas emissoras de rádio, principalmente porque ela dá conta do centro de decisão, que são os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que afetam, com suas medidas, a vida nacional como um todo.

Por último, eu queria colocar a questão da discussão do direito de escolha. Nós, da Federação Nacional de Jornalistas, somos amplamente defensores da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de escolha. Agora, fazer uma cadeia nacional de rádio durante um período do dia, a nosso ver, não limita o direito de escolha. Principalmente, porque nós estamos num momento em que há uma diversidade muito grande de plataformas, como foi colocado aqui. As pessoas têm, vamos dizer assim, o poder de utilizar outras plataformas. Para as populações que estejam limitadas à plataforma do rádio, a formação de cadeia, a nosso ver, favorece o direito de escolha, porque a pessoa pode inclusive se programar para ter outras formas de informação naquele horário fora do rádio. Então, favorece o direito de escolha e não o limita.

Então, para nós da Federação Nacional dos Jornalistas, ressalto que é importante, sim, essa cadeia como criação de uma identidade nacional, como valorização de um produto cultural, se nós já podemos chamar A Voz do Brasil, apesar de ser um produto jornalístico, também de produto cultural nacional que é amplamente valorizado e que tem a importância reconhecida por todos, como foi dito aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem.

Passamos ao Conselheiro Jorge Coutinho.

O SR. JORGE COUTINHO – Bom dia a todos.

Obrigado pela presença dos senhores aqui.

Eu fiquei, nos meus 80 de idade – que já os fiz –, junto com Mário Lago e com essas pessoas que ajudaram a criar o rádio, muito feliz em saber dessa potência que nós temos dentro do rádio, com a EBC, enfim, com todas essas rádios e, ao mesmo, lamento que essa coisa não chegue ao povo em termos mais didáticos, que não se use mais a coisa através do teleteatro, do radioteatro, que as coisas cheguem para esse povo que precisa de um outro tipo de informação.

Eu ouço muito A Voz do Brasil. Estava ouvindo agora durante a Copa do Mundo. Eu ouço muito a JB. Então, eu ficava ouvindo, terminava, e eu ficava lá para ouvir o futebol. Eu ouço e acho A Voz do Brasil da maior importância, mas acho que tem que se criar alguma coisa. Eu penso muito, na minha cabeça, o seguinte: A Voz do Brasil é tão forte. Como criar o Brasil cultural através dessa rede que existe dentro do Governo? Acho que falta essa coisa de chegar, através do...

Quando se fala em desemprego, eu não sou radialista, mas há tantos radialistas desempregados, como há tantos atores desempregados que poderiam participar – eu já falei isso aqui antes – através de teleteatro, de radioteatro e levar mensagem, levar conteúdo social, porque as pessoas precisam ouvir isso. Eu acho que essa dificuldade de algumas pessoas de terem a televisão próxima e sim ter o rádio através do celular, do rádio de pilha, eu acho que é muito importante.

Então, acho que o rádio é realmente da maior importância, tem que ser visto com muito carinho. E o que eu peço é isto: este Brasil cultural, esta união através da comunicação, pois o governo tem esse canhão na mão, e talvez esse canhão não esteja sendo dirigido para esse povo que tanto precisa, nesse momento, de conhecimento, de cultura, de descobrir o seu País, pois a gente não conhece o nosso País.

Era isso.

Eu queria agradecer e estou sensibilizado de saber que existe essa possibilidade, e que depende muito de nós esse trabalho dessa conscientização através da comunicação, de o governo discutir mais. Você não pode ter 65% dos profissionais de artes cênicas desempregados, ter gente de comunicação, que são os radialistas, jornalistas desempregados e ter esse canhão um pouco omisso.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem.

Passamos a uma intervenção do Presidente da AESP, Sr. Rodrigo Neves.

O SR. RODRIGO NEVES – Poderia voltar, por favor, à minha apresentação do eslaide 17, aquele tem o mapa do Brasil.

Eu queria só confirmar aqui para o Francisco que, realmente, a Rádio Novo Mundo foi na 560, depois ocupou a frequência da extinta Rádio Tupi de São Paulo, 1.040, era um canal internacional. O canal internacional significava que nenhuma outra AM tinha a mesma frequência no País, então era possível ouvi-la à noite, onde pegasse. Como tinha também a Rádio Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a Guaíba, a Rádio 860, a Mundial, do Rio de Janeiro. Acho que todo mundo se lembra do *Big Boy*, pelo menos lá no interior de São Paulo ouvia-se tudo isso. Ouvia a Excelsior, o Antonio Celso, na 780; ouvia-se também as rádios de São Paulo, todas elas que pegavam tinham um canal internacional. A Record 1000, não é Roberto Franco, são os canais internacionais que tinham. Mas isso mudou de tal forma que hoje, com 300 mil *watts* de potência não sai de São

Paulo porque tem uma restrição elétrica, o ruído elétrico acabou com o sinal do rádio nas grandes cidades.

Quanto à informação sobre o rodoanel, a Band News poderia transmitir isso, mas você tinha lá no 90,9 ou no 840 da Rádio Bandeirantes informação; no 620 da Jovem Pan essa informação. Na própria Sulamérica Trânsito, essa informação no 92,5. Então, há uma diversidade de emissoras em São Paulo que prestam esse serviço. E uma coisa muito interessante que eu vi acontecer em São Paulo foi uma senhora, uma jovem mãe, que estava prestes a dar à luz, e, graças ao serviço feito por essa rádio que foi citada, que é a Rádio Sulamérica Trânsito, em um dia que São Paulo estava absolutamente parado, ela foi conduzida até a maternidade, inclusive com a ajuda do pessoal de trânsito de São Paulo, que foi abrindo caminho, e ela conseguiu chegar e deu à luz. Depois essa mãe fez um extremo agradecimento ao serviço prestado pelo rádio. Foi a Sulamérica, mas foi o rádio que prestou serviço.

Quanto à produção de conteúdo, eu vejo que nas 650 emissoras de São Paulo a gente vê todo dia uma prestação de serviço acontecendo no jornalismo localizado. As pessoas precisam, às vezes, de alguma ajuda, precisam informar alguma coisa e a comunidade se informa e interage com os vários locutores que fazem, podemos dizer, *talk show*, informando isso.

Quanto às campanhas de utilidade pública, eu vejo um imenso espaço dedicado à doação de sangue. Santa Casa não tem sangue, e é lá que vai pedir. As pessoas que são mais carentes e que precisam de roupa de inverno são as rádios, todas as emissoras de São Paulo fazem grandes campanhas por agasalho, grandes campanhas por alimentos, quando precisa, brinquedos, pelo Natal, e agora, não sei se vocês têm acompanhado, mas São Paulo, principalmente o interior, está vivendo um surto de Dengue, uma epidemia de Dengue, uma coisa maluca. E eu vejo todas as emissoras, lá, fazendo campanhas, realmente vestindo a camisa e prestando o serviço que o rádio tem que é a essencialidade dele.

É o que aparece no mapa do Brasil. Por favor, se não for esse, é o próximo. Há o mapa do Brasil em todas as emissoras.

Eu só queria voltar a este ponto, o da flexibilização. A gente sabe que na comunicação – e o Roberto Messias sabe disso –, ele nunca compra rádio menos que três vezes. Eu nunca vi um PI da Secom, para o rádio, com menos de três inserções, até porque eu sou formado em Comunicação Social com habilitação em radiojornalismo. Sou jornalista diplomado, embora o diploma, hoje, para jornalista não seja mais necessário. Sou radialista também. Eu comecei a trabalhar muito jovem e fiz tudo no rádio. Fui desde *office-boy* até repórter, locutor e vivi muito o rádio, esse radiolocalismo, em que você dá a informação, ajuda. Na minha cidade havia um problema, porque tinham dois ribeirões. Toda vez que chovia, esses ribeirões transbordavam, e para aquele ribeirinho era um horror. Todo ano a gente tinha que ajudar. Até que, enfim, refizeram essas pontes, que eram antigas e represavam a água e que causavam um grande transtorno, uma grande calamidade pública.

Mas, se a gente mostrar aqui o mapa da rede pública, a gente vê que nenhum Estado do País deixa de ser contemplado com alguma transmissão pública, que seria às 19 horas. E, colocando nessa equação de que a gente tem um aumento pela audiência rotativa do rádio, eu acho que é um grande ganho. E, ao contrário do que se fala, eu volto a insistir na tese: manter horário único é não dar a liberdade de escolha, que é um direito fundamental do homem.

Era com isso que eu gostaria de contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani Tempesta) – Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de citar algo que está bastante "consensado", apesar de que estar voltando sempre, que é discutir a importância ou não de A Voz do Brasil. Eu acho que esta questão está afastada. Pelo menos todos os que aqui discursaram e intervieram reconhecem o valor de A Voz do Brasil e a importância da manutenção de A Voz do Brasil. Por isso, eu não vou adentrar novamente na defesa do serviço de A Voz do Brasil. E pela forma como ele é composto, eu acho que o Chico Santana mostrou aqui muito bem a participação de diversos órgãos e instituições que participam de A Voz do Brasil, construindo um conteúdo bastante amplo.

Por outro lado, quanto à flexibilização do horário – eu acho que é muito rico o debate –, eu confesso que sou um dos ouvintes de A Voz do Brasil, não um ouvinte contumaz, que a ouve todo dia, mas um ouvinte que a ouve quando se encontra com ela. Eu digo isso pelo seguinte: no meu rádio eu tenho quatro rádios sintonizadas na memória do rádio, duas de música e duas de notícia. Às vezes você quer ouvir notícia, outras vezes você não quer ouvir notícia, mas quer ouvir música. Às vezes você quer ouvir um jogo de futebol. E você alterna a seu gosto. Vira e mexe eu me deparo com A Voz do Brasil e nem sempre no horário das 19 horas. Como foi dito aqui, em São Paulo algumas rádios a exibem fora do horário. Eu a ouço fora do horário, como a ouço no horário, dependendo do dia, do meu estado de espirito e da minha necessidade de informação. Então, eu acredito que, para mim, a flexibilização faz sentido, de forma que atende à minha vontade daquele momento de ouvir ou não um determinado tipo de conteúdo.

Ao contrário do que a Conselheira Maria José afirmou, eu penso um pouco diferente quanto ao direito de escolha, porque nós estamos falando aqui de um veículo muito importante para o País. A radiodifusão aberta, livre e gratuita, no meu entender, também é algo estratégico muito importante porque é ela que garante o acesso de todos a uma comunicação de qualidade, pois aqueles que podem pagar e os que não podem pagar acessam exatamente o mesmo conteúdo, dependendo apenas de terem um dispositivo de recepção, que pode ser um simples rádio de pilha.

Eu acho que nós estamos falando da escolha nesse meio e não da escolha entre um serviço regulamentado, com uma série de obrigações sociais, com uma série de regras, e outros serviços que não são regidos pelo mesmo

regulamento. Apesar de não serem ditos de comunicação de massa, eles o são, porque eles atingem uma grande massa de população e não têm ainda uma regulamentação que diga como deve ser feito ou o que deve ser feito.

Então, eu acho que o direito de escolha, para mim, faz sentido. E por isso eu entendo a flexibilização como algo importante a ser discutido, é lógico, evitando que ocorram questões como a preocupação do Chico Sant'Anna, em que se jogue A Voz do Brasil para horários não nobres, horários que não permitam o acesso.

Acho que, como Antonik disse, o projeto de lei que está sendo discutido não tem esse intuito.

Por fim, eu gostaria de fazer um pedido ao Secretário Roberto Messias. A Secom fez uma pesquisa das mais extensas quanto ao uso das mídias, o uso de veículos de comunicação, como as pessoas usam e o valor que elas atribuem e a relevância de cada veículo. Pelo que estou lembrado, há algumas questões relativas A Voz do Brasil e eu pediria que o senhor, se pudesse, compartilhasse esses achados.

O SR. CHICO SANT'ANNA (*Fora do microfone.*) – São exatamente os que relatei a respeito da meta.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – V. Sª, Conselheiro Franco, está pedindo para...

O SR. ROBERTO FRANCO – Que o Roberto Messias pudesse complementar essas informações.

O SR. ROBERTO BOCORNY MESSIAS – Essa pesquisa é pública. É diferente da que você está falando, eu acho. A pesquisa da meta foi realizada anteriormente. Essa agora é sobre hábitos de consumo de veículos de...

O SR. CHICO SANT'ANNA (*Fora do microfone.*) – Eu colhi as informações no *site* da Presidência.

O SR. ROBERTO BOCORNY MESSIAS – Perfeito. Ela está disponível no *site* da Presidência, é uma pesquisa feita pelo Ibope, que é um instituto contratado e licitado pela Presidência da República, e ela configura-se, hoje, no mais fiel, talvez no mais abrangente retrato de consumo de mídia no Brasil. Ela não trata especificamente de conteúdos ou de A Voz do Brasil especificamente. Ela trata do meio rádio, assim como trata dos outros meios; ela trata de regiões geográficas distintas, quer dizer, é uma pesquisa que a gente pode tratar estadualmente, tratar de Estados diferentes com relevância e com margem de erro pequena, e trata de horários de consumo, em que a gente nota que A Voz do Brasil tem, sim, significância nessa ou naquela localidade em determinado horário.

Ela está disponível no *site* da Presidência. Sugiro, inclusive, que a gente possa compartilhar aqui em termos de relevância para essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, pela ordem de pedido, Sr. Murilo Ramos, do Conselho da EBC.

O SR. MURILO RAMOS – Muito bom dia!

Agradeço ao Conselho de Comunicação Social, na pessoa de seu Presidente, Dom Orani, a oportunidade de estar presente aqui hoje em nome do Conselho da EBC, para apresentar uma moção do Conselho pela manutenção do atual horário do programa A Voz do Brasil.

Vou passar rapidamente pela moção e tecer alguns comentários ao final.

> *Em sua 37ª Reunião, realizada em 27 de junho de 2012, o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), decidiu, por unanimidade, reafirmar seu posicionamento em favor da manutenção de A Voz do Brasil no horário compreendido entre 19 e 20 horas (horário de Brasília) – e encaminhar essa deliberação à presidência da Câmara dos Deputados, palco em que atualmente se trava este debate.* [E foi encaminhado naquele momento ao Deputado Marco Maia, então Presidente da Câmara.]
>
> *(.....)*
>
> *Reafirmando decisão também unânime tomada na 28ª Reunião do Colegiado, os conselheiros e conselheiras avaliam que a flexibilização do horário em vigor comprometeria um importante espaço informativo dos cidadãos e cidadãs do país. É o que indicam diversas pesquisas de opinião, segundo as quais milhões de brasileiros e brasileiras só têm acesso a informações do Poder Público por meio de A Voz do Brasil.*
>
> *Assim, reapresentamos nosso posicionamento no sentido de que os representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional* [e o Conselho de Comunicação, como órgão auxiliar do Congresso] *firmem entendimento em favor da manutenção do horário histórico de A Voz do Brasil, programa radiofônico com mais de 72* [agora são 74] *anos de vida.*
>
> *Nossa compreensão* [e já estou concluindo a moção] *é de que a "flexibilização" de A Voz do Brasil pode significar, na prática, o início de seu fim. Isso em função da impossibilidade de fiscalização efetiva do cumprimento dos horários "flexíveis" em mais de 5 mil emissoras de rádio em todo território nacional – bem como pelo risco de que o programa seja deixado para horários em que a audiência não é representativa, entre outros problemas inerentes à proposta.*

Quero tecer, Dom Orani, algumas considerações sobre esse parágrafo final.

Admitindo a hipótese, apenas como elemento de discussão e de argumentação, da flexibilização – esse entendimento é do Conselho e eu também o faço em meu nome pessoal, como pesquisador e professor dessa área há algumas décadas –, o Poder Público brasileiro não tem a mínima condição fiscalizatória e sancionatória para que isso ocorra.

Este é um assunto sobre o qual eu e tantas outras pessoas temos discutido há muito tempo, que é o vazio político normativo que você tem hoje no setor de radiodifusão do Brasil. Nós não temos uma lei atualizada, uma legislação atualizada – isso é consenso, todos sabemos disso –, nós não temos instituições de procedimentos regulatórios atualizados. Então, o que parece ser uma questão simples e muito bem tratada aqui, do ponto de vista formal, conceitual, que é a questão de flexibilizar dentro de uma faixa restrita de horário, o que me parece até uma discussão aceitável, é uma discussão muito complexa, porque não há nenhuma garantia de que o Estado brasileiro possa efetivamente fazer cumprir essa determinação. Ela pode estar inscrita em lei.

Eu atuo muito também no setor de telecomunicações. Todos sabemos que o setor de telecomunicações tem o marco político normativo atualizado, a Lei Geral de Telecomunicações, que é de 1995, tem todo um arcabouço sancionatório, regulatório estabelecido a partir da Anatel, e todos sabemos da tensão permanente que existe nesse setor entre regulados e reguladores. Por quê? Porque é sempre muito complexo você fazer valer a letra da lei quando você tem interesses econômicos. Então, isso existe efetivamente uma atualização dos instrumentos normativos, políticos, de políticas públicas e instituições capazes de fazer valer a norma.

O meu entendimento, que é o do Conselho, mas o meu entendimento pessoal também é que o risco maior que essa discussão contempla é a impossibilidade de fazer valer o que está sendo decidido na letra da lei. Enquanto não for resolvida esta questão de fundo, que interessa substantivamente a este Conselho inclusive, que é a questão de um novo marco político normativo ou como se chama hoje em dia de marco regulatório, eu sei que é quase acadêmico falar nisso o tempo todo, enfim, torna-se um exercício apenas interessante fazer uma discussão deste tipo de flexibilização do horário de apresentação de A Voz do Brasil.

Obrigado pela oportunidade, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem!

Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, eu tenho uma pergunta, mas antes queria fazer um comentário sobre essa moção do Conselho da EBC trazida aqui pelo seu membro e Conselheiro Murilo Ramos, que tem um vasto e profundo conhecimento do setor de rádio e televisão, de telecomunicações, um estudioso e condutor do debate desses assuntos, conhece muito bem ambos os setores.

Essa moção tem uma presunção de que a flexibilização é o início do fim de A Voz do Brasil, o que nos parece uma presunção equivocada. E a

segunda é que colocar em dúvida a fiscalização e a capacidade do órgão regulador de fiscalizar se o programa vai ser exibido em um horário flexibilizado é o mesmo que colocar em discussão se o poder regulador tem a capacidade de fiscalizar se ele está sendo cumprido num horário fixo. Então, a capacidade de fiscalização num horário fixo e num horário flexibilizado, no nosso entendimento, é exatamente o mesmo, porque o Poder Público tem o seu aparato de fiscalização. Se é suficiente ou não, ele pode ser usado para um horário flexibilizado ou para um horário fixo.

Mas a minha intervenção tem o objetivo de fazer uma pergunta ao nosso Presidente do Conselho. Está muito clara, volto a dizer, a importância e a participação do programa A Voz do Brasil no contexto nacional. Isso já foi discutido e, na minha primeira manifestação, eu mesmo ressaltei que todos os quatro expositores foram unânimes nessa posição. A questão é se a imposição do horário é compatível com a nova realidade da sociedade brasileira, que é bastante distinta daquela de quando o programa foi iniciado, na década de 30, e se isso privilegia o direito de escolha do ouvinte e do cidadão.

E, contrariamente ao que disse a Conselheira Maria José, que a imposição do horário favorece o direito de escolha, parece-me que a opinião do Conselheiro Roberto Franco é mais plausível no sentido de que a imposição do horário é uma posição frontalmente contrária. Se isso não fosse verdade, nós não teríamos de ter uma medida provisória para flexibilizar o horário do programa A Voz do Brasil no principal evento internacional esportivo que o nosso País está sediando, a Copa do Mundo. Se não fosse essa medida provisória editada pela Presidente Dilma, as rádios estariam impossibilitadas de transmitirem um terço dos jogos e quem perderia seriam os próprios ouvintes. E o País tem sido recorrente em grandes eventos internacionais. Daqui a dois anos, nós teremos Olimpíadas. Então, se novamente será necessária uma medida provisória para que as rádios possam transmitir os eventos esportivos.

A minha pergunta é ao Presidente Dom Orani: o senhor, então Arcebispo e hoje Cardeal do Rio de Janeiro, recebeu o Pontífice, o Papa Francisco, aqui no nosso País, naquela cidade. Foi uma visita histórica pela participação, e muitos dos discursos do Papa Francisco ocorreram neste horário das 19 horas. Eu gostaria de saber como as rádios – a Rede Católica, com mais de 300 emissoras de rádio pelo Brasil inteiro, e outras emissoras que não fazem parte da Rede Católica –, mas, dada a importância e a relevância da presença do Papa no País, fizeram para transmitir os discursos que começavam, passavam ou terminavam às 19 horas, já que há a obrigatoriedade desse horário fixo?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Bom, o Daniel me coloca na história.

Não tenho realmente esses dados de como as emissoras de rádio transmitiram os eventos centrais da Jornada Mundial da Juventude no horário das 19 horas. O que eu tenho é outro elemento: é que, para os eventos centrais, nós necessitávamos de tradução simultânea em seis línguas. O Papa falava em português ou em espanhol, e havia a tradução para o inglês, francês, alemão e

polonês. Então, tínhamos tradução para seis línguas. E nós pedimos a concessão de seis emissoras pequenas, apenas válidas para Guaratiba e Copacabana, para transmitir as traduções. Assim, os que falavam a língua inglesa, a polonesa ou a alemã teriam a tradução na hora. Depois, ao nos concederem essa licença de seis emissoras por três dias, emissoras de baixa potência, apenas para tradução, veio a obrigatoriedade de transmitir A Voz do Brasil no horário. Então, nós tínhamos de fazer a tradução, mas não podíamos fazê-la, porque tínhamos de transmitir A Voz do Brasil, já que o horário coincidia. Assim, tivemos de entrar no Judiciário para garantir que naqueles dois dias –, pois no sábado e no domingo, não teria –, na quinta e na sexta-feira pudéssemos fazer aquilo para o que pedimos as emissoras provisórias, de baixa potência, localizadas apenas em Copacabana e em Guaratiba. Agora, como as emissoras outras fizeram realmente eu não sei dizer. Isso aconteceu. É uma questão prática.

Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Inicialmente eu queria também parabenizar, pela intervenção, ao Prof. Murilo Ramos em nome do Conselho Curador da EBC.

Como já foi dito aqui, o Prof. Murilo Ramos é um grande estudioso da área da comunicação que em diversos momentos deu contribuições significativas e continua dando contribuições significativas para o debate da comunicação no Brasil.

E o Prof. Murilo Ramos traz uma questão que não é objeto desta audiência, mas que nós já levantamos neste Conselho várias vezes: a necessidade de nós Conselheiros discutirmos a questão do marco regulatório das comunicações no Brasil. E, nesta discussão, como o Conselheiro Roberto Franco citou, é importante, sim, a gente tratar das questões que estão, vamos dizer assim, afligindo os diversos atores das comunicações no Brasil, inclusive pela falta de regulamentação e de regulação. Setores que estão fazendo a mesma coisa estão sendo tratados de maneiras diversas, e nós partilhamos dessa preocupação, Conselheiro Roberto Franco.

Em relação ao que eu disse sobre o direito de escolha, vou insistir: a formação de cadeia nacional não fere o direito de escolha. Cadeia nacional é um conceito. E é isto mesmo, a cadeia nacional, considerada a relevância de determinado assunto ou de determinado programa – e nós aqui já concordamos com a importância e relevância de A Voz do Brasil –, favorece, sim, a difusão desse programa. Eu já disse e repito: quero, sim, ter acesso a essas pesquisas que apontam para uma melhoria da audiência com a flexibilização, sempre lembrando que pesquisa é algo intencional momentâneo. Não significa que vá se concretizar efetivamente, quando uma possível mudança ocorrer. É intenção. Entre intenção e gesto, podem ocorrer novas mudanças que alterem o gesto descrito lá na intenção anterior.

Digo isso porque nós estamos falando de uma integração nacional, nós estamos falando de uma obrigatoriedade, mas uma obrigatoriedade pactuada, porque está lá o concessionário de um serviço público que reivindicou essa

concessão e pactuou como é que vai se dar essa concessão. Então, nós não estamos falando de imposições ditatoriais. Estamos falando de pactuação entre concedente e concessionário.

Volto a dizer também que muito se falou aqui nas diversas plataformas. É claro que nós estamos vivendo um momento diverso do que nós tínhamos na década de 30. É claro que, hoje, o cidadão tem muito mais opções de informação do que ele tinha nas décadas de 30, 40, 50, 60, 70, 80 e 90, principalmente com o advento da internet e esse potencial imenso que a rede mundial proporciona.

Nós não estamos falando de restrição de liberdade, justamente porque nós temos diversas plataformas que podem ser usadas. E não estamos falando também de restrição de serviços.

Também se falou muito aqui da questão do serviço de trânsito. Podemos colocar o de trânsito, de saúde, de segurança. Podemos aqui elencar n serviços importantíssimos e que podem, sim, ser necessários num determinado horário, mas eles são necessários permanentemente. Pode haver mais necessidade em determinado horário? Pode. E aí voltamos à diversidade de plataformas. E aí, vamos dizer assim, há problemas de acesso às plataformas onde se requerem determinados tipos de serviços, como o de trânsito. Estamos falando de grandes centros urbanos, onde a população tem, sim, acesso a outras plataformas informativas.

É para reforçar, sim. Digo que cadeia nacional é importante em determinados momentos, é importante para determinados produtos, e nós estamos defendendo que para esse produto – repito – que se tornou uma referência informativa no Brasil, que é um produto cultural importante, é fundamental a manutenção da cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Passamos ao Sr. Chico Sant'Anna, que pediu a palavra.

O SR. CHICO SANT'ANNA – Dom Orani, inicialmente, face a todos os pronunciamentos, sejam dos convidados, sejam dos Conselheiros, sobre a importância cultural e informativa do programa A Voz do Brasil, eu faço um apelo. Conclamo aqui o Conselho para se posicionar, inicialmente, favorável ao tombamento, ou seja, à definição como patrimônio material e cultural de A Voz do Brasil.

Passado isso, eu gostaria de fazer algumas considerações.

Dr. Roberto Franco, aqueles números que coloquei são exatamente dessa pesquisa feita pela Secretaria de Comunicação, uma pesquisa feita em 600 Municípios, com 12 mil pessoas. É uma pesquisa de amplíssima escala.

O interessante a colocar é o seguinte: fazemos toda essa discussão sobre as 19h às 20h, e, segundo essa pesquisa, apenas 20% da população brasileira estão no rádio; 70% estão na televisão e 10% em outras plataformas de informação. Então, primeiro, estamos falando, efetivamente, de um percentual pequeno da população.

Segundo, é importante colocar que, a partir das 19h, como os gráficos que foram apresentados aqui mostram, em função dessa concorrência principal da televisão, começa a haver um declínio da audiência do rádio, com ou sem A Voz do Brasil, porque as pessoas vão ver televisão, vão ver sua novela, ou vão para a internet, vão fazer outras coisas, e há esse declínio. A cada minuto que você avança, a cada hora que você avança além das 19h, maior é a queda de audiência.

Então, a flexibilização, proposta aqui como uma ferramenta para aumentar a audiência, se fosse tão eficiente, as próprias redes comerciais de rádio estariam flexibilizando seus jornais em rede. Mas não, o que vemos, tanto no período da manhã quanto no período da noite, é que as redes se organizam em redes comerciais e transmitem para todo o Brasil, naquele horário, seu radiojornal. Não importa qual seja a rede nacional que for escolhida, todas elas têm a mesma prática. Então, se essa prática de flexibilização é boa para aumentar a audiência de A Voz do Brasil, por que ela não é boa para aumentar a audiência das redes comerciais em suas redes de radiojornalismo?

Eu queria me dirigir ao Conselheiro Slaviero: a questão levantada pelo Prof. Murilo, da fiscalização, é porque vamos ter 8 mil emissoras de rádio, cada uma no seu horário, e, no mês seguinte, elas poderão mudar o horário, ou daqui a três meses poderão mudar o horário, e nós não vamos ter – quando digo nós é o Estado brasileiro, afinal, isso é uma concessão pública, da sociedade, a segmentos comerciais – aparato técnico, primeiro, para saber que dia que aquela rádio do interior do Ceará ou da Amazônia ou do Rio Grande do Sul está transmitindo o programa A Voz do Brasil. Eu sei que a legislação fala em fixar um determinado horário, ela terá que comunicar aos seus ouvintes que estará transmitindo A Voz do Brasil no horário x ou y, mas essa mesma legislação não impede que, daqui a dois meses, esse horário seja alterado por essa mesma emissora.

E nós, que somos da área de comunicação, sabemos que fidelização do ouvinte é o segredo da audiência. Por isso que o Conselho da EBC coloca que é o início do fim, porque eu começo a mudar o horário: hoje eu a transmito às 20h, amanhã às 19h, depois às 21h. Então, nós vamos ter uma situação de caça ao rato do espectador, do rádio-ouvinte, saindo atrás de A Voz do Brasil. Ou, então, vai acontecer, como disse o Conselheiro Roberto Franco: de vez em quando, eu trombo com A Voz do Brasil no rádio e aí eu a escuto. Mas porque você deixa de formar o hábito – e o hábito, a fidelização do ouvinte e aqui está falando o Doutor em Comunicação Social, muito mais o acadêmico do que o defensor –, então, o hábito é o segredo da transmissão. Se fosse o contrário, o Jornal Nacional mudaria de horário mês por mês, porque ele iria pegando outras coisas, mas todo mundo sabe que, naquele horário fixo das 20h30, o Jornal Nacional entra no ar desde os anos 60. Então, esse é o segredo. E, ao desmontar essa fidelização, estamos, então, contribuindo para uma perda de hábito e, consequentemente, para o desaparecimento, que nada mais foi do que o que aconteceu com o Projeto Minerva. O Projeto Minerva foi, primeiro, flexibilizado; hoje, não existe mais. E o

Brasil paga por isso o quê? Milhões e milhões de analfabetos poderiam estar sendo alfabetizados pelas ondas do rádio.

Quando nós falamos em formato, me dirigindo ao Conselheiro Jorge Coutinho, eu acho que o senhor está com plena razão. A Voz do Brasil precisa mudar seu formato. Já evoluiu muito, já foi um programa muito laudatório, evoluiu para uma coisa jornalística e deve evoluir mais. Eventualmente até... Aqui na Rádio Senado, por exemplo, nos 500 anos do Brasil, se fez uma radionovela que foi sucesso de audiência sobre os 500 anos do Brasil e uma outra sobre o golpe de 64. Então, a radiodramaturgia é uma ferramenta fenomenal para se lidar com a população.

Outra coisa que eu queria falar. Quando eu me referi, na exposição, que a contrapartida para campanha de utilidade pública está deixando de existir, eu não estou me referindo à doação de sangue do hemocentro da nossa cidade ou à Santa Casa que precisa de tal e qual recurso, que são atividades fundamentais do radiojornalismo. Eu estou me referindo ao fato de que o poder concedente tinha, salvo engano, me corrijam se eu estiver errado, 20 minutos por dia para veiculações de peças no campo da educação, da saúde e de outras áreas de serviço público. Salvo engano, hoje só as Forças Armadas utilizam isso.

Para se fazer uma campanha de vacinação da poliomielite para vacinar 30 a 40 milhões de crianças neste País, o Estado brasileiro, que é o poder concedente das emissoras de rádio, tem que pagar por essa veiculação. E as emissoras de rádio, volto a dizer, de rádio e televisão, recebem a concessão graciosamente. Não há, como é uma concessão de telecomunicações, o pagamento, pelo grupo econômico, de um *royalty*, de uma taxa para operar aquele serviço. O pagamento das concessionárias era justamente essa contrapartida, que está desaparecendo com a flexibilização.

Então, eu acho fundamental que a gente veja isso. É mais do que uma pactuação, como a Conselheira Maria José colocou: é um contrato que é assinado entre o concessionado e o poder concedente. E nós estamos rompendo um contrato. Ninguém obrigou ninguém a pedir uma concessão. Foi dito o seguinte: "Para o senhor tomar uma concessão, o senhor tem essas quatro contrapartidas". As quatro contrapartidas estão desaparecendo. E o Estado perde o seu retorno.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, nós vamos dar a palavra a todos os que fizeram exposição para concluir e dar as suas ideias.

Quanto à pergunta do Conselheiro Daniel, já perguntei ao pessoal do Rio de Janeiro. Eram 300 emissoras em rede naqueles dias que, no horário de A Voz do Brasil, interrompiam e passavam depois a gravação ou continuavam logo depois. Apenas emissoras que conseguimos são aquelas da tradução simultânea para seis línguas. As demais interromperam.

Muito bem! Passemos então aos conselheiros. Começamos por aquele que menos falou, o Antonik.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Para encerrar a minha fala, eu gostaria de dizer que poucas vezes vi tantas equívocos em tão pouco tempo. Nós estamos com uma crise no ensino. Eu queria dizer... Vou dividir isso em duas partes.

Em primeiro lugar, o marco regulatório das comunicações não pode ser comparado ao marco regulatório da radiodifusão. Primeiro, porque os dois são um só. A Lei nº 4.117, art. 6º, letra "d" diz que tudo, rádio, televisão, telefonia móvel, tudo isso é telecomunicações. O marco regulatório da radiodifusão não está desatualizado, embora ele seja de 1962. Aliás, o marco regulatório das telecomunicações não é de 1995; a lei é de 1997. Desde 1997, quando a Lei das Telecomunicações foi publicada, 700 resoluções da Anatel acompanharam e evoluíram esse marco regulatório. Assim também aconteceu com a radiodifusão. A lei é de 1962, mas, por exemplo, o regulamento de sanções da radiodifusão é de 2013. O regulamento de acessibilidade da radiodifusão é de 2006. A classificação indicativa teve mudanças este ano ainda.

O segundo ponto: uma concessão de radiodifusão não é gratuita. As concessões de radiodifusão são pagas. Existem, aqui no Brasil, duas espécies de concessões. Uma que é feita para entidades que não visam ao lucro na prestação do seu serviço, como as institucionais, as educacionais, as comunitárias.

Então, a essas emissoras radiodifusoras as concessões são feitas a título gratuito. Eles não fazem propagandas, eles não exploram aquilo como um negócio. Agora, uma emissora de rádio comercial ou uma emissora de televisão comercial paga, sim. O Poder Público avalia quanto vale uma emissora dessa e faz uma licitação pública. Nós pagamos por isso. Então, eu penso o seguinte, o que causa esse tipo de distorção? Apenas a via ideológica pode explicar um tipo de distorção e um tipo de equívoco dessa natureza.

Eu imagino que A Voz do Brasil ser flexibilizada em três horas traria benefícios para todos: para a população, para os radiodifusores e para aquelas pessoas que gostariam de divulgar as suas informações. Por isso defendemos que ela seja flexibilizada em três horas.

Muito obrigado, Dom Orani, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu pergunto se o jornalista Chico Sant'Anna tem mais alguma coisa a falar?

O SR. CHICO SANT'ANNA – Só para concluir, primeiro, agradecer essa oportunidade de estar aqui no Conselho. É muito importante esse debate, porque embora estejamos debatendo sobre veículos de comunicação, a cobertura dessa temática é quase que inexistente na nossa mídia. Não se lê nos jornais. Nas emissoras de rádio, o que se vê é mais uma campanha organizada pela Abert para motivar o cidadão a mandar *e-mails* ao Parlamento para que vote o quanto antes o projeto de lei, mas não há espaço para os grandes debates. Então, por isso, eu reputo tanto esta audiência do Conselho como uma audiência feita pela Comissão de Direitos Humanos mais recentemente como muito importantes para

que a sociedade brasileira saiba exatamente o que se está disciplinando. E lamento que ali atrás nós não tenhamos câmeras de televisão das grandes redes para que todo o País acompanhe esse debate.

Muito obrigado a Dom Orani.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, passamos a palavra ao Presidente da Aesp, Sr. Rodrigo Neves.

O SR. RODRIGO NEVES – Agradeço ao Presidente Dom Orani por este espaço aqui, onde a gente pode se posicionar e se colocar para discutir esse tema tão importante para um Brasil moderno, um Brasil que respeite o direito de escolha e acima de tudo a liberdade de expressão e os direitos fundamentais do homem.

O Roberto Messias tem à disposição da Secom um super programa que mostra alcance, penetração, *target*, tudo! Então, quando ele vai fazer um plano de mídia, ele coloca ali e sabe exatamente o que vai acontecer. Estou falando de rádio. E quando ele coloca no rádio, sabe que quando coloca acima de três inserções, de quatro inserções, o quanto aumenta esse alcance. Essa mesma fórmula, que é matemática, uma ciência exata, acontece para A Voz do Brasil. Com base nos dados do Ibope das treze capitais, a audiência vai subir progressivamente e geometricamente. Flexibilizar é dar o direito de escolha, é o que nós defendemos. Se é bom, por que precisa ser imposto?

Agradeço a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – E para concluir, então, entregamos a palavra ao Secretário Executivo da Secom, Sr. Roberto Messias.

O SR. ROBERTO BOCORNY MESSIAS – Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de estar nessa discussão e nos colocar. O mais importante para nós é a relevância e a importância do programa, desse conteúdo que é indubitavelmente consenso nesta Mesa. Então, qualquer discussão que leve a uma qualificação desse conteúdo de acesso à informação e de liberdade de expressão terá sempre a nossa recomendação e a nossa participação.

Agradeço sobremaneira a Dom Orani Tempesta e aos Conselheiros pela oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem.

Agradecemos, então, a participação de todos os nossos convidados. Agradeço a participação dos Conselheiros e também da EBC aqui presente por meio do seu Conselheiro.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

Nós vamos desfazer a Mesa antes de continuarmos com os demais itens da Ordem do Dia.

Cinco minutos de intervalo.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 17 minutos e reaberta às 11 horas e 29 minutos.*)

Vamos recomeçar, por gentileza.

Nós temos ainda a pauta a ser cumprida.

Damos boas-vindas ao Miguel Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Bom dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe pelo atraso, mas é que só consegui voo para às 9h40.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É. Os nossos voos ultimamente estão...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – E ainda assim o voo atrasou um pouco. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Os demais Conselheiros, por gentileza, poderiam assumir seus lugares?

Agradecemos a participação de todos.

Então, gostaria de lembrar que esta audiência pública foi motivada por uma Comissão de Relatoria, a qual foi pedido que desse um posicionamento para o Conselho se manifestar, e a Comissão de Relatoria pediu audiência pública. Portanto, a discussão que ora acabamos de fazer, a Comissão de Relatoria tomou conhecimento e vai discutir entre si e depois propor ao Conselho a votação de um relatório. Então, esta audiência pública se situa dentro desse contexto.

O Conselho deverá esperar justamente a Relatoria emitir o seu relatório sobre o assunto para, depois, se posicionar com relação à flexibilização ou não do programa A Voz do Brasil.

Então, na 3ª Reunião de trabalho de 2014 da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação, foi aprovado o relatório sobre o PL nº 3.979/2000, sobre inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão. Assim, de acordo com o art. 6º do Ato nº 01/2003, do Conselho, o Pleno do Conselho precisa aprovar o relatório da Comissão Temática, para que possa constituir parecer do Conselho de Comunicação Social.

Nesse sentido, passo a palavra ao Conselheiro Roberto Franco, Coordenador da Comissão de Relatoria para apresentação do relatório.

O SR. ROBERTO FRANCO – Sr. Presidente, o relatório traz um pequeno histórico do número de projetos de lei que tratam do tema.

Eu vou dispensar a leitura, porque todos têm cópias, e depois podem fazer uma leitura mais aprofundada, e vou passar diretamente ao mérito, para que a gente possa aproveitar melhor o tempo.

O Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, indubitavelmente, trata de matéria de grande relevância, pois a legenda oculta possibilita que as pessoas com deficiência auditiva tenham acesso à comunicação veiculada em obras audiovisuais. Entretanto, tramitando há quase 14 anos apenas na Câmara dos Deputados, a proposição em questão acabou esvaziada em seu mérito, vez que, atualmente, o Brasil é dotado de uma das mais modernas legislações sobre o tema no mundo. Aliás, quase que concomitantemente ao recebimento do atual PL

nº 3.979, de 2000, pela Câmara dos Deputados, foi editada a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabeleceu normais gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e reservou todo um capítulo, o sétimo, para tratar da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização integrados pelos arts. 17 e 19.

Posteriormente, em 2 de dezembro de 2004, veio se somar à Lei nº 10.098 o Decreto nº 5.296, tratando não só da implantação da subtitulação por meio da legenda oculta e da oferta de aparelho de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam a utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual, mas também a utilização da janela com intérprete em Libras e a descrição e narração em voz de cenas e imagens.

Chamo a atenção, pois podem notar que aqui no Decreto nº 5.296 se tratou não só do deficiente auditivo quanto também do deficiente visual, através dos recursos propostos.

O completo arcabouço legal que disciplina a legenda oculta nos meios de comunicação no Brasil, a Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações, e, segundo cronograma constante na referida portaria, atualmente as emissoras de televisão, em regra, já estão compelidas a veicular 16 horas diárias de programação dotada de legenda oculta, propiciando uma oferta muito mais ampla de conteúdo para as pessoas com deficiência auditiva do que aquelas que teriam, caso o Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, fosse aprovado.

Apenas a título ilustrativo, em sua última redação, o Projeto de Lei nº 3.979 estabelece que a implantação da legenda oculta será feita gradativamente, sendo que no primeiro ano serão legendados, no mínimo, 10% da programação diária, considerada veiculada entre as 6 e às 22 horas, acrescentando 5% em cada ano subsequente.Portanto, não obstante a iniciativa ser louvável, a longa tramitação do projeto de lei resultou no esvaziamento do seu mérito.

Então, como conclusão e solicitação de encaminhamento, a Comissão propõe, por todo o exposto apresentado no relatório, recomendamos ao Pleno do Conselho o encaminhamento no sentido de manifestar-se pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 3979, de 2000, em razão da superveniência da legislação específica, disciplinando o recurso de legenda oculta na programação das emissoras de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito obrigado, Roberto.

Em discussão o relatório.

Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Eu gostaria apenas de ressaltar o trabalho feito pela Comissão de Relatoria. Já tivemos oportunidade de tratar do tema aqui anteriormente, quando foi constituída a comissão e designado o relator. De fato, temos uma legislação mais completa e mais eficiente do que o que está

proposto no projeto de lei em debate. Então, parabenizo a Comissão e a relatoria do Conselheiro Roberto Franco e digo que estou de acordo com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Algum outro deseja se manifestar? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, faremos a votação.

Os Srs. Conselheiros que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, agradecemos à Comissão a ao Relator.

Está aprovado, e será cumprida a deliberação do Conselho.

Terceiro item da nossa pauta.

Na segunda reunião de trabalho de 2014, da Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social, foi aprovado o relatório da 7ª comissão de relatoria acerca da liberdade de expressão no período eleitoral. Segundo o art. 6º do Ato nº 1/2013, do Conselho, o Pleno do Conselho precisa aprovar o relatório da comissão temática para que possa constituir parecer co Conselho de Comunicação Social. Nesse sentido, devido à ausência do relator, coordenador Ronaldo Iemos, passo a palavra à Maria José Braga, relatora *ad hoc* para apresentação.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Presidente, creio que também podemos dispensar a leitura completa do relatório. Vou simplesmente apresentar aquilo de que se trata. São dois projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição, todos versando sobre a divulgação de pesquisas eleitorais. A PEC e um projeto tratam sobre a divulgação de pesquisas eleitorais, o outro projeto, o Projeto de Lei nº 7780, de 2010, propõe alteração na lei eleitoral para proibir o uso de trucagem, montagem ou outro recurso de áudio e vídeo que redundem na ocorrência dos crimes previstos nos artigos nºs 138, 139 e 140 do Código Penal contra candidato, partido ou coligação.

A Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social, por sua 7ª relatoria, fez um relatório amplo, tratando dos fundamentos da liberdade de expressão e a liberdade de expressão no período eleitoral. Analisou os dois projetos e a proposta de emenda à Constituição em questão e concluiu que, nos três casos, há uma... Os projetos ferem o princípio da liberdade de expressão, justamente porque um deles proíbe a divulgação de pesquisa eleitoral nos 15 dias antes da eleição e o outro propõe medidas mais duras contra o que considera pesquisa fraudulenta. E, no caso, a pesquisa fraudulenta pode ser considerada fraudulenta a partir do resultado da eleição. Tudo isso, segundo a comissão de relatoria, prejudica o debate eleitoral, prejudica a liberdade de expressão e, portanto, os dois projetos e a proposta de emenda à Constituição são, de alguma forma, restritivos do próprio debate eleitoral. Além disso, não coíbem a eventual manipulação de pesquisas.

O relatório também traz um aspecto importante, dizendo que os dois projetos e a PEC tratam apenas dos veículos de comunicação tradicionais, excluindo a internet, onde a divulgação de pesquisas e outros dados pode ser feita indiscriminadamente

Quanto à conclusão, a Comissão não fez uma conclusão única. Fez conclusão para cada um dos projetos, mas, em resumo, pede que o parecer do Conselho seja pela rejeição de todos eles.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Em discussão o relatório.

Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Queria, Presidente, cumprimentar e agradecer a Conselheira Maria José por fazer essa relatoria *ad hoc*.

Acho que ela colocou muito bem, na leitura do parecer da Comissão de Relatoria, que os três projetos, por motivos distintos, acabam interferindo na liberdade de expressão, uns por imprimir e proibir a discussão e publicação de pesquisas eleitorais, outros para ferramenta, e propõe a rejeição desses três projetos.

Corroboro e apoio esse parecer da Comissão de Relatoria pedindo a rejeição desses três projetos individualmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Lourival.

O SR. LOURIVAL SANTOS – Sr. Presidente, senhores presentes, meus colegas, não participei da elaboração desse documento. Infelizmente não consegui estar presente para participar com outros Conselheiros, inclusive meu amigo Alexandre Jobim, mas vou dizer que concordo plenamente com a rejeição dessas normas, inclusive conflitantes com a Constituição, e o faço como advogado.

A Constituição brasileira, a Constituição atual, mesmo sendo muito discutida, mesmo sendo até criticada por, às vezes, invadir o campo ordinário, ser prolixa ou coisa do gênero, coloca principalmente a liberdade de expressão, a liberdade de opinião, como cláusula pétrea, como direito fundamental do indivíduo que não pode ser atingido, salvo, e a Constituição elenca como único caso em que pode haver restrição da liberdade de expressão, a declaração de estado de sítio no País, a declaração do estado de pré-guerra na Nação. Então, não podemos permitir a existência de normas ou a tentativa de edição de normas conflitantes com o texto constitucional. É questão de termos a superioridade do texto constitucional como matéria fundamental do País, do Estado democrático de direito.

Portanto, estou perfeitamente em linha com a conclusão pela rejeição dos projetos conflitantes e louvo inclusive o trabalho realizado até então.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos.

Mais alguém quer se manifestar?

Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Fiz uma relatoria *ad hoc* muito rápida, até porque essa designação foi feita aqui mesmo, mas queria ressaltar o trabalho feito pela Comissão.

Os aspectos foram muito bem colocados e, principalmente, e queria ressaltar, se tratam de proposições do período eleitoral. O relator coloca muito bem a necessidade de resguardarmos a liberdade de expressão em um período tão importante para a Nação brasileira, como é o período eleitoral. É um período em que o debate vem à tona, em que a sociedade se envolve no debate. Portanto, precisamos, sim, de todos os dados possíveis para que o cidadão e a cidadã brasileira possam se informar e exercer o seu legítimo direito do voto.

O relatório também traz um aspecto importante da liberdade de expressão que é a questão do humor. E o humor é constitutivo, vamos dizer assim, do brasileiro. E, pelo humor, a gente sempre... e aí como jornalista, como representante dos jornalistas aqui neste Conselho... o jornalismo opinativo faz humor. E a gente precisa dessa forma criativa, dessa forma expressiva, sim, da identidade do brasileiro também nesse momento importante que é o momento eleitoral.

Então, quero parabenizar a Comissão que fez o trabalho, principalmente o Relator, que não está aqui, mas que fez um excelente relatório, que é o Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos a relatoria *ad hoc* muito bem-feita.

Não havendo mais quem queira discutir, faremos a votação.

Os Conselheiros que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. Será cumprida a deliberação do Conselho.

Com isso, está encerrada a Ordem do Dia prevista para a presente reunião.

Na terceira parte, dos relatórios de andamento dos trabalhos das comissões a serem proferidos pelos coordenadores, tínhamos apenas um, que era do Conselheiro Nascimento Silva, que disse por telefone que não está pronto esse relatório e que nem chegará a tempo para a reunião de hoje, já que perdeu o avião de manhã e à tarde também não chegará. Então, nós cancelamos essa terceira parte.

Por isso também caem as reuniões da parte da tarde. Às 15h havia reunião da Comissão Temática de Conteúdos dos Meios de Comunicação com o Conselheiro Nascimento Silva, que, também pela não possibilidade da vinda, está cancelada.

Passamos, agora, à fase de comunicações dos Conselheiros – art. 39, §6º do nosso Regimento Interno. Consulto se algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra para comunicações diversas e sugestões de pauta para a nossa 7ª Reunião.

Conselheiro Miguel Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Conselheiros, bom dia! Servidores, Imprensa, a todos muito bom dia.

Em primeiro lugar, peço desculpas por ter me atrasado em chegar a esta reunião. O voo que eu tinha como opção hoje era só depois das 9h30.

Eu havia inicialmente justificado a minha ausência nesta reunião, porque tinha, hoje, uma importante audiência em Goiânia, mas fiz um enorme esforço para adiar aquela audiência para daqui a alguns dias, porque na reunião do mês de agosto, que será dia 4 de agosto...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Aliás, se pudesse justificar a do dia 4 de agosto...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – É o que eu vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Há um problema, porque eu também não posso vir no dia 4 de agosto, porque é dia do Cura D´Ars, dia do padre e eu tenho reunião no Rio de Janeiro.

E, conversando aqui com as assessorias, deram sugestão de que, como é a última reunião, se seria possível passar para o dia 6, quarta-feira. Não se pode prorrogar mais porque termina o mandato.

Então, se você vai justificar, eu também justificaria a minha ausência e pergunto se é possível aos Conselheiros mudar para quarta-feira, dia 6.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Quarta-feira, dia 6...

Eu ia exatamente, Sr. Presidente, justificar a minha ausência na segunda-feira, porque vou estar fora do Brasil, mas checo agora... o senhor me dá três minutos e vou checar se já estarei de volta. Vou me esforçar. Vou checar e peço a V. Exª, então...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Como é nossa última reunião, eles fazem questão de, se possível...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – E eu gostaria de estar.

Vou checar se já estarei de volta. Só peço licença um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim.

A assessoria está me recordando aqui que o cancelamento da reunião da tarde não é só pela questão do voo, é pela questão também de que os dois relatórios não foram produzidos. Então, não haveria o que votar na reunião da tarde. Essa é a questão. Só para deixar bem claro na ata e para a posteridade.

E a pergunta é se essa reunião do dia 4 de agosto, segunda-feira, poderia ser transferida para o dia 6 de agosto, quarta-feira. Acho que para o Schröder é mais fácil, porque o problema dele de segunda-feira é complicado.

Para os outros Conselheiros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Dia 5 é o meu grande problema. Terças e quintas, para mim... Primeiro de agosto... Quando é que voltam os trabalhos da Casa, porque está em recesso aqui. (*Pausa.*) Volta dia 1º de agosto. Dia 1º eu tenho um grande problema, porque tenho a Páscoa dos Militares, na Catedral, às 10 da manhã. Mas posso mandar um outro se não tiver outro jeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Dia 6 pode, mas eu acho que o Roberto está com dificuldade.

Dia 6, você pode Miguel?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Vou tentar. A minha esposa está tentando antecipar um voo para chegarmos terça-feira, dia 5, à noite. Acredito que sim. Mas ainda preciso de alguns minutos para uma confirmação. Eu o avisarei no canal, mas vou me esforçar para estar.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Será a nossa última reunião do nosso atual mandato.

O Roberto não tem jeito de ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Não, todos são importantes. (*Risos.*)

Então, nós transferiremos a reunião do dia 4 de agosto para o dia 6 de agosto, de manhã, às 9 horas. Assim dará mais tempo para àqueles que quiseram retornar, até para as entrevistas que os assessores de imprensa querem que façamos depois e também várias questões aí.

Eu pediria à nossa Assessoria que produzisse um relatório da Presidência sobre os trabalhos nesses dois anos, como o número de reuniões, os relatórios aprovados, as Comissões, toda a discussão do passado que conseguimos atualizar e, ao mesmo tempo as questões colocadas para adiante, enfim, que deixasse pronto para o próximo Conselho que, espero, seja eleito pelo Congresso Nacional para poder assumir em setembro, como é praxe justamente ter a sequência.

Eu não sei como foi aquela audiência pública ocorrida no dia 1º de julho, porque nenhum dos dois representantes nossos estão aqui.

A SRª BIA BARBOSA – Se o senhor me permitir, Dom Orani, eu gostaria de dar um informe sobre isso. Eu estava esperando o senhor abrir a palavra para a sociedade civil ao final.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não.

A SRª BIA BARBOSA – Sou de uma organização que se chama Intervozes, uma das entidades da sociedade civil que participa da Frente Parlamentar pelo Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão que promoveu audiência pública na semana passada.

Encaminhamos, inclusive no final da audiência pública, a produção de um documento que vai ser enviado a todos os Conselheiros. Imagino que todos também foram convidados para a audiência. A gente contou com a presença do Dr. Fernando César Mesquita e do Conselheiro Nascimento. Então, nós vamos produzir, no âmbito da Frente Parlamentar, um documento síntese das discussões que foram feitas na audiência pública.

Existem duas questões principais que eu já gostaria de compartilhar com os Conselheiros. A primeira delas foi a nossa preocupação justamente de não haver um hiato no funcionamento do Conselho em função de ainda não ter sido

lançado formalmente, ou de nós não termos informações mais precisas de como está esse processo de encaminhamento de formação da próxima lista de conselheiros, por parte da Mesa do Congresso. O Fernando Cesar Mesquita falou inclusive dos esforços pessoais do senhor junto ao Presidente Renan Calheiros para garantir a continuidade sem haver um periodo de não funcionamento do Conselho por muito tempo. Essa foi uma grande preocupação que foi refletida na audiência pública.

A segunda é em relação à necessidade do estabelecimento de critérios para definição da representação da sociedade civil no âmbito do Conselho de Comunicação Social. Hoje, nem a legislação que rege o Conselho, nem nenhum tipo de documento interno de funcionamento do órgão prevê esse tipo de critério. Quanto à definição dos nomes que vão ser colocados para votação dos Parlamentares numa suposta sessão do Congresso Nacional que defina o próximo Conselho de Comunicação Social, não há uma transparência em relação aos critérios que são utilizados para composição dessa lista. Então, essa foi uma preocupação muito grande que surgiu. A audiência pública, além da presença do Dr. Fernando Cesar Mesquita, contou com a presença da Ana Fleck, que é a presidenta do Conselho Curador da EBC; do Prof. Venício Lima, da UnB; e das presidentes do Conselho Estadual da Bahia e do Conselho Estadual de Alagoas, que são os Conselhos de Comunicação Social que estão hoje, no âmbito estadual, em operação no País.

Então, nós vamos produzir um relatório, vamos encaminhar para vocês, e gostaríamos muito que houvesse alguma reflexão sobre o resultado dessa audiência pública na última reunião que vocês farão agora no dia 6 de agosto. Não sei se a pauta já está pronta. Óbvio que eu, como representante da sociedade civil aqui, não membro do Conselho, não posso fazer sugestão de inclusão desse item na pauta, mas foi inclusive um compromisso que o Fernando e o Nascimento tiveram de solicitar que os resultados da audiência pública fossem debatidos nessa última reunião da gestão do atual Conselho.

Então, encaminharemos para vocês muito brevemente um documento. Nós temos uma reunião agendada nos próximos dias da Frente Parlamentar, e eu tenho algumas cópias aqui de um documento que a Frente Parlamentar produziu sobre o Conselho de Comunicação Social com uma proposta de plataforma para representação da sociedade civil numa próxima gestão do Conselho, que é subscrito por alguns nomes que foram encaminhados para a Mesa do Congresso, que colocaram seu nome à disposição para integrarem a representação da sociedade civil no Conselho.

Então, se algum Conselheiro tiver interesse, podemos entregar a documentação já.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos as informações. Eu creio que, desde o primeiro dia do funcionamento deste Conselho, a Deputada Luiza Erundina esteve aqui para falar do assunto, e eu justamente lamento que, só no finalzinho do Conselho, resolvam colocar em discussão essa questão de como representar a sociedade civil. Isso deveria ter

sido feito dois anos atrás, quando começou a funcionar o Conselho. E eu espero que essa questão não crie nem vácuo de muito tempo, nem vácuo de pouco tempo, porque espero que essa demora em dar uma opinião sobre isso não atrapalhe a continuação do Conselho, uma vez que demorou tanto assim, e teve tempo, durante dois anos, de fazê-lo, com muita responsabilidade. Infelizmente, na última reunião do Conselho, pouca coisa se pode fazer, tampouco nós desejamos determinar ao próximo Conselho que é uma questão do Congresso Nacional que decide quais são as normas e como é a sua votação.

Mas nós agradecemos essa oportunidade e só lamentamos que, só no finalzinho de tudo isso, tenha sido colocado, e não no começo, para poder dar tempo de discutir o assunto.

Mais alguém? (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO FRANCO – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não. Roberto Franco e, depois, Miguel Cançado.

O SR. ROBERTO FRANCO – Só pegando o gancho do convite que o senhor fez, eu queria, em nome da SET (Sociedade Brasileira de Engenharia e Televisão) – entidade que congrega todas as redes de televisão, diversas produtoras independentes e tem uma representatividade internacional –, refazer o convite para que o Conselho possa participar do congresso que vai acontecer agora no final de agosto. É dos maiores congressos sobre o tema de televisão, tem o foco central no uso da tecnologia, mas ele aborda também questões de negócios, questões de regulamentação, e discute as tendências futuras. Além disso, tem a maior feira de equipamentos e serviços relacionados com o setor.

Portanto, em nome do Presidente da SET, Olímpio Franco, que aqui esteve conosco por mais de uma vez, gostaria de fazer o convite ao Conselho para que todos os Conselheiros interessados pudessem participar e assistir às palestras, e, inclusive, participar como debatedores de alguns temas. Passarei depois, oficialmente, à Secretaria os dados de data e do local do evento, vai ser em São Paulo, e pediria muito que apreciassem a oportunidade de participar desse evento.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – E serão convidados como pessoas físicas ou representantes das suas entidades, porque, Conselho, já final de agosto, não seremos mais.

O SR. ROBERTO FRANCO – Mas seria um convite como pessoas físicas, por causa da questão do mandato no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim.

Maria José. Quem mais pediu para se pronunciar?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sim, Presidente, só para confirmar, dia 6 poderei estar, então.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Ótimo.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito obrigado.

Então, Conselheiro Gerace.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – A respeito do item de pauta que foi suprimido, na questão de informações da Agência Nacional do Cinema, gerado aqui a partir de um trabalho bastante bem feito pelo Conselheiro Ceneviva, durante esse mês, procurei informações lá na agência, de qualquer maneira, e, pessoalmente, estive com o Presidente da agência, o que culminou com o lançamento, na última semana, do projeto Brasil de Todas as Telas, para o qual convidei o Ceneviva, que não pôde ir. Mas estava lá eu com o Conselheiro Slaviero, e, em parte, responde, de uma maneira bem genérica, o questionamento que é o pacotão que saiu para o audiovisual. De qualquer modo, isso não invalida que, embora ache que não vá haver mais tempo, convide-se o representante da agência, para que, pessoalmente, aprofunde e responda o nosso questionamento.

Mas parece que vem uma grana muito grande para o segmento, embora ache que a Agência Nacional do Cinema, coisa que pessoalmente já tive a oportunidade de questionar ao Presidente, deveria se afirmar mais como uma agência reguladora de fato e deter as estatísticas, e não como uma agência de fomento, o que ela tem até feito bem. Acho que até a tudo que estamos questionando ela talvez não tenha todas as respostas. Mas eles ficaram de trazer todo o material, distribuir para os Conselheiros a respeito do que eles têm, e, talvez na próxima reunião, mesmo que isso não esteja em pauta, esse material chegue aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Mas creio que você pode colocar em pauta, pode sugerir para se colocar em pauta um relatório ou uma informação que você queira dar também, não é um problema, não é?

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Algum Conselheiro mais para se manifestar? (*Pausa.*)

Hoje, estamos dentro do horário, não precisamos nem prorrogar. Então, encerradas as manifestações dos Conselheiros, consulto se algum representante da sociedade civil, além da que já falou na presente reunião, gostaria de se manifestar. (*Pausa.*)

DOCUMENTOS PERTINENTES À 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2014, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);
2. Ofício 026/2014/Frentecom (01 folha);
3. Doc. s/nº FRENTECOM (01 folha);
4. PARECER Nº 2, de 2014-CCS (07 folhas);
5. PARECER Nº 3, de 2014-CCS (11 folhas);

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014, EM 7 DE JULHO DE 2014, ÀS 9H, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA

Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio		DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita	
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
JOSE CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		VAGO[1]	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		MÁRIO MARCELO Representante da categoria profissional dos artistas	
LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		PEDRO PABLO LAZZARINI Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil		WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil		VAGO[2]	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VITOR CASTIEL) Representante da sociedade civil	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		LEONARDO PETRELLI Representante da sociedade civil	

VISTO: _____, **em 7 de julho de 2014.**

Presidente

1 Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
2 Vago em virtude de renúncia do Conselheiro Suplente Juca Ferreira, ocorrida em 12.03.2013

#FRENTECOM

Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular

Of. n. 026/2014/Frentecom

Brasília, 6 de junho de 2014.

Ao Senhor
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Senado Federal - Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF
70165-900

Assunto: **Convite para audiência pública sobre o Conselho de Comunicação Social**

Senhor Presidente,

A Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular - Frentecom convida Vossa Senhoria para participar de audiência pública para debater o Conselho de Comunicação Social, a realizar-se no dia 1º de julho, às 14h, no Auditório Interlegis, situado na Av. N2, Anexo E do Senado Federal, nesta Capital.

2. Na referida audiência serão abordados aspectos relacionados à composição do Conselho, o processo de escolha e renovação de seus membros, sua relação com as organizações da sociedade e a necessidade da atualização do marco legal que regula esse órgão de representação da sociedade civil.

3. Ao realizar essa audiência pública, a Frentecom procura, mais uma vez, contribuir para o aperfeiçoamento do Conselho, tendo em vista sua relevância como órgão auxiliar do Congresso Nacional, nos termos da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Recebido na SCOP
em 11.06.2014
Rodrigo Caetano Barbosa
Diretor da SCOP
Mat.: 46767

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
Deputada Federal PSB-SP

Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular

Conselho de Comunicação Social: por mais transparência e maior participação da sociedade civil na agenda do Congresso Nacional

1. Diagnóstico

O Conselho de Comunicação Social é fruto de uma intensa disputa social e política travada durante os trabalhos da Constituinte (1986-1988).

Como resultado dessa luta, a Constituição Cidadã, como ficou conhecida, adotou um capítulo específico para tratar da comunicação social.

No contexto do processo de redemocratização do país, a proposta constitucional de criação de conselhos – dentre os quais o Conselho de Comunicação Social – teve por fundamento e propósito aproximar e abrir o Estado à participação da sociedade civil.

Foi assim que a Lei nº 8.389, de 1991 – a primeira regulamentação do Capítulo da Comunicação Social pós-publicação da Constituição Federal – instituiu o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224, atribuindo legalmente ao órgão "a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal, em especial sobre:

a. liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação;
b. propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social;
c. diversões e espetáculos públicos;
d. produção e programação das emissoras de rádio e televisão;
e. monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social;
f. finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e televisão;
g. promoção da cultura nacional e regional, e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística;
h. complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão;
i. defesa da pessoa e da família de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto na Constituição Federal;
j. propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
k. outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
l. legislação complementar quanto aos dispositivos constitucionais que se referem à comunicação social.

Neste sentido, a aprovação e a instalação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional, mesmo com suas atuais limitações, foi e deve ser considerada uma grande vitória dentro do objetivo geral de conquistar e ampliar a participação da sociedade nas discussões do Congresso Nacional sobre a Comunicação.

Assim, pela lei, o CCS passa a contar com a participação de diversos setores da sociedade – empresários da iniciativa privada, técnicos da área, trabalhadores da comunicação e representantes da sociedade civil – a serem eleitos e nomeados no prazo de três meses, conforme o Art. 8º da Lei: "O Conselho de Comunicação Social será eleito em até sessenta dias após a publicação da presente lei e instalado em até trinta dias após a sua eleição".

Entretanto, a nomeação e posse da primeira gestão do Conselho só ocorreu em 2002 e, após dois mandatos (2002 a 2006), o Conselho permaneceu inativo entre 2006 e 2012, sem membros nomeados. Sobre a composição do órgão, desde sua instalação, ela realiza-se, de forma geral, sob a égide de processos e critérios pouco transparentes, especificamente quanto à escolha e nomeação dos cinco representantes e os cinco suplentes da sociedade civil.

À não garantia de continuidade de gestão e ao não cumprimento de seu papel constitucional, somam-se inúmeras dificuldades para o cumprimento da função primordial do Conselho de Comunicação Social de garantir a representação da sociedade nas discussões sobre políticas de comunicação no Congresso Nacional. O enfrentamento a esses problemas passa necessariamente por uma revisão da Lei nº 8.389, de 1991.

Também parece ser fundamental que se atualize a lei com relação ao novo cenário das comunicações no país. Cabe ressaltar, por exemplo, que, à época de sua edição, em 1991, o Brasil não dispunha de um sistema público de comunicação nos moldes que temos hoje e, portanto, a lei sequer reserva espaço para este setor, restringindo a representação dos meios apenas ao campo comercial.

Entendemos, ainda, que todo o processo de escolha dos representantes do Conselho de Comunicação Social deve ser mais transparente e, com relação às vagas da sociedade civil, também mais participativo, por meio da publicação de Edital Público específico, de modo a permitir a contribuição e participação de organizações que atuam nesta área em todo seu processo.

Dessa forma, sugerimos que um grupo de trabalho seja formado, no âmbito do Congresso, com representantes da sociedade civil, para promover a atualização da Lei nº 8389/1991, tendo por horizonte:

- Dotar de transparência o processo de indicação e nomeação dos conselheiros do CCS;
- Propiciar a efetiva participação social na escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho;
- Garantir representação mais condizente com o novo cenário das comunicações no Brasil, a exemplo da destinação de uma vaga para a Comunicação Pública.

ILMO. SR.

DOM ORANI JOÃO TEMPESTA

D.D. PRESIDENTE DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 2, DE 2014 - CCS

REF.: Relatório – Projeto de Lei da Câmara nº 3.979, de 2000, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta e dá outras providências

A Comissão de Relatoria integrada pelos Conselheiros José Catarino do Nascimento, Roberto Franco e Ronaldo Lemos, constituída mediante deliberação aprovada na 1ª Reunião Ordinária de 2013 da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação, realizada em 2 de dezembro último, vem perante V.Sª., nos termos do artigo 33 do Regimento Interno deste Conselho (Ato da Mesa nº 01, de 2004), submeter à análise dos demais Conselheiros o seguinte Relatório, que trata do Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta e dá outras providências, para posterior deliberação do Pleno do Conselho.

SGM 06 Fls. nº Protocolo Legislativo

I – DO OBJETO

O presente Relatório tem por objeto o exame do Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, com implicações na área de comunicação social.

Apresentado em 03 de maio de 1999 pelo Senador Lúcio Alcântara como PLS nº 286, de 1999, a proposição legislativa em questão objetiva tornar obrigatória a inclusão de legenda oculta na programação de emissoras de televisão e fixar cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta a serem produzidos e comercializados no País.

Tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Educação do Senado Federal, o então PLS nº 286, de 1999, foi encaminhado para a Câmara dos Deputados para fins de revisão, com fundamento no artigo 65 da Constituição Federal.

No decorrer de sua tramitação perante a Câmara dos Deputados, a ele foram apensados diversos outros projetos, versando sobre matérias correlatas, a saber:

1. PL nº 5.676, de 1990, de autoria do Deputado Federal Eduardo Jorge, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de programas televisivos que possibilitem aos deficientes auditivos sua compreensão;

2. PL nº 1.476, de 1996, do Deputado Federal João Cóser, que institui a obrigatoriedade de mensagem destinada aos deficientes auditivos na propaganda da administração pública federal veiculada na televisão, com a inserção de quadro com interpretação da propaganda em linguagem de sinais;

3. PL nº 2.092, de 1996, proposto pelo Deputado Federal Vittorio Medioli, que dispõe sobre a obrigatoriedade das emissoras de televisão veicularem programas adequados aos deficientes auditivos, devendo legendar, ao menos, 25% da programação diária, bem como legendar ou interpretar em linguagem de sinais as campanhas educativas do governo;

Senado Federal SGM Fls. nº 07 Protocolo Legislativo

4. PL nº 3.955, de 1997, de autoria do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, que dispõe sobre a obrigatoriedade de legendar as falas da programação das emissoras de televisão;

5. PL nº 4.527, de 1998, apresentado pela Deputada Federal Maria Elvira, que dispõe sobre a veiculação de legendas ou de signos gestuais nos telejornais transmitidos pelas emissoras de televisão, destinados a atender os portadores de deficiência auditiva;

6. PL nº 1.729, de 1999, apresentado pelo Deputado Federal Sérgio Novais, que obriga as emissoras de televisão a legendar a programação, conforme percentuais que especifica;

7. PL nº 2.527, de 2000, de autoria do Deputado Federal Inocêncio Oliveira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição, pelas emissoras de televisão, de legendas em sua programação, para leitura dos portadores de deficiência auditiva;

8. PL nº 2.633, de 2000, proposto pelo Deputado Federal Antônio José Mota, que dispõe sobre a obrigatoriedade das emissoras de televisão veicularem seus programas em linguagem adequada aos deficientes auditivos, inclusive no que tange às campanhas educativas do governo e à programação eleitoral;

9. PL nº 3.294, de 2000, de autoria do Deputado Federal De Velasco, que determina a inclusão de legenda oculta, destinada a auxiliar os portadores de deficiência auditiva, nos programas que especifica e prevê sanções pelo descumprimento da norma;

10. PL nº 3.621, de 2000, de autoria do Deputado Federal Euler Ribeiro, que dispõe sobre a inclusão de legenda codificada na programação das emissoras de televisão nos prazos e condições que especifica e estabelece sanções em caso de descumprimento da norma ;

Senado Federal
SGM
Fls. nº 25
Protocolo Legislativo

11. PL nº 3.856, de 2000, apresentado pelo Deputado Federal Fernando Zuppo, dispondo sobre a adequação dos programas de televisão aos deficientes auditivos, mediante a inserção de legenda oculta ou quadro com tradução em linguagem de sinais e prevê multa ao infrator;

12. PL nº 709, de 1999, firmado pelo Deputado Federal Dr. Hélio, que obriga as emissoras de televisão a aplicar legenda ou outro procedimento que auxilie os portadores de deficiência auditiva, quando da veiculação de programas culturais, educativos, noticiosos e de divulgação política;

13. PL nº 5.123, de 2001, de autoria do Deputado Federal Oliveira Filho, obriga as emissoras de televisão a legendar seus noticiários, dando-lhes prazo de noventa dias para se adaptarem à nova lei;

14. PL nº 6.552, de 2002, de autoria do Deputado Federal Pompeo de Mattos, obriga a tradução simultânea para a linguagem dos sinais e legendas para os portadores de deficiência auditiva na veiculação, pela televisão, de mensagens na publicidade de atos, programas, serviços e campanhas das administrações direta, indireta e fundacional da União, dos Estados e Municípios;

15. PL nº 6.593, de 2002, proposto pelo Deputado Federal Dr. Heleno, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de legenda oculta ou quadro com tradução em linguagem de sinais, destinado a portadores de deficiência auditiva, nos programas noticiosos e nas retransmissões de sessões do Congresso Nacional, veiculados pelas emissoras de televisão e canais de televisão por assinatura;

16. PL nº 1.053, de 2003, de iniciativa do Deputado Federal André Luiz, que dispõe sobre a inclusão simultânea da linguagem de sinais na publicidade institucional do governo federal, estadual e municipal, a fim de permitir o perfeito entendimento da mensagem pelos deficientes auditivos e da fala;

17. PL nº 1.828, de 2003, de autoria do Deputado Federal Giacobo, dispondo sobre a obrigatoriedade de inserção de tradução em linguagem de sinais na programação educativa das emissoras de televisão, bem como de divulgação de atos, obras e serviços da administração pública federal, estadual e municipal;

18. PL nº 5.088, de 2005, firmado pelo Deputado Federal Pastor Francisco Olímpio, que dispõe sobre a inclusão de legenda codificada na programação das emissoras de televisão, e estabelece condições para que as emissoras e fabricantes de aparelhos de televisão adaptem-se, gradualmente, à norma;

19. PL nº 683, de 2007, de autoria do Deputado Federal Ciro Pedrosa, dispondo sobre a obrigatoriedade das emissoras de televisão veicularem programas adequados aos deficientes auditivos, devendo legendar 25% da programação diária, bem como legendar ou interpretar em linguagem de sinais as manifestações governamentais;

20. PL nº 3.395, de 2008, de iniciativa do Deputado Federal Dr. Talmir, determina a utilização da legenda oculta nos telejornais, sob pena de multa diária;

21. PL nº 3.868, de 2008, de autoria do Deputado Federal Valdir Colatto, que dispõe sobre a inserção, em todos os programas das emissoras de radiodifusão de sons e imagens, de um quadro sobreposto onde um especialista fará simultaneamente a tradução das falas para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS;

22. PL nº 3.906, de 2008, de iniciativa do Deputado Federal Marcos Montes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de intérpretes da linguagem de sinais nos programas de serviço noticioso; e

23. PL nº 2.462, de 2011, apresentado pelo Deputado Federal Ricardo Izar, estabelecendo cronograma de adoção de percentuais mínimos de veiculação de programas, nas emissoras de televisão, contendo

Senado Federal SGM Fls. nº Proc. Legislativo

subtitulação por meio de legenda oculta, linguagem de sinais ou outra medida técnica que permita a fruição de seu conteúdo por pessoas com deficiência auditiva.

Atualmente, o PL nº 3.979, de 2000, encontra-se pronto para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.

II – DO MÉRITO

O Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, indubitavelmente, trata de matéria de grande relevância, pois a legenda oculta possibilita que pessoas com deficiência auditiva tenham acesso à comunicação veiculada em obras audiovisuais.

Entretanto, tramitando há quase 14 (quatorze) anos apenas na Câmara dos Deputados, a proposição em questão acabou esvaziada em seu mérito, vez que, atualmente, o Brasil é dotado de uma das mais modernas legislações sobre o tema no mundo.

Aliás, quase que concomitantemente ao recebimento do atual PL nº 3.979, de 2000, pela Câmara dos Deputados, foi editada a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e reservou todo um capítulo – o VII – para tratar da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, integrado pelos artigos 17 a 19[1].

Posteriormente, em 2 de dezembro de 2004, veio se somar à Lei nº 10.098 o Decreto nº 5.296, tratando não só da implantação da subtitulação por meio de legenda oculta e da oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de

1 "Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtitulação, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento."

deficiência auditiva ou visual, mas também a utilização de janela com intérprete de LIBRAS e a descrição e narração em voz de cenas e imagens.

Completa o arcabouço legal que disciplina a legenda oculta nos meios de comunicação no Brasil a Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações.

E, segundo cronograma constante da referida Portaria, atualmente, as emissoras de televisão, em regra, já estão compelidas a veicular 16 (dezesseis) horas diárias de programação dotada de legenda oculta, propiciando uma oferta muito mais ampla de conteúdo para as pessoas com deficiência auditiva do que aquela que teriam caso o Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, fosse aprovado.

Apenas a título ilustrativo, em sua última redação, o PL nº 3.979 estabelece que "a implantação da legenda oculta será feita gradativamente, sendo que, no primeiro ano, serão legendados, no mínimo, dez por cento da programação diária [considerada a veiculada entre as seis e as vinte e duas horas], acrescentando-se cinco por cento em cada ano subsequente".

Portanto, não obstante a iniciativa ser louvável, a longa tramitação do Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, resultou no esvaziamento do seu mérito.

III – CONCLUSÃO E SOLICITAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO

Por todo o exposto, é apresentado este Relatório recomendando ao Pleno do Conselho o encaminhamento no sentido de manifestar-se pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, em razão da superveniência de legislação especifica disciplinando o recurso de legenda oculta na programação das emissoras de televisão.

É o Relatório.

(Conselheiro Roberto Franco)
Relator – Ocupante de vaga

Brasília – DF,

Senado Federal
SGM
Fls. nº
Protocolo Legislativo

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 3, DE 2014-CCS

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2014.

COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO - 7ª RELATORIA

RELATÓRIO SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO PERÍODO ELEITORAL

Comissão de Relatoria: Conselheiros Ronaldo Lemos[1] (coordenador), Alexandre Jobim, José Catarino Nascimento

Prezados Membros do Conselho de Comunicação Social,

Trata-se de Relatório a respeito de aspectos do tema relativo à Liberdade de Expressão no Período Eleitoral. Notadamente, a 7ª Relatoria da Comissão de Liberdade de Expressão, sob minha coordenação, ficou incumbida de elaborar relatório que tratasse de dois projetos de lei específicos e de uma proposta de emenda constitucional[2]. No entanto, por se tratar de proposições que modificam a lei eleitoral (Lei 9.504 de 1997) e a própria Constituição Federal, esta Relatoria entendeu importante realizar uma análise mais global do tema da liberdade de expressão no período eleitoral, tecendo também comentário, quando pertinente, a respeito das proposições em tela.

O período eleitoral é o momento em que a Liberdade de Expressão torna-se ainda mais preciosa. É o momento em que, por meio do discurso e do contraste de posições na esfera pública, o eleitor é capacitado a escolher seus representantes. Por essa razão, os contornos da liberdade de expressão precisam ser especialmente claros nesse período, especialmente em um momento em que a internet e as mídias sociais geram novas modalidades de discussão e participação pública.

Diante da função assumida, que muito honra esta Relatoria, apresentamos a seguir considerações sobre a liberdade de expressão durante o período eleitoral, tendo em vista a oportunidade deste Conselho em se manifestar sobre a questão, na expectativa de que o presente parecer subsidie o Congresso Nacional nos futuros debates a respeito das periódicas reformas da lei eleitoral.

[1] O Conselheiro Ronaldo Lemos agradece ao pesquisador Antonio Bastos pelo auxílio na pesquisa do material levantado.

[2] PL 7780/2010, de autoria do deputado Chico Alencar. PL 96/2011 (PSOL-RJ), de autoria do deputado Rubens Bueno (PPS-PR). PEC 57/2012, de autoria do Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) e outros.

I) Análise de Aspectos da Liberdade de Expressão no Período Eleitoral

1. O direito a liberdade de expressão e manifestação de pensamento é um direito fundamental[3] extremamente importante para indivíduos e democracias, sobretudo durante o período que antecede uma disputa eleitoral.[4] Contudo, embora seja considerada garantia fundamental do cidadão, esse direito não é absoluto, e não deve impedir a imposição de algumas restrições em situações envolvendo o seu exercício abusivo[5] ou a persecução de específico interesse público.[6]

2. No período eleitoral, o embate entre liberdade de expressão e outros princípios fundamentais assume especial relevância. Entre os princípios que informam o sistema eleitoral brasileiro, destaca-se o da igualdade[7], recorrentemente utilizado como fundamento para controlar o abuso de poder econômico de candidatos e partidos, bem como exercer algum grau de controle sobre propagandas políticas com o objetivo de assegurar condições equitativas entre candidatos a cargos políticos durante a disputa eleitoral.[8]

---

[3] CF, artigo 5°, incisos IV e IX.

[4] MENDES, G. F.; COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G. *Curso de direito constitucional*. 2nd ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 360; GODOY, C. L. B. de. *A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 49; SCHAUER, F., (2005). *Freedom of Expression Adjudication in Europe and America: A Case Study in Comparative Constitutional Architecture*. KSG Working Paper No. RWP05-019, disponível em http://ssrn.com/abstract=668523 ; STONE, A., (2010). *The Comparative Constitutional Law of Freedom of Expression*. U of Melbourne Legal Studies Research Paper No. 476; GUINN, D. E., *Philosophy and Theory of Freedom of Expression*. The Encyclopedia of American Civil Liberties, disponível em: http://ssrn.com/abstract=801344 .

[5] BASTOS, C. R. *A liberdade de expressão e a comunicação social*, in Revista de Direito Constitucional e Internacional, RDCI 20/49, jul-set. 1997; CLÉVE, C. M., *Liberdade de expressão, de informação e propaganda comercial*, in SARMENTO, D. (Org.); GALDINO, F. (Org.). *Direitos Fundamentais: Estudos em Homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006; MENDES, G. F. *Colisão de direitos fundamentais: liberdade de expressão e de comunicação e direito à honra e à imagem*, in Revista Tributária e de Finanças Públicas, RTrib 5/16, out-dez. 1993; BARROSO, L. R. *Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade: critérios de ponderação, interpretação constitucionalmente adequada do código civil e da lei de imprensa*, in Revista de Direito Privado, RDPriv 18/105, abr-jun. 2004.

[6] BASTOS, C. R., *ibid*; CLÉVE, C. M., *ibid*.

[7] RIBEIRO, Fávila. *Abuso de poder no direito eleitoral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993, p. 465. Vide também TSE, REsp 12.374-TO, Relator Min. Torquato Lorena Jardim, j. 03/03/1995, p. 1083; e REsp 15.270-CE, Relator Ministro Costa Porto.

[8] TSE, Recurso Especial Eleitoral nº 21.272 - Ac. nº 21.272, de 29.5.2003, rel. Min. Fernando Neves: *"Recurso especial. Representação. Emissora de rádio. Programação normal. Art. 45, III, Lei nº 9.504/97. Emissão de opinião contrária a candidato à reeleição e a sua campanha. Impossibilidade. Matéria publicada pela imprensa escrita. Comentário. Inconstitucionalidade. Prequestionamento. Ausência. Preliminar de nulidade. Afastamento. Recurso não conhecido. 1. As restrições contidas na Lei nº 9.504/97 à propaganda eleitoral em emissora de rádio e televisão, aquela do art. 45, II, inclusive, não implicam ofensa ao texto constitucional que garante a liberdade de expressão e de informação, pois objetivam manter o equilíbrio na disputa eleitoral,*

3. A despeito da importância desses princípios constitucionais (liberdade de expressão e igualdade), uma questão importante dentro do ordenamento jurídico brasileiro é que este não possui uma definição clara e precisa sobre o que vem a ser propaganda eleitoral[9]. Esta zona de incerteza acaba por permitir um sem número de medidas, sem a necessária segurança jurídica, para resguardar a almejada igualdade entre os candidatos, acarretando, por vezes, efeitos deletérios a outros direitos fundamentais como a liberdade de expressão.

4. É comum, nesse sentido, a imposição de medidas coercitivas pelas Cortes eleitorais brasileiras para garantir a igualdade entre candidatos, tais como a retirada do conteúdo supostamente lesivo e o direito de resposta. No entanto, pensando-se no processo legislativo e nas reformas futuras da lei eleitoral, é necessário levar em consideração modificações para que o texto legal não enseje intervenções excessivas no campo da liberdade de expressão no momento em que mais se precisa dela, no período eleitoral.

5. A esse respeito, vivemos em um momento em que ocorre um avanço progressivo de novos tipos de mídia, que passam a compor também a esfera pública. Notadamente, a esfera pública passa a ser formada não apenas pelas mídias ditas "tradicionais", mas também pela internet e pelas diversas formas de mídias sociais que surgem a partir delas, sujeitas a regras e regulações distintas, até por sua também distinta configuração técnica.

6. Ademais, a Constituição Federal estabelece uma diferença de tratamento entre os meios de comunicação social (empresas jornalísticas e de radiodifusão) e os meios de comunicação unipessoal (serviços postal e de telecomunicações). Por exemplo, o primeiro (comunicação social) é submetido a um capítulo específico da Constituição (arts. 220 a 224), ao passo que o segundo (comunicação pessoal) é regulado por outros dispositivos (art. 21, incisos X e XI). Como se sabe, a internet não dispõe de previsão constitucional específica.

7. Com isso, surgem assimetrias regulatórias. Por um lado, no âmbito da internet, presencia-se no Brasil uma situação de enorme volume de ações judiciais e medidas coercitivas proferidas pelos tribunais brasileiros, especialmente com decisões demandando a remoção liminar de conteúdos durante o período eleitoral. Sites, blogs, páginas de web, redes sociais e empresas de internet de modo geral deparam-se durante o período com um grande volume de ações judiciais, muitas delas originadas a partir de lacunas existentes na lei eleitoral, como a inexistência de uma definição precisa do que consistiria "propaganda eleitoral[10]", ou ainda, por conta de incertezas que ainda

---

sendo a legitimidade das eleições e a isonomia entre os candidatos também garantidas pela Constituição da República. Precedentes da Corte. [...]."

[9] O Tribunal Superior Eleitoral já se manifestou em diversas ocasiões que qualquer ato ou discurso político pode ser considerado propaganda eleitoral. Vide TSE, Rep nº 1825-4.2010.6.00.0000, j. 15/03/2012, Relator Min. Marcelo Ribeiro; AgRgRespE nº 35.719, j. 24/03/2011, Relator Min. Aldir Passarinho Júnior; e AgRgRespE nº 26.833, j. 05/08/2008, Relator Min. Aldir Passarinho Júnior.

[10] A chamada "mini-reforma eleitoral", que consistiu na aprovação da Lei 12.891 de 2013, mitigou parcialmente o problema, mas não o resolveu. Na referida lei, que altera a lei eleitoral, foram inseridas

prosperam quanto à forma como devem ser tratados "ataques" e "agressões", se pela justiça comum, ou pela justiça eleitoral.

8. Por outro lado, os serviços de comunicação social, por sua configuração jurídica e técnica, já existem em um ambiente de forte regulação, tornando-se no entanto destinatários de demandas progressivamente crescentes com relação ao contorno de suas obrigações e restrições. Tais demandas acabam por aumentar a assimetria regulatória entre a comunicação social e os meios de comunicação unipessoal, com consequências também negativas para a liberdade de expressão, sobremaneira no período eleitoral. Neste sentido, nesse ambiente de rápida mudança tecnológica com impacto no plano nacional e global, deve-se cogitar quais são os limites da intervenção estatal tanto sobre a internet quanto sobre a comunicação social, de forma a promover o maior enriquecimento possível da esfera pública, obviamente levando-se em conta limites que permitam a coibição de ilícitos e abusos claramente definidos em lei.

9. Nesse sentido, vale brevemente mencionar os movimentos de defesa da liberdade de expressão que têm surgido da sociedade brasileira, com propostas que ampliam a possibilidade de manifestação de indivíduos e partidos pela internet, especialmente durante o período eleitoral. A título de exemplo, vale citar a proposta de projeto de lei de iniciativa popular apresentada pelo movimento "Eleições Limpas"[11], encabeçado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, em parceria com diversas entidades da sociedade civil, cujo objetivo é (a) resguardar a liberdade de expressão (arts. 36, §1º; e 36-C); (b) restringir a vedação à veiculação de propaganda eleitoral na internet aos sítios com controle editorial (art. 57-C, alínea "a"); e (c) limitar a responsabilidade de provedores de conteúdos e de serviços multimídia, que não adotem as providências para tornar indisponível conteúdo supostamente ofensivo, aos casos de veiculação de propaganda eleitoral onerosa (art. 57-F).

10. Referida proposta promove também o esforço de apresentar uma definição específica para o que consiste "propaganda eleitoral", da seguinte forma: *"Entende-se como propaganda eleitoral a manifestação realizada em meios pagos que leve ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, futura candidatura, ação política que se pretende desenvolver ou razões que levem a inferir que o beneficiário seja o mais apto para a função pública.* E ainda: *"não será considerada*

---

disposições que tornam mais claro os contornos da "propaganda antecipada". Mas a definição específica do que consiste propaganda eleitoral aceitável continua em aberto e a lei continua a fazer uso de conceitos vagos para permitir a remoção de manifestações do pensamento, como o parágrafo 3º do artigo 57-D, que dispõe que: *"Sem prejuízo das sanções civis e criminais aplicáveis ao responsável, a Justiça Eleitoral poderá determinar, por solicitação do ofendido, a retirada de publicações que contenham ogressões ou ataques a candidatos em sítios da internet, inclusive redes sociais"*. Tal dispositivo impõe o ônus às mídias sociais de atuarem como vigilantes dos conteúdos nelas postados, podendo incorrer em sanções civis e criminais. Além disso, o texto legal abre margem para alto grau de subjetividade na decisão, uma vez que não exemplifica ou ilustra os contornos do que pode ser considerado "agressão" ou "ataque". Nesse sentido, melhor seria direcionar a responsabilidade pela postagem de conteúdos ilícitos ao próprio autor do conteúdo ilícito, ao mesmo tempo em que promove definição mais objetiva dos critérios que configuram conteúdos que merecem sancionamento e remoção.

[11] Disponível em: http://eleicoeslimpas.org.br/assets/files/projeto_de_lei_eleicoes_limpas.pdf?1371963119

propaganda eleitoral, para o fim previsto neste dispositivo, a difusão de programas e a defesa ou crítica de candidaturas em qualquer meio, inclusive na internet, desde que realizada de forma gratuita".

11. No mesmo sentido foram as discussões em torno do projeto de lei 5.735/13, ocorridas no âmbito do grupo de trabalho criado na Câmara dos Deputados para estudar reformas à legislação eleitoral. Dentre os aspectos discutidos no âmbito do projeto, tratou-se da possibilidade de se restringir a suspensão de acesso somente ao perfil do usuário responsável pelo conteúdo ofensivo (art. 57-I, §3º), e não a todo o conteúdo informativo do sítio que hospeda tal conteúdo ofensivo. Outro aspecto desse Projeto de Lei é a definição do responsável pela veiculação da resposta do candidato supostamente ofendido pelo conteúdo ofensivo. Nesse caso o projeto apontava que o responsável pela ofensa deveria providenciar a veiculação da resposta do ofendido (art. 58, IV, "d"). São discussões importantes, a serem retomadas em futuros debates sobre a reforma da lei eleitoral.

12. O quadro exposto acima demonstra a necessidade de, especificamente no período eleitoral, adotar-se uma definição clara do que é propaganda eleitoral. É particularmente importante que seja excluída e, portanto, não seja objeto de censura ou reprimenda posterior a manifestação crítica feita no âmbito da internet por qualquer cidadão. Isso porque integra o rol de direitos de qualquer cidadão fiscalizar e fazer um juízo de valor, ainda que negativo e mesmo no período eleitoral, dos atos de seus representantes[12].

13. De maneira similar, do ponto de vista da liberdade de expressão é também necessário um aprimoramento de como a legislação define como infração eleitoral os chamados "ataques" e "agressões". Tal como discutido em outro parecer aprovado pelo Conselho de Comunicação Social[13], tratando do direito de resposta:

"[...] a tutela de direito de resposta somente pode estar relacionada a questões fáticas, e não a questões subjetivas, de juízo de valor. A ofensa, como sabido, é um juízo de valor subjetivo, cuja tutela jurisdicional estatal deverá ser a reparação pecuniária (pela violação ao direito substancial) ou a condenação criminal (pela incidência do tipo penal). [...] Em democracias consolidadas, como na Alemanha, o direito de resposta está regulamentado em lei infraconstitucional, cuja causa de pedir está relacionada tão-somente a questões de fato (erros, imprecisões) apresentadas no contexto jornalístico."

14. Tais agressões ilícitas, mesmo se praticadas em período eleitoral, podem não se configurar como campanha ou atos de manifestação política com o objetivo de influenciar as eleições. Como corolário, deve ser levada em consideração do ponto de vista do processo legislativo que elas possam ser expressamente tratadas pela Justiça Comum e não pela Justiça Eleitoral.

---

[12] Vide TSE, AgRg REspE nº 26718, Relator Min. Ayres Britto, j. 22/04/2008.

[13] Conselho de Comunicação, "Relatório sobre o PLS 141/2011 Dispondo sobre o Direito de Resposta", aprovado pelo CCS em 05 de Agosto de 2013, comissão de Relatoria composta pelos Conselheiros Ronaldo Lemos (coordenador), Alexandre Jobim, José Catarino Nascimento.

15. Ainda assim, para as manifestações ou ofensas que restarem definidas como sendo de natureza eleitoral, é preciso que determinar os contornos específicos para a definição do que se considera "agressão", dado seu caráter subjetivo. Com isso evita0se que manifestações do pensamento legítimas, ainda que negativas, sejam tomadas por ofensas e desse modo removidas ou sancionadas indevidamente. Por isso, uma explicitação no texto legal de *numerus clausus* definindo os contornos do que hoje a lei trata simplesmente pelo termo "agressões" e "ataques" é medida que reforçaria sobremaneira os contornos da liberdade de expressão durante o período eleitoral.

16. Não se trata aqui de mitigar a coibição a ilícitos, mas sim de se determinar que pleitos que impliquem em restrição drástica à liberdade de expressão, como ordem de retirada de conteúdos ou a aplicação de sanções punitivas por conta da veiculação de manifestações do pensamento legítimas, só possam ser deferidas, quando estritamente necessárias e após submissão ao crivo judicial, com os contornos claramente definidos em lei. A busca pelo necessário equilíbrio já foi bem descrita na decisão do Supremo Tribunal Federal que examinou a recepção da antiga lei de imprensa pela Constituição Federal, *in verbis*:

> *"EMENTA: (...) 4. MECANISMO CONSTITUCIONAL DE CALIBRAÇÃO DE PRINCÍPIOS. O art. 220 é de instantânea observância quanto ao desfrute das liberdades de pensamento, criação, expressão e informação que, de alguma forma, se veiculem pelos órgãos de comunicação social. Isto sem prejuízo da aplicabilidade dos seguintes incisos do art. 5º da mesma Constituição Federal: vedação do anonimato (parte final do inciso IV); do direito de resposta (inciso V); direito a indenização por dano material ou moral à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas (inciso X); livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (inciso XIII); direito ao resguardo do sigilo da fonte de informação, quando necessário ao exercício profissional (inciso XIV). Lógica diretamente constitucional de calibração temporal ou cronológica na empírica incidência desses dois blocos de dispositivos constitucionais (o art. 220 e os mencionados incisos do art. 5º). Noutros termos, primeiramente, assegura-se o gozo dos sobredireitos de personalidade em que se traduz a "livre" e "plena" manifestação do pensamento, da criação e da informação. Somente depois é que se passa a cobrar do titular de tais situações jurídicas ativas um eventual desrespeito a direitos constitucionais alheios, ainda que também densificadores da personalidade humana. Determinação constitucional de momentânea paralisia à inviolabilidade de certas categorias de direitos subjetivos fundamentais, porquanto a cabeça do art. 220 da Constituição veda qualquer cerceio ou restrição à concreta manifestação do pensamento (vedado o anonimato), bem assim todo cerceio ou restrição que tenha por objeto a criação, a expressão e a informação, seja qual for a forma, o processo, ou o veículo de comunicação social. Com o que a Lei Fundamental do Brasil veicula o mais democrático e civilizado regime da livre e plena circulação das ideias e opiniões, assim como das notícias e informações, mas sem deixar de prescrever o direito de resposta e todo um regime de responsabilidades civis, penais e administrativas. Direito de resposta e responsabilidades que, mesmo atuando a posteriori, infletem*

sobre as causas para inibir abusos no desfrute da plenitude de liberdade de imprensa."[14]

17. Desse modo, o período eleitoral não pode transfigurar-se em um momento de excepcionalidade dos princípios constitucionais, no qual as garantias e mecanismos de proteção à liberdade de expressão tradicionalmente existentes são temporariamente substituídas por outro regime em que punições e medidas coercitivas são exacerbadas, remoções de conteúdos e outras sanções tornam-se corriqueiras, sendo expedidas em grande volume, até mesmo diariamente, durante aquele período. Ao contrário, o período eleitoral é justamente aquele em que as garantias da liberdade de expressão devem ser resguardadas e protegidas com maior afinco.

II) Breve Análise das proposições legislativas no âmbito da 7ª Relatoria

18. Em face das considerações feitas acima, passa-se à análise das proposições legislativas específicas definidas no âmbito da 7ª Relatoria da Comissão de Liberdade de Expressão.

i) PL 9504/97[15]

19. Trata-se de projeto de lei que altera o § 4º e acrescenta os § § 5º e 6º ao art. 33 da Lei nº 9.504/97, para majorar a multa e ampliar o conceito de pesquisa fraudulenta, além de estabelecer novas sanções. Do ponto de vista da Liberdade de Expressão, objeto da análise da presente relatoria, cumpre discorrer apenas sobre o § 5º do projeto de lei, que dispõe como fraudulenta pesquisa "realizada e divulgada até cinco dias antes da eleição e o resultado do respectivo pleito divulgado pela Justiça Eleitoral estiver acima da margem de erro registrada pela entidade ou empresa responsável". A intenção do projeto de lei é louvável. No entanto, a criminalização de pesquisas que apontem diferenças para além da margem quando do efetivo pleito parece medida com exageradas repercussões negativas para a liberdade de expressão e cuja efetividade no sentido de se alcançar sua finalidade é improvável. A razão é que os cinco dias que antecedem as eleições são naturalmente propensos a mudanças de orientação por parte dos eleitores, muitos dos quais deixam efetivamente para decidir seus representantes efetivamente na véspera do pleito, o que se diga, é um direito inalienável do eleitor.

---

[14] STF, ADPF nº 130/DF, Relator Min. Carlos Britto, j. 30/04/2009.

[15] Art. 1º. O Art. 33 da Lei nº 9.504/97 passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 33 ..... § 4º A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano e multa no valor de quinhentos mil a um milhão de reais. § 5º Caracteriza-se também como fraudulenta a pesquisa quando ela for realizada e divulgada até cinco dias antes da eleição e o resultado do respectivo pleito divulgado pela Justiça Eleitoral estiver acima da margem de erro registrada pela entidade ou empresa responsável. § 6º Configura utilização indevida dos meios de comunicação social, apurada nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, a existência de vínculo formal de partido político ou de coligação com a entidade ou a empresa responsável pela divulgação de pesquisa fraudulenta, no período de um ano antes da eleição, sujeitando o candidato beneficiário à cassação do registro ou do diploma." Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

7

20. Desse modo, a variação do resultado da pesquisa pode ocorre não por conta de fraude propriamente dita, mas de movimentos eleitorais legítimos, abrindo a possibilidade de que sejam criminalizadas pesquisas efetivamente legítimas, que ao mostrarem o "instantâneo" eleitoral dos dias que antecedem a eleição, são posteriormente superadas por mudanças posteriores de orientação dos eleitores, o que é sempre possível.

21. Dessa forma, ainda que louvável o esforço de se garantir que as pesquisas eleitorais sejam realizadas de forma idônea e respeitando-se as melhores práticas e os controles necessários, valer-se da criminalização dos resultados das - que podem ser legítimas, corretas tecnicamente e realizadas de boa-fé – divergentes do resultado do pleito parece-nos não ser boa medida legislativa. A esse respeito, o eleitor beneficiar-se-ia, em verdade, da existência de uma pluralidade de pesquisas divulgadas no período eleitoral, de modo que possa aferir a partir de diversas fontes o *status quo* da eleição no momento que a antecede. Essa pluralidade de pesquisas concorrentes e idôneas é a melhor forma de se garantir a objetividade e se evitar fraudes. Da forma como está redigido o projeto de lei, parece-nos que haverá um desestímulo à divulgação de pesquisas justamente no momento em que elas podem ser mais valiosas para o eleitor planejar seu voto.

ii) PL 7780/2010[16]

22. Trata-se de projeto que propõe alterar a lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral). O projeto proíbe que emissoras de rádio e televisão, durante o período eleitoral, usem "trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que redundem na incorrência dos crimes previstos nos Arts 138, 139 e 140 do Código Penal, contra candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito".

23. Em face da defesa da liberdade de expressão e da situação legal atual, trata-se de iniciativa positiva. Isso se dá por que a legislação eleitoral atualmente em vigor veda de maneira ainda mais estrita o uso de "trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito".

24. Como visto, pela lei eleitoral, o ilícito configura-se por meio de montagens que possam "ridicularizar" ou "degradar" candidatos, partidos ou coligações, mesmo que essas montagens não se configurem em calúnia, difamação ou injúria nos termos do código penal.

25. Desse modo, cria-se um regime de excepcionalidade para o período eleitoral: montagens e trucagens, que são usualmente utilizadas por humoristas - uma vez que o riso e a sátira são um

[16] Art. 1º O Art. 45 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 45. ..... II - usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que redundem na incorrência dos crimes previstos nos Arts 138, 139 e 140 do Código Penal, contra candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito; V - veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa que beneficie ou prejudique a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente; Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

elemento socialmente importante e valioso - que são protegidas pela liberdade de expressão durante todo o ano, passam a ser sujeitas a um regime excepcional durante o período eleitoral. A esse respeito, vale notar que a "ridicularização" ou até mesmo a "degradação" da imagem de uma pessoas pública, pode ser componentes legítimos do humor, presentes em obras como as peças de Shakespeare, no Decameron de Plutarco, na obra de escritores como James Joyce, ou ainda, nos poemas satíricos de profundo conteúdo político de Gregório de Matos. Pela disposição da lei atual é como se os "Gregórios de Matos" do nosso tempo tivessem que silenciar durante o período eleitoral, caso utilizassem de montagens ou trucagens para fazer humor satírico.

26. Desse modo, o PL 7780/2010 apresenta solução mais equilibrada. Prevê que as montagens e trucagens são vedadas na medida em que se configurarem como ilícitos: calúnia, injúria e difamação, nos termos previstos no Código Penal. Na medida em que se configurarem apenas como sátira, não são ilícitas. Isso ajuda a evitar, conforme discutido acima no presente parecer, que o período eleitoral configure-se como um período de excepcionalidade com relação à liberdade de expressão, sujeito a regras próprias distintas dos contornos definidos pela Constituição Federal.

27. Já o inciso V do PL 7780/2010 veda a emissoras de rádio e televisão "veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa que beneficie ou prejudique a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente". Nesse caso, parece-nos dispositivo excessivamente gravoso e cuja eficácia é inviável por seus próprios termos. Primeiramente, fica a questão sobre como aferir se um determinado filme, novela, minissérie ou qualquer outro conteúdo ficcional beneficiou ou prejudicou determinado candidato ou partido político. A aferição é na prática, a nosso ver, impossível. Nesse sentido, em um período eleitoral onde possa haver acirrada disputa ideológica, uma emissora de televisão poderia ser impedida de exibir clássicos do cinema de esquerda como o Encouraçado Potemkin, os filmes de Dziga Vertov, ou o filme 1900 de Bernardo Bertolucci? Ou em sentido contrário, um filme como Lincoln, de Stephen Spielberg?

28. Desse modo, parece-nos que seria um cerceamento exagerado à liberdade de expressão, especialmente por se configurar uma ingerência da lei no território dramatúrgico e ficcional, que é especialmente imbuído da proteção constitucional relativa à liberdade de expressão. Desse modo, o terreno da ficção, da dramaturgia e também do documentário - representa visões pessoais sobre um determinado tema - devem ser sempre preservados com relação à ingerência da lei, na medida em que não incorram em ilícitos, tais como calúnia, injúria ou difamação. Tal cerceamento ou ingerência legal, ainda que com intenções louváveis de se preservar a igualdade e o "*level playing field*" durante o período eleitoral, não estaria em consonância com os desígnios da Constituição Federal.

iii) PEC 57/2012[17]

[17] Art. 16-A. É vedada a divulgação de pesquisas eleitorais, por qualquer meio, nos quinze dias que antecedem os pleitos eleitorais em 1º e 2º turnos". Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

29. Trata-se de Projeto de Emenda Constitucional que inclui o artigo 16-A na Constituição Federal, para vedar a divulgação de pesquisas eleitorais, por qualquer meio, nos quinze dias que antecedem os pleitos eleitorais em 1º e 2º turnos.

30. Pelas razões explicitadas acima, do ponto de vista da liberdade de expressão, entende-se que tal proposta tem o condão de cercear uma modalidade de discurso não apenas abrangida pela proteção à liberdade de expressão, como socialmente valiosa, que são as pesquisas eleitorais. A esse respeito, vale lembrar que a liberdade de expressão é Cláusula Pétrea da Constituição Federal, não sujeita a modificação ou aditamento. A **liberdade de expressão e informação, seu corolário,** são também disposições integrantes das Convenções Internacionais de Direitos Humanos das quais o Brasil participa, aí incluídas a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

31. Desse modo, ainda que se trate de projeto de emenda à Constituição, a restrição da divulgação de uma modalidade de discurso que se torna especialmente valiosa nos dias que antecedem o pleito autoral, parece-nos indevida e conflitante com Cláusula Pétrea, intocável por sua própria natureza. A esse respeito, ainda que possa haver defeitos e questionamentos quanto às pesquisas eleitorais divulgadas no passado, não faz sentido que tais problemas justifiquem a supressão do direito à informação e a mitigação da possibilidade de manifestação do pensamento justamente no período que mais se precisa de ambos estes direitos.

32. Mais do que isso, as pesquisas eleitorais têm outra dimensão fundamental: a prevenção de fraudes eleitorais. Um país onde há plena liberdade de realização e divulgação de pesquisas eleitorais, especialmente nos quinze dias que antecedem a eleição, torna-se muito mais imune a fraudes eleitorais do que um país que cerceia tais direitos em momento tão crucial. Uma sociedade livre e aberta para se informar e manifestar é muito mais forte e capaz de superar a possibilidade de pesquisas defeituosas ou até mesmo fraudes do que uma sociedade em que é cerceado um direito tão importante quanto este. A soberania do eleitor em decidir, que se configura também pelo direito à plena informação, deve ser preservada mesmo em face da existência de informações incorretas ou até mesmo fraudulentas. O eleitor não deve ser subestimado e sua capacidade de discernimento deve ser respeitada.

33. A esse respeito, muito melhor seria situação onde em vez de serem cerceadas pesquisas as pesquisas eleitorais, seja promovido um ambiente legal propício à existência de uma pluralidade de pesquisas eleitorais. Quanto mais pesquisas forem realizadas e divulgadas, realizadas a partir de critérios idôneos e das melhores práticas asseguradas por lei, mais bem salvaguardado estará o eleitor contra fraudes e tentativas de manipulação.

34. Além disso, cumpre notar que o Supremo Tribunal Federal discorreu longamente sobre a questão no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3741-2/2006, quando tratou de decidir sobre a tentativa de proibir a divulgação de pesquisas eleitorais quinze dias antes do pleito por meio de lei ordinária. A esse respeito, há argumentos importantes no relatório do Ministro Ricardo Lewandowski sobre os contornos constitucionais da liberdade de expressão e seu corolário, a liberdade de informação:

"... O que a Constituição protege, nesse aspecto, é exatamente, na precisa lição de José Afonso da Silva, "a procura, o acesso, o recebimento e a difusão de informações ou ideias por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada qual pelos abusos que comenter". A liberdade de expressão do pensamento, portanto, completa-se no direito à informação, livre e plural, que constitui um valor indissociável da ideia de democracia no mundo contemporâneo.

Trata-se de um direito tão importante para a cidade que somente pode ser suspenso na vigência do estado de sítio, a teor do art. 139, III, da Carta Magna, decretado nos casos de "comoção grave de repercussão nacional" ou, ainda, de "declaração de guerra ou resposta à agressão armada" (art. 137, I e II).

Ademais, analisando-se a questão sob uma ótica pragmática, forçoso é concluir que a proibição da divulgação de pesquisas eleitorais, em nossa realidade, apenas contribuiria para ensejar a circulação de botas e dados apócrifos, dando azo a toda a sorte de manipulações indevidas, que acabariam por solapar a confiança do povo no processo eleitoral, atingindo-o no que ele tem de fundamental, que é exatamente a livre circulação de informações".

35. No caso da PEC em questão, para se evitar o temor de que possa haver risco de fraude nas pesquisas eleitorais, suprime-se a sua possibilidade de divulgação em momento crucial, os quinze dias que antecedem o pleito. No entanto, ao fazer isso, mitiga-se um dos principais antídotos contra fraudes eleitorais, estas sim, verdadeiro atentado à soberania do eleitor: a livre divulgação de pesquisas eleitorais anteriores ao pleito. Trata-se de medida desproporcional, cujos prejuízos superam em muito os potenciais benefícios. E que, ademais, toca em Cláusula Pétrea da Constituição Federal e nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é parte.

36. Dessa forma, acreditamos que há outras soluções legislativas menos gravosas para se coibir a eventual manipulação de pesquisas eleitorais.

***

Esse é o relatório, respeitosamente, submetido à apreciação do Conselho. Fica reservada a possibilidade de eventual manifestação suplementar, caso se faça pertinente.

Com votos de estima e consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Ronaldo Lemos, Alexandre Jobim, José Catarino Nascimento
Membros do Conselho de Comunicação Social

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) - Muito bem, agradeço a todos pela presença e, atendidas as finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da 6ª Reunião Ordinária de 2014 do Conselho de Comunicação Social, já convocando a 7ª Reunião Ordinária, a última deste mandato de 2014, nos termos regimentais, para o dia 6 de agosto, às 9 horas da manhã, aqui no mesmo lugar – 6 de agosto, uma quarta-feira, às 9 horas da manhã, o Regimento nos concede essa possibilidade de mudar a data. Agradeço a participação, desejo a todos um bom dia, quase uma boa tarde!

Declaro encerrada a reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, suspensa às 11 horas e 17 minutos, reaberta às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.*)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014
DA COMISSÃO TEMÁTICA DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

DIA 2 DE JUNHO 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 3ª reunião ordinária de 2014 da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 5 de maio de 2014, segunda-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Coordenação do Conselheiro José Catarino do Nascimento, destinada aos seguintes itens: Item 1 - Leitura, discussão e votação do relatório sobre o PL 1.858/1999 e similares, elaborado pela 1ª Comissão de Relatoria, formada pelos Conselheiros Daniel Slaviero, Luiz Antonio Gerace e Ronaldo Lemos; Item 2 - Leitura, discussão e votação do relatório sobre o PL 3.979/2000, elaborado pela 2ª Comissão de Relatoria, formada pelos Conselheiros Roberto Franco, Ronaldo Lemos e Nascimento Silva; Item 3 - Leitura, discussão e votação do relatório oferecido pela Comissão de Relatoria formada pelos Conselheiros Walter Ceneviva, Maria José Braga e Luiz Antonio Gerace quanto à aplicação de recursos orçamentários para fomento do audiovisual e da cultura. Estiveram presentes os membros: ALEXANDRE KRUEL JOBIM, representante de empresas da imprensa escrita; DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, representante da sociedade civil; FERNANDO CESAR MESQUITA, representante da sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil; WRANA PANIZZI; MARCIO NOVAES, representante das empresas de Televisão; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; MIGUEL ANGELO CANÇADO, representante da sociedade civil; ROBERTO FRANCO, representante da sociedade civil; DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, representante das empresas de rádio.

(Texto com revisão.)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Declaro aberta a 3ª Reunião de trabalho, de 2014, da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, conforme pauta anteriormente enviada, se destina a: item 1, leitura, discussão e votação do relatório sobre o PL nº 1.858, de 1999, e similares elaborados pela 1ª Comissão de Relatoria, formada pelos Conselheiros Daniel Slaviero, Luiz Antonio Gerace e Ronaldo Lemos; item 2, leitura, discussão e votação do relatório sobre o PL nº 3.979, de 2000, elaborado pela 2ª Comissão de Relatoria, formada pelos Conselheiros Roberto Franco, Ronaldo Lemos e Nascimento Silva; e, item 3, leitura, discussão e votação do relatório oferecido pela Comissão de Relatoria, formada pelos Conselheiros Walter Ceneviva, Maria José Braga e Luiz Antonio Gerace, quanto à aplicação de recursos orçamentários para o fomento do audiovisual e da cultura.

Há comunicação dos Conselheiros.

Eu quero convidar Dom Orani para fazer parte da Mesa comigo. *(Pausa.)*

Encontra-se sobre a mesa da Coordenação para deliberação a ata circunstanciada da 2ª Reunião de Trabalho de 2014, enviada a todos os Conselheiros com antecedência, por *e-mail*.

Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura e discussão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Existe aquela frase maravilhosa, não é?, "os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram." Eu me lembro de uma estátua. Levantou: dissenso.

Então, vamos lá.

Como o Ceneviva não veio, eu havia pensado em fazer uma mudança de pauta, porque, com relação aos dois relatórios que já estão prontos, nós teríamos um encaminhamento mais prático e mais rápido. Então, eu queria abordar um pouco essa questão do Ceneviva, porque foi ele que colocou e já é a segunda reunião em que não fomos felizes no encaminhamento da proposta que ele havia sugerido, e inclusive nós o indicamos como Relator.

Pois não, Zezé.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Bom dia a todos e a todas.

Coordenador, a comissão citada no item 3 foi formada na reunião do mês anterior. E, na própria reunião, eu pedi que nós informássemos posteriormente se conseguiríamos apresentar o relatório nesta reunião, justamente porque já estava indicado o Conselheiro Ceneviva como Relator, e ele não estava presente.

Nós informamos, por meio do Conselheiro Ceneviva, que não apresentaríamos o relatório para discussão e aprovação nesta reunião. O Conselheiro Ceneviva havia se comprometido a fazer um relato do andamento dos trabalhos, mas não a apresentação do relatório. Então, creio que, para a próxima reunião, conseguiremos trazer o relatório pronto, sem a prévia relatoria do andamento dos trabalhos, que seria feita pelo Conselheiro Ceneviva.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Pois é. Antes de sugerir que adiemos o item 3, eu só queria consultar os pares se há a possibilidade... Porque o Ceneviva tem dificuldade de ver na Ancine as informações que ele havia pautado. Então, estou sugerindo que nós mandemos para o Manoel Rangel, para o gabinete da Ancine, um *e-mail* pedindo essas informações de que ele precisaria para a elaboração do relatório.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Se me permite, Sr. Coordenador, nós vamos tratar, no âmbito da Comissão, o Conselheiro Gerace tem muito trânsito na Ancine, nós já conversamos aqui, no inicio da manhã,...

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Perfeito.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – E creio que, se houver necessidade, a Comissão pedirá para a Secretaria encaminhar um pedido oficial do Conselho.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Eu só queria antecipar esse processo em função de eu ter ligado para algumas pessoas na Ancine. Eles manifestaram o desejo de que nós enviássemos a eles...

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Provocasse oficialmente.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Oficialmente.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – O.k.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.? Então, é só para contribuir com esta Comissão. Perfeito?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Perfeito.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Então, vamos lá.

ITEM 1

Leitura, discussão e votação do relatório sobre o PL 1.858/1999 e similares, elaborado pela Comissão de Relatoria, formada pelos Conselheiros Daniel Slaviero, Luiz Antonio Gerace e Ronaldo Lemos.

A Comissão de Relatoria da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação foi formada para apreciar exclusivamente o Projeto de Lei nº 1.858, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos.

Posteriormente, a Comissão decidiu também ampliar o relatório para analisar outros projetos que também destinassem minutos de programação de empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens a outros temas sociais.

O Conselheiro Daniel Slaviero disponibilizou a lista de projetos a serem analisados. A lista foi enviada a todos os Conselheiros por *e-mail* e também se encontra distribuída sobre a bancada, juntamente com o relatório apresentado pela Comissão de Relatoria.

Dessa forma, passo a palavra para a Comissão de Relatoria, formada pelos Conselheiros Daniel Slaviero, Luiz Antonio Gerace e Ronaldo Lemos.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sr. Presidente, muito obrigado.

Muito bom dia a todos!

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Bom dia!

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sr. Presidente, acho que o senhor já relatou o histórico da Comissão de Relatoria, começando pelo PL nº 1.858. Depois, por decisão deste Plenário, desta Comissão, foi ampliado para todos os projetos que tratam dessa destinação compulsória de espaço.

Então, nós fizemos um trabalho, um levantamento. Agradeço à Secretaria por nos ter assessorado. Foram relatados 40 projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e mais 6 que tramitam no Senado Federal, todos tratando do assunto. Obviamente, cada um trata de um tema específico: um deles trata de crianças e de adolescentes; outros, de mulheres; outros, de dependentes químicos; outros, da questão de abuso sexual; outros, de trânsito, e assim por diante. Então, o objetivo da Comissão foi o de fazer uma análise com um escopo geral e ampliado de como todos esses projetos afetariam as concessionárias de rádio e televisão, fossem elas comerciais, fossem elas públicas.

Como esse relatório já foi encaminhado a todos, eu pediria a dispensa da leitura do relatório e sugeriria ao Presidente colocar o assunto em debate já.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Em discussão o relatório da Comissão.

Com a palavra, o Conselheiro Gerace.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Bom dia a todos!

Eu gostaria de ressaltar, com base no relatório da nossa Comissão, a lembrança de que os veículos de comunicação, antes de tudo, são concessões públicas e, portanto, devem dar o retorno, através de uma contrapartida social, para a sociedade.

É claro que o somatório nesse trabalho desenvolvido daria mais de uma hora por dia se fossem atendidos, pura e simplesmente, todos esses pedidos. De qualquer modo, como são concessões públicas, que ficasse ao critério dessas emissoras a maneira como transmitir para a sociedade esses conteúdos. É claro

que já existem projetos grandes, como o Criança Esperança e o Teleton, que, segundo eu sei, não dão retorno comercial às emissoras, mas dão uma imagem institucional através desse trabalho que penso ser justa.

De qualquer modo, que isso não se esvazie. Que essas demandas sejam, da melhor maneira possível, colocadas através de alertas para a sociedade, para que fique a critério dessas emissoras a maneira como dispor isso na sua grade. Lembro, de início, que isso seria nada mais do que uma contrapartida social, na medida em que são concessões públicas.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Mais alguém quer se manifestar?

Com a palavra, o Conselheiro Celso.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Coordenador.

O relatório parte de um pressuposto que não estava pautado, que não era exatamente o que estava pautado no projeto. Somaram todos os minutos, e, obviamente, deu uma hora. E aí se pressupõe, então, que todos os projetos obrigariam todas as emissoras a uma hora por dia... Não é isso que estamos debatendo. O que nós estamos debatendo – e me parece que é sobre isso que nós temos de debruçar – é que se pressupõe que existem serviços necessários para a sociedade brasileira que precisam ser divulgados a partir dessa demanda social, não do bel-prazer das empresas, a partir da sua disposição – que algumas têm e outras não têm –, enfim, a partir da sua relação comercial; é essa a natureza das empresas.

O que nós estamos discutindo, e me parece que nós temos que apontar algo, é se é necessário ou não é necessário que assuntos como esses que são relatados tenham a garantia de que, quando houver demanda por parte da sociedade, se possa usar esse espaço, que é uma concessão pública, e reivindicar, como em outros momentos, de eleições etc., etc., quando as empresas precisam atribuir... Esse é o debate, parece-me. E, respeitando as grades, respeitando os espaços comerciais, o tempo, que, afinal de contas, é o que é comercializado pela empresas de radiodifusão, me parece que, sim, temas como crianças desaparecidas e outros tantos que estão licitados precisam ser pensados.

O que eu acho que nós poderíamos apontar – que não aparece no relatório e eu não sei como fazer – era não fazer a soma do horário, mas imaginarmos e encaminharmos – eu acho que não há projeto de lei que tenha isso –, em vez de um espaço para este e um espaço para aquele, um espaço de serviços dessa natureza que pudesse ser reivindicado a partir de um local, ou seja, de um estatuto público, para que se pudesse fazer a demanda, encaminhar para as empresas, e que essas empresas, dentro das suas grades, divulgassem, fizessem essas divulgações que me parecem relevantes.

Então, para iniciar o debate, eu queria fazer esta ponderação: primeiro, vamos discutir exatamente o que estava proposto; segundo, se nós

podemos e como podemos sinalizar para o Congresso Nacional a possibilidade de um tipo de serviço dessa natureza.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Conselheiro Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Obrigado, Nascimento, caros companheiros.

Em primeiro lugar, acho que a gente tem que deixar claro a questão de um conceito. As empresas de comunicação social, como rádio e televisão, têm concessões públicas – vírgula –, para exploração comercial. Então, a gente tem que desmistificar uma primeira coisa: o fato de ser uma concessão pública não significa que essas emissoras que têm o fito de fazer sua exploração comercial sejam, digamos, obrigadas a emitir comunicados sobre absolutamente tudo que o Poder Público entenda ser necessário. Porque, inclusive, há as emissoras públicas para fazer isso. Ou seja, nós temos a EBC e tantas rádios públicas e educativas para fazerem isso. Então, a primeira coisa que precisa ser deixada muito clara é que o fato de ser uma concessão pública não significa que ela está restrita e ao bel-prazer do Poder Público, sendo obrigada a emitir qualquer tipo de mensagem.

O Governo Federal, o próprio Poder Legislativo e o Poder Judiciário têm vários mecanismos para fazer comunicações. Por exemplo, o Poder Executivo tem, não só pela Secom, vários projetos e demandas, e as emissoras efetivamente fazem esse trabalho de comunicação social. Se o Executivo prefere fazer proselitismo político a fazer essas comunicações, é outra história, é uma questão de preferência da vontade do governo. Da mesma forma o Legislativo, por exemplo, tem a Voz do Brasil, que é diária, e esse espaço poderia ser utilizado, se entendesse isso como relevante, mas prefere fazer o proselitismo político para que os Deputados apareçam nas suas bases e nos seus discursos, lá para os seus rincões. Da mesma forma o Judiciário – e não é função dele fazer esse tipo de coisa – também tem esse espaço, além das redes obrigatórias eleitorais.

E a própria Constituição Federal, caros companheiros, estabelece que fazem parte do escopo de uma concessão pública para exploração comercial essas finalidades educativas, educacionais e informativas. Então, acho que cabe, dentro de um escopo, da grade de programação da questão editorial das empresas fazer absolutamente isso. Ou seja, nós temos empresas que têm o foco mais jovem, temos empresas que têm o foco mais, digamos, não vou chamar mais adulto, mas menos jovem, e há empresas noticiosas que, sem dúvida alguma, fazem já esse trabalho.

Então, o relatório – como foi colocado aqui – de consenso, pelos Conselheiros Daniel Slaviero, Luiz Antonio Gerace e Ronaldo Lemos espelha, em primeiro lugar, não destoar... E eu entendi a questão do Schröder. Ele está correto em levantar o ponto de uma inversão na opção de análise, ou seja, em vez de analisar um projeto sobre uma obrigatoriedade x, analisou-se o contexto. E por

que se fez isso, entendo eu? Porque, se nós fôssemos analisar projeto a projeto, todos eles têm uma natureza meritória, ou seja, qual a emissora, qual o governo e qual o Legislativo que não gostaria que houvesse um espaço x dedicado a desaparecidos, a coisas do gênero?

A questão é que não se pode analisar isso num contexto individualizado, por uma questão consensual. O fato de as emissoras terem uma concessão pública não significa dizer que elas são obrigadas a fazer tudo conforme a vontade do governo, por mais meritória que seja.

Eu acho que deve haver, sim, uma política de fomento. Se o Executivo, por exemplo, na sua política pública, no seu dever de informar, preparar vinhetas e material para ser distribuído às emissoras para que façam essa comunicação, eu não tenho dúvida alguma de que todas as emissoras do Brasil o farão. É um serviço social que elas prestam. Todo o material que chega é sempre bem-vindo e comunicado.

Então, acho que esse relatório é muito bem-vindo, sim – eu já antecipo aqui a minha concordância –, por uma questão de princípio: o princípio da não imposição. A Constituição não estabelece essa imposição; ela estabelece, sim, que se deve informar, e todas as emissoras do Brasil assim o fazem.

Essa é a minha posição. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Não há nenhum inscrito. Eu vou me inscrever.

São dois momentos, Conselheiro Jobim, que nos preocupam como sociedade civil. O primeiro momento é quando a concessão pública privada... E o art. 233 ainda está em aberto com relação a como encaminhar a comunicação pública, privada e estatal. Então, nós temos que pensar dessa forma. E, pensando dessa forma, eu fico imaginando que, no primeiro momento, a TV pública tem importância para fazer esse tipo de trabalho de informação, como o caro Conselheiro colocou.

Por outro lado, não existe nenhuma manifestação da sociedade privada em manter esse serviço público com a pujança que tem o sistema privado. Essa é uma preocupação.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – O senhor me permite um aparte? (*Pausa.*)

Não querendo contestá-lo, mas só para contextualizar: existe um orçamento brutal do governo para as emissoras públicas. Um orçamento e uma estrutura que, por exemplo, a EBC e muitas emissoras têm e não utilizam para isso. Então, se ela quisesse ser pujante, ela poderia ser, sim. É só esse parêntese, para contextualizar.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Muitas vezes, a informação é desinformação. E nós, tanto de um lado, quanto de outro, abraçamos essas informações que são desinformações, inclusive para defender algumas posições.

Mas, voltando, o nobre Conselheiro resgata a questão do programa A Voz do Brasil. E eu fico feliz em resgatar A Voz do Brasil, porque esse é um canal, e caberá a nós, como Conselho ou não, orientar, indicar, fazer qualquer coisa – e o relatório não vai nesse sentido – para mantermos A Voz do Brasil e mantermos também este viés, esta questão que eu não sei se seria uma política de fomento, mas alguma coisa nesse sentido. Da mesma forma, o Judiciário; da mesma forma, o Legislativo, e por aí afora.

Eu acho que cabe a nós, neste momento, não só olhar com o viés de empresa privada, porque senão fica só um lado. Então, este é um momento importante que temos, e o relatório não resgata isso, como foi citado pelo caro Conselheiro Celso Schröder.

É nesse sentido que estou provocando, também – e aí vai caber ao Presidente da Comissão, na sua manifestação final, evidentemente –, o que poderemos fazer para que contemple esse outro lado que acho que está pendente, que não está sendo atendido, pois a questão só está sendo vista pelo lado da empresa.

As observações que fiz e encaminhei ao Presidente, Conselheiro Slaviero, da relatoria – Coordenador, perdão –, eram nesse sentido. Está faltando algo no relatório. Pelo que li, pelo que ouço nas ruas, está faltando alguma coisa. Enfim, a expectativa que tenho, neste momento, é de adequarmos essas questões, porque já foi dito, inclusive, que é muita coisa o que os Deputados e Senadores colocam, um monte de coisa que é pertinente, mas é aquela história: "o filho é meu, então eu quero que seja isso", ao invés de unir todos em prol da sociedade, de uma forma geral.

Conselheiro Roberto. Depois, Conselheira Zezé.

O SR. ROBERTO FRANCO – Apenas uma observação. Lendo aqui o relatório, nota-se que não foi iniciativa da Comissão juntar todos os projetos. Foi debatido aqui na Comissão temática e houve a decisão de tratar todos os projetos que tratavam do mesmo tema. Então, um esclarecimento apenas, o Schröder chamou atenção de maneira correta, mas isso foi decisão da Comissão temática.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FRANCO – Mas acho que aqui a Comissão tentou antever, não podendo priorizar como relevante ou não o que resultaria da somatória de todos os projetos.

Por outro lado, uma advertência: já foi dito isso aqui algumas vezes – parece incrível, mas é verdadeiro –, que o número de autorizações de retransmissoras educativas que têm o mesmo *status* que uma emissora geradora no Brasil é muito superior ao número de concessões públicas dadas a entidades privadas para exploração comercial. Ou seja, nós temos, hoje, sem mencionar emissoras como EBC e outras emissoras públicas estaduais que têm um grande porte, uma rede imensa de retransmissoras públicas no País, e, vendo a programação das emissoras comerciais, sempre se notam iniciativas próprias de divulgação de desaparecidos, divulgação de questões educativas e tantas outras

questões na forma de *merchandising* ou de comerciais dentro do *break* comercial, buscando dar apoio a todas essas causas. E não se nota, na rede de TVs educativas, a mesma preocupação. Aí menciono muito mais essa rede de retransmissoras educativas que têm o mesmo *status* de uma geradora de televisão, pela capacidade de gerar programação.

Vejo, também, que é papel do todo imaginar soluções para que possamos dar conta dessa necessidade de comunicação que, como está dito no próprio relatório, é por demais relevante e importante para a sociedade. Eu só não vejo que a maneira de fazer isso seja confiscando horário das emissoras concessionárias – porque isso é praticamente um confisco de horário –, o que resulta na perda de espaço comercial, portanto, na perda do potencial de receita e na sua viabilidade econômica. Não acredito que tornar inviável economicamente uma atividade seja a solução quando se tem toda uma outra rede que pode cumprir esse papel, e acho que podemos ser criativos na base do fomento, na base da produção de conteúdos interessantes para fazer e cumprir esse papel.

Finalizando, antecipo o meu voto, apoiando o relatório, mas entendo que há de se buscar uma solução para a necessidade de comunicação de fatos tão relevantes e importantes à sociedade, mas que não seja simplesmente subtraindo o potencial econômico de um setor e, sim, buscando uma solução que possa envolver os demais setores, o próprio governo, os mecanismos de financiamento, para que nós tenhamos uma comunicação efetiva e possamos dar conta de tais demandas.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Primeiramente, queria dizer que o esforço das nossas comissões tem sido realmente para gente avaliar a conjuntura do que estabelece a Constituição brasileira, a legislação infraconstitucional para comunicação e aplicar isso às discussões que nós estamos fazendo aqui, relacionadas aos projetos de lei que estão tramitando no Congresso.

Então, a Comissão, acertadamente, reuniu esse conjunto de projetos de lei que trata de destinação de tempo nos veículos de radiodifusão para questões fundamentais para a sociedade brasileira.

O relatório reconhece isto, que os assuntos são pertinentes. Então, reconhece a necessidade social de tratar determinados temas nos meios de comunicação, principalmente os meios de radiodifusão. Isso está reconhecido, mas o relatório não aponta uma solução para o problema. O relatório apenas coloca a questão de que o excesso de projetos apresentados na Câmara pode causar um problema para as empresas, que seria uma destinação de espaço muito grande para o tratamento desses temas que todos reconhecem serem importantes, essenciais; que sejam tratados como comunicação pública.

Ora, se nós estamos reconhecendo que existem assuntos que precisam ser levados ao conhecimento da população brasileira por meio dos

meios de comunicação de massa, nós temos que pensar uma solução para isso. E, quanto aos meios de comunicação de massa, acho que nós não podemos nos restringir aos meios públicos ou meios privados. Isso tem que servir para todos, para todos: públicos, privados e estatais, apesar de que, na minha visão, o estatal sempre tem que ter o caráter público por essência, mas vamos colocar os três que estão previstos na Constituição: público, estatal e privado. Então, vale para todos.

Nós não podemos querer restringir que assuntos essenciais para a sociedade brasileira sejam tratados apenas nos meios públicos e estatais nos veículos de natureza educativa. Afinal, está na Constituição brasileira que as concessões, que os meios de radiodifusão têm, prioritariamente, a finalidade educativa e cultural. Isso está lá na Constituição para todos.

Nós temos aqui que fazer esse esforço – e acho que o Schröder já colocou que a gente não tem uma proposta fechada –, nós temos que fazer um esforço de pensar como recomendar que o Congresso Nacional legisle sobre esses serviços de utilidade pública que precisam, sim, estar nos meios de comunicação.

Em vez de simplesmente recomendar que todos esses projetos devam ser arquivados, porque isso poderia causar um problema comercial, financeiro para as empresas de radiodifusão, nós temos que pensar qual é a solução. A solução é vir um regulamento que trate que as empresas de radiodifusão, independentemente da natureza, tenham que destinar um tempo x, que nós podemos pensar, para os serviços de utilidade pública? Esse tempo x deve ser utilizado não pelo governo, o governo sim tem seus veículos, tem a NBR, o governo pode fazer isso, mas deve ser utilizado como espaço para políticas de Estado para determinadas questões que são essenciais para a sociedade brasileira?

Então, eu acho que é esse o nosso papel e é esse esforço que nós temos que fazer aqui para melhorar o relatório nesse sentido da sugestão apresentada. Não a simples rejeição dos projetos, mas o apontamento de um caminho para a gente garantir à sociedade brasileira que esses serviços de utilidade pública serão, sim, obrigação – e aí é obrigação. As empresas de radiodifusão privadas não precisam fazer tudo, mas, também, precisam fazer alguma coisa. Não precisam fazer tudo, mas também não podem não fazer nada, precisam fazer alguma coisa para dar o seu retorno à sociedade, principalmente no que a gente está chamando de responsabilidade social e questões de utilidade pública.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Conselheiro Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Caro Nascimento, queria fazer um esclarecimento. Eu sei que não foi a intenção da Conselheira Maria José, mas, da forma como, às vezes, é dito, parece que os meios de comunicação privados nada fazem. Eles fazem, sim, muito, fazem bastante coisa e fazem mais do que as emissoras públicas em termos de projetos sociais e difusão de

informação, ou seja, temos obrigações na lei de radiodifusão, o espaço jornalístico de meteorologia, redes obrigatórias, espaço eleitoral, e um monte de coisas. E fazem, além disso, sempre um projeto de inclusão social e de informações necessárias – todas as empresas fazem gratuitamente esses alertas de calamidade pública, porque é informação, isso é obrigação delas, tratam de vacinações, de várias e várias coisas.

Só queria deixar claro que as empresas privadas hoje fazem mais do que as emissoras públicas. Não estou dizendo, quando me manifestei anteriormente, que isso é uma função somente dos entes públicos. Só queria deixar claro isso, pois parece que não querem fazer absolutamente nada. Fazem, hoje, muito, mais do que as estatais, e o que elas não querem é estar compelidas, obrigadas por lei a determinadas coisas, porque, se somarmos todas as vontades, que individualmente podem ser meritórias e importantes, qual é a emissora que vai se negar a fazer um alerta à população sobre determinados desaparecidos, sobre uma campanha a favor das crianças? Todas já fazem. Agora, obrigar é diferente de elas terem a obrigação de informar, que é o que elas já fazem. É diferente.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Conselheiro Celso.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não estamos fazendo um debate sobre radiodifusão pública *versus* radiodifusão privada, ou seja, se fôssemos fazer esse debate teríamos que fazê-lo numa outra dimensão.

A minha opinião é um pouco diferente da opinião do Conselheiro Alexandre. O que estamos dizendo aqui – e me parece que a Conselheira Maria José foi muito feliz na explanação – é: qual a dimensão desses serviços que podemos pensar que sejam atribuídos ao sistema de radiodifusão brasileiro? Independente da natureza, obviamente, e estamos fazendo esse debate porque acolhemos a consideração que o relatório faz, obviamente sem pensar em inviabilizar a radiodifusão, ao contrário, aliás, a Federação Nacional dos Jornalistas vem, há mais de cinco anos, insistindo no marco regulatório que tem como foco a sustentação e a viabilização da radiodifusão brasileira, na medida em que a entrada da telefonia no Brasil, isso sim, coloca em xeque e coloca em risco a saúde da radiodifusão brasileira, isso sim é um problema e temos que tratá-lo aqui.

O que está em jogo aqui não é isso; longe disso. Ou seja, é óbvio que temos que fazer uma orientação e precisamos de uma regulamentação que, resguardando a saúde financeira desse segmento, principalmente o segmento comercial da radiodifusão brasileira, possa acolher isso que o relatório aponta. O relatório está identificando a necessidade disso.

Então, o que estamos fazendo é tentar encaminhar uma solução. Não votaria contra o relatório, mas não posso votar a favor do relatório do jeito que está, ou seja, como vou votar a favor do relatório que encerra um debate? Por que, no relatório, a argumentação que está sendo apresentada aqui não está presente, ela não está presente no relatório. O relatório só aponta para a

impossibilidade e, portanto, rejeita o conjunto de leis, porque, claro, somando tudo, fica inviável. Nós reconhecemos isso. O que estamos dizendo é que não vamos somar tudo, ou seja, não é isso que está dado.

Vamos imaginar que, em um tempo razoável, negociado entre nós todos, inclusive levando em conta, obviamente, os interesses e a viabilidade financeira das empresas comerciais principalmente, possamos incorporar esse debate, porque está claro que as dimensões, as vocações dos sistemas alcançam públicos diferentes e intensidades diferentes.

Não há dúvida de que as rádios comerciais, pela sua natureza, pela sua vocação, pelas suas estruturas e pela sua história, têm uma capacidade – e isso é louvável! Isso não é ruim! – de inserção na sociedade brasileira muito forte. Estamos iniciando agora o sistema público brasileiro, com todas as dificuldades e resistências de toda natureza, ou seja, de impedimento, de desqualificação, atribuindo a esse sistema uma existência indesejada, muitas vezes, uma não necessidade. Estamos bancando o sistema público, mas, neste momento, o sistema privado, o sistema comercial brasileiro tem uma potência que não pode ser desmerecida, não pode ser ignorada.

Aí vou inverter um pouco a lógica da definição de concessão pública. É óbvio que a concessão pública é para ser explorada comercialmente. Portanto, não se impõe sobre a natureza da atividade comercial qualquer coisa que não seja legal – e é a isso que a conselheira Maria José se refere –, mas também a natureza da concessão pública exige do setor comercial, de todos os setores essa prestação de serviço, e é isso que estamos discutindo.

Ou seja, é possível – e o relatório aponta para isso –, é necessário, é importante isso? Bem, se é necessário e importante, como vamos fazer de tal maneira, sem somar as horas, porque isso, sim, seria inviável? Que nós pudéssemos sugerir – e essa é a ideia do que poderíamos fazer, e aí poderíamos votar se os relatores aceitam um tipo de emenda desse tipo. Inclusive, podemos fazer a ressalva de que, somando tudo, daria tal, e, por isso, é inviável. No entanto, sugerimos que se imagine um espaço de tempo e tal – que algum deputado faça isso; ou que possamos imaginar isso –, negociando obviamente com todos os setores da radiodifusão brasileira, para que pudessem imaginar um serviço dessa natureza, porque esse serviço não existe. O que existe são os espaços utilizados ou não, dependendo da vontade, das disposições, da natureza editorial e de uma série de questões que envolvem todos os setores – o estatal, o público e o comercial. O que estamos dizendo é: esses serviços precisam estar previstos? Esse é o debate. Acho que precisam.

Portanto, nós poderíamos emendar o relatório, e, aí sim, poderíamos produzir um consenso interessante.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Pela ordem, estão inscritos os Conselheiros Miguel Cançado, Daniel Slaviero e a Conselheira Wrana Panizzi.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Bom dia Sr. Coordenador, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Conselheiros, servidores do Senado, imprensa e todos.

Quando nos remetemos aqui à conclusão do relatório, ao que faz referência, na perspectiva de que a ideia inicial do relatório era o PLS nº 1.858 e similares, o problema está exatamente nesses "similares", porque o relatório fez uma condensação, simplista até, com todo o respeito, sem nenhuma referência pejorativa, no sentido do que se remete a eles. Aí, quando se soma, o problema passa a ser matemático; quando se soma o tempo previsto, em todos esse projetos, há quatro horas de programação. Isso é inviável! Então, vai-se ao exagero para se inviabilizar.

O Conselheiro Schröder, ao final da sua exposição, ainda há pouco, sugeriu uma emenda ao relatório, no sentido de estipular um limite. Talvez seja esse, porque o eminente Conselheiro Jobim fala da importância desse trabalho, que as emissoras até já fazem, se não me engano – o eminente Conselho Roberto Franco pode socorrer-me aqui: acho que naquele rabicho, no final, usa-se muito esse tipo de anúncio, não é isso?

O SR. ROBERTO FRANCO – O que afirmei...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Não. Não. Estou fazendo uma suposição.

O SR. ROBERTO FRANCO – Assinaturas de programas, rabichos. Por exemplo, se assistirmos ao jornal da manhã do SBT, ele sempre acena, inclusive, com desaparecidos, faz *merchandisings* em novelas e outros programas, campanhas diretas, como a campanha da vacinação e tantas outras, por desarmamento etc. Existem várias campanhas, várias questões em que a radiodifusão se envolve voluntariamente. Agora, também existem tantas obrigações, como disse o Conselheiro Jobim.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Talvez o Conselho marcasse um ponto importante, marcasse um gol, já que estamos em momento próprio para esse tipo de referência, se sugerisse algo, porque é de se supor, pela fala dos próprios representantes das emissoras dos veículos de comunicação, que esse trabalho precisa existir porque é importante. A simples rejeição, já que se juntou todo esse pacote de projetos, e ai de novo falo da matemática das quatro horas, pode parecer um ato antipático, uma leitura antipática do Conselho. Talvez a sugestão de equilibrar mesmo essa matemática é o que me parece que deveria ser feito por nós aqui, ao invés de simplesmente rejeitarmos, uma vez que já existe esse trabalho voluntariamente ou por iniciativa própria dos veículos ou não; ele já existe. Então, nós contribuiríamos bem para a riqueza desse debate e sugeriríamos algo que contemplasse a manutenção da viabilidade do funcionamento das emissoras, já que aqui o projeto fala em inviabilidade, que ficariam inviabilizadas as emissoras de radiodifusão.

Talvez nós pudéssemos buscar esse equilíbrio, dizendo: olha, há um limite para isso, invertendo a lógica. Há um limite desse trabalho social: até dois minutos, três minutos, quatro minutos, enfim, não sei. Essa matemática também

não há de ser sugerida por mim porque não tenho elementos suficientes para isso, mas acho que nós devemos, pelo menos, sugerir algum limite para o Congresso Nacional.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Muito obrigado, Sr. Miguel Ângelo.

Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sr. Presidente, como forma de encaminhamento do assunto, haja vista todas as manifestações, inclusive um texto do próprio Presidente da Comissão, todas absolutamente pertinentes, razoáveis, tentando conciliar os diversos problemas e seguindo o espírito do nosso Regimento de que, em momentos em que não haja consenso, o objetivo seja de que a comissão de relatoria leve os dissensos apontados para o Pleno do Conselho, a minha sugestão prática é a seguinte. Esse relatório tem uma lógica, tem um raciocínio e tem um desfecho, considerando o contexto geral, que não pode ser desprezado. Mas outras partes têm tentado achar um caminho intermediário. Então, que o Conselheiro Schröder, que foi quem primeiro indicou esse novo rumo, pudesse fazer uma contribuição de texto para essa comissão de relatoria, que incorporaríamos. Dessa forma, apresentaríamos para o Pleno do Conselho os dois pontos: um ponto trazido pelo Conselheiro Schröder e um ponto talvez mantido ou revisado da comissão de relatoria, para que possam ser deliberados e apreciados pelo conselho geral aqui do Conselho de Comunicação.

O único ponto que eu gostaria de registrar antes de terminar esta conclusão, para podermos avançar, senão este debate vai se estender por toda a manhã, e há outras comissões e outros assuntos desta mesma Comissão para serem deliberados, é que, na medida em que você tenta achar um caminho intermediário que não contemple todos os projetos, você acaba criando uma solução que, na prática, vai piorar o *status quo* e a realidade atual. Por quê? Uma vez que você tem imposição legal de determinados minutos ou determinado tempo, independentemente do que for, ato contínuo, todas as empresas deixarão de fazer os seus investimentos que hoje são voluntários para cumprir a regra que será determinada eventualmente pelo Congresso Nacional.

Um exemplo prático. Hoje, está colocado no relatório que as emissoras investem, doam, na verdade, do seu espaço, uma estimativa de R$850 milhões. Eu tenho certeza de que qualquer deliberação que venha do Congresso não virá num volume tão expressivo quanto o que as emissoras fazem, seja como o próprio Conselheiro Gerace colocou, dedicando 24 horas da sua grade para um Teleton ou para um programa como o Criança Esperança ou para *merchandising* nas suas novelas e assim por diante.

Está registrado aqui um convênio entre uma das associações do setor com o Ministério da Educação, disponibilizando cinco minutos diários, sendo um deles no horário nobre. Então, se vier uma imposição do Congresso Nacional, provavelmente o que acontecerá é que esse espaço doado gratuitamente será cancelado e será substituído por outro.

Só queria concluir dizendo aqui que o efeito prático de você impor certamente será menor do que o tempo hoje destinado, voluntariamente, por todas essas empresas.

Dito isso, volto a essa sugestão de que o Conselheiro Schröder encaminhe uma emenda, um substitutivo disso, que possa constar do relatório, para que apreciemos pelo Pleno do Conselho Comunicação.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Conselheira Wrana.

A SRª WRANA PANIZZI – Bom dia a todos.

Fui bastante contemplada pelas colocações do meu colega, aqui ao lado, o Cançado. Nesse sentido, acho que temos uma certa dificuldade, às vezes, quando analisamos o que nos vêm, como no contexto de um processo, porque são muitas propostas, que são muito picadas, muito compartimentadas, vão tratar de um mesmo assunto e precisam ter uma maior organicidade.

Talvez a questão não se trate de dar uma dimensão maior a esse serviço. Eu também não teria condições de dizer se quatro horas dariam esses dados todos. Não disponho e não tenho condições, ou mesmo competência, para uma análise mais detalhada disso. O que eu vejo, por exemplo, são inúmeras propostas que os nossos Deputados, nossos Senadores, com a melhor das intenções, certamente, fazem, ficando uma coisa muito pontual.

Então, acho que poderíamos talvez trabalhar numa proposta um pouco orgânica. Não simplesmente rejeitar, mas no sentido de se ter, de fato, algum indicador para uma política que pudesse atender. Acho que não se trata de duas posições aqui, de reforçamos talvez duas posições: ou é a questão do privado ou é a questão do público, mas de podermos chegar a um aspecto mais consensual e muito mais orgânico, diria mais do que consensual, para poder dar uma orientação acerca da forma como um dos agentes vai poder exercer essa atividade.

Nesse sentido, acho que a proposta que o Slaviero faz de o Celso apresentar uma emenda talvez valesse, fosse interessante. Mas não no sentido de colocar assim: nós temos duas posições, uma posição contraposta à outra. Porque acho que não se trata disso. Eu, pelo menos, não vejo assim. Quero ver como, pela necessidade de termos uma posição que possa orientar esses atores e esses agentes no exercício do seu papel, no contexto da sua natureza, podem exercer esse que é um serviço público estatal.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k.

Conselheiro Márcio.

Vamos fazer o seguinte: com a fala do Conselheiro Márcio, encerramos as inscrições para eu dar o encaminhamento.

Então, estão abertas as inscrições até o final da fala dele.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia. Bom dia a todos.

Apenas complementando o que disse o Conselheiro Daniel, enquanto ele falava, eu observava aqui e estava grifando item a item, pelo menos

o escopo de cada um desses projetos de lei, que são inúmeros – isso é uma verdade.

O que podemos depreender daqui, Sr. Presidente, é que todos esses projetos, parece-me, nasceram da livre iniciativa, vontade, manifestação, interesse e disposição da própria radiodifusão brasileira. Porque, se observarmos bem, estamos falando aqui basicamente sobre informações de crianças desaparecidas, mensagens educativas. Falamos de veicular fotografias, falamos de seqüestrados – e aí há uma questão legal que acho que foge um pouco ao foco –, de questão de proteção ao meio ambiente, de questão de defesa do consumidor, de centrais sindicais e por aí vai.

Só complementando o que disse o Conselheiro Daniel, se observarmos a própria programação diária das emissoras comerciais, fazendo essa ressalva, como foi posto pelo Conselheiro Jobim, elas já praticam isso. Talvez num número de tempo muito maior, se analisado em termos de contabilizar o tempo. E acho que esse não deve ser o caminho correto, porque se caminharmos aqui para um encaminhamento de que isso deva ser compulsório, obrigatório, como se fosse uma cadeia nacional de rádio e televisão para determinados temas, como estão postos aqui nesses inúmeros projetos de lei propostos, eu creio que isso teria o efeito contrário, totalmente contrário.

Eu tenho como exemplo uma empresa que represento. Durante uma novela que dura no mínimo quatro, cinco, seis meses no ar, nós tínhamos um personagem que tratava, defendia, cuidava – porque ele era juiz de direito em sua personagem – exatamente do tema de crianças desaparecidas, que é o maior foco desses projetos, pelo menos numericamente.

Questão de meio ambiente nós vemos o quanto é dito. Questão de consumidor, quanta informação, quantas questões que são colocadas, ou em programas de entretenimento ou de jornalismo dessas emissoras, que acabam contemplando todos esses itens que estão sendo propostos aqui nesses diversos projetos de lei.

Era apenas essa contribuição.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Conselheiro Celso Schröder e estão encerradas as inscrições.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Acolhendo a sugestão do Conselheiro Slaviero, não sei se nós precisamos transformar isso em pedido de vista. Então faço isso e tentarei contribuir nesta linha que está em debate.

Acho que a Conselheira Wrana tem razão. Nós estamos debatendo aqui a aproximação de posições, ou seja, não há, me parece, oposições ao tema, sobre como é que nós tratamos disso.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Vou abrir um espaço, apesar de ter se inscrito após, mas, como é o responsável pela relatoria, ao Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Só para sintetizar isso, Presidente. Sendo pedido de vista ou não, entendo muito mais como uma contribuição para aperfeiçoamento do relatório que o Conselheiro Schröder fará. Quem sabe a gente possa fazer mais uma rodada na reunião da Comissão do mês que vem, porque pode ser que tenhamos – como a Conselheira Wrana disse – uma posição conjunta e não haja dissenso aí para depois levar isso, na reunião seguinte, para o Plenário do Conselho de Comunicação.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – O.k. Então vamos passar para o item 2.

Antes de passar ao item 2, quero manifestar – e aí em respeito a todos vocês – que da forma como o relatório está, sou contra. Evidentemente que nós conseguimos avançar e muito com essa proposta.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Contra o relatório ou contra o PL?

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Contra o relatório, só para deixar bem claro. Já que abriu esse espaço, acho que foi muito bom para a sociedade de uma forma geral.

ITEM 2

Leitura, discussão e votação do relatório sobre o PL nº 3.979, de 2000, elaborado pela segunda Comissão de Relatoria formada pelos Conselheiros Roberto Franco, Ronaldo Lemos e Nascimento Silva.

A segunda comissão de relatoria composta pelos conselheiros que já citei ficou encarregada de examinar o Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta, e dá outras providências.

Na reunião de dezembro de 2013, o Conselheiro Roberto Franco sugeriu um exame mais abrangente, visto que havia indícios de a matéria encontrar-se superada tanto em face da edição de norma mais recente, quanto de regulações sugeridas posteriormente, por iniciativa dos Ministérios da Justiça e das Comunicações. Assim a comissão decidiu naquela ocasião delegar ao próprio Conselheiro Roberto Franco a incumbência de realizar esse exame.

O relatório foi encaminhado por e-mail a todos os Conselheiros e também se encontra distribuído sobre as bancadas.

Assim, passo a palavra ao Conselheiro Roberto Franco para apresentação do relatório.

O SR. ROBERTO FRANCO – Obrigado, Conselheiro Nascimento.

Como havíamos suspeitado ao apreciar a questão, eu não vou ler o relatório em toda a sua extensão. Como havíamos discutido, existiam diversos projetos que tratavam da mesma matéria, todos relacionados no relatório.

Posteriormente, indo direto ao mérito, nós vemos que o Projeto de Lei nº 3.979 trata de matéria de grande relevância, pois a legenda oculta possibilita que pessoas com deficiência auditiva tenham acesso à comunicação veiculada em obras audiovisuais. Entretanto, ele ficou 14 anos apenas na Câmara dos Deputados, e a proposição acabou esvaziada em seu mérito, vez que, atualmente, o Brasil é dotado de uma das mais modernas legislações sobre o tema no mundo.

Através da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, foram estabelecidas normas gerais, critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e reservou-se todo um capítulo, o Capítulo VII, para tratar da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização integrados pelos art. 17 a 19.

Posteriormente, veio a somar à Lei nº 10.098 o Decreto nº 5.296, tratando não só da implantação da subtitulação por meio de legenda oculta e da oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual, mas também a utilização de janela com intérprete de Libras e a descrição e narração em voz de cenas e imagens, a chamada audiodescrição. Ou seja, enquanto esse projeto tramitava na Câmara por 14 anos, foram editadas uma lei e um decreto que são muito mais amplos, que não tratam apenas da legenda oculta, mas de diversos outros mecanismos de acessibilidade para o audiovisual.

Segundo cronograma constante da referida portaria, a portaria que regulamenta o decreto, atualmente, as emissoras de televisão, em regra, já estão compelidas a veicular 16 horas diárias de programação dotada de legenda oculta, propiciando uma oferta muito mais ampla de conteúdo para as pessoas com deficiência auditiva do que aquela que teriam caso o Projeto de Lei nº 3.979, de 2000, fosse aprovado. E também, observando o cronograma estabelecido, criou a obrigação de 10% na programação diária no início do projeto, e vem acrescentando 5% em cada ano subsequente, o que leva a uma quantidade de horas, com legenda oculta, sem nenhum par em todo o mundo. Como disse antes, é uma das leis de acessibilidade, principalmente no que trata de legenda oculta, mais amplas e mais exigentes que se tem conhecimento.

Então, dessa forma, como conclusão e solicitação de encaminhamento, é apresentado o relatório, recomendando ao Pleno do Conselho encaminhamento no sentido de manifestar-se pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 3.979, em razão da superveniência de legislação específica disciplinando o recurso de legenda oculta na programação das emissoras de televisão. Como disse, não só legenda oculta, mas diversos outros mecanismos para assegurar acesso a deficientes não só auditivos como visuais à programação da televisão aberta.

Esse é o relatório e voto.

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Eu quero manifestar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Não. Exato.

Eu estava aguardando, inclusive, algumas manifestações para, no arvorar do fato, ser parte do relatório e manifestar primeiro. Mas eu quero dizer que a minha observação é sobre a aprovação desse relatório, mesmo porque nós temos e nós sabemos que existem outras propostas mais avançadas do que esse projeto.

Portanto, o que eu posso contribuir com o Relator – e eu peço desculpas, Roberto, porque, como você mandou na quinta-feira e eu trabalho em duas empresas, e você não imagina o corre-corre que é, não tive tempo de responder-lhe, mas o faço agora – é dizendo que acato esse relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhuma manifestação.

O relatório da Comissão será submetido à deliberação do Conselho de Comunicação Social, conforme o inciso II do art. 26 do Regimento Interno.

O item 3 já foi discutido.

Nós já passamos por esse processo do item 3.

Então, adiamento do item 3, pelos motivos expostos no início da reunião.

Eu encerro, então, a ordem do dia prevista para a presente reunião.

Passamos, agora, à fase de comunicações dos Conselheiros.

Consulto se algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra para comunicações diversas e sugestões de pauta para a próxima reunião de trabalho desta Comissão Temática. (*Pausa.*)

Eu só quero aproveitar o momento para dizer o seguinte: que nós voltamos com o relatório da comissão do Daniel Slaviero e do – eu não me lembro agora – 1.858 para tentar fazer com que a gente avance, determine e feche os trabalhos de final de mandato, com uma reunião de antecedência para a próxima reunião. Então, que sejam colocados esses dois, com o adiamento do item 3.

Atendidas as finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da 3ª Reunião de trabalho, de 2014, da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PRODUÇÃO E CONTEÚDO, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2014, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

3ª REUNIÃO DE TRABALHO DE 2014, EM 2 DE JUNHO DE 2014, ÀS 10H, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

COORDENADOR: JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
D. ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da Sociedade Civil	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social			
LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita			

VISTO:_____, em 2 de junho de 2014.
COORDENADOR

O SR. COORDENADOR (Nascimento Silva) – Agradeço a participação e informo que teremos, na sequência, nesta mesma sala, a 2ª Reunião de trabalho, de 2014, da Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014
DA COMISSÃO TEMÁTICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
DIA 2 JUNHO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 11H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 2ª reunião ordinária de 2014 da Comissão Temática da Liberdade de Expressão e Participação Social do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 2 de junho de 2014, segunda-feira, às 11h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Coordenação do Conselheiro Alexandre Kruel Jobim, destinada aos itens: Item 1 - Leitura e deliberação do relatório da 7ª Comissão de Relatoria, composta pelos Conselheiros Alexandre Jobim, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos (coordenador), acerca de liberdade de expressão no período eleitoral; Item 2 – Leitura e deliberação do relatório da 9ª. Comissão de Relatoria, composta pelos Conselheiros Alexandre Jobim, Celso Augusto Schröder (coordenador) e Ronaldo Lemos, sobre as Propostas de Emenda à Constituição nº 33/2009 e nº 386/2009, acerca da exigência de diploma para exercício da profissão de jornalista; Item 3 – Leitura e deliberação do relatório da 3ª. Comissão de Relatoria, composta pelos Conselheiros Wrana Panizzi, Nascimento Silva e Gilberto Carlos Leifert (coordenador), sobre o Projeto de Lei nº 3.070/2011, que "proíbe a exposição da imagem de crianças e adolescentes doentes pelos veículos de comunicação social"; Item 4 – Leitura e deliberação do relatório da 13ª Comissão de Relatoria, composta pelos Conselheiros Celso Augusto Schröder, Daniel Pimentel Slaviero e Wrana Panizzi (coordenadora), sobre os Projetos de Lei 4.360/1998 ("Dispõe sobre a proteção da pessoa e da família, em relação a programas de televisão que contrariem o princípio do respeito aos valores éticos e sociais, e dá outras providências"); 2.375/1992 ("Regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação e dá outras providências") e 6.045/1990 ("Cria, para efeito indicativo, o Certificado de Classificação, de diversões e espetáculos públicos e de programas de rádio e televisão e dá outras providências"); Item 5 – Leitura e deliberação do relatório da 5ª Comissão de Relatoria, composta pelos Conselheiros Alexandre Jobim, Celso Augusto Schröder e Wrana Panizzi (coordenadora), sobre os PLS nº 743/2011 e nº 699/2011 e sobre o PL 2658/2011, acerca da proteção dos profissionais da comunicação e/ou comunicadores.
Estiveram presentes os membros: ALEXANDRE KRUEL JOBIM, Coordenador; FERNANDO CESAR MESQUITA, representante da sociedade civil; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, Representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; RONALDO LEMOS, representante da

sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; MIGUEL ANGELO CANÇADO, representante da sociedade civil; DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, representante das empresas de rádio; ROBERTO FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação Social; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil; WRANA PANIZZI, representante da sociedade civil; MARCIO NOVAES, representante das empresas de televisão e MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas.

(*Texto com revisão.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Bom dia!

Declaro aberta a 2ª Reunião de Trabalho da Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social do Conselho de Comunicação Social que conforme a pauta anteriormente enviada se destina à apreciação de cinco itens.

O item 1, da 7ª Comissão de Relatoria, sobre a questão de liberdade de expressão no período eleitoral.

O item 2, da 9ª Comissão de Relatoria, sobre a deliberação sobre proposta de emenda à Constituição acerca da exigência do diploma de jornalista.

O item 3 sobre a 3ª Comissão de Relatoria, que diz respeito ao PL nº 3.070, de 2011.

O item 4, da 13ª Comissão de Relatoria, que diz respeito ao PL nº 4.360, de 1998, e ao PL nº 2.375, de 1992.

O item 5, da 5ª Comissão de Relatoria, leitura e deliberação também do relatório sobre os PLs nºs 743, de 2011, e 699, de 2011.

Nós temos aqui, em primeiro lugar, considerando que a nossa reunião estava marcada, inicialmente, para as 11h30, e o Conselheiro Ronaldo Lemos externou que vai chegar um pouquinho mais tarde – ele não externou exatamente o momento –, eu queria propor uma inversão de pauta, iniciando pelo item 2, já que o Conselheiro Ronaldo, que foi o coordenador dessa comissão, não está presente.

Dom Orani, muito acertadamente, já me corrigiu aqui que a reunião estava marcada para 11 horas, mas, considerando que o Ronaldo não chegou ainda, poderíamos, de qualquer forma, fazer essa inversão de pauta. O.k.? (*Pausa.*)

Os senhores todos receberam os relatórios respectivos a esses itens, apenas um deles não foi entregue, e, oportunamente, nós comentaremos o porquê, então eu passaria à análise do item 2.

Item 2: leitura e deliberação do relatório da 9ª Comissão de Relatoria, composta pelos Conselheiros Alexandre Jobim, Celso Augusto Schröder (Coordenador) e Ronaldo Lemos, sobre as Propostas de Emendas à Constituição nº 33, de 2009 e nº 386, de 2009, acerca da exigência do diploma para exercício da profissão de jornalista.

Como vocês podem perceber, o Conselheiro Celso Schröder preparou o relatório e o enviou a todos, em que consta uma posição dele e uma manifestação contrária, que foi por mim colocada, apoiada pelo Conselheiro Ronaldo Lemos.

Com a palavra, o Conselheiro Schröder.

Eu acho interessante explicarmos a situação, não sei se é da sua vontade ler o relatório ou de colocar a situação como posta, e aí, considerando

que há uma divergência – eu também faria essa manifestação pelo meu lado –, abriríamos para os debates.

O.k.?

Conselheiro Schröder, com a palavra.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu não vou ler, inclusive eu ia fazer uma apresentação, mas não vou fazer também. Eu acho que fica mais rápido, e eu consigo dar conta do relatório, fazendo uma defesa, se é que me permite, Presidente. É isso, não é, Presidente? É isso que eu posso fazer?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Bem, imaginando que vocês, Conselheiros e Conselheiras, já leram o relatório, eu vou destacar algumas considerações que nos parecem pertinentes. Eu vou seguir a ordem do relatório, mas prometo a vocês que não vou reproduzi-lo, pois ele é, efetivamente, extenso.

Primeiro, eu queria identificar, digamos, a ação que desencadeou esta PEC – na verdade, são duas PECs. Ela é desencadeada a partir de uma decisão do STF, que retira da lei que regulamenta a profissão dos jornalistas a obrigatoriedade do diploma para o exercício dessa atividade.

Essa decisão do STF desencadeia, no Congresso Nacional, dois movimentos importantes: um movimento no Senado e um movimento na Câmara dos Deputados, com duas PECS, com dois Projetos de Emenda à Constituição ao art. 220 da Constituição brasileira.

Se me permitem os senhores, eu quero fazer uma pequena consideração sobre a decisão do STF, porque os pareceres dos nossos Conselheiros, tanto do Alexandre, quanto do Ronaldo Lemos, remetem à suposta inconstitucionalidade ou constitucionalidade das PECs – portanto, remetem à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu queria fazer duas considerações sobre essa decisão do STF. E, permitam-me, as palavras não têm intenção de juízo de valor, embora, obviamente, contenham uma avaliação sobre os vetores que eu atribuo desencadearam essa decisão do STF.

Eu digo o seguinte: são dois vetores, basicamente, que levaram o STF a debruçar-se sobre esse tema, cuja demanda não partiu da sociedade, ou seja, não é a sociedade civil brasileira que, vendo no jornalismo algum tipo de inibição à liberdade de expressão, entra com uma ação e requer das instâncias do Judiciário brasileiro um posicionamento sobre essa constitucionalidade ou não, sobre a usurpação da liberdade de expressão ou não, que, afinal de contas, é a base da decisão do STF.

O que desencadeia essa ação é uma ação empresarial com origem em São Paulo, a partir dos organismos de classe das empresas de comunicação brasileiras, que entram com uma ação em São Paulo, e, a partir daí, nas várias instâncias, vão se desencadeando decisões.

Eu quero reconhecer nessas ações dois caracteres, dois vetores a que eu me referia: um eu chamo de uma base de mediocridade. Por que eu chamo de mediocridade? Porque, obviamente, está contido na ação dessas empresas um conceito, uma ideia de rebaixamento salarial da massa de jornalistas, porque, obviamente, jornalistas que não tenham formação superior certamente terão dificuldade maior de impor salários mais altos. Portanto, eu reconheço, e a Federação Nacional dos Jornalistas identifica um vetor, uma ação com essa demanda.

E uma outra que eu chamaria – claro e me desculpem a redundância, e aí não é uma metáfora, um jogo de palavras – de obscurantismo, que é não identificar, ou seja, negar a essa atividade profissional o preceito de que o conhecimento qualifica essa atividade. Ou seja, retira da atividade profissional a ideia ou reduz a ideia de que o conhecimento qualifica e, portanto, joga simplesmente num suposto talento, num jogo de talentos ou capacidade que essa ou aquela pessoa tenha sobre essa atividade.

Não vou fazer, então, portanto, a leitura; vou tentar fazer um debate a partir simplesmente da perspectiva política, do sentido político de *polis*. Ou seja, essa decisão, o exercício profissional dos jornalistas é democrático ou antidemocrático? A decisão de retirada da obrigatoriedade é democrática ou antidemocrática? Qualifica ou não qualifica o jornalismo? Isso é bom ou ruim para a sociedade brasileira?

Quero enfrentar, imediatamente, o argumento que fazem os dois relatores, posicionando-se contra o relatório, que assentam sobre a constitucionalidade.

Sobre isso – eu queria dizer que, me parece que o mérito, que esse não é o debate – eu queria refutar a posição dos dois Conselheiros identificando uma impropriedade na argumentação, porque a constitucionalidade ou não dos projetos já está dada, esta Casa já decidiu, nas duas Comissões de Constituição e Justiça. Portanto, o debate nosso, deste Conselho, não é sobre isso, porque isso já está dado; é sobre a pertinência ou não do ponto de vista da liberdade de expressão, que, afinal de contas, é o que esta Comissão está fazendo e a partir da principal ênfase que o então Ministro Presidente e Relator da ação no STF, Ministro Gilmar Mendes, refere, que é de uma inconstitucionalidade a partir de duas vertentes. Estamos, portanto, tratando de duas PECs: a PEC nº 33, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que já foi aprovada no Senado, em duas sessões, por 64 votos a cinco, na primeira, e 67 votos a quatro ou cinco votos, na segunda votação. Portanto, já aprovada, por absoluta maioria, no Senado, está na Câmara dos Deputados, onde se apensa outra PEC, a PEC nº 386, do Deputado Federal Paulo Pimenta, as duas, portanto, incidindo sobre o art. 220 da Constituição brasileira.

A tramitação – eu não vou relatar aqui porque vocês, certamente, leram. As propostas, as PECs são imediatas à decisão do STF. E eu quero registrar aqui que, inclusive, não é uma iniciativa da Federação Nacional dos

Jornalistas. Nós ainda estávamos nos movendo para ver como é que reagiríamos a essa decisão, que, para nós, é uma decisão de grande gravidade para a qualidade do jornalismo no Brasil, quando, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, foram feitas essas duas propostas.

Os argumentos que estão previstos no nosso relatório, primeiro, enfrentam a ideia da constitucionalidade. Um dos argumentos do Ministro Gilmar Mendes, inclusive anterior a ele, já com uma Juiza de segunda instância de São Paulo, a Carla Richter, dizia que a nossa legislação, que é de 1969, reeditada em 1979, era inconstitucional porque não havia sido acolhido pela Constituição brasileira, o que é uma impropriedade. Na medida em que toda legislação que não foi revogada pela Constituição foi incorporada pela Constituição brasileira. Portanto, essa ideia não tinha sentido e, ademais, era um decreto-lei do período da ditadura, estando, portanto, maculado pelo autoritarismo, na ditadura, ignorando que, na verdade, foi uma demanda dos jornalistas brasileiros e que esse decreto-lei tem valor de lei.

Essa decisão em que a Carla Richter atuou foi de 2002. A União, a FENAJ e os sindicatos apelaram e ganhamos. Houve idas e vindas e, finalmente, então, foi decidida, no STF, nessa decisão histórica que causa um transtorno enorme, uma intervenção dramática na organização dos jornalistas brasileiros, e que introduz na atividade jornalística no Brasil elementos do meu ponto de vista muito prejudiciais à qualidade e, afinal de contas, à democracia, como vou tentar provar ou pelo menos demonstrar rapidamente.

O centro da argumentação de Gilmar Mendes é a liberdade de expressão. Como eu disse para vocês, é a ideia de que a liberdade de expressão é um patrimônio das empresas de comunicação e de que, portanto, qualquer decisão que incida sobre isso fere essa liberdade de expressão. Essa é uma construção teórica jusnaturalista, de que a liberdade é anterior à liberdade pública, ou seja, a liberdade dos indivíduos é anterior à liberdade prevista pelo Estado. E isso nos remete para o absurdo filosófico de que, afinal de contas, há liberdades acima das liberdades e de que essa liberdade estaria acima de qualquer outra. Portanto, seria uma liberdade dos jornalistas ou das empresas de comunicação, ignorando que as expressões contidas em todas as cartas que falam sobre liberdade de expressão, obviamente, referem-se à liberdade de expressão do cidadão, nunca à liberdade de expressão dos agentes, mesmo sendo esses agentes os jornalistas.

Não há nenhum tipo de orientação, mesmo quando volta e meia se refere ao Pacto de San José, que a OEA faz. Esse Pacto, que salienta e defende a liberdade de expressão – obviamente, enfrentava-se, naquele momento, um período autoritário na América Latina de inserção dos Estados autoritários sobre o jornalismo e os jornalistas –, mesmo esse Pacto nunca se refere à profissão dos jornalistas como um impedimento. Portanto, isso é inapropriado, isso nos parece um equívoco.

Cito aqui dois professores, dois teóricos – eu também não me quero alongar – que identificam nessa posição de Gilmar Mendes uma confusão entre jornalismo e a possibilidade ou não de dar opinião no jornalismo, ou seja, reduz o jornalismo a um período do século XVII que era o período do debate, do jornalismo político-partidário etc. – obviamente, não é o caso de hoje –, e ignora que o jornalismo hoje, muito além de dar opinião – portanto, não é exclusivo do jornalismo dar opinião –, é um mediador. Portanto, o jornalismo tem um compromisso público entre a liberdade de expressão que não é dele nem das empresas, mas que é do cidadão, e a liberdade de imprensa, que, esta sim, é dele e das empresas. Mais do que a liberdade de imprensa, é uma obrigação nossa exercê-la para garantir a liberdade de expressão, porque nós somos os mediadores. E nós qualificamos esses mediadores ou não? Ou seja, deixamos qualquer um exercer essa atividade ou não?

Voltando às profissões, eu me recordo de que o voto do Ministro Gilmar Mendes foi de um autoritarismo e de uma infelicidade ao fazer comparações preconceituosas, inclusive, entre jornalistas e cozinheiros. Teve o Ministro o azar de que, meses depois, a profissão de cozinheiro foi regulamentada no País, demonstrando que essa profissão e muitas outras precisam, sim, de uma organização, porque essa é a garantia para a sociedade da qualidade das atividades profissionais.

O Prof. Elias Machado afirma que aqueles que são contra o diploma, de alguma maneira, ignoram a diferença entre liberdade de expressão e o parâmetro individual, ou seja, não conseguem distinguir uma atividade jornalística de uma conversa de bar, seja esse bar físico, seja esse bar eletrônico, por exemplo. Hoje, a prova disso é a de que estamos num momento ímpar, em que a tecnologia permite que todo mundo converse nessa grande ágora digital no mundo, com capacidade infinita de participação de todo mundo. E isso não garante a qualidade do que transita nessas redes. Transitam coisas importantíssimas. Transitam do ponto de vista quantitativo, ineditamente, posições de todo o mundo. No entanto, produzimos no País, por exemplo, linchamentos, como o caso daquela moça em São Paulo, a partir de uma posição conservadora, manifesta nesse ambiente, em que não houve mediação. Exatamente isso. Ou seja, as mediações estão acabando, e parece que, para isso, é um grande problema.

Vou encerrar expondo algo que nos parece importante e relatando a vocês que, na semana passada, estivemos com o Presidente da Câmara, que se dispôs a instalar – já instalou, não nominou ainda, mas já está instalada – a comissão especial, que é o último trâmite para que a PEC votada e aprovada pela expressiva maioria no Senado seja votada também na Câmara dos Deputados. O Presidente nos acena com dez sessões para que seja votada. Portanto, há a possibilidade de ser votada em agosto. Isso é público, foi transitado na última semana, quando estivemos aqui.

A posição do Congresso Nacional, ao contrário de outros conjuntos de leis com que estamos trabalhando, uns de 2000, outros dos anos 90, que certamente não incidirão sobre a vida e o sistema de comunicação no Brasil, em relação à PEC com que estamos trabalhando é decisiva. É decisiva simplesmente porque estamos tratando de um serviço que qualifica ou não isso que, sim, garante a informação de que tratamos inclusive na Comissão há pouco tempo, ou seja, da veracidade e da qualidade das informações que transitam no Brasil.

A veracidade e a qualidade não estão em xeque só no Brasil, é verdade. Estão em xeque no mundo todo. E a crise do jornalismo, a crise da mediação de profissionais que garantem a qualidade da informação não é exclusividade nossa. Mas no Brasil nós temos a chance, porque o Brasil tem – e tinha – uma legislação inédita ou pelo menos bastante rara no resto do mundo.

Eu, como dirigente internacional, garanto aos senhores, com o olhar muito atento em países que até então não precisavam de legislações como essa, que a crise do jornalismo, a crise das tecnologias, a crise econômica que se abate sobre o mundo levou empresas e jornalistas, principalmente, de países com tradições muito mais liberais, a olharem com bastante carinho nossas legislações reguladoras.

Então, eu pediria que aprovássemos o relatório e que o encaminhássemos, pedindo ao Congresso Nacional celeridade na aprovação dessas PECs.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheiro Schröder.

Conforme o combinado, o Conselheiro Schröder fez a defesa, como Relator, do relatório, que tem a divergência de outros dois membros: a minha e a do Ronaldo Lemos, que está para chegar, mas já fez sua manifestação, um o.k., que é de ciência inclusive do Conselheiro Schröder.

Então, passo a expor o porquê da divergência com o relatório do Conselheiro Schröder.

Em primeiro lugar, quero deixar uma coisa clara: essa ação foi proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Sindicato. Não se trata de uma iniciativa do empresariado exclusivamente. Trata-se de uma iniciativa do Ministério Público Federal de São Paulo, que vem, em todas as instâncias, brigando pela liberdade de imprensa, com o seguinte argumento: você precisa ter um jornalista com diploma de Comunicação para emitir opiniões ao público? Essa é a chave da questão, para não dizer o clichê.

Ou seja, na análise que deveria ser verificada, e que foi feita por todas as instâncias judiciárias e inclusive vai chegar ao Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário que teve repercussão geral e efeito *erga omnes*, isto é, para todos, não se analisou uma causa pontual específica de São Paulo, mas exemplos como: para que um consultor de moda ou de culinária – de gastronomia, utilizando o nome mais elitizado – ou sobre assuntos da sociedade

fosse contratado por um meio de comunicação para manifestar suas opiniões de forma regular, etc., ele teria que ser jornalista. Por quê? Só poderia ser contratado se jornalista fosse. E para ser jornalista precisaria do diploma de jornalista porque seria um requisito do Ministério do Trabalho para exercer a profissão.

Então, o que estava em jogo? Era, sim, um decreto-lei da época autoritária, em que, para se restringir, fez-se o seguinte: para emitir opinião, neste País, precisa haver o aval do Poder Público, do Ministério Público, e, para se dar o aval do Ministério Público, precisa do diploma de jornalista. Então, este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que, de fato, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar essa ação do Ministério Público Federal e do Sindicato das Empresas de São Paulo, julgou pela inconstitucionalidade, diferentemente do voto do Conselheiro Schröder, que diz que a situação não está bem-posta, porque houve uma divergência, essa divergência foi de um voto. Foram oito votos contra um, em sede de recurso extraordinário. O vencido foi o Ministro Marco Aurélio, que não concordava com essa tese.

Em terceiro lugar, desde a época de Montesquieu, em que se lançou a tripartição de Poderes, estabeleceu-se que criasse um Poder Judiciário independente para justamente analisar os acertos e desacertos dos outros Poderes no que diz respeito ao pacto da sociedade. Que pacto é esse? A Constituição de um Estado. A Constituição Estado estabelece o que é permitido e o que não é permitido a determinados Poderes; estabelece as garantias individuais do cidadão, muitas delas petrificadas como cláusulas pétreas – o nosso caso brasileiro, no art. 5º –, cláusulas estas com as quais estamos lidando desde a época da Constituição Imperial, quando a sociedade começou a experimentar essas garantias dadas pelo Estado ao cidadão, desde o berço da civilização moderna, com a Magna Carta de 1215, na Inglaterra. Ou seja, temos, efetivamente, garantias individuais, garantias em prol da sociedade que têm que ser reguladas por um pacto social, um pacto constitucional. A estruturação do Estado depende de um pacto constitucional. Então, há o Supremo Tribunal Federal para fazer essa regulação.

A que se chegou, então? Entende o Supremo Tribunal Federal, diferentemente do que entendeu o Conselheiro Schröder, que a questão, por nunca ter sido revogada, não deixa de ser inconstitucional. Existe uma diferença entre inconstitucionalidade e não recepção. Inconstitucionalidade é quando uma lei posterior à norma constitucional, sendo incompatível com ela, colidente, é inconstitucional. Não-recepção é uma outra técnica – o Conselheiro Cançado conhece muito bem –, é quando norma anterior à Constituição, por não estar compatível com ela, é não recepcionada. Ao fim e ao cabo, é a mesma coisa. Ela é colidente com a Constituição. E assim decidiu o Supremo Tribunal Federal. Então, o que o Supremo fez? Julgou inconstitucional, extirpou-se do ordenamento jurídico um decreto-lei que obrigava o diploma de jornalista.

O Conselheiro Schröder traz, em seu voto, três argumentos básicos: primeiro, implicitamente, por se tratar de uma decisão por maioria do STF, a matéria deveria ser apreciada pelo Congresso. Em nenhum lugar da Constituição diz que matéria por maioria tem que ser reapreciada pelo Parlamento. Isso Napoleão tentou fazer há muito tempo, na época do Código Napoleônico, onde o controle de constitucionalidade era feito pelo Legislativo, no caso, pelo Senado, quando essa matéria não fosse julgada ao seu bel-prazer pelas intenções do Supremo Tribunal Federal. Segundo, houve discussão sobre eventual conflito de técnica de controle de constitucionalidade, haja vista a diferença entre a não recepção de norma anterior à Constituição com norma posterior. É o que acabei de colocar. Pouco importa norma não-recepcionada pela Constituição como norma colidente e editada após a Constituição. Ambas, sendo colidentes, são extirpadas do ordenamento jurídico, assim decidiu o Supremo. Terceiro, deu exemplos da necessidade da exigência do diploma.

Eu tenho que admitir que os argumentos do Conselheiro Schröder quanto ao debate de fundo são de preocupação, efetivamente, pela responsabilidade, ou seja, a responsabilidade dos meios de comunicação recaem sobre os meios de comunicação e, muitas vezes, não pelo jornalistas. Cabe ao meio, justamente, ser o responsável pelo que emite e, obviamente, o meio não vai contratar pessoas irresponsáveis para poder emitir as opiniões que são veiculadas por ele. Esse é um dos argumentos importantes, mas considero também preocupante essa situação, pois não é a exigência de diploma de jornalista que vai extirpar do mundo das opiniões daqueles que opinam mal, opinam de forma irresponsável.

O Supremo Tribunal Federal – também aproveitando o argumento trazido pelo Conselheiro Schröder quanto à questão do Pacto San Jose Costa Rica, que é a Carta Interamericana de Direitos Humanos –, no item 8 da própria ementa do julgado disse que a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos tem posição, que é posição na OEA, diz:

A Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu decisão no dia 13 de novembro de 1985, declarando que a obrigatoriedade do diploma universitário e da inscrição em ordem profissional para o exercício da profissão de jornalista viola o art. 13 da Convenção Americana de Diretos Humanos, que protege a liberdade de expressão em sentido amplo (caso: "La Colegiación Obligatoria de Periodistas" – Opinión Consultiva OC– 5/85, de 13 de novembro de 1985).

Também a Organização dos Estados Americanos – OEA –,, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entende que a exigência de diploma universitário em jornalismo, como condição obrigatória para o exercício da profissão, viola o direito à liberdade de expressão (Informe Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de 25 de fevereiro de 2009).

Isso disse o Supremo Tribunal Federal.

Então, há jurisprudência, sim, há artigo específico, art. 13 da Comissão Interamericana.

Das várias manifestações dos Ministros, que, no caso, foi votação de 8 a 1, eu quero pedir licença para fazer breves pinceladas sobre algumas manifestações.

O Ministro Lewandowski, que acompanhou o Relator, disse que o jornalismo prescinde de diploma, só que requer desses profissionais uma sólida cultura, domínio de idioma, informação ética e fidelidade aos fatos. A Lei de Imprensa, da mesma forma que o Decreto-Lei nº 972, são resquícios do regime de exceção, entulho do autoritarismo, que tinham por objeto restringir informações dos profissionais que lhes faziam oposição.

O Ministro Carlos Ayres Britto distinguiu entre matérias nuclearmente de imprensa, como direito de informação, criação à liberdade de pensamento inscrito na Constituição Federal e direitos reflexamente de imprensa, que podem ser objeto de lei. Segundo ele, a exigência do diploma se enquadra na segunda categoria. A exigência de diploma não salvaguarda a sociedade para justificar restrições desproporcionais ao exercício da liberdade jornalística.

Por seu turno, o Ministro Cezar Peluso observou que se para o exercício do jornalismo fossem necessárias qualificações como garantia contra danos e riscos à coletividade, uma aferição de conhecimentos suficientes de verdades científicas exigidas para a natureza do trabalho, ofício ou profissão, o diploma se justificaria.

Entretanto, segundo ele, "não há, no jornalismo, nenhuma dessas verdades indispensáveis", pois o curso de Comunicação Social não é uma garantia contra o mau exercício da profissão.

O Ministro Celso de Mello, decano da Corte, acompanhou o Relator e fez uma análise histórica das Constituições brasileiras desde o início do Império até os dias atuais, nas quais sempre foi ressaltada a questão do livre exercício da atividade profissional e acesso ao trabalho. A regra geral, segundo Ministro Celso de Mello, é a da liberdade, e assim que decidiu o Supremo Tribunal Federal.

Então, resta, de uma forma cristalina, que a Corte não se prendeu a questões formais, mas se adentrou à matéria e confrontou a exigência do diploma com os princípios constitucionais.

O que se quer fazer numa PEC, numa Proposta de Emenda à Constituição? Quer se dizer – e está escrito isso de forma contextualizada no relatório do Conselheiro Schröder – que, como o Supremo errou, julgou inconstitucional, isso não é democrático, e nós temos então que trazer a democracia inconstitucionalizada para o Parlamento. Ou seja, cabe ao Supremo julgar a constitucionalidade. Nós sabemos que, muitas e muitas vezes, o fato de as Comissões de Justiça de ambas as Casas e o Plenário de ambas as Casas, ao decidir sobre a mesma matéria, não significa uma veracidade da constitucionalidade. Quantas e quantas vezes nós nos debatemos com inconstitucionalidades feitas por este Parlamento? Muitas vezes por vocação

populista, que não quer ser contra determinada manifestação. Ou seja, cabe, sim, ao Supremo Tribunal Federal analisar toda a matéria de densidade normativa dos Três Poderes, inclusive do próprio Poder Judiciário. Muitas vezes, por exemplo, estamos em voga, perto das eleições, resoluções do Tribunal Superior Eleitoral que têm densidade normativa pode ser objeto de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

O Supremo, meus caros companheiros, pode até errar, mas é a última palavra.

Então, o que se quer fazer com essas propostas de emenda à Constituição? Quer se burlar, quer se trazer, com a pecha de que o Supremo errou ao analisar a inconstitucionalidade, e se constitucionalizar na estrutura estatal brasileira, onde nós tratamos da criação dos Poderes, nós tratamos sobre salário mínimo, tratamos sobre princípios de hierarquia, sobre garantias individuais e coletivas, garantia dos trabalhadores, quer se colocar aqui que há uma obrigação de diploma de jornalista na Constituição brasileira. O Supremo Tribunal Federal, confrontando com o art. 5º, que é a parte petrificada da Constituição, já diz que isso é incompatível.

Então, o que se quer fazer? Quer se levar ao Parlamento a aprovar propostas de emendas à Constituição que, certamente, voltarão ao Supremo Tribunal Federal. E por que voltarão? Porque propostas de emenda à Constituição, ou seja, o Texto constitucional incorporado por proposta de emenda à Constituição que não é feita pelo legislador constituinte originário – vou fazer uma pequena diferença – o constituinte originário, aquele que legisla quando de uma Assembleia Nacional Constituinte, temos três situações básicas: ele é inicial, incondicionado e – me fugiu aqui a terceira característica dele – mas, significa dizer que ele pode definir o Estado. Nós votamos em legisladores para definir e reformar todo o Estado.

O poder constituinte derivado, que é o de hoje, derivado de quem? Derivado do poder constituinte originário que criou o Legislativo e diz o seguinte: o Legislativo tem função para legislar sobre A, B, C, D e não pode legislar sobre D, E, F. É isso que o constituinte disse: não se pode legislar quanto à liberdade de imprensa. E o Supremo Tribunal Federal, ao verificar essa colisão, extirpou do mundo jurídico essa situação.

Então, não pode o constituinte derivado colocar numa Constituição uma norma inconstitucional pelo simples fato de que, se for emenda à Constituição vai estar resolvida essa situação. Essa matéria voltará ao Supremo Tribunal Federal, e o Supremo vai dizer o seguinte: as emendas à Constituição, objetos de propostas de emendas à Constituição que tenham densidade normativa inconstitucional, são objetos de matéria a ser analisada por este Supremo; e o Supremo já decidiu essa matéria e vai decidir de novo. O Parlamento vai, efetivamente, tentar reascender uma matéria que já foi definida.

Sendo assim, como colocado pelo Conselheiro Schröder, tanto eu quanto o Conselheiro Ronaldo sustentamos essa posição e não sustentamos

simplesmente pelo fato – como disse o Conselheiro Schröder – de que estamos presos à questão dos argumentos da constitucionalidade ou não. Nós entramos na matéria a fundo de o porquê é inconstitucional, e o porquê ser inconstitucional o decreto-lei também é inconstitucional a PEC, não existe diferença nenhuma. O que se quer, com o apoio da FENAJ, é verdade que não foi iniciativa dela, mas, com o apoio da FENAJ, é se estabelecer, na Constituição Federal, uma reserva de mercado, é sim, uma reserva de mercado, e inconstitucional no Texto constitucional. E isso o Supremo Tribunal Federal já disse, por oito votos contra um, que não pode, é inconstitucional.

Estamos aqui, então, tentando dar um jeitinho, como se diz muitas vezes, de retornar à matéria, com o afã de que é o Parlamento que decide por uma democracia. É bem verdade que, muitas vezes, o Judiciário, ao legislar sobre vácuos, está usurpando a garantia democrática desse Parlamento.

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Às vezes sim, às vezes não. Eu não lhe fiz nenhum aparte, mas lhe concedi a honra de ouvir a ironia.

Mas, a situação é a seguinte: não pode. Isso aqui nós estamos legislando novamente de forma inconstitucional. Uma coisa é o Judiciário legislar em matéria que não lhe compete. Outra coisa é o Judiciário julgar matéria que lhe compete, que é a matéria que lhe competiu, ou seja, julgar um recurso extraordinário proposto pelo Ministério Público Federal, que extirpou essa exigência.

Então, diante dessas considerações, e exatamente essa matéria já está petrificada e definida pelo Supremo Tribunal Federal, tanto eu quanto o Conselheiro Ronaldo Lemos, que está chegando daqui a pouco, mas, enfim, participou e tem manifestação escrita a respeito dentro da nossa troca de *e-mails,* me confirma o Conselheiro Schröder, entendemos que deve ser rejeitada a posição do Conselheiro Schröder que, na verdade, não é uma rejeição, considerando a minha proposta e do Conselheiro Ronaldo, não é por rejeitar a proposta do Conselheiro Schröder, mas é por rejeitar as propostas de emendas à Constituição, que querem trazer essa exigência inconstitucional para a Constituição.

Então, essa é minha manifestação.

Agora, abro para as inscrições dos Senhores Conselheiros. *(Pausa.)*

Nascimento, com a palavra, por favor.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu fico imaginando o nobre Conselheiro na posição contrária, porque é advogado, defendendo o registro do profissional radialista, do profissional jornalista. Iria dar um show com a competência que tem!

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Muito obrigado!

O SR. NASCIMENTO SILVA – Existem opiniões de alguns advogados que são contrárias à OAB, que são contrários ao advogado ter a formação acadêmica para ter a prerrogativa de ser o único representante de qualquer cidadão. Se o cidadão tiver alguma questão na Justiça, se eu não estiver equivocado, ele tem que acionar...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não todas.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não todas. Eu fico imaginando se ele não contratar um advogado, "não todas", vai perder todas. Mas, tudo bem!

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Aí, prescinde da necessidade...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pois é.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado por defender os advogados.

O SR. NASCIMENTO SILVA – É. Eu estou defendendo o registro. O que estou dizendo é que sou contrário à visão de alguns que acham que não é necessário ter a academia como parâmetro, como uma fonte de conhecimento para efetivamente exercer o direito do cidadão na sua defesa, seja ela qual for.

Eu fico me perguntando: qual o debate de fundo? No final da década de 80, início da década de 90, houve um movimento para acabar com o registro profissional dos radialistas, dos jornalistas, dos publicitários, enfim, da área de comunicação de uma forma geral.

Quanto sofrimento houve naquela época, final da década de 80 e início da década de 90. Nós acreditávamos – e acreditamos até hoje – que se todas as pessoas tivessem a oportunidade de frequentar a academia para exercer a sua função, como, como isso ajudaria a sociedade de uma forma geral!

Eu sou radialista por opção e exerço a função de jornalista. Vou contar um episódio aqui muito simples com o advento das novas tecnologias.

Eu fui fazer a cobertura de um assassinato na periferia de Itaúna. O corpo estava estendido ao chão com um pano coberto. Eu cheguei às 10h, a hora em que ocorreu o crime, e saí de lá às 2h30 da manhã, aguardando a perícia. Eu precisava ficar lá? Precisava, porque precisava coletar informações. O cinegrafista foi quem ajudou o perito a iluminar o corpo, porque era num lugar escuro, para ver com quantos tiros ele havia sido alvejado. No total, à época, nesse caso, foram cinco tiros.

Este é o fato mais importante: estávamos lá coletando informações, eu perguntando à comunidade se alguém queria se manifestar com relação à violência naquele bairro, que era de periferia, enfim, dando oportunidade à população de se manifestar, deveria haver umas dez pessoas, quando chegou o perito, esse número aumentou para umas trinta, quarenta pessoas e, na hora em que foi descoberto o corpo, do que havia de fotografia de celular em cima do corpo vocês não têm ideia. As pessoas estavam aguardando aquele momento para registrar um fato. E só foi isto: o corpo estendido ao chão – só isso.

Eu estive juntamente com o perito. Ele contou quatro perfurações. E nós, em conjunto, elencando: é uma aqui, outra aqui, outra ali, outra aqui. Ele se esqueceu de uma. Eu falei: tem mais uma, que é essa do dedo. Aí ouço dizer que não é importante o registro de jornalista. Que não é importante ou que não tem importância ser um profissional e frequentar a academia. Porque, na realidade, o que se está querendo é exatamente isso.

Eu lhe dou um aparte daqui a 30 segundos.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – O.k.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Quando o Conselheiro pontua, e brilhantemente, que a academia não forma profissionais, não forma médicos, não forma advogados e tantas outras tantas profissões – radialistas, jornalistas e outras tantas. Mas dá a oportunidade de o cidadão, sim, se aperfeiçoar, saber realmente a importância da comunicação de uma forma geral ou da sua atividade.

Não acredito que vocês defendam não ter registro profissional para jornalista ideologicamente, tem que haver outra defesa – vou lhe dar, calma! Eu tenho um tempão, você também tem. Vou lhe dar. Eu não acredito nisso. Sempre digo aqui que uma das coisas que mais me chateiam é que todo mundo quer ser jornalista. E parecia que era uma crítica que eu estava fazendo à profissão de jornalista.

O advogado escreve, é jornalista. O médico escreve, é jornalista. O ex-jogador de futebol – e aí não vou nem falar da conduta dele no passado, moral ética, profissional – se torna jornalista.

Aí o nobre Conselheiro argumenta que, para se comentar sobre a comida, não sei o quê, não sei o quê, sobre a economia, não precisa ser jornalista. Quero entender que foi isso que foi dito.

Sou favorável ao parecer do Conselheiro Celso Schröder, por entender e sofrer na pele por tudo isso que acontece hoje no Brasil. Porque quem impõe uma pauta, se você chega com uma pauta na TV, e se a pauta não for do jeito que alguém quer, ela cai. Não foi uma nem duas vezes que isso ocorreu. O que é uma pena.

Por mais profissionais que sejamos nós não, poderíamos dizer, temos... Vamos brigar, vamos sair fora e vai vir outro com a visão profissional do jornalista, vai entrar na empresa e vai falar: "É assim mesmo; vamos embora".

Aí nós estamos discutindo liberdade de imprensa? Acredito que liberdade de imprensa é um profissional formado, qualificado, capaz de exercer a profissão.

Um aparte ao nobre Conselheiro.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheiro Nascimento.

Na verdade, não é um aparte é um registro: eu não disse que não o jornalista não é importante, que não é importante o estudo do jornalismo.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Está registrado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Segundo, não disse que a academia não forma jornalistas de importância.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Está registrado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – O.k.

Deixa-me só fazer um esclarecimento aqui, até uma questão de natureza regimental.

Aprovamos aqui, em 2013, o Ato nº1, do Conselho, que diz o seguinte:

Art. 5º – O relatório final da comissão temática deverá ser feito por escrito e aprovado pela maioria absoluta dos membros da Comissão que sejam titulares do Conselho, devendo constar as eventuais posições divergentes.

E o art. 6º – O relatório final da comissão será submetido à deliberação do Conselho, cuja decisão deverá ser convertida em parecer.

Então, não estamos aqui fazendo uma deliberação, estamos fazendo uma prévia – essa foi a tônica das Comissões – em termos uma posição divergente, minha e do Conselheiro Ronaldo Lemos, ao relatório do Conselheiro Schröder, estamos adiantando o debate, debate esse que teremos novamente no Plenário da Comissão. Então, a ideia aqui é ouvirmos as posições de cada um, fazermos uma checagem não de votação, porque estamos deliberando aqui, vamos simplesmente saber quem acompanha a posição A, quem acompanha a posição B, para facilitar.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Correto, Presidente.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Deixar muito claro isso.

Com a palavra, a Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Obrigada, Sr. Coordenador.

Eu me inscrevi para a gente continuar o debate, porque as falas, muitas vezes – e creio que isso é natural, todo mundo que quer emitir a sua opinião faz de uma forma muito contundente –, provocam alguns equívocos. E o Conselheiro Alexandre, ao colocar algumas posições como cristalinas, evidentemente colocou a sua posição, porque, nesse terreno, não temos muitas coisas cristalinas. E o que a Federação Nacional dos Jornalistas se dispôs a fazer foi realmente o debate público sobre o jornalismo, o papel do jornalismo na democracia e a relação do jornalismo com a liberdade de expressão. Isto é o que estamos fazendo nos últimos anos. E, obviamente, ao apoiarmos a PEC que tramitou no Senado e já foi aprovada e as PECs que tramitam na Câmara e que serão votadas, então, ao apoiarmos essas PECs que colocam a obrigatoriedade da formação específica em jornalismo em curso superior para o exercício profissional, nós não estamos querendo dar um jeitinho brasileiro, e nem muito menos burlar a Constituição brasileira. Estávamos querendo exatamente abrir o debate na arena privilegiada do debate público e político no País, que é o Congresso Nacional, e a partir daí, consolidar posições.

E qual é a posição que a gente quer ver debatida? Exatamente a questão do jornalismo e da liberdade de expressão. Por quê? Porque o argumento colocado para derrubada da exigência da formação especifica em jornalismo para o exercício profissional foi o de que essa exigência fere a liberdade de expressão. Isso o que basicamente os Ministros do STF colocaram.

No nosso entendimento, liberdade de expressão é, sim, um direito individual, e está garantido na nossa Constituição a todo cidadão brasileiro, e não pode estar garantido apenas aos jornalistas ou aos empresários da comunicação. É um direito garantido a todo cidadão brasileiro, um direito individual.

No Pacto de San Jose, o art. 13, que trata da liberdade de pensamento e de expressão, em nenhum momento, cita o exercício profissional do jornalismo como impedimento à liberdade de expressão e de pensamento.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Posso fazer só um registro?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Pode.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Quando li aquela parte, eu deixei claro que li a ementa do Supremo Tribunal Federal, que interpretou o art.13, não estou desdizendo.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Exatamente. E é isso que estamos dizendo aqui no nosso parecer: trata-se de uma interpretação do art. 13. Então, não está cristalino, no art. 13, que a exigência da formação de nível superior específico em jornalismo para o exercício profissional fere a liberdade de expressão. E o que queremos argumentar é exatamente o contrário: a profissionalização do jornalista, a qualificação do jornalista potencializa o direito cidadão à liberdade de expressão.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Só um registro também.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Pois não, Conselheiro.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Quando o Supremo Tribunal Federal disse isso, isso não são palavras minhas, existe uma decisão da Corte Interamericana que interpretou o art. 13 da sua competência e que foi citado no Supremo. Só para deixar muito claro.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Exatamente isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – É uma interpretação da Corte Interamericana e do Supremo Tribunal Federal.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Muito obrigada, Conselheiro. É exatamente isso que estamos dizendo aqui, que se trata de uma interpretação do art. 13, que foi utilizada pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, não está cristalino em lugar algum que a exigência de formação específica em jornalismo para o exercício da profissão fere a liberdade de expressão. E ai eu continuo o meu raciocínio: ao contrário, a profissionalização do jornalismo potencializa o direito individual à liberdade de expressão. E aí é um equívoco, é realmente um desconhecimento do que é o jornalismo profissional

quem confunde jornalismo com opinião, com emissão de opinião. Jornalismo é teoria, jornalismo é técnica, jornalismo é ética para fazer com que os mais diversos fatos de relevância ocorridos na sociedade se tornem de conhecimento dessa sociedade.

Então, o jornalista não é jornalista para emitir a sua opinião sobre nada. Apesar, sim, de existir uma categoria que nós chamamos de jornalismo de opinião, em que o profissional expressa, sim, a sua opinião. Mas isso é uma categoria do jornalismo. Na sua essência, na sua maioria, o jornalismo evoluiu para deixar de ser opinião, evoluiu para deixar de ser campanha, evoluiu para que pudesse, de fato, levar conhecimento da realidade imediata para todo cidadão, para que o cidadão, a partir desse conhecimento da realidade imediata, pudesse agir politicamente, agir socialmente. É esse o papel do jornalismo.

Então, quando a gente coloca essa questão, o profissional jornalista trabalha para garantir essa liberdade de expressão individual ao maior número possivel de agentes sociais, aos grupos sociais existentes. E essa é a grande diferença. Mas não pode jamais se confundir com liberdade de expressão puramente, porque a liberdade de expressão pura – volto a dizer – é direito de todo e qualquer cidadão.

Fazendo um argumento da redução ao absurdo – porque parece que é isso que está acontecendo ao se fazer essa relação indevida da liberdade de expressão e do exercício do jornalismo, fazendo um argumento à redução do absurdo – a gente poderia dizer, então, que todo cidadão, ao nascer, não tinha que ganhar certidão de nascimento, tinha que ganhar uma carteira de jornalista. Fazendo a redução ao absurdo. Por quê? Volto a insistir: o direito à liberdade de expressão é de todo e qualquer cidadão brasileiro e de todos os paises democráticos do mundo. O exercício do jornalismo é um exercício profissional que tem sim que estar condicionado à formação profissional, e essa formação, pelo menos na tradição ocidental, se dá na academia.

Nós não precisamos nos debater para que alguém entre na redação como faxineiro – e nenhum demérito aos faxineiros –, vá aprendendo e depois de 20 anos se torne jornalista. Não! Existe conhecimento acumulado, existe teoria formulada, existe técnica desenvolvida. E a academia é o lugar privilegiado para essa transmissão de saber e para renovação do saber, porque a academia também é o lugar da experimentação.

E aí é fundamental sim a formação de nível superior para o exercício profissional, para que o jornalista não seja um mero reprodutor do que se faz todo dia, bem ou mal. Mas que, inclusive, ele possa desenvolver novas técnicas, ele possa pensar novas possibilidades e executar novas possibilidades.

Então, é realmente... O Schröder usa essa expressão e eu vou repetir: é obscurantismo querer dizer que não precisamos de formação para o exercício da profissão de jornalista. E nós precisamos deixar também muito claro que o STF, concordo, é o lugar para julgar a constitucionalidade das nossas leis. Mas o STF muda de posição. E em relação a esse caso, já mudou de posição.

Porque nós, quando a Juíza Carla Rister julgou no Tribunal Regional de São Paulo o nosso diploma como inconstitucional, obviamente apresentamos recurso ao tribunal, vencemos no tribunal, foi derrubada a decisão da juíza, que era uma juíza substituta e que tomou a decisão; nós vencemos no Tribunal Regional de São Paulo, e a nossa torcida era para que chegasse ao STF, justamente porque no STF tinha decisão dizendo, sim, que o Decreto-Lei 979/69 tinha sido acolhido pela Constituição Federal e não havia nenhuma inconstitucionalidade nele.

Então, o STF muda de posição, a gente sabe disso e por isso a gente propôs o debate político onde achamos que deve ser o debate político: no Congresso Nacional. E quanto às PECs, volto a dizer, em vez de serem uma tentativa de burlar a Constituição, já que existe essa dúvida, vamos fazer o debate e vamos clarear; vamos clarear. E a PEC tem esse objetivo de deixar claro que uma coisa é liberdade de expressão garantida a todo e qualquer cidadão brasileiro e outra coisa é o exercício da profissão de jornalista para o qual a gente pede uma regulação.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheira Maria José.

Antes de passar a palavra ao Schröder, eu queria só pedir também que tivéssemos, não é restringir a palavra, mas que fôssemos um pouco mais breves, para podermos avançar nos outros temas, inclusive o Conselheiro Schröder, que já teve oportunidade de defender, e há mais três inscritos.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Só vou aproveitar para salientar e dar ênfase a algumas questões. Primeiro, essa questão que está contida na decisão do STF e os dois conselheiros trouxeram como óbice para aprovação do relatório, que é a questão da opinião. Acho que, com isso, a Conselheira Maria José trouxe e deixou claro que a atividade jornalística, neste momento histórico, não pode se restringir à opinião. A opinião foi um tipo de jornalismo do século XVII e século XVIII e, aliás, a confusão do modelo de negócio em que as empresas estão envolvidas, reduzindo-se a sua atividade quase que exclusiva à opinião, é um problema de negócio e que nós não podemos incorporar como se fosse um problema do jornalismo. E eu digo isso com tranquilidade. Eu sou um jornalista de opinião e sou periférico, sou marginal, eu sou anacrônico dentro do jornalismo. O que importa dentro do jornalismo é o repórter e o editor, porque são eles que fazem a mediação entre a população e os fenômenos que ocorrem e os seus leitores, telespectadores e ouvintes.

Então, essa ideia da redução do jornalismo à opinião é um equívoco conceitual, é um equívoco histórico e nos remete para um impasse, inclusive do modelo de negócios das empresas. Ou seja, se a opinião é o resultado do jornalismo, essa opinião está à disposição grátis, sim, em todas as redes sociais. E o que se produz aí é o jornalismo de qualidade? É a mediação entre os eventos e a realidade, a partir de pessoas comprometidas profissionalmente, qualificadas tecnicamente, acordadas eticamente por um *corpus* profissional? Ou não? Esse é o debate.

Já está prevista, dentro da legislação atual do jornalismo, a figura do colaborador. Cozinheiros, *chefs*, modistas, quem quer que seja, jogadores de futebol, inclusive, que querem dar opinião, já existe o espaço dentro das chamadas editorias de opinião. É lá que se dão esses espaços, esses artigos, está previsto, inclusive é histórico isso; é a manutenção dessa história do jornalismo que está lá dentro. Então, não só não está impedida como está garantida a presença desses profissionais, inclusive com direito a registro específico, especial de colaborador. Portanto, não impedimento nenhum. Toda ex-miss que quiser falar já pode fazê-lo; assim como ex-miss, ex-jogador pode, não há problema nenhum sobre isso. Os que eles não podem fazer, porque não estão qualificados para isso, é fazer a mediação entre os eventos e os leitores e telespectadores, porque, para isso, exige-se acordo e formatação. Há espaço para todo trabalho.

Todos os casos que temos de problemas do jornalismo, jornalistas ou pseudojornalistas atuando de maneira preconceituosa contra pessoas, como foi o caso na Bahia, como é o caso em São Paulo, são casos de não-jornalismo, não só porque são feitos por não-jornalistas, porque são feitos por não-jornalistas que são contratados, ai sim, dando um jeitinho na legislação trabalhista, contratados à revelia das leis do trabalho, e essas pessoas exercem a função de jornalista; mas não é porque não são jornalistas, é porque o que foi feito não é jornalismo, não se enquadra em nenhum parâmetro de jornalismo, seja técnico, seja ético. Então, o problema nosso é de outro tipo.

Vejam, os jornalistas brasileiros estão comprometidos com a democracia. Nunca foi preciso, e não vi, em momento algum, jornalistas brasileiros que precisassem pedir desculpas à população brasileira pela sua atuação com relação à ditadura brasileira.

Portanto, a ditadura nunca foi benéfica aos jornalistas brasileiros. Ao contrário, mataram os jornalistas brasileiros, prenderam os jornalistas brasileiros, torturaram os jornalistas brasileiros e os impediram de trabalhar. Assim, os beneficiados pela ditadura não são os jornalistas brasileiros, mas as empresas que enriqueceram nesse período. As empresas é que são obrigadas a pedir desculpas à sociedade brasileira neste momento.

Então, vamos ver os interesses contidos nessas decisões da OEA e vamos ver que quem está por trás disso é uma sociedade chamada Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que tem, como seu dístico, como expressão, "lei melhor é a lei nenhuma". Esta é a expressão. Por isso, incidiu sobre São José da Costa Rica e por isso há uma interpretação sobre uma decisão que nunca falava sobre diploma. Por isso, a partir dos interesses contidos pelas empresas nessa grande sociedade internacional, começa a se incidir sobre todas as ações organizativas de jornalistas e de sociedade que recaiam sobre essa incapacidade que o setor empresarial de comunicação, no mundo – mas no Brasil, mais do que em qualquer outro lugar –, tem de conviver com qualquer tipo de marco regulatório, seja inclusive sobre os seus trabalhadores; ou seja, não incide sobre

eles. Mas o fato de incidir sobre seus trabalhadores e permitir que eles se organizem a partir do marco regulatório cria uma resistência muito grande no setor empresarial.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheiro Schröder.

Conselheira Wrana.

A SRª WRANA PANIZZI – Vou expressar aqui algumas ideias, a partir de uma posição que ocupo como professora universitária.

Eu queria fazer voz a algumas das observações feitas pela Conselheira Maria José, entre as quais a questão da importância da formação nas diferentes profissões. Aí, não estou falando de uma ou de outra. E vendo também o papel que essa formação tem, para muito além de ser alguma coisa funcionalista e da sua área específica do conhecimento; mas algo que permita que a pessoa encontre na instituição, que produz e forma – universidades, ou outras, mas prefiro falar da questão da universidade –, aqueles papéis de ser preservadora de toda uma história, uma trajetória, e de ser também mediadora e antecipadora.

Por outro lado, a formação que permita com que você tenha acesso ao conhecimento, não só ao conhecimento produzido, mas à produção do mesmo; portanto, que se tenha acesso ao rigor científico; que tenha acesso ao rigor teórico; que tenha acesso ao rigor metodológico, na medida do possível; e que tenha, portanto, acesso ao rigor da razão, mas que não esteja separada da sensibilidade – e digo aqui a sensibilidade social. Ou seja, pra que serve isso tudo? Para que sociedade? O que fazer com esse conhecimento? Então, acho que aqui há o rigor da razão que ilumina e o rigor da sensibilidade, que vai dar a validação social.

Aí, isso é só para trazer um pouco o que me preocupa. Portanto, faço voz à ideia da importância da profissionalização em diferentes áreas. Acho que, no nosso País, em que pesem esforços no sentido de aumentar, ainda temos muito a caminhar no sentido de que as pessoas, nas mais diferentes áreas, sejam portadoras de um conhecimento, indo desde as atividades mais simples, do trabalho braçal, que nem é só braçal. Portanto, que a pessoa tenha essa condição de pensar sobre o seu fazer, o seu trabalho.

Quero dizer rapidamente, como professora universitária que sou, lá na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), e reitora que fui, que tive oportunidade de presidir 519 solenidades de formaturas em diferentes áreas. O que mais me impressionava e me deixava frustrada com o papel da universidade é que, na hora em que os estudantes lá estavam recebendo o grau e o diploma, um papel que lhe daria dali a duas semanas o diploma, eles gostavam muito mais da carteirinha profissional do que efetivamente daquilo que tinham exercido.

Então, temos de trabalhar muito na direção da valorização do conhecimento; do conhecimento reconhecido pelos pares e também pelos ímpares – ou respeitado pelos ímpares.

Eu só quis trazer um pouco da minha preocupação na formação profissional, e dizer que eu acho que nós temos de trabalhar muito intensamente nesse sentido, senão nós vamos ter sempre aquelas coisas de que, em um dia, convém vir para cá; no outro dia, convém ir para lá. Então, é mais uma observação neste lugar, que é o lugar da discussão, Maria José, como você chama a atenção; da discussão de políticas.

Eu me assusto um pouco com as legalidades *stricto sensu*; eu me assusto um pouco com essa questão do resolver burocraticamente, mas, com aquela questão de ser um pouco mais formadora, inclusive para valorizar mais esse nosso papel aqui. Então, eu não sou só de ver se está a favor ou contra a lei, mas de ver aquilo que a lei pode mudar, respeitando a legalidade e a legitimidade da lei.

Então, é só mais uma observação que eu não posso deixar de fazer num lugar em que estamos pensando sobre questões tão importantes quanto estas, ainda mais sendo eu professora e achando que, de fato, estamos formando profissionais e que esperamos que sejam profissionais que tenham competência técnico-científica, mas tenham competência ético-moral.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeito. Muito obrigado, Conselheira Wrana.

Conselheiro Daniel, que é o último inscrito. Não sei se alguém mais quer a inscrição.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Muito rapidamente, Presidente, seguindo a sua recomendação.

O tema é um tema que suscita paixões, é polêmico. E é amplamente justificado aqui tanto o Conselheiro Schröder quanto a Conselheira Maria José fazerem uma defesa enfática dessa questão do diploma, até por ser o Schröder Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas.

Do ponto de vista jurídico, acho que o debate deixou muito claro que esse é um assunto praticamente superado, tanto que o relatório do Conselheiro Schröder, dentro da sua própria Comissão, é um relatório que está isolado. Os outros dois membros, o coordenador aqui presente, o Alexandre Jobim, e o Conselheiro Ronaldo Lemos entendem que, do ponto de vista jurídico, seguindo essa decisão do Supremo, ela não tem validade; ela é frágil do ponto de vista da constitucionalidade.

Dizer que uma decisão do Supremo, por ter sido 8 a 1, foi por maioria, ou seja, que ela tem de ser rediscutida é um argumento perigoso, no nosso ponto de vista, porque imagine se cada organização, cada categoria que perca uma decisão do Supremo queira recorrer a uma PEC para que se rediscuta ou se contraponha ao que o próprio Supremo disse.

Há a probabilidade de, se eventualmente a PEC for aprovada pelo Congresso Nacional, que ela seja novamente analisada, com grandes possibilidades de ser novamente, pelos mesmos argumentos, declarada inconstitucional.

Mas, a minha manifestação traz o seguinte sentido, e aí a Conselheira Wrana Panizzi tocou no ponto central. Os que defendem a obrigatoriedade do diploma tentam levar, conduzir esse debate, com todo o respeito, Maria José e Schröder, por um caminho errôneo, falso e que leva a uma falsa percepção de que estamos discutindo a valorização do profissional de jornalismo e de que estamos discutindo a valorização dos cursos de formação de jornalismo. Não é esse caminho.

Quanto à valorização do profissional, a valorização da formação das universidades que tratam com as bases e com os princípios do jornalismo, não é isso que está em discussão. Isso tem o apoio referendado por todos os envolvidos, em especial, as empresas, não só as que privilegiam, na contratação, os profissionais que tenham a formação, mas que também apóiam financeiramente muitas dessas instituições.

O que está em discussão é se o diploma de jornalismo é um pré-requisito para exercer essa função. Esse que foi o mérito da discussão. E se nós pegarmos, desde o início – e no voto do Conselheiro Schröder está bem colocada a cronologia dos fatos –, a primeira decisão liminar, ela é de outubro de 2001. Nós estamos aqui em junho de 2014, ou seja, nos últimos 13 anos. Entre a decisão mantida nas instâncias inferiores, cassadas, que foi de outubro de 2005 a julho de 2009, nós temos quatro anos dessa decisão não vigente, e os últimos nove.

Em nenhum momento houve uma debandada ou uma falta de contratação das empresas dos veículos de comunicação de jornalismo, nas redações, nos cargos principais. O que não se quer – e é a discussão – é que não pode ser colocado como pré-requisito para a contratação. E diferentemente do que o Schröder disse, você tem a questão do colaborador, mas o colaborador, como define a própria regra, tem um caráter eventual e não remunerado. Portanto, sim, na Copa do Mundo, nas mais de 1,3 mil emissoras de rádio, você não poderia ter pessoas com conhecimento dos jornais prestando serviço e comentando e dando suas opiniões e falando sobre o processo da Copa do Mundo – ex-jogadores, ex-técnicos e ex-participantes desse mundo – se essa obrigatoriedade estivesse vigente. Então, é isso que está em discussão.

E, para concluir, eu acho, Presidente, que a sua sugestão está correta. A discussão e a votação final são no Plenário, mas aqui, nesta Comissão, poderia ser levada em consideração, já que as posições estão bem distintas e o próprio relatório já está trazendo à tona os pontos divergentes.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheiro Daniel.

Então, não tendo mais nenhum inscrito vou passar aqui só para a gente escolher a manifestação. Mais uma vez, não é uma votação e deliberação do Conselho de Comunicação Social, é uma manifestação. Segundo o art. 5º do nosso Ato, diz-se que o relatório final da Comissão temática deve ser feito por

escrito e aprovado pela maioria absoluta dos seus membros da Comissão que sejam titulares do Conselho, devendo constar as eventuais posições divergentes.

Então, isso é o que diz o nosso Ato. Qual é a ideia – antes de passar a palavra ao Schröder –? É nós colhermos aqui as posições, para adiantarmos isso, ou, é o que conta aqui, temos que aprovar ou não o relatório.

Pois não, Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Conselheiro coordenador, eu acho que não. Ou nós fazemos a votação, que não é prerrogativa, seria um equívoco fazê-lo, ou vamos fazer à tarde. Acho que nós não podemos escolher fazer uma pré-votação. Não existe a possibilidade da pré-votação. E colher posições... bem, reabrimos o debate. Podemos fazê-lo. Se quiser, podemos fazê-lo. Ou seja...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu entendo, mas é que existe um dispositivo aprovado por nós, que diz o seguinte – vou ler mais uma vez –: "O relatório final da Comissão temática deve ser feito por escrito e aprovado pela maioria absoluta dos seus membros que sejam titulares do Conselho..." – ou seja, os titulares desta Comissão se manifestariam aprovando ou não o relatório e, se o relatório tiver divergência, então significa posição a e posição b, constando as divergências. Nós não estamos dizendo assim: a Comissão temática X, por maioria, aprovou a posição X ou Y. Tem que constar. Mas a gente precisa levar ao Conselho as pré-posições, porque é um relatório feito.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO (*Intervenção fora do microfone.*) – ... dos relatores. Eram três relatores, então já está posicionado, há dois votos contra.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não, podemos levar isso. Mas aqui é o seguinte: o relatório deve ser feito e aprovado pelos membros. É o que consta aqui. Então, a interpretação... Isso aqui não é eventualmente "deliberar" – entre aspas – aqui não é um parecer do Conselho de Comunicação Social. É uma posição previamente discutida e a posição dos conselheiros titulares desta Comissão. É o que diz o Ato, nós não estamos aqui votando.

Então, eu gostaria de propor, justamente... Conselheiro Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Coordenador, nesse ponto, quer me parecer que o Conselheiro Schröder tem razão.

Acho que a Comissão de Relatoria até já tem um parecer aprovado por maioria: dois, de V. Sª e o do Conselheiro Ronaldo; e um voto divergente, do Conselheiro Schröder.

O que deverá ser levado agora, eu acho que sim. Porque, senão, nós teremos um momento híbrido – não é? Vamos votar o que precisará ser votado pela instância definitiva.

Eu acho que esse parecer vai para lá como aprovado pela Comissão de Relatoria, por maioria, para aí, sim, com toda a liberdade do Plenário, ser votado lá.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não, perfeitamente. A minha pergunta é de uma dinâmica: Se assim o fosse, qual a vantagem de nós debatermos isso na Comissão? Bastaria uma votação...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Mas nós já discutimos isso aqui, se há uma sobreposição ou superposição de...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não, não. Para mim, as duas soluções não têm problema. Estou só uma questão de encaminhamento, porque se nós formos fazer um debate amplo na Comissão, onde, digamos, a manifestação dos senhores não é válida e registrada, então passaríamos a fazer de forma diferente. Transformaríamos essas comissões temáticas em comissões de relatoria.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Uma dúvida.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Há a possibilidade de nós derrotarmos a posição dos dois Relatores?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas é esse o ponto, exatamente. O ponto é o seguinte: qual é a intenção, pelo menos na minha ótica? Existe uma comissão prévia, pequena, de relatoria, dentro dessa Comissão temática, para quê? Para que mais facilmente apresente uma posição, que pode ser consensual ou divergente, na discussão com todos, inclusive com os suplentes, para o debate e, depois, uma apreciação dos titulares da Comissão para levar uma posição. Essa é, pelo menos, a leitura do art. 5º.

Para mim, como não é uma deliberação do Conselho de Comunicação Social, pouco importa. O que importa é a posição maior.

Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – Conselheiro Jobim, no meu entendimento, as comissões preparam recomendações para o Pleno. Então, devemos discutir aqui se aprovamos ou não o relatório, porque o relatório reflete as discussões mantidas aqui. Ou seja, esse relatório deve deixar claro que há um dissenso entre os Relatores e acrescentar a esse dissenso se há dissenso entre os membros da Comissão. Quer dizer, demonstrar que a Comissão tem um entendimento em dissenso e que há duas posições a serem apreciadas pelo Pleno.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. O que eu iria propor em forma de encaminhamento...

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu sinto que há aqui uma discussão que está confundindo um pouco o mérito da questão com as discussões da Comissão.

Nós devemos aprovar o relatório em cima do que refletiram as discussões e tentar mapear...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Qual seria a minha posição de encaminhamento antes de passar a palavra? Nós temos aqui um relatório em que existe um dissenso de dois Conselheiros contra um

Conselheiro, que, inclusive, foi o Relator. Nós manteríamos esse relatório como está, agregando as posições dos demais titulares à posição A ou a posição B, tão somente isso, ou seja, não queremos nem sair com a decisão.

A Comissão de Liberdade de Expressão decidiu X. Não! É uma aprovação do relatório, porque os pontos, na grande maioria, com uma ou outra exceção, já estão postos nas duas posições, acredito eu. E acho que esse debate pode ser levado. Não sei se os senhores concordam. Gostaria de saber se há alguma manifestação nesse sentido. Não?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Presidente.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Talvez fosse o caso, então, para simplificar, na linha do que sugere o Conselheiro Roberto Franco, de esta Comissão aprovar simplesmente a submissão desse relatório, como está, ao plenário, aprovando assim.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Sim. Perfeitamente. Mas aqui existe um ponto que deveria ser, digamos, relatório aprovado pela maioria dos seus membros. Se todos querem aprovar o relatório como está e enviar, o.k.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Lá é que vai ser resolvido. Desculpa.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Na verdade, lá somos nós mesmos. Eu queria justamente deixar não pré-aprovado ou coisa parecida – obviamente, há outros titulares que não estão presentes –, mas resolver uma questão só de encaminhamento, tentando nos adequar ao ato que nós aprovamos.

Então nós temos... Deixem-me colocar à deliberação as duas hipóteses para os senhores.

Hipótese nº 1: aprovamos o relatório em que simplesmente já se denota o dissenso; ou, então, colocamos para os Conselheiros o relatório como está, sem ser mexido, com a anotação de que os conselheiros titulares XPTO apoiam a posição do Conselheiro Schröder e os conselheiros XPTO apoiam a divergência dos Conselheiros Ronaldo e Alexandre. Estão de acordo?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Coordenador...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Sr. Coordenador? Alexandre.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Há algum problema?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Então, Sr. Coordenador, o que está estabelecido para as comissões é que as comissões aprovam o relatório, que deve constar dissenso, se houver dissenso. É isso que está posto para as comissões. Então, creio que não precisamos antecipar votação nas comissões.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não estou antecipando votação. A única pergunta, diante dessa interpretação da qual não

discordo, é a seguinte: se fosse assim, para que então termos uma comissão temática?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu entendo. Mas digamos assim: as comissões de relatoria poderiam... Ou seja, esse tema do Conselheiro Schröder sobre o diploma teria sido melhor discutido em uma comissão de relatoria do Pleno, do Conselho, do que em uma comissão de relatoria da Comissão temática. É só esse o ponto. Eu acho que vale a pena se referir a isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É exatamente isso, Presidente.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Então, vamos fazer da seguinte forma, eu proponho da seguinte forma: nós temos aqui... Gostaria de pedir que prestassem atenção no encaminhamento para não errarmos.

Nós temos aqui um relatório apresentado, da relatoria do Conselheiro Schröder, participando dessa Comissão de Relatoria eu e o Conselheiro Ronaldo.

Então, a primeira pergunta. Aqueles que apoiam a posição do Conselheiro Schröder, os Conselheiros titulares, pois é assim que diz o ato, por favor, levantem a mão.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não seria melhor olhar quais são os titulares?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. Olhando aqui, eu já enxergo. Os titulares aqui são o Conselheiro, obviamente, Orani.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu não sou desta Comissão.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não é desta Comissão? Fugiu desta?

Nossos Conselheiros titulares, no caso: eu; Alexandre; Daniel Pimentel, Presidente de rádio – porque não são os titulares do Conselho, são os titulares da Comissão de quem estamos falando. Correto? –; Conselheiro Fernando Cesar; Conselheiro Gilberto Leifert, que não quis estar presente; Conselheiro João Monteiro de Barros Filho; Conselheiro Jorge Coutinho; Conselheiro José Catarino Nascimento – eu estou apontando aqui um pedido do Schröder para que eu fizesse a verificação –; Conselheira Liliana; Conselheiro Lourival Santos; e Conselheiro Celso Augusto Schröder.

Verificando, eu até havia recebido aqui uma manifestação do Conselheiro Márcio Novaes, por escrito, concordando com isso, mas ainda, no caso, ele é suplente do Conselheiro Daniel na Comissão. Então, não consideraríamos para esse ponto, embora, entre nós aqui, eu acho que nós podemos até agregar uma lista separada com a posição dos suplentes. Isso aí é uma grande...

Pois não, Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu queria, Conselheiro, lembrar a origem das nossas comissões. Eu queria lembrar qual é a posição da Federação Nacional dos Jornalistas. Acolhendo a orientação inicial, nós nos reservamos – os dois, titulares e suplentes – a participar sempre de uma comissão.

Eu não sei como é que está a composição dessa Comissão, mas, pela posição que está aqui, por exemplo, a Conselheira Maria José é suplente do Conselheiro Fernando Cesar. Então, está mal colocado aqui. Isso aqui foi o que eu recebi. São os membros titulares e os membros suplentes. Ah, perdão. Então, desculpe. Então, foi colocado errado para mim. Aqui, não está uma lista de suplentes. São todos titulares da Comissão e aqui a gente vai fazer uma interpretação. Como diz aqui que o relatório final da Comissão temática deve ser feito pelo relatório escrito aprovado pela maioria absoluta dos membros da Comissão que sejam titulares, vamos tomar os votos somente dos titulares. É isso? Então, vamos lá.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não, Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Eu só queria pedir uma gentileza, que é o seguinte: como eu não tive a oportunidade de justificar o meu voto, eu queria poder justificar, já que a gente vai tomar posições, e explicar por que é que eu me posicionei. Não vai demorar mais que dois minutos.

Como foi dito aqui, eu me posicionei de forma similar à do Conselheiro Jobim pela desnecessidade da exigência do diploma de jornalista. E a razão da minha posição, na verdade, são duas.

A primeira é a mudança tecnológica. Eu acho que está havendo uma mudança tecnológica gigantesca que afeta não só a profissão de jornalismo, mas todo o sistema de comunicação social, igualmente. Então, a gente está cada vez mais num momento difícil de definir o que é ser um jornalista hoje e o que é ser também um veículo de comunicação social. Isso afeta igualmente todo o setor. E eu acho que trazer o diploma é algo que pode ir na contramão dessa mudança que está acontecendo, com efeitos deletérios, ao meu ver, com efeitos prejudiciais.

E a segunda razão para a minha posição é a questão legal. E aí foi mencionada aqui a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com base na Convenção Americana de Direitos Humanos. E, acho que todo mundo já sabe, eu sou um fã muito grande desse sistema americano de direitos humanos e acho importante, inclusive, ler a ementa da decisão que decidiu exatamente o seguinte: foi decisão de 13 de novembro de 1985. Isso já foi lido? Então, ótimo. Eu cheguei atrasado e peço desculpas. Perfeito. Agora, acho que, em havendo um prosseguimento pela permanência da necessidade de diploma, esse caso vai ser tornar litigância novamente, inclusive perante a Corte Interamericana. Então, eu acho que é importante ressaltar essa posição: a decisão do STF; e é por causa

disso, a mudança tecnológica e a insegurança jurídica que isso pode causar, que eu me posiciono dessa forma.

É isso.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeito. Então, eu queria colocar para votação dos membros titulares.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sr. Presidente, só uma questão: quais são os aptos a votar?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Os aptos a votar, vou ler, os titulares do Conselho que estão nesta Comissão são: Alexandre; Daniel; Fernando Cesar; Gilberto Leifert, que foi substituído pelo Márcio Novaes aqui, nesta Comissão, e que deixou um voto por escrito porque teve que se ausentar, saindo um pouco antes da deliberação; João Monteiro de Barros Filho; Jorge Coutinho; Nascimento Silva; Liliana – que não está aqui; Lourival Santos e Celso Augusto Schröder.

Aqui não tem o nome do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas esses aqui não são os suplentes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Por que está escrito "suplente" aqui, então? Então, se fizeram essa papeleta, foi erro.

Os Conselheiros... Aqui são os Conselheiros titulares do Conselho. E temos aqui também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Aqui está: titulares do Conselho. Pelo ato, aqui votam os titulares do Conselho. Esse aqui é o ato. Na votação, são os titulares do Conselho, como diz esse ato; não são os titulares do Conselho. Até porque não existe Conselheiro titular e suplente da Comissão, correto?

Então, perfeitamente.

E falta aqui o nome do Conselheiro Roberto Franco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Vejam só. Deixem-me só ler aqui o dispositivo.

Ajudem-me a prestar atenção aqui:

"O relatório final da Comissão temática deverá ser feito por escrito e aprovado pela maioria absoluta dos membros da Comissão que sejam titulares do Conselho, devendo constar as eventuais posições divergentes."

Então, só vão votar na Comissão os titulares ou representados.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não, está aqui escrito "da Comissão". Está aqui do Conselho.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente, exatamente.

Então, aqui, pegando a composição do Conselho, vamos lá, dos titulares: Walter Ceneviva – no caso, aqui, representado pelo Daniel; Gilberto Leifert – representado pelo Márcio Novaes...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Eles são suplentes!

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não, mas eles são suplentes na titularidade. Nós combinamos, nós conversamos isso lá atrás: o suplente tem todas as prerrogativas, não quando está junto, pareado com o seu titular, mas como representantes estão no exercício da titularidade. E eles estão legalmente representados, exatamente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Nessa o senhor não participa da Comissão?

Está aqui o seu nome na composição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Porque eu não tinha sido lido.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Alexandre; Roberto Franco; Schröder; Nascimento; Jorge Coutinho; Gerace; Cançado; Ronaldo Lemos; Monteiro e Fernando Cesar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente, o que eu já comentei.

Então, vamos colocar...

É que eu quero ser o mais explícito possível para não haver confusão depois.

Então, dos Conselheiros titulares do Conselho – prestem atenção –, aqueles que são favoráveis à manifestação do Conselheiro Schröder nesta Comissão de Relatoria levantem a mão, por favor. (*Pausa.*)

Conselheiro Schröder; Conselheiro Fernando Cesar; Conselheiros Nascimento, Gerace e Jorge. Cinco.

Dos Conselheiros titulares, aqueles que são favoráveis à manifestação divergente de Ronaldo e Alexandre. (*Pausa.*)

Alexandre; Ronaldo; Roberto Franco; Cançado; Daniel; Monteiro e o Márcio Novaes.

Então: Daniel; Alexandre; Ronaldo; Roberto Franco, Monteiro...

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Foi um conchavo que fizeram!

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Desculpe-me, não podia deixar de registrar: chamar uma decisão da Comissão de conchavo...

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Foi uma outra coisa que ele perguntou...

(*Interrupção do som.*)

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – E eu respondi assim, me perdoe: respondi alto. E eu peço desculpas.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas mantém sua posição do que está dizendo: dizendo baixo ou dizendo alto?

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Era para dizer baixo o que ele me perguntou, não para dizer alto. Só isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas essa posição é externada.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Mas não é sobre isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Tá bom, tá bom.

O SR. NASCIMENTO SILVA – E se fosse sobre isso eu me manifestaria sem problema nenhum. E assumo no lombo aqui, esses 55 anos, todos os...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente.

O SR. NASCIMENTO SILVA –...equívocos que eu cometo.

Eu não tenho dificuldade, Conselheiro.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente. Muito obrigado.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Desculpe-me.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Está desculpado.

Por esses adendos que já comentamos, nós vamos encaminhar ao Conselho de Comunicação uma aprovação por maioria, no caso aqui, registrados os dissensos, acompanhando o Conselheiro Schröder, para apreciação. E aí enviar a pauta para o Dom Orani, para a gente decidir como deliberar isso lá no Conselho.

Alguma manifestação sobre esse ponto?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu sugiro que nós coloquemos isso na pauta da reunião de hoje à tarde.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Existe um espaço para as comissões.

Na hora da Comissão, a gente pauta isso e vê se há tempo para deliberar hoje. Por mim não... A presidência é do Dom Orani. Eu não posso me manifestar.

Deixe-me fazer uma pergunta aos senhores. Nós temos vários itens na pauta. Nós temos uma inversão de pauta.

O Conselheiro Ronaldo era relator da sétima relatoria.

Nós podemos ainda... Acho que é uma questão mais simples se nos debruçarmos um pouco sobre esse item da sétima relatoria, que inclusive é consensual, não é, Nascimento? Nós somos, eu, o Nascimento e o Ronaldo.

Estão de acordo?

Antes de passar ao Item 1 da pauta, que, na verdade, é o item 2, eu queria só pedir a aprovação da ata anterior, que eu esqueci, olvidei de colocar.

Os senhores receberam a ata da reunião anterior.

Há alguém contra algum adendo?

Considera-se aprovada então.

Vamos passar a palavra...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Presidente, pela ordem.

Desculpe.

Estando aqui a minha substituta, eu peço licença.

Como havia anunciado antes, justificado, eu preciso estar na Ordem antes de uma hora, em razão da coincidência da reunião deste Conselho com a sessão da OAB.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeito.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Por isso eu peço licença...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Estará muito bem representado.

Obrigado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Esse é um material...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Então eu passo a palavra ao...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Muito obrigado.

Peço que justifique...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – ...Conselheiro Ronaldo, para que tente abreviar ao máximo a questão da sétima relatoria, sétima Comissão de relatoria, acerca da liberdade de expressão no período eleitoral.

Todos os senhores receberam o relatório.

Com a palavra o Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Vou ser bastante sintético. Eu acho que todo mundo teve oportunidade de receber o relatório, então vou sintetizar só os pontos principais desse relatório, que trata, como foi dito, da liberdade de expressão no período eleitoral.

A principal questão é que a gente está vivendo uma espécie de crise justamente no momento em que a liberdade de expressão é mais necessária, que são os períodos eleitorais.

A gente tem visto retirada de conteúdos da internet, decisões dos tribunais eleitorais pedindo a retirada de conteúdos e uma série de outras

questões que vêm prejudicando que o debate aconteça na sua forma mais plena possível.

Uma das questões que o relatório aponta, que gera esse tipo de incerteza jurídica quanto à liberdade de expressão no período eleitoral, é justamente a falta de definição do que é propaganda eleitoral.

A gente tem uma lei eleitoral que menciona o termo propaganda eleitoral o tempo todo, mas em nenhum momento existe ali a definição específica do que seja propaganda eleitoral, causando assim uma enorme insegurança jurídica.

Então, a primeira parte do relatório analisa em profundidade esse tema, essa questão, os efeitos dessa ausência de definição. Com isso, solicita e propõe que seja feita uma definição de propaganda eleitoral, evitando assim a incerteza jurídica em torno desse tema.

Logo em seguida, no segundo ponto do relatório, há uma análise específica da sétima relatoria, dos pontos, itens legislativos e propostas de lei, inclusive uma proposta de emenda à Constituição que trata da liberdade de expressão no período eleitoral.

A primeira análise diz respeito ao PL nº 9.504, de 1997, que cria o conceito de pesquisa eleitoral fraudulenta, criando, inclusive, um crime com relação a isso. E diz que a divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime punível com detenção de seis meses a um ano e multa no valor de R$500 mil a R$1 milhão, conforme o texto proposto.

Só que a questão aqui é que a forma de se auferir se a pesquisa é fraudulenta ou não é o resultado do pleito eleitoral. Então, por exemplo, divulga-se a pesquisa eleitoral e, depois, a eleição acontece. São pesquisas que são divulgadas até cinco dias do pleito eleitoral, e, eventualmente, se o eleitor mudar de ideia naquele caminho – e sabemos que isso é normal –, aquela pesquisa passa a ser considerada como fraudulenta, o que levaria a repercussões penais e criminais para quem a divulgou.

Desse ponto de vista, apesar de louvável o interesse de garantir a idoneidade de pesquisas eleitorais, não me parece uma boa medida legislativa, porque, na verdade, o eleitor se beneficia caso haja uma pluralidade de pesquisas eleitorais, por exemplo, apontando os resultados do pleito. Então, é muito mais seguro para o eleitor se houver uma pluralidade de pesquisas que haver restrições a realizações de pesquisas, o que, por sua vez, poderia gerar um desestímulo, inclusive, para que as pesquisas acontecessem.

O meu voto é que não é uma boa técnica legislativa e, então, é desfavorável a esse projeto de lei.

A segundo questão é o PL nº 7.780, de 2010, que trata, dentro outros termos, da questão da trucagem, da montagem ou de outro recurso de vídeo que prejudique eventualmente candidatos e que seja usado no período eleitoral. Aqui, eu acho que é uma discussão que já é bastante simples também. Vivemos num momento em que as mídias, especialmente as mídias digitais, são

usadas para fazer *remixes*, manipulações, montagens, trucagens e assim por diante. Simplesmente criminalizar essas trucagens e montagens não me parece o caminho correto. De modo que eu apoio a proposta existente no PL nº 7.780 de dizer que essas montagens e trucagens são passíveis de punição criminal, quando, efetivamente, forem calúnias, injúrias ou difamações no termos do Código Penal. Então, hoje, há uma regra que simplesmente veda trucagens e montagens, e o PL nº 7.780, a meu ver, corretamente, diz que essa vedação não tem lugar exceto se, de fato, acontecer calúnia, injúria ou difamação.

Outro ponto do PL nº 7.7.80 diz que fica vedado, durante o período eleitoral, veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa que beneficie ou prejudique candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente. Aí a questão que se põe é como se vai determinar se o filme ou a novela ou a minissérie beneficia determinado partido. Então, por exemplo, numa eleição acirrada, exibir um filme que tem uma forte conotação política, como, por exemplo, 1900, do Bernardo Bertolucci, seria algo que beneficiaria uma determinada coalizão ou não beneficiaria? Ou exibir Lincoln, do Steven Spielberg, que tem também uma visão política forte, vai beneficiar alguém ou não? Então, aqui, pelo ponto de que é impossível aferir esse tipo de benefício e fazer essa intervenção quanto à exibição de obras dramáticas, não faz nenhum sentido esse aspecto específico do PL nº 7.780.

Por fim, a análise diz respeito à PEC nº 57, de 2012, que é uma PEC que veda a divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem os pleitos eleitorais, primeiro e segundo turnos. Eu acho que esse é um projeto bastante problemático, porque ele passa a proibir um tipo de discurso essencial que é a divulgação das pesquisas eleitorais justamente no momento que antecede a votação. Uma das razões desse problema é que as pesquisas eleitorais idôneas têm justamente o efeito de servir de antídoto a fraudes eleitorais. Então, o país que proibisse a divulgação de pesquisa eleitoral nesses 15 dias que antecedem o pleito estaria muito mais vulnerável a uma fraude eleitoral, haja vista a impossibilidade de auferir a soberania do eleitor nesse momento tão importante do pleito, de modo que eu acredito ser algo que é temerário que se proponha, além de ser algo que toca uma cláusula pétrea da Constituição Federal, que diz respeito à liberdade de expressão, afinal de contas se está suprimindo um tipo de discurso, e, em segundo lugar, tornando a eleição mais suscetível à fraude, a meu ver. Então, basicamente são esses pontos que estão esposados no relatório, e eu submeto aos demais Conselheiros para deliberação.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheiro Ronaldo. Na troca de *e-mail* que nós tivemos, tanto eu quanto o Nascimento estamos de acordo com o Relatório. Queria perguntar aos membros do Conselho se querem fazer algum comentário, algum...

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu acho que está correta a preocupação do Conselheiro de identificar a dificuldade de construir regras tão positivas, tão determinantes, embora – e eu acho que o Conselheiro também levanta a questão, e eu queria só registrar isso – seja preocupante a utilização de pesquisas mal feitas ou bem feitas de acordo com interesses desse ou daquele partido.

O Rio Grande do Sul é marcado por pesquisas que se mostraram completamente não verdadeiras, ou seja, com erros acima do suportável por qualquer critério matemático de averiguação. Portanto, sim, pesquisas têm sido utilizadas de maneira política, publicidades têm sido... É visível agora, neste momento, números de candidatos estarem presentes em propagandas de marcas, de produtos. É visível manifestações, supostamente empresariais, conterem, embutidas, marcas, indicadores que, sim, apontam para posições. É histórico, e depois detectado nas pesquisas que a academia fez, o papel de novelas em momentos eleitorais brasileiros, onde, sim, foram constituídas cenas, personagens que conduziram para determinadas posições.

Então, em que pese a dificuldade de construir uma regra, uma lei sobre isso, o que eu acho que nós podemos fazer – e a minha manifestação vem nesse sentido – é conter uma preocupação nessa linha e prever a possibilidade. Eu acho que o Conselho Comunicação Social do Congresso Nacional é o melhor lugar de prever o debate sobre isso; no mínimo, o debate posterior, ou seja, de averiguação do que foi feito e do que não foi feito, porque senão nós continuaremos à mercê de supostas empresas de pesquisas que se comportam como verdadeiros partidos políticos, como verdadeiros braços partidários, e conteúdos, sim, conteúdos dramáticos ou não, jornalísticos ou não, que se alinham a essa ou àquela posição.

Então, acho que este Conselho tem a obrigação – ao mesmo tempo em que concordo que rejeitar seria impossível de fazer – de acolher a sensação de que isso não é inédito, de que isso não é fantasia, de que isso não é conspiração, teoria conspiratória, não; isso são ferramentas muito utilizadas, não só no Brasil, infelizmente.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Conselheiro Schröder. Somente para aderir também à manifestação, a preocupação com a pesquisa fraudulenta é porque a fraude, na verdade, deve recair sobre quem faz a pesquisa e não como se divulga a pesquisa. A legislação eleitoral coloca critérios que, para poder divulgar publicamente, você tem que dar determinados dados, registrados na Justiça eleitoral, e esse projeto, muitas vezes, quer corresponsabilizar os meios de comunicação ou qualquer veículo de comunicação que venha a divulgar. Então, só para colocar.

Então, queria perguntar aos membros titulares do Conselho de Comunicação. na mesma toada anterior, se...

Eu já ia passar para a votação, mas com a palavra, rapidamente, o Conselheiro.

O SR. ROBERTO FRANCO – Um comentário muito breve. Eu também adito aqui ao relatório.

Apenas como recomendação, eu sugeriria que, no final do relatório, tivesse uma conclusão e proposta de encaminhamento destacando os pontos em que os trechos dos projetos sobre os quais há concordância, como o caso...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Na verdade, seria uma proposta de ter uma parte dispositiva...

O SR. ROBERTO FRANCO – De ter, como de costume, conclusões e encaminhamento, para facilitar a deliberação no Congresso. Só isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Sei. Seria um adendo à parte final. Seria termos uma parte mais dispositiva recomendando a rejeição dos dispositivos analisados no Conselho.

O SR. ROBERTO FRANCO – Rejeições ou aprovações...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente.

Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Só rapidamente. Eu acho que dá para fazer isso hoje, durante o almoço mesmo, para podermos deliberar hoje à tarde.

Com relação à preocupação do Conselheiro Schröder, está contemplado no relatório. Existem pesquisas fraudulentas, existem tentativas de acabar com o princípio da igualdade, inclusive, no debate eleitoral. Isso está dito aqui no relatório. A única questão é que essas técnicas legislativas propostas não me pareceram os caminhos adequados para lidar com o tema. É isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente.

Algum comentário mais? *(Pausa.)*

Então, eu queria submeter à aprovação do relatório.

Os membros titulares do Conselho que o aprovam permaneçam como estão, segundo prática regimental. (*Pausa.*)

Então, está aprovado, à unanimidade.

Vamos comunicar, na parte da tarde, ao Presidente do Conselho, Dom Orani Tempesta, para, eventualmente, pautar isso na reunião de hoje.

Há mais três itens de pauta, mas acho que temos que transferir para a próxima reunião, de modo a não atrasar as reuniões do Conselho, porque ainda teremos, inclusive, uma audiência pública.

Com essas palavras, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social.

Vamos nos encontrar às 14 horas em ponto.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DA COMISSÃO TEMÁTICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2014, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha).

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

2ª REUNIÃO DE TRABALHO DE 2014, EM 2 DE JUNHO DE 2014, ÀS 11H, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

COORDENADOR: ALEXANDRE KRUEL JOBIM

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio		MARCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio	
LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita		MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas			

VISTO: _____, em 2 de junho de 2014.
COORDENADOR

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não temos mais nenhuma manifestação dos conselheiros aqui.

Então, muito obrigado pela oportunidade e pelo rico debate.

(Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

06/08/2014
Quarta-feira

10h	**Ordem do Dia** Plenário
12h	**Recebe a senadora Vanessa Grazziotin acompanhada de membros do Conselho Nacional de Saúde** Sala de Audiências
13h	**Recebe Dom Orani Tempesta acompanhado de membros do Conselho de Comunicação Social** Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Douglas Cintra** (S)
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Fleury** (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PDT - Kaká Andrade** (S)

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Odacir Soares** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-SD - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 26
PMDB-19 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia ... PP/RS
Benedito de Lira ... PP/AL
Casildo Maldaner ... PMDB/SC
Ciro Nogueira ... PP/PI
Eduardo Braga ... PMDB/AM
Eunício Oliveira ... PMDB/CE
Francisco Dornelles ... PP/RJ
Ivonete Dantas ... PMDB/RN
Jader Barbalho ... PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos ... PMDB/PE
João Alberto Souza ... PMDB/MA
José Sarney ... PMDB/AP
Kátia Abreu ... PMDB/TO
Lobão Filho ... PMDB/MA
Luiz Henrique ... PMDB/SC
Odacir Soares ... PP/RO
Paulo Davim ... PV/RN
Pedro Simon ... PMDB/RS
Renan Calheiros ... PMDB/AL
Ricardo Ferraço ... PMDB/ES
Roberto Requião ... PMDB/PR
Romero Jucá ... PMDB/RR
Sérgio Petecão ... PSD/AC
Valdir Raupp ... PMDB/RO
Vital do Rêgo ... PMDB/PB
Waldemir Moka ... PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 23
PT-13 / PDT-6 / PCdoB-2 / PSOL-1
PRB-1

Acir Gurgacz ... PDT/RO
Ana Rita ... PT/ES
Angela Portela ... PT/RR
Anibal Diniz ... PT/AC
Cristovam Buarque ... PDT/DF
Delcidio do Amaral ... PT/MS
Eduardo Suplicy ... PT/SP
Gleisi Hoffmann ... PT/PR
Humberto Costa ... PT/PE
Inácio Arruda ... PCdoB/CE
João Durval ... PDT/BA
Jorge Viana ... PT/AC
José Pimentel ... PT/CE
Kaká Andrade ... PDT/SE
Lindbergh Farias ... PT/RJ
Marcelo Crivella ... PRB/RJ
Paulo Paim ... PT/RS
Pedro Taques ... PDT/MT
Randolfe Rodrigues ... PSOL/AP
Vanessa Grazziotin ... PCdoB/AM
Walter Pinheiro ... PT/BA
Wellington Dias ... PT/PI
Zeze Perrella ... PDT/MG

Bloco Parlamentar da Minoria - 17
PSDB-12 / DEM-4 / SD-1

Aécio Neves ... PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira ... PSDB/SP
Alvaro Dias ... PSDB/PR
Antonio Anastasia ... PSDB/MG
Cássio Cunha Lima ... PSDB/PB
Cícero Lucena ... PSDB/PB
Cyro Miranda ... PSDB/GO
Fleury ... DEM/GO
Flexa Ribeiro ... PSDB/PA
Jayme Campos ... DEM/MT
José Agripino ... DEM/RN
Lúcia Vânia ... PSDB/GO
Maria do Carmo Alves ... DEM/SE
Mário Couto ... PSDB/PA
Paulo Bauer ... PSDB/SC
Ruben Figueiró ... PSDB/MS
Vicentinho Alves ... SD/TO

Bloco Parlamentar União e Força - 10
PTB-6 / PR-4 / PSC

Alfredo Nascimento ... PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues ... PR/SP
Blairo Maggi ... PR/MT
Douglas Cintra ... PTB/PE
Epitácio Cafeteira ... PTB/MA
Fernando Collor ... PTB/AL
Gim ... PTB/DF
João Vicente Claudino ... PTB/PI
Magno Malta ... PR/ES
Mozarildo Cavalcanti ... PTB/RR

PSB - 4

Antonio Carlos Valadares ... SE
João Capiberibe ... AP
Lídice da Mata ... BA
Rodrigo Rollemberg ... DF

PROS - 1

Ataídes Oliveira ... TO

Bloco Parlamentar da Maioria	26
Bloco de Apoio ao Governo	23
Bloco Parlamentar da Minoria	17
Bloco Parlamentar União e Força	10
PSB	4
PROS	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Aureliano* (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (PSB-SE)
Ataides Oliveira** (PROS-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cicero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Douglas Cintra** (Bloco-PTB-PE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Fleury** (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)
Ivonete Dantas* (Bloco-PMDB-RN)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kaká Andrade** (Bloco-PDT-SE)
Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)
Lídice da Mata** (PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Odacir Soares** (Bloco-PP-RO)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-SD-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3º - João Durval - (PDT-BA)

4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26

Líder

Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 19

Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10

Líder

Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líder
Alfredo Nascimento (41,63)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (125)
Mozarildo Cavalcanti (57,126)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 0

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23

Líder

Humberto Costa - Bloco (116,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (69,55,70,99)
Inácio Arruda (89,94,115,127)
Marcelo Crivella (96,120,128)

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa (116,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 6

Acir Gurgacz (69,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (3,91,117)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,115,127)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (96,120,128)

Governo

Líder

Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17

Líder

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,123)
Jayme Campos (28,106,110,134)
Alvaro Dias (73,122)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,122)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Líder do SD - 1

Vicentinho Alves (42,54,71,131)

PSB - 4

Líder

Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98)

Vice-Líder
Lídice da Mata (29,38,83,125)

PROS - 1

Líder

Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.

46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.

82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Wilder Morais é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
119. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.

121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.
122. Senador Alvaro Dias é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
123. Senador Mário Couto é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
124. Senador Jayme Campos é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
125. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador João Vicente Claudino para a 1º Vice-Líder do PTB.
126. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti para a 2º Vice-Líder do PTB.
127. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
128. Senador Marcelo Crivella é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
129. Em 22/05/2014, é lido o Of. 2/2014-GLGOV, que comunica o desligamento da Senadora Lídice da Mata do cargo de Vice-Líder da Liderança do Governo.
130. Senador Wilder Morais licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
131. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4,9)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

***. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

9. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

2) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Gulherme Brandão
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

3) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4) CPI DA PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 302, de 2014, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, composta por treze titulares e oito suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)
RELATOR: Senador José Pimentel (PT-CE)

Leitura: 01/04/2014
Designação: 13/05/2014
Instalação: 14/05/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
João Alberto Souza (PMDB-MA) (4)	1.
Valdir Raupp (PMDB-RO) (4)	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (4)	3.
Ciro Nogueira (PP-PI) (4)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
José Pimentel (PT-CE) (1)	1. Anibal Diniz (PT-AC) (1,2)
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1,2)	2. Jorge Viana (PT-AC) (1)
Humberto Costa (PT-PE) (1)	
Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cyro Miranda (PSDB-GO)	1. Jayme Campos (DEM-MT)
	2. Vicentinho Alves (SD-TO)
VAGO (5)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (3)	1. Eduardo Amorim (PSC-SE) (3,6)
Gim (PTB-DF) (3)	

Notas:

1. Em 14.05.2014,os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Humberto Costa e Acir Gurgacz são designados como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin são designados como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 45/2014-GLDBAG).
2. Em 14.05.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ser membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 46/2014-GLDBAG).
3. Em 14.05.2014, os Senadores Antônio Carlos Rodrigues e Gim são designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim como membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 510/2014-BLUFOR).
4. Em 14.05.2014, os Senadores João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira são designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 96/2014-GLPMDB)
5. Em 14.05.2014, o Senador Wilder Morais solicita a sua retirada deste Colegiado (Of.29/2014-GSWMOR)
6. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Finalidade: Estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma do Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Designação: 30/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunicio Oliveira (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senador Humberto Costa (PT)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Fleury (DEM) (1,6)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Blairo Maggi (PR) (2,3,5)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)	2.

Notas:

*. Em 28.05.2014, foi criada, nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2014, Comissão de Juristas para acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, com os seguintes membros: Ministro Luiz Fux, presidente; Professora Tereza Arruda Alvim Wambier; Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro; Professor José Roberto dos Santos Bedaque; e, Professor Bruno Dantas.

**. Em 03.06.2014, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores José Pimentel e Antônio Carlos Valadares para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Vital do Rêgo (Mem. 01/2014-CTCPC).

1. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

2. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.

3. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.

4. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

5. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 542/2014-BLUFOR).

6. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 14/2014-GLDEM).

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (7)	
Senador José Pimentel (PT) (4)	1. Senador João Capiberibe (PSB) (5)
Senador Anibal Diniz (PT) (4)	2. Senadora Angela Portela (PT) (5)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (4)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunicio Oliveira (PMDB) (1)	1. VAGO (1,8)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (1)	2. Senadora Ana Amélia (PP) (1)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (1)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) (1)
Senador Francisco Dornelles (PP) (1)	4. Senador Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (6)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (3)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Gim (PTB) (2)	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Anibal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
8. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (6,3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (5)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (7)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (6)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarajá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS
Senador Anibal Diniz (PT)
Senador Jorge Viana (PT)
Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP) (1,2)
Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:

*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

2. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

1. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013
Prazo final prorrogado: 09/09/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Eduardo Amorim (PSC) (2)
Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 23.04.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de maio de 2014.
**. Em 28.05.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 7, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 27 de junho de 2014.
***. Em 02.07.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 10, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 9 de setembro de 2014.
1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).
2. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013
Prazo final prorrogado: 21/09/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Eduardo Braga (PMDB)
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)
Senador Douglas Cintra (PTB) (3,4)
Senador Eunicio Oliveira (PMDB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (2)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:
*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013.
**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.
***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.
****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.
*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.
******. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.
*******. Em 8.5.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 4, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.7.2014.
********. Em 2.7.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 11, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 21.9.2014.
1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.
2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
3. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
4. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 529/2014 - BLUFOR).

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS
Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
**. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
************. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*************. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**************. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

9) COMISSÃO DE JURISTAS PARA ACOMPANHAR A COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA AO CPC

Finalidade: Acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.
(Ato do Presidente nº 8, de 2014)

PRESIDENTE: Ministro Luiz Fux

MEMBROS
Ministro Luiz Fux
Professora Tereza Arruda Alvim Wambier
Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro
Professor José Roberto dos Santos Bedaque
Professor Bruno Dantas Nascimento

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (89,55,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (68,94,15)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Gleisi Hoffmann (PT) (90)	4. Humberto Costa (PT) (57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
VAGO (60,87)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) (60,83)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. VAGO (3,7,16,26,27,60,99)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Odacir Soares (PP) (60,97,98,107)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PMDB) (23,25,43,44,55,59,60,82)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (93)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Vicentinho Alves (SD) (2,56,95,96)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30,79,81,85,88)	5. Fleury (DEM) (4,15,60,101,108)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (45,94,29)	
Douglas Cintra (PTB) (67,100,105)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)
Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67,91,92,102,103,106)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76,104)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. VAGO (21,67,77,80,84)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).
93. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
94. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
95. Vaga cedida temporariamente ao SD (Of. nº 34/2014-GLPSDB).
96. Em 29.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Aécio Neves (Ofício nº241/2014-GSVALV).
97. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
98. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
99. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
100. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
101. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
102. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
103. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
104. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
105. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 521/2014 - BLUFOR).
106. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 533/2014-BLUFOR).
107. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 160/2014-GLPMDB).
108. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 14/2014-GLDEM).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: Terças-Feiras10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (6)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO (4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (5)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1,7)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC) (8)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

4. Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

7. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

8. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (11,1)	
Delcidio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. VAGO (9)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (10)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB) (12)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
10. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
11. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
12. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM) (7)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB) (6)	1. VAGO (2,3,8,9)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
2. Senador Blairo Maggi licencio-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
3. Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
7. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
8. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
9. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos(Of. nº 254/2013/CAE).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (42,60,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Ana Rita (PT) (57)	4. Wellington Dias (PT) (57)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. VAGO (23,30,35,55,6,17)
Roberto Requião (PMDB) (23,35,37,2)	2. VAGO (23,30,35,40)
Casildo Maldaner (PMDB) (23,35,3,4)	3. Eduardo Braga (PMDB) (23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (23,30,35)
Ana Amélia (PP) (21,23,35,14,15,16)	6. Benedito de Lira (PP) (23,30,35,10)
Paulo Davim (PV) (23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (23,30,35)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (59)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (34,9,11,13)
Fleury (DEM) (34,40,43,44,63,64,7,9)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM) (50,51,54,56)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (27,60,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,38,41,45,46)	1. Douglas Cintra (PTB) (41,61)
Eduardo Amorim (PSC) (41,62,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) (34,41)
Gim (PTB) (28,29,32,39,41,47,48,51,53,58)	3. VAGO (33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunicio Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG)
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).
59. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
60. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

61. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
62. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
63. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 522/2014 - BLUFOR).
64. Em 05.08.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador José Agripino(Of. nº 15/2014 - GLDEM).

Secretário(a): Dulcidia Ramos Calhão
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (77)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (77)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (82,118,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,87,89)
Gleisi Hoffmann (PT) (54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,75)
Anibal Diniz (PT) (6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,78)
Inácio Arruda (PCdoB) (124,130)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) (32,33,114,115)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Paulo Paim (PT) (91,93,106)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Ana Rita (PT) (92,116)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) (2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,76)	3. VAGO (13,16,39,50,52,53,63,64,76,119,121)
Ricardo Ferraço (PMDB) (39,50,76,109,111)	4. VAGO (14,16,39,50,76,122)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,76,103,105)	6. Benedito de Lira (PP) (39,76)
Francisco Dornelles (PP) (39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,76,106,107)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,76,120,121)	8. Kátia Abreu (PMDB) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76,104)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (117)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,72,99,100)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,85)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,109)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (59,118,38)	
Douglas Cintra (PTB) (81,123,128)	1. Gim (PTB) (5,45,65,80,81)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,81,83,84)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,79,81,127)
Magno Malta (PR) (81)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,81,112,113,125,126,129)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,81,90,101)

Notas:

****.** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares, e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL, determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

************. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim(Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim(OF. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias(OF. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita(Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).
114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).
116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias(Of. nº 028/2014-GLDBAG).
117. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
118. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
119. Em 30.04.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 94/2014-GLPMDB).
120. Em 30.04.2014, o Senador José Sarney é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 95/2014-GLPMDB).
121. Em 29.05.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador José Sarney, na Comissão (Of. 116/2014-GLPMDB).
122. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
123. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
124. Em 16.07.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Inácio Arruda, na Comissão (Of. 63/2014-GLDBAG).
125. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
126. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
127. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
128. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 523/2014 - BLUFOR).
129. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 534/2014-BLUFOR).
130. Em 05.08.2014, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, na Comissão (Of. 068/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (1)	
Armando Monteiro (PTB) (6)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (68,90,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) (30,82)
João Capiberibe (PSB) (80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
José Sarney (PMDB) (41,60,88)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (41,44,60,87,88)
Eunício Oliveira (PMDB) (17,41,60,74,84)	5. Pedro Simon (PMDB) (41,44,75)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PMDB) (41,44,60,81)	9. (41)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (89)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (48,90,39)	
Douglas Cintra (PTB) (86,91,93)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66,92)
Gim (PTB) (66,71,72,73,77)	2. João Vicente Claudino (PTB) (1,40,66,67)
VAGO (11,24,66,79,86)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (34,35,57,66,73)
VAGO (24,58,66,83,85)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (49,50,56,65,66,83)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Anibal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********, **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********, **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcidio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (OF. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014)

88. Em 3.4.2014, o Senador José Sarney é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. nº 72/2014-GLPMDB).
89. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
90. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
91. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
92. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
93. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 526/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (51,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (51)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (64,87,88)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) (77,80)	5. Delcidio do Amaral (PT) (60,76,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. VAGO (37,38,47,48,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57,85,94)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Odacir Soares (PP) (55,88,89,96)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) (9,10,19,21,55,75)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (86)	
Alvaro Dias (PSDB) (50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cicero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. Mário Couto (PSDB) (23,45,74,84)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (40,87,93)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,40,59,65,82)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65,93)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71,83,91,92)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Douglas Cintra (PTB) (65,66,90,95)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********, Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********, Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licencion-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cicero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR)
84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
86. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
87. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
88. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
89. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
90. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
91. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
92. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
93. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
94. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.
95. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 527/2014 - BLUFOR).
96. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 156/2014-GLPMDB).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (17,3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (16)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14,18)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

18. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,23)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (2,4,5)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,21,22)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20,25,26)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (23)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17,27)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Anibal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
23. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
24. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
25. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
26. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
27. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Aníbal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
VAGO (1,3,4,7,15)	1. Ivo Cassol (PP) (10,17,18)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (8)	
Blairo Maggi (PR) (5,9,12)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
18. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Anibal Diniz (PT) (2)	1. Jorge Viana (PT) (2)
VAGO (2,4)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) (2)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (6)	
Cícero Lucena (PSDB) (2)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) (2,7)	1. Blairo Maggi (PR) (2,5)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (66,85,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (59,77,21)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
Roberto Requião (PMDB) (58,67,75)	1. VAGO (58,75,81,6,8,25,32)
VAGO (40,58,70,2,11,27,28,29)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (39,58,31,33)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (58,62,74,76,16,30)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (58,18)	5. VAGO (11)
Lídice da Mata (PSB) (74,76,78)	6.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (84)	
Jayme Campos (DEM) (34,44,61,71,86,3,7,35)	1. Cyro Miranda (PSDB) (57,88,5,22)
Lúcia Vânia (PSDB) (87,4)	2. Alvaro Dias (PSDB) (56,88)
Cícero Lucena (PSDB) (35,43,52,88,17)	3. Fleury (DEM) (46,89,90)
Flexa Ribeiro (PSDB) (88)	4. Mário Couto (PSDB) (88)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (49,85,41)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) (45,53,65,79)
Gim (PTB) (42,64,65,69,9)	2. VAGO (63,65,79,80)
Marcelo Crivella (PRB) (65,73,82,83)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011 - GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013 - GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivela é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 28.05.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 13/2014-GLDEM)
87. Em 29.05.2014, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 50/2014-GLPSDB)
88. Em 10.06.2014, foi lido o Ofício GLPSDB nº 51/2014, designando os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e Mário Couto, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
89. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
90. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 14/2014-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (9,2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (8)	
VAGO (6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
8. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
9. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os niveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (2)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (3)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (2)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

3. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

**. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013, a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

**. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (48,64,7)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcidio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,6)	3. Gleisi Hoffmann (PT) (60,3)
Anibal Diniz (PT) (44,5,8,9)	4. Marcelo Crivella (PRB) (61,62,17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lidice da Mata (PSB) (62)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (37,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (21,28,32,33,40,12,13,14)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (63)	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (38,2)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (55,56,58,59,30,45,10)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (29,64,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (51,52,47)	1. Gim (PTB) (34,46,47)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (66,47,1)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. Douglas Cintra (PTB) (54,65,67,19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

**********, Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcidio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

**********, **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********, **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunicio Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
66. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
67. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 528/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (17,3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (2,4,13,15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (5,6,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licencios-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (14,2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcidio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (3,4,11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (13)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

11. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

12. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

13. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

14. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e

a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (27,6)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (11,12,24,25)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcidio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. VAGO (1,5,9,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (26)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
26. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
27. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (59,8,84)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) (19,20,80,82)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO (18,77)	6. Lídice da Mata (PSB) (67)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
VAGO (25,32,33,46,47,54,88)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. VAGO (2,3,10,25,54,75)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Odacir Soares (PP) (25,54,86,87,94)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PMDB) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (83)	
Cícero Lucena (PSDB) (51,55,65)	1. Vicentinho Alves (SD) (51,85)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) (4,7,51,61,72)
Fleury (DEM) (28,36,89,95)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37,68,70,74,76)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (40,24,84)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (35,45,57,60,78,79,90,91,93)	2. João Vicente Claudino (PTB) (60,66,81)
VAGO (34,60,62,63,69,73)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60,92)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

**********, **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********, **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunicio Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg(Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Ruben Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (OF. nº 18/2014 - GLDBAG)
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BLUFOR).
83. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
84. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
85. Em 23.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aécio Neves e cedida pela Liderança do PSDB (Ofs. 31/2014-GLPSDB e 235/2014-GSVALV).
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
89. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

90. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
91. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
92. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
93. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 535/2014-BLUFOR).
94. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 157/2014-GLPMDB).
95. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 14/2014-GLDEM).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (4)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO (2)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (5)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (3)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

3. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

5. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (15)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP) (16,17)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (14)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
14. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
15. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
16. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
17. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (5)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (6)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (4)	
Cícero Lucena (PSDB) (3)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) (7)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Of. 157/2013-CI).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

6. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

7. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

(1). Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomcj@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (49,10,64)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) (65)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (9,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Odacir Soares (PP) (26,42,65,66,71)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PMDB) (42,57)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (63)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Fleury (DEM) (4,35,68,72)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (36,28,64)	
Douglas Cintra (PTB) (40,48,50,67,70)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (50,59)
Eduardo Amorim (PSC) (30,50,51,52,55,58,61,62,69)	2. VAGO (50)
VAGO (50,53,54,56,60)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares, e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********, Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
66. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
67. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

68. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
69. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
70. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 525/2014 - BLUFOR).
71. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 158/2014-GLPMDB).
72. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 14/2014-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scom.cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (10,11)	
Wellington Dias (PT)	1. VAGO (8)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (9)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) (2,3,4,6,7,11)	1.

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
3. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
4. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
7. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Magno Malta não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
10. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
11. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (13,3)	
VAGO (9)	1. VAGO (6,7)
VAGO (5)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)	
Ana Amélia (PP)	1. Ivo Cassol (PP) (14,15,8,11)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (12)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (10)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
5. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
6. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
7. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR)
10. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR)
11. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcante (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR).
12. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
13. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
14. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
15. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (2)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (1)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
2. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. VAGO (8)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (9)	
VAGO (3,6,8)	1. Cicero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Cássio Cunha Lima não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (15,85,65)	
Delcidio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) (7,10,22,23,57,80)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,67)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (87)	
VAGO (62,88)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
VAGO (62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Sérgio Petecão (PSD) (12,13,19,21,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Odacir Soares (PP) (17,62,76,86,87,93)
Kátia Abreu (PMDB) (31,59,61,62,75)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63,83,91)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (84)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60,71,73)	1. Fleury (DEM) (60,94)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM) (72,74,77,79)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (45,85,87)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56,81,82,89,90,92)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*******, **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********, Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão do cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo(Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
89. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
90. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
91. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.
92. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 536/2014-BLUFOR).
93. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 159/2014-GLPMDB).
94. Em 05.08.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSDB (Ofícios nºs 64/2014-GLPSDB e 18/2014-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (48,38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcidio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (10,12)
João Capiberibe (PSB) (8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Marcelo Crivella (PRB) (1,19,20,44,45)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Odacir Soares (PP) (31,49,50,52)
Luiz Henrique (PMDB) (31,36)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. VAGO (5,6,13,15,25,43)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (47)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (30,37,46)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (24,48,21)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (3,16,39)	2. VAGO (16,29,39,41,42)
Eduardo Amorim (PSC) (39,51)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*********, Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 27/2014 - GLDBAG e Of. nº 47/2014 - BLUFOR).
46. Em 1.4.2014, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).
47. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
48. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
49. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
50. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
51. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
52. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 160/2014-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Luiz Henrique (PMDB) (2)	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) (2)	2.
Ana Amélia (PP) (2)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) (12,1)	
Cristovam Buarque (PDT) (3)	1. Lídice da Mata (PSB) (3)
Humberto Costa (PT) (3)	2. Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Walter Pinheiro (PT) (3,8)	3. Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) (11)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1.
Fleury (DEM) (7,13,18)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (12)	
Blairo Maggi (PR) (4,9,10,14,15,17)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (4,16)	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).
11. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
12. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
13. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
14. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
15. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
16. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
17. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 537/2014-BLUFOR).
18. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 14/2014-GLDEM).

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (1)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:
1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO (3)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) (2)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (2)	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
João Durval (BA) (2)
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (3)
PSC

Eduardo Amorim (SE) (6)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 25/07/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves foi eleita Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
5. A Senadora Angela Portela foi reconduzida ao cargo de Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
6. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcidio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Douglas Cintra (PE) (6,7,9)
PP
Ivo Cassol (RO) (4,5)
PDT
Acir Gurgacz (RO) (2)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (3)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (8)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 28/07/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
5. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, a partir de 18.07.2014, conforme RQS nº 686/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
8. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
9. Em 28.07.2014, o Senador Douglas Cintra foi designado para ocupar a vaga do PTB, em substituição ao Senador Armando Monteiro, conforme Of. nº 0524/2014-BLUFOR, datado de 18.07.2014, lido na sessão do Senado Federal de 28.07.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (14)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (14)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) (1)
PT
Ana Rita (ES) (2)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (3)
PTB
Gim (DF) (4)
PP
Ana Amélia (RS) (5)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (6)
PSB
João Capiberibe (AP) (7)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (13)
PR
PSD
Sérgio Petecão (AC) (8)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (9)
PV
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (10)
PSC

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (11)
PROS
SD
Vicentinho Alves (TO) (12)

Atualização: 29/05/2014

Notas:

1. A Senadora Ivonete Dantas foi designada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 098/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. A Senadora Ana Rita foi designada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 007/2014-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. O Senador Cícero Lucena foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 32/14-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
4. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of. nº 507/2014 ? BLUFOR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
5. A Senadora Ana Amélia foi designada para ocupar a vaga do PP, conforme o Memo. nº 023/2014- GLDPP , lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
6. O Senador Cristovam Buarque foi designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT-014/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
7. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0019/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
12. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVALV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
8. O Senador Sérgio Petecão foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 06/2014-GLPSD, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
9. O Senador Inácio Arruda foi designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of. GLPCdoB nº 003/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
10. O Senador Marcelo Crivella foi designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Memo nº 042/2014-GSMC, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
11. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
13. A Senadora Maria do Carmo Alves foi designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of. nº 012/14-GLDEM, datado de 21.05.2014, lido na sessão do Senado Federal de 22.05.2014.
14. Os Senadores Cristovam Buarque e Ana Rita foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na reunião iniciada em 27.05.2014 e finalizada em 28.05.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (6)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (2)
PSB
João Capiberibe (AP) (4)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
Blairo Maggi (MT) (7,8,10)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
VAGO (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (3)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (9)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
SD
Vicentinho Alves (TO)
PROS

Atualização: 05/08/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014
5. O Senador Paulo Davim foi eleito Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
6. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito Vice-Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
7. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
8. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
9. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
10. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 543/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO) (6,7)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT) (5,8,9,10)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO (4)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada
André Lima (3)
Pesquisador com produção científica relevante
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 05/08/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.
6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
8. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
9. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
10. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 540/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) (10)
PT
Paulo Paim (RS) (11)
PSDB
Lúcia Vânia (GO) (8)
PTB
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
João Durval (BA) (7)
PSB
Lídice da Mata (BA) (12)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
PRB
VAGO (2,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (9,14)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (4)

Atualização: 22/07/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (14)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (14)

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) (8)
PT
Paulo Paim (RS) (9)
PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (SP) (15)
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) (1)
PSB
Lídice da Mata (BA) (2)
DEM
PR
Blairo Maggi (MT) (12,16,17,19)
PSD
Sérgio Petecão (AC) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (4)
PV
Paulo Davim (RN) (11)
PRB
VAGO (5,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (6,18)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (7)
SD

Vicentinho Alves (TO) (10)

Atualização: 05/08/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of.GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of.nº028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.
15. O Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 41/2014-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 08.05.2014.
16. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
17. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
18. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
19. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 541/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2014: OFN nº 10/2014

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) [5]
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) [5]
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) [5]
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) [5]

Relator do PLDO / 2015: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) [7]
Relator do PLOA / 2015: Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Relator da Receita: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD / PV)**	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) [4]
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PCdoB / PSOL)**	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC / PRB)**	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) [6]	2.
SD [1]	
Vicentinho Alves (SD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

6- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 68 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

7- Nos termos do Of. Pres. N. 87/2014/CMO, do Presidente da CMO.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Geraldo Simões (PT/BA) [17]
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) [9]
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) [6]
Gastão Vieira (PMDB/MA) [5]	3. Hermes Parcianello (PMDB/PR) [11]
Sandro Mabel (PMDB/GO) [7]	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) [11]	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF) [12]
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2. Cesar Colnago (PSDB/ES) [16]
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3. Alfredo Kaefer (PSDB/PR) [18]
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dorner (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) [3]	3. Moreira Mendes (PSD/RO) [3]
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) [19]	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
[20]	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1. Carlos Melles (DEM/MG) [13]
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SD	
Henrique Oliveira (SD/AM) [8]	1. Benjamin Maranhão (SD/PB) [8]
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Paulo Wagner (PV/RN) [14]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) [7]	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) [7]
PDT	
Marcos Rogério (PDT/RO) [10]	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) [10]
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1.Filipe Pereira (PSC/RJ) [15]

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL [1]	
Ivan Valente (PSOL/SP) [4]	Chico Alencar (PSOL/RJ) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.

9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

11- Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

12- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

13- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

14- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

15- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 162 de 2014, da Liderança do PSC.

16- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17- Designado o Deputado Geraldo Simões, como membro suplente, em substituição ao Deputado Márcio Macedo, em 13-5-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT.

18- Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19- Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20- Vago em razão do afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6882 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Relator do PLOA / 2014: Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Relator da Receita: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT/BA)
II – Saúde	Senador Jorge Viana (PT/AC)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS)
VII – Justiça e Defesa	Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP/BA)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Izalci (PSDB/DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Vanessa Grazziotin (PDdoB/AM)
PMDB	João Alberto Souza (PMDB/MA)
SD	Vicentinho Alves (SD/TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Urzenir Rocha (PSD/RR)
PSC	Silvio Costa (PSC/PE)
PSDB	Nilson Leitão (PSDB/MT)
PSOL	Ivan Valente (PSOL/SP)
PSDB	Izalci (PSDB/DF)
PROS	Givaldo Carimbão (PROS/AL)
PMDB	João Magalhães (PMDB/MG)
DEM	Felipe Maia (DEM/RN)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
PTB	Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PSDB	Cyro Miranda (PSDB/GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Pedro Uczai (PT/SC)
PMDB	Sandro Mabel (PMDB/GO)
PSB	Alexandre Roso (PSB/RS)
PSD	Roberto Dorner (PSD/MT)
PP	Betinho Rosado (PP/RN)
PRB	Cleber Verde (PRB/MA)
PPS	João Magalhães (PMDB/MG)
PDT	Marcos Rogério (PDT/RO)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Gleisi Hoffmann (PT/PR)
PP	Ana Amélia (PP/RS)
PMDB	Valdir Raupp (PMDB/RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Alexandre Santos (PMDB/RJ)
PR	Luciano Castro (PR/RR)
PSD	Moreira Mendes (PSD/RO)
PP	Lázaro Botelho (PP/TO)
PCdoB	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PT	Assis Carvalho (PT/PI)
PT	Luiz Alberto (PT/BA)
SD	Benjamin Maranhão (SD/PB)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Gastão Vieira (PMDB/MA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	João Capiberibe (PSB/AP)
PSDB	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PR	Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Gastão Vieira (PMDB/MA)
PR	João Maia (PR/RN)
PSD	Eliene Lima (PSD/MT)
PTB	Arnon Bezerra (PTB/CE)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)
PP	Sandes Júnior (PP/GO)
PT	Ronaldo Zulke (PT/RS)
PSDB	Cesar Colnago (PSDB/ES)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Alfredo Sirkis (PSB/RJ) [15, 20, 27, 39 e 40]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) [15, 20, 27, 39 e 40]
Relator: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) [15, 20, 27, 39 e 40]

Instalação: 9-4-2014 [15, 20, 27 e 40]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
[7, 33, 36, 37 e 43]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
Inácio Arruda (PCdoB/CE) [22 e 38]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp (PMDB/RO) [3, 14, 28, 33 e 35]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [9, 11, 12 e 29]	3. [9, 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 10 e 29]	4. [3, 10 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. Jayme Campos [2, 34 e 34]
Wilder Morais [6, 10, 26, 41 e 42]	2. [6, 10, 26, 30, 31 e 32]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
Blairo Maggi (PR/MT) [30 e 43]	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 69/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 6-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 26-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
32- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
37- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
38- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
39- Vago (arts. 6º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
40- Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)
41- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
42- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 119 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
43- Designado, como membro titular, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 538, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2, 15]
Márcio Macêdo (PT/SE) [3]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [3]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 a 8]	1. Colbert Martins (PMDB/BA) [3 a 22]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 6 a 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [10 a 15]	1. Felipe Bornier (PSD/RJ) [14 a 25]
Thiago Peixoto (PSD/GO) [14 a 25]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 a 20]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [3 a 26]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [3 a 21]	1. Luis Carlos Heinze (PP/RS) [3 a 21]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [3]	1. [3 a 9]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) [2, 10 a 24]	1. [2, 10 a 16]
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) [2, 17 a 23]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [3, 7, 10, 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [3]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [3]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2, 18]	1. [3, 18]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 a 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, da Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 122/2011, da Liderança do PTB.

5- Vaga em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 20-9-2011, nos termos do art. 239 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vaga em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício DF 8/193/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 239, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vaga em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 185/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 5-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, da Lider do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vaga em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 595 e 596, de 2013, da Liderança do PSDB.

21- Designados o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luis Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição a Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 534, de 2013, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 6-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.

25- Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais[3, 10 e 11]	1. Jayme Campos (DEM/MT)[3, 6, 7, 8 e 9]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL[4]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)[4]	1.

Notas:

1- Uma vaga atribuída ao Senado Federal e uma vaga atribuída à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 128 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licencia-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 122 dias, a partir de 10-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Clovisito Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 10-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vaga em virtude de o Senador Clovisito Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

10- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 5 dias, conforme o Requerimento nº 783, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

11- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 784, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [4, 10]
Vice-Presidente: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) [4, 10]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) [6]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) [1]
LÍDER DA MAIORIA VICENTINHO (PT-SP)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) [2]
LÍDER DA MINORIA DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** WILDER MORAIS [3, 7, 13 e 14]
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA NELSON PELLEGRINO (PT/BA) [12]	**SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) [5]
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) [9]	**SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA**
DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) [11]	**SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) [8]

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.06.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Morais como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 039/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

11- Em 7-4-2014, o Deputado Hugo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.

12- Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 266, de 2014, da Liderança do PT.

13- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

14- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados [1]

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) [5]	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) [5]
Ana Amélia (PP/RS) [5]	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) [5]
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [5]	3.
Paulo Davim (PV/RN) [5]	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) [4]	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) [4]
Angela Portela (PT/RR) [4]	2. João Capiberibe (PSB/AP) [4]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [4]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [4]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) [6] [7]	1. Gim (PTB/DF) [6]
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [6]	2.
PROS [2]	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

7- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados [1]

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) [2]	
	1.

Notas:
1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Vice-Presidente: Deputado Arlindo Chinaglia
Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5, 13]
[5 e 14]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3 e 15]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 26-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

14- Vago em razão da renúncia do Senador Clésio Andrade ao cargo de Senador da República, em 15-7-2014 (Sessão do Senado Federal).

15- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) [1]	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) [1]
Luiz Pitiman (PSDB/DF) [1]	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) [1]	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) [1]
DEM	
Augusto Coutinho (SD/PE) [1]	1. João Bittar (DEM/MG) [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho (SD/DF) [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:
1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Adriana Alves Zaban
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 [3]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [4]
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 [5]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Adriana Alves Zaban
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá[2]

Instalação: 2-4-2013[2]
Prazo Final: 30-9-2013[4]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013[5]
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014[13]

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes[7]
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)[9]
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO)[10]
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	Esperidião Amin (PP/SC)[12]
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG)[14]
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ)[14]
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA)[14]
João Maia (PR/RN)[6 e 9]	Benedita da Silva (PT/RJ)[14 e 15]

Senado Federal

Titulares	Suplentes[7]
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO)[7 e 8]
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS)[7]
Walter Pinheiro (PT/BA)[12]	Ruben Figueiró (PSDB/MS)[11]
Pedro Taques (PDT/MT)	Wellington Dias (PT/PI)[16]
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	Cristovan Buarque (PDT/DF)[16]
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS)[5 e 7]	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8- Em 9-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Partido da Social Democrática– PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0900/2013 – GSKAAB.

9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10- Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11- Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12- Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.

15- Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

16- Nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 18 de junho de 2014, ficam designados os Senadores Wellington Dias e Cristovan Buarque como membros suplentes.

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

1) RQN Nº 2/2014

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas ; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados [1 e 2]

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:** 27-5-2014
- **Instalação da Comissão:** 28-5-2014
- **Prazo final da Comissão:** 23-11-2014

Presidente: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Vice-Presidente: Senador Gim (PTB/DF)
Relator: Deputado Marco Maia (PT/RS)

Senado Federal[1]

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
João Alberto Souza (PMDB/MA)	1.
Valdir Raupp (PMDB/RO)	2.
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	3.
Sérgio Petecão (PSD/AC)	4.
Ciro Nogueira (PP/PI)	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)[1]	
José Pimentel (PT/CE)	1. Jorge Viana (PT/AC)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Humberto Costa (PT/PE)	3. Ana Rita (PT/ES)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	4.Paulo Paim (PT/RS)
Aníbal Diniz (PT/AC)	5.Wellington Dias (PT/PI)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Alvaro Dias (PSDB/PR)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Mário Couto (PSDB/PA)	2. Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Jayme Campos (DEM/MT)	3. José Agripino (DEM/RN)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Eduardo Amorim (PSC/SE)[3]
Gim (PTB/DF)	2. Blairo Maggi (PR/MT)[4]
PROS[2]	
Ataídes Oliveira (PROS/TO)	1.

Notas:
1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
3- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
4- Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 644, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

Câmara dos Deputados[1]

Titulares	Suplentes
PT	
Marco Maia (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Sibá Machado (PT/AC)	2. Iriny Lopes (PT/ES)
PMDB	
Sandro Mabel (PMDB/GO)[6]	1. João Magalhães (PMDB/MG)
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA)	2. Eduardo Cunha (PMDB/RJ)[6]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI)	1. Jaime Martins (PSD/MG)
José Carlos Araújo (PSD/BA)	2. Moreira Mendes (PSD/RO)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)[7 e 9]	1. Izalci (PSDB/DF)
PP	
Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	1. José Otávio Germano (PP/RS)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)[4, 5 e 11]	1. Rodrigo Maia (DEM/RJ)[4, 5, 8, 10 e 11]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)[3]
PSB	
Júlio Delgado (PSB/MG)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
SD	
Fernando Francischini (SD/PR)	1. Simplício Araújo (SD/MA)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Rubens Bueno (PPS/SP)	1. Eurico Júnior (PV/RJ)
PTB	
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PROS	
Marcio Junqueira (PROS/RR)	1. Hugo Leal (PROS/RJ)
PDT[2]	
Enio Bacci (PDT/RS)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Em 3-6-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Deputado João Carlos Bacelar, como membro suplente, em substituição ao Deputado Aelton Freitas, nos termos do Ofício nº 214/2014 do PR.

4- Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 11-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 222, de 2014, da Liderança do DEM.

5- Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição Onix Lorenzoni, e, como membro suplente, Onix Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 225, de 2014, da Liderança do DEM.

6- Designado, como membro titular, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, e, como membro suplente, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Sandro Mabel, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 687, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 24-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 685, de 2014, da Liderança do PSDB.

8- Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 25-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 227, de 2014, da Liderança do DEM.

9- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 716, de 2014, da Liderança do PSDB.

10- Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 228, de 2014, da Liderança do DEM.

11- Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 30-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 245, de 2014, da Liderança do DEM.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn
E-mail: SLCN@senado.gov.br
Informações: (61) 3303-4050

2) RQN Nº 3/2014

Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa "SMB Offshore"; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrôs e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municiais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados [1 e 2]

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:
1- Duas vagas acrescida ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3) RQN Nº 4/2014

Finalidade: destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [1 e 2]

- **Leitura:** 7-5-2014
- **Designação da Comissão:** 16-7-2014
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal [1]

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP /PSD / PV)	
Casildo Maldaner (PMDB/MA)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
Ivonete Dantas (PMDB/RO)	2. Paulo Davim (PV/RN)
Benedito de Lira (PMDB/PB)	3.
	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB / PSOL) [1]	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Eduardo Suplicy (PT/SP)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. Jorge Viana (PT/AC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM / SD)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2. Lúcia Vânia (PSDB/GO)
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
Gim (PTB/DF)	1. Eduardo Amorim (PSC/SE)[3]
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	2. Blairo Maggi (PR/MT)[4]
PSB	
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
PROS[2]	
Ataídes Oliveira (PROS/TO)	1.

Notas:
1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga , nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
3- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
4- Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 545, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

Câmara dos Deputados[1]

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Carlos Zarattini (PT/SP)
Renato Simões (PT/SP)	2. Paulo Teixeira (PT/SP)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Fábio Trad (PMDB/MS)
José Priante (PMDB/PA)	2. Manoel Junior (PMDB/PB)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Marcos Montes (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Moreira Mendes (PSD/RO)
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	1. Bruno Araújo (PSDB/PE)
PP	
Luiz Fernando Faria (PP/MG)	1. Marcio Junqueira (PROS/RR)
PR	
Bilac Pinto (PR/MG)	1. Jânio Natal (PRP/BA)
PSB	
Dr. Ubiali (PSB/SP)	1. Keiko Ota (PSB/SP)
DEM	
Alexandre Leite (DEM/SP)	1.
SD	
Wladimir Costa (SD/PA)	1. Manato (SD/ES)
PTB	
Eros Biondini (PTB/MG)	1. Sabino Castelo Branco (PTB/AM)
PCdoB	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Gustavo Petta (PCdoB/SP)

Notas:
1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE (vago)	**1º VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA Vicentinho (PT/SP)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Domingos Sávio (PSDB-MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Wilder Morais (PSDB-PA) [1 e 2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Vicente Candido (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

Notas:
1- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
2- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes) [1]
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA [2]
Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO [3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO [4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
sscon@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador: Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Coordenador: Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÁ [12]
IARA BERNARDI [14]	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO [3,10]
Vago [13]	
Vago [4]	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETTO [9]	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV, PPS	
ROBERTO FREIRE	Vago [15]
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PC DO B	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PtdoB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM [8]
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ [4]
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES [7]	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS [7]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI [11]	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE [9]	EDUARDO AMORIM [12]

(Atualizada em 11/4/2014)

Notas:

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 35, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 20.05.2013.

4- Vaga em vista de o Deputado Luiz Carlos Heinze ter comunicado o seu afastamento, conforme Of. GAB nº 016/2013.

5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 09.06.2013.

6- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Feijão foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13.06.2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão do Senado Federal de 12.06.2013.

8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.06.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 166/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09. 2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Ofício nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.

11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª aposta no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.

12- Vaga em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

13- A Deputada Janete Pietá foi designada para ocupar a vaga de suplente do Partido dos Trabalhadores, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 30.04.2014.

14- A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.

15 – O Deputado Antonio Roberto deixou de ocupar a vaga de PV, devido a sua aposentadoria, publicada no D.O.U em 09.05.2014, conforme Of. nº 683/2014/SGM/P, datado de 08.05.2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

16- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 120 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6071 / 6078 Fax: (55) 61 3216-6080
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/internet/comissao/

Publicação on-line sob: http://www.senado.gov.br/atividade/diario/default.asp
E-mail: SLCH@senado.gov.br
Informações: 0-(61)3303-4080

Edição de hoje: 466 páginas

(O.S. 13564/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL